



Escola de Formação Política Miguel Arraes

**POLÍTICA
ÉTICA
DEMOCRACIA**

Curso de formação, capacitação
e atualização política

Módulo I

O curso de formação política da FJM on-line deve ser um paradigma dentro do PSB: sua militância e seus quadros passam a ter um fórum, ainda que tecnológico e não-presencial, para o debate político e ideológico socialista.

O PSB abre o debate político e ideológico para toda sua militância e para todo o Brasil, fortalecendo sua musculatura partidária. É um curso atualizado com a ideologia socialista, que proporciona a preparação da sua militância para se inserir na política nacional.

Parabéns à equipe que elaborou este projeto. Tomo a liberdade de usar este projeto de formação para reproduzir junto aos movimentos social e sindical.

Carlos Borges – São Paulo, SP

Muito feliz a iniciativa do curso, que, tenho certeza, marcará um salto de qualidade nos socialistas e simpatizantes que o acompanham. Confesso que fiquei surpreso com a tecnologia envolvida e, mais ainda, com o formato, a apresentação e, principalmente, o conteúdo.

Como o primeiro módulo do curso faz um resgate histórico (importantíssimo) da política e do socialismo, uma gestão ou sementeira da atualidade, tenho acompanhado com atenção que as aulas merecem, pois são fáceis de assistir e muito interessantes.

Ronaldo Seggiaro – Taguatinga, DF

Sou simpatizante do Partido Socialista Brasileiro, e tenho acompanhado pela internet o curso de formação política... Estou convencido que o PSB é um partido sério, pois tem dado subsídio aos seus militantes no que se refere a partido político...

Júlio César da Silva Attanasio

**POLÍTICA
ÉTICA
DEMOCRACIA**

Fundação João Mangabeira



SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2
CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279
www.fjmangabeira.org.br
www.tvjoaomangabeira.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Geral: *Carlos Siqueira*

Diretora Administrativa: *Carmen Soriano Puig*

Diretor Financeiro: *Renato Xavier Thiebaut*

Diretor de Cursos: *José Carlos Sabóia*

Diretor de Assessoria: *Marcos Rezende Villaça Nunes*

CONSELHOR CURADOR

Membros natos

Governador *Eduardo Henrique Accioly Campos*

Carlos Siqueira

James Lewis Gorman Jr.

Deputado *Alexandre Aguiar Cardoso*

Ministro *Sérgio Machado Resende*

Adilson Gomes da Silva

Álvaro Cabral

Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz

Silvânio Medeiros

Membros eleitos pelo Diretório Nacional do PSB

Deputada *Luiza Erundina de Sousa*

Roberto Amaral

Prefeito *Serafim Fernandes Corrêa*

Kátia Born Ribeiro

Mari Elisabeth Trindade Machado

Antônio César Russi Callegari

Suplentes

Paulo Blanco Barroso

Elaine Breintebach

Paulo Bracarense

Joe Carlo Vianna Valle

Manoel Antônio Vieira Alexandre

Membros eleitos pelo Conselho Curador

Jaime Wallwitz Cardoso

Dalvino Troccoli Franca

CONSELHO FISCAL

Cacilda de Oliveira Chequer

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha

Antônio Marlos Ferreira Duarte

Suplentes

Marcos José Mota Cerqueira

Dalton Rosa Freitas

Ficha catalográfica

C769p Política, Ética, Democracia

Curso de formação, capacitação e atualização política (1 : 2007 : Brasília, DF)

Escola de Formação Política Miguel Arraes – Fundação João Mangabeira : Brasília, DF
(312 p. : il.; 25cm. (Coleção Curso de formação, capacitação e atualização política, 2007.;
Módulo I)

Textos baseados nas aulas apresentadas durante o *Curso de formação, capacitação e
atualização política*, realizado no www.tvjoaomangabeira.com.br, em junho de 2007.

1. Ética. 2. Ciência Política (inclui Teorias Políticas. Ideologias). 3. Política. 4. Democracia. I.
Fundação João Mangabeira. II. Curso de formação, capacitação e atualização política. III. Título.
IV. Módulo I

CDU 170

320



Escola de Formação Política Miguel Arraes

**POLÍTICA
ÉTICA
DEMOCRACIA**

Curso de formação, capacitação
e atualização política

Módulo I

Brasília, 2007

OS AUTORES

ADRIANO SANDRI é formado em filosofia pela Universidade Federal do Piauí, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA é mestre em História Econômica pela USP e doutor em Economia Aplicada pela Unicamp.

BERNARDO RICUPERO é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professor do Departamento de Ciência Política dessa universidade. É autor de “Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil” (São Paulo: Editora 34, 2000), “O romantismo e a idéia de nação no Brasil” (São Paulo: Martins Fontes, 2005) e “Sete lições sobre as ‘interpretações do Brasil’” (São Paulo: Alameda, no prelo).

CARLOS SIQUEIRA é advogado, primeiro-secretário nacional do Partido do Socialista Brasileira (PSB), Presidente da Fundação João Mangabeira.

KJELD JAKOBSEN é consultor em Relações Internacionais e mestrando em Ciência Política da USP.

LUIZ BERNARDO PERICÁS é formado em História pela George Washington University, doutor em História Econômica pela USP, pós-doutorado em Ciência Política pela Flacso (México), onde foi professor convidado.

MARGARIDA VIEIRA é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e professora da Universidade Federal de Minas Gerais, foi Chefe do Departamento de Ciência Política da UFMG.

MAURICIO FRONZAGLIA é formado em Ciências Sociais pela USP, mestre e doutorando em Ciências Política pela Unicamp. Professor de Ciências Política e Evolução das Idéias Sociais do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pesquisador do Cedec e Ceipoc-Unicamp.

RICARDO L. C. AMORIM é professor-pesquisador do NPQV, vinculado ao CCSA da Universidade Mackenzie. É também doutorando em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp e membro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

ROBÉRIO PAULINO, economista e doutor em História Econômica pela USP, é professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

APRESENTAÇÃO

A Fundação João Mangabeira por meio da Escola de Formação Política Miguel Arraes, tem a satisfação de fazer publicar, em forma de livro, o primeiro módulo do curso de Formação, capacitação e atualização política que ela oferece via on-line a seiscentos alunos espalhados nos 26 estados da nossa federação.

Esse é mais um passo que damos na direção de enfrentarmos nosso desafio enquanto fundação partidária de nos constituirmos em uma verdadeira Escola de Formação Política dos militantes socialistas.

Estabelecemos como nossa missão: formação política e a formulação de políticas públicas. Para cumprirmos essa missão, é nosso dever a preparação das bases para formação de lideranças comprometidas com o estado de direito, que tenha a solidariedade como uma de suas características, junto com a defesa dos direitos humanos e com os ideais de Socialismo e Liberdade que iluminaram os fundadores do Partido Socialista Brasileiro.

Este curso disponibiliza um texto referencial que é o objeto da presente publicação, um resumo em power point para ser utilizado em atividades de grupos, a linha do tempo para enquadramento histórico do assunto, indicações de livros, sites, filmes e peças teatrais para aplicação e aprofundamento dos temas tratados nas aulas. Para veiculá-lo escolhemos a forma tecnologicamente mais moderna, ou seja, on-line, com imagem e som através da TV João Mangabeira.

O conteúdo do curso, que é planejado para uma carga horária acadêmica de sessenta e quatro horas/aula, visa refletir sobre quatro áreas principais.



Os primeiros três módulos objetivam a formação e atualização dos cursistas.

No primeiro módulo procura-se discutir a história política brasileira tendo como paradigmas a ética e a democracia.

No segundo módulo a reflexão verte sobre o capitalismo, sistema econômico e ideológico que deu origem à revolução mundial, se impôs no planeta, predomina de forma global até hoje, e que provocou o nascimento de sua oposição, o socialismo.

No terceiro módulo se faz uma análise histórica, ideológica e conjuntural do socialismo.

O quarto módulo, objetivando a capacitação para a ação política, propõe a reflexão sobre as instituições políticas brasileiras, dentro da análise do movimento socialista internacional, da política mundial de Direitos Humanos e do modelo socialista de desenvolvimento.

Carlos Siqueira

Presidente da Fundação João Mangabeira

CURSO DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO POLÍTICA

Aula Inaugural: Fragmentos da História do Partido Socialista Brasileiro - PSB

Módulo I - História da formação política brasileira

- Aula 1 – O que é política numa dimensão ética.
- Aula 2 – A história do Brasil numa dimensão ética.
- Aula 3 – O pensamento político brasileiro.
- Aula 4 – Teorias da democracia.
- Aula 5 – Instituições políticas brasileiras: evolução e situação atual.

Módulo II - História da formação do capitalismo

- Aula 1 – Liberalismo, Capitalismo e desenvolvimento.
- Aula 2 – Capitalismo, imperialismo e subdesenvolvimento.
- Aula 3 – O capitalismo do século XX: do Estado do Bem-Estar Social ao neoliberalismo.
- Aula 4 – Formação econômica do Brasil, industrialização e os impactos recentes da abertura.

Módulo III - O Socialismo no Mundo Contemporâneo

- Aula 1 – Teorias do socialismo.
- Aula 2 – O socialismo depois da Terceira Internacional.
- Aula 3 – O socialismo no Terceiro Mundo.
- Aula 4 – O socialismo depois da queda do Muro de Berlim.

Módulo IV - A Atuação Política dos Socialistas

- Aula 1 – Os socialistas e os direitos humanos, sociais e do trabalho.
- Aula 2 – Os socialistas e a atuação no plano internacional.
- Aula 3 – Os socialistas e o desafio do desenvolvimento brasileiro.



RESENHAS

MÓDULO I - HISTÓRIA DA FORMAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Aula 1 – O que é política numa dimensão ética

O texto faz uma abordagem da dimensão ética da política em uma perspectiva histórica, iniciando-se com as abordagens de Platão e Aristóteles, concentrando-se posteriormente nas discussões dos pensadores clássicos da era moderna e contemporânea como Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Jean Jacques Rousseau, Karl Marx, Max Weber, Adorno e Horkheimer e, finalmente, Habermas. Nessa aula o objetivo é fundamentar o sentido ético da política e dar o alicerce para uma reflexão sobre a atividade política tanto dos indivíduos, das ONGs e dos movimentos da sociedade civil, como dos partidos e dos governos, na atualidade.

Aula 2 – A história do Brasil numa dimensão ética

O texto apresentará numa linha histórica as relações entre os diferentes atores da construção do Brasil moderno a partir da situação dos povos indígenas pré-existentes, a colonização portuguesa, a escravatura africana, a imigração proletária europeia e asiática e as várias fases do capitalismo brasileiro.

Aula 3 – O pensamento político brasileiro

Desde pelo menos a independência, o pensamento político brasileiro tem tido de enfrentar a questão de como lidar com instituições “importadas”, que não se formaram com referência às condições do país. O problema começa pela criação do próprio Estado brasileiro e ganha dramaticidade com a proclamação da república, onde se evidencia o choque entre afirmações grandiosas, prometendo a “coisa pública”, e as prevalecentes práticas particularistas. Esse ambiente estimulou pensadores autoritários, como Oliveira Vianna, a procurar entender o que chamou de “país real” escondido por trás do “país legal”. O contexto surgido com a Revolução de 1930 contribuiu, por sua vez, para que autores conservadores, como Gilberto Freyre, demo-

cratas, como Sérgio Buarque de Holanda, e marxistas, como Caio Prado Jr., aprofundassem a exploração de quem somos. Mais recentemente, o golpe de 1964 incitou Florestan Fernandes a buscar traços mais permanentes do que chamou de uma autocracia burguesa no Brasil. O texto procurará examinar até que ponto essas diferentes análises continuam a nos ajudar a entender os principais dilemas políticos de nosso país. O objetivo será discutir a complexa história da democracia no Brasil, mostrando as suas principais limitações e desafios.

Aula 4 – Teorias da democracia

O artigo procurará apontar para os traços principais do debate contemporâneo em torno da democracia. Nossa democracia, a democracia representativa, forma diferente da democracia direta dos gregos antigos, é uma criação recente, datando do contexto posterior à independência dos Estados Unidos. Desde então, tem aparecido aqueles que defendem e criticam a democracia moderna. O artigo se concentrará no debate desenvolvido desde a publicação, em 1942, do livro de Joseph Schumpeter, *Capitalismo, democracia e socialismo*. Contra os argumentos de Schumpeter, de que a democracia seria basicamente um método para a seleção de líderes, os defensores da democracia participativa procuram recuperar a dimensão ética desse regime política. Por fim, Robert Dahl tem buscado desenvolver uma teoria da democracia que combine seus aspectos descritivos e normativos. O objetivo da recuperação destas teorias é o de refletir sobre as várias concepções e limites da democracia no mundo contemporâneo, em especial no Brasil.

Aula 5 – Instituições políticas brasileiras: evolução e situação atual

O texto se propõe a elaborar uma reconstrução histórica das instituições políticas brasileiras, desde a época do Brasil Colônia até os dias atuais – abarcando a Independência do Brasil, a Abolição, a República, a Revolução de 30, a ditadura militar e a redemocratização – tendo como pano de fundo as lutas sócio-políticas do período. Desta forma mostrar-se-á a evolução das instituições ao longo da história. Além disso, o texto pretende concentrar-se de maneira mais enfática na configuração atual das instituições políticas brasileiras, discorrendo sobre o funcionamento das diversas esferas do Estado, sobre o federalismo e a descentralização administrativa.



MÓDULO II - HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO

Aula 1 – Liberalismo, capitalismo e desenvolvimento

O texto apresenta as definições e propõe uma periodização para o capitalismo, destacando o processo de acumulação primitiva de capital, a relação entre a burguesia nascente e o Estado Absolutista, bem como o descreve o processo de proletarização da força de trabalho. Ao final, discute-se a importância da Revolução Industrial para a consolidação do capitalismo e o papel desempenhado pelo liberalismo neste contexto histórico.

Aula 2 – Capitalismo, imperialismo e subdesenvolvimento no mundo e no Brasil

O texto discute o capitalismo no período pós-Revolução Industrial, quando se estrutura uma divisão internacional do trabalho, entre países centrais e periféricos. Procura descrever o significado do imperialismo e das suas várias teorias, assim como este processo se recoloca no século XX, no contexto de industrialização, e depois no bojo da aplicação das políticas neoliberais. São apontadas aqui as contribuições da teoria do subdesenvolvimento e da dependência para se compreender o papel do Brasil no sistema internacional.

Aula 3 – O capitalismo do século XX: do Estado do Bem-Estar Social ao neoliberalismo

Esta aula pretende apontar as principais transformações presenciadas pelo sistema capitalista depois da crise de 29, e que tiveram por objetivo frear o avanço do socialismo. Recupera-se o significado das políticas keynesianas e descreve-se o papel do Estado do Bem-Estar Social nos países desenvolvidos no pós-Segunda Guerra Mundial. Depois discute-se o contexto pós-anos 80, marcado pelo avanço das políticas neoliberais e pela globalização desregulada, apoiada na financeirização da economia, e responsável pela redução dos gastos sociais e pela flexibilização trabalhista, gerando um processo de crescente exclusão social tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.

Aula 4 – Formação Econômica do Brasil, industrialização e os impactos recentes da abertura dos anos 90

O texto remete o leitor às contribuições de autores clássicos como Caio Prado Jr. e Celso Furtado sobre o sentido e as características da economia e da sociedade brasileiras durante o período colonial. Descreve a importância da expansão cafeeira e a sua interligação com a expansão da indústria e do assalariamento. Depois descreve as transformações observadas no país durante o período de industrialização por substituição de importações. Finalmente, apresenta os impactos negativos do novo modelo de inserção externa e de intervenção do Estado, adotado nos anos noventa, concentrando a análise sobre os problemas sociais.

MÓDULO III - O SOCIALISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Aula 1 – Teorias do socialismo

Este texto procura trazer à tona o debate entre os socialistas utópicos e o socialismo marxista dito científico. Discute-se a contribuição de autores como Proudhon, Fourier, Owen, dentre outros, para se pensar o socialismo antes de Marx, muitos dos quais podem ser recuperados nos dias de hoje. Em segundo lugar, o texto recupera a visão do socialismo em Marx, chegando aos debates da Primeira Internacional, e também ao debate sobre reforma e revolução.

Aula 2 – O socialismo depois da Revolução Russa e da Constituição da Terceira Internacional

Nesta aula serão discutidas as circunstâncias que levaram à Revolução na Rússia, seu impacto estruturante na ordem mundial do Século XX, no movimento e no pensamento socialista, a partir das idéias de Lênin e da Terceira Internacional. Será esmiuçada a ascensão econômica, política e militar da União Soviética no cenário mundial, bem como apontadas as dificuldades que levaram ao stalinismo e que estariam na base de sua exaustão posterior.



Aula 3 – O socialismo no Terceiro Mundo

A idéia deste texto é mostrar como o socialismo se transforma à medida que vai sendo assimilado em outros países, que procuram pensar a sua própria realidade, fugindo dos esquemas da Terceira Internacional. É o caso da assimilação do marxismo por autores como Caio Prado Jr. no Brasil e Jose Carlos Mariátegui no Peru. Mais tarde, com a experiência cubana e chinesa, novos modelos de socialismo são estruturados, enriquecendo o arsenal teórico e de práticas socialistas, até então reféns das formulações dos países desenvolvidos e da experiência soviética.

Aula 4 – O socialismo depois da queda do Muro de Berlim

Nesta aula serão discutidas as conseqüências para o movimento socialista do desaparecimento do sistema soviético e da predominância do credo neoliberal. O objetivo é o de apontar algumas das novas formulações realizadas no campo socialistas neste novo cenário político. Aponta ainda as contradições presentes no atual momento do capitalismo e que não têm sido motivo de análise por parte dos autores liberais.

MÓDULO IV - A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS SOCIALISTAS

Aula 1 - Os socialistas e os direitos humanos, sociais e do trabalho

O texto parte da evolução seqüencial dos direitos de cidadania nos países desenvolvidos, começando pelos direitos civis, para depois chegar aos direitos políticos e sociais. É ressaltada a contribuição histórica dos movimentos e partidos socialistas para a consolidação destes direitos. Revela também como as dimensões de gênero e raça têm sido mais recentemente incorporadas na discussão dos direitos de cidadania. Finalmente, discutem-se os obstáculos hoje colocados para a universalização destes direitos, enfocando também a importância de experiências como a economia solidária.

Aula 2 – Os socialistas e atuação no plano internacional

O objetivo desta aula é discutir a atuação dos socialistas em fóruns internacionais, incluindo a Primeira, a Segunda e a Terceira Internacional, passando pela cooperação sindical em escala mundial e chegando até ao processo atual de constituição de uma sociedade civil global, onde Ongs e movimentos de contestação ao regime capitalista travam lutas comuns, aproveitando-se das novas redes globais.

Aula 3 – Os socialistas e os desafios do desenvolvimento brasileiro

Este texto procura sintetizar inicialmente as principais formulações teóricas sobre o processo de desenvolvimento sócio-econômico. Num segundo momento, e aproveitando-se dos demais textos produzidos neste e nos demais módulos, o texto elenca um conjunto de constrangimentos que hoje devem ser enfrentados para se lograr a ampliação do potencial econômico, social e político do país, juntamente com a redução expressiva das desigualdades sociais e regionais. A partir de então, pode-se pensar numa pauta de temas que deveriam figurar em qualquer projeto de desenvolvimento nacional.



SUMÁRIO DO MÓDULO I

Aula Inaugural: Fragmentos da História do Partido Socialista Brasileiro - PSB... 17

Módulo I – História da formação política brasileira

- Aula 1 – O que é política numa dimensão ética35
- Aula 2 – A história do Brasil numa dimensão ética.....83
- Aula 3 – O pensamento político brasileiro..... 130
- Aula 4 – Teorias da democracia 185
- Aula 5 – Instituições políticas brasileiras: evolução e situação atual.....234



AULA INAUGURAL FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Margarida Vieira e Carlos Siqueira

Você estará acompanhando e participando, durante o curso, de um projeto de construção de uma sociedade socialista democrática.

E solidária, com igualdade de direitos na lei e na prática, respeito aos semelhantes em suas idéias e sonhos, com diálogo constante entre homens e mulheres de todas as idades. Todos se sentirão incluídos, pois trabalham e decidem em comum, possuem o necessário para viver bem alimentados, com saúde, amplo acesso à educação, conhecendo e produzindo cultura, com segurança, lazer e transporte, em meio ambiente saudável. Problemas e divergências vão ocorrer. O esclarecimento, o debate, a decisão pela maioria de pessoas, com igualdade real, vão favorecer as soluções. Todos serão e se sentirão gente.

Ainda estamos longe de chegar a esta sociedade, mas em sessenta anos, o PSB contribuiu para nos aproximarmos de uma vida melhor. Se você já milita no PSB, vai se identificar nos projetos e lutas. Se não, vai se surpreender em ver funcionando, em nosso país, um partido fiel a seus princípios e programa. Como em toda organização humana, houve erros em avaliações, decisões e ações. Apesar de algumas pessoas tentarem utilizar a legenda para objetivos puramente pessoais, predominaram amplamente as ações coletivas e partidárias. Podemos dizer isso, pois examinamos material escrito interno e externo ao partido, imagens e depoimentos diversos.

Vamos narrar de maneira sintética os momentos mais importantes desta construção.



1. O Partido Semente (1947-1965)

Em 1945, quando findava o Estado Novo, formou-se a Esquerda Democrática. Seu objetivo era combinar as transformações sociais com ampla liberdade civil e política. Baseava-se num conceito amplo de esquerda: socialismo construído de forma gradual e legal, nacionalismo e defesa da democracia. Diferenciava-se dos udenistas que defendiam o liberalismo econômico e do socialismo autoritário e estatista dos comunistas. “O Partido não considera socialização dos meios de produção e distribuição a simples intervenção do Estado na economia” e “realizar-se-á gradativamente, até a transferência, ao domínio social, de todos os bens possíveis de criar riqueza, mantida a propriedade privada nos limites das possibilidades de utilização pessoal, sem prejuízo do interesse coletivo”.

Entre seus fundadores estavam: João Mangabeira, Domingos Vellasco, Hermes Lima, Rubem Braga, Osório Borba, Joel Silveira, José Lins do Rego, Jader de Carvalho, Sergio Buarque de Hollanda e Antonio Candido.

Em 1947, a Esquerda Democrática transformou-se no Partido Socialista Brasileiro, com o mesmo programa e propostas. Propunha-se

a ser um partido de “todos os que dependam do próprio trabalho”. Defendia reformas imediatas como a nacionalização de áreas economicamente estratégicas, a ampliação dos direitos dos trabalhadores, a garantia de saúde e educação públicas, além do desenvolvimento da democracia e dos meios de participação popular. Em sua estrutura partidária já trazia uma novidade que caracterizaria o perfil democrático e conscientizador do PSB: os Núcleos de Base. Através deles, a militância poderia se envolver no projeto partidário, discutir as questões nacionais e através da soma das opiniões debatidas formar a orientação e o alvo da sua ação. A imprensa partidária teve na *Folha Socialista*, desde 1947, um centro de debates. Em 1950, tornou-se um semanário, vendido em bancas, combinando o debate político com as informações cotidianas. Os representantes eleitos prestavam contas e tinham seus mandatos discutidos. Combatiam aumentos indevidos em seus salários. Tinham grande preocupação com o trato do dinheiro e bens públicos. O PSB sempre lutou para trazer sua militância e as camadas oprimidas do povo para a arena da ação política e da participação direta nos rumos da nação, despertando-as da apatia política e do conformismo com uma

realidade que lhes é adversa. O PSB foi pioneiro na campanha do petróleo, com a atuação parlamentar de Hermes Lima e com a organização popular através da UNE, dirigida na época por socialistas: Roberto Gusmão (1947/48) e Rogê Ferreira (1949/50). Na questão agrária, desde 1948, fizeram propostas inovadoras como as cooperativas agrícolas que produziam alimentação, trabalho e renda em terras abandonadas na periferia de São Paulo ou o Código da Terra, que incluía a distribuição, a questão ecológica, a política trabalhista e agrícola. Teve lideranças destacadas nos anos 60, como Francisco Julião, que foi deputado estadual e federal do PSB de Pernambuco, e João Pedro Teixeira, presidente da Liga de Sapé, na Paraíba, e que, assassinado pelo latifúndio, deu base ao filme: “Cabra Marcado para morrer”.

O Partido também teve atuação marcante na Frente Parlamentar Nacionalista, desde 1956, sob a liderança de seu deputado federal, Barbosa Lima Sobrinho.

Nos processos eleitorais, salientaremos alguns momentos. Em 1952, Osório Borba foi candidato do PSB ao Governo de Pernambuco, com apoio do PCB. Venceu em Recife e Olinda mas foi derrotado pelo voto do interior,

entretanto, abriu caminho para a “Frente do Recife” que levou Pelópidas da Silveira (PSB) à prefeitura. Esta foi uma administração brilhante, voltada para obras que beneficiaram principalmente as classes mais desfavorecidas. Foram criadas associações de bairro e audiências coletivas quinzenais nas quais o prefeito discutia com o povo os problemas da cidade. Miguel Arraes o sucedeu e em 1962, com apoio da Frente que incluía o PSB, tornou-se governador. O combate ao analfabetismo e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais marcaram sua administração.

Em 1953, o PSB apoiou Jânio Quadros, vereador progressista, para a prefeitura de São Paulo. Os socialistas tiveram participação na Secretaria de Higiene, dando ênfase ao saneamento básico, na Secretaria de Alimentação, enfrentando os intermediários e na Empresa Municipal de Transportes. Com pequena margem de votos na Convenção, obteve o apoio do partido para a candidatura a governador. O grupo paulista, crítico a Jânio Quadros, retomou a direção do Partido em 1957 e em 1960 a Convenção Nacional do PSB rompeu com Jânio, apoiando o Marechal Lott. A aproximação com Jânio trouxe crescimento eleitoral, mas perda de substância política.



Uma característica que sempre marcou e marca até hoje a história do PSB é a postura democrática. Mesmo discordando dos comunistas, posicionaram-se contra a cassação dos seus mandatos e ofereceram legenda para seus candidatos. Em 1950, mesmo derrotados por Vargas, defenderam sua posse. Frente às pressões udenistas para derrubá-lo, o senador socialista Domingos Vellasco declarou: “A posição dos socialistas é a de quem alerta o sr. Getúlio Vargas. Desejamos, como defensores da Constituição, que ele se mantenha na Presidência da República até o fim de seu mandato. E assim desejamos porque, como socialistas democráticos, somos contrários a qualquer golpe, a qualquer ditadura, a qualquer substituição de governo que implique retrocesso político, mas exigimos dos poderes constituídos a punição de todos os corruptores e dilapidadores da fortuna pública”.

Em 1960, após a renúncia de Jânio Quadros, o PSB participou ativamente da campanha da legalidade contra a tentativa dos militares e setores conservadores de evitar a posse de João Goulart. O governo de Jango foi marcado pela busca das reformas de base. Os conservadores organizaram-se para manter os privilégios. Nesse cenário o PSB ampliou sua participação nas lutas sociais e no Parlamento. No movimento estudantil a maior liderança

do Partido era Altino Dantas; no movimento sindical urbano era o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, Remo Forli; na luta pela reforma agrária, Francisco Julião.

João Mangabeira foi ministro de Minas e Energia e depois da Justiça no período parlamentarista do Governo Goulart. Aurélio Viana, Barbosa Lima Sobrinho, Domingos Vellasco, José Joffily, Jamil Haddad, Adalgisa Nery e muitos outros foram lideranças parlamentares nacionalmente respeitadas. Em 31 de março de 1964, deu-se o golpe militar que derrubou Goulart. Em 1965, o Ato Institucional nº 2 extinguiu os partidos políticos.

A maioria dos militantes do PSB foi para o MDB onde Aurélio Viana tornou-se uma das lideranças. Alguns foram para atuações mais radicais, como Altino Dantas, que foi para a ALN. O PSB se dispersou durante o regime militar. Quando houve a abertura política alguns como Pelópidas da Silveira ficaram no PMDB, outros como Jamil Haddad, Saturnino Braga e Rogê Ferreira foram para o PDT e outros como Antonio Candido, Sérgio Buarque de Hollanda e Fúlvio Abramo ajudaram a fundar o PT.

Apesar de ter pequena expressão eleitoral, ser mais um partido de quadros do que de massas, o PSB lançou as sementes não apenas

de uma ampla democracia partidária como de uma atuação política fiel a seu programa, voltada para o socialismo e a liberdade. Seu presidente João Mangabeira, desde a Esquerda Democrática até sua morte em 1964, é

considerado uma das figuras mais respeitadas na vida política brasileira, por sua honestidade, inteligência, princípios firmes de defesa do socialismo democrático.

2. A Refundação do PSB (1985/1989)

Conquistada a democracia em 1985, articula-se no Rio de Janeiro um grupo de professores e estudantes universitários para organizar um partido socialista. Para resistir e vencer a ditadura, a sociedade civil desenvolveu inúmeras lutas. Organizou as associações de bairro, as comunidades eclesiais de base e principalmente a “Campanha pelas Diretas”, criando um tecido social mais amplo para a participação política.

Para obter a habilitação do PSB foram procurados remanescentes da antiga Esquerda Democrática como Joel Silveira, Rubem Braga, Jader de Carvalho e Evandro Lins e Silva que concordaram em assinar o manifesto de reorganização. O escritório de Evandro, na Avenida Rio Branco, tornou-se a sede das reuniões semanais.

No dia 2 de julho, ocorre a reunião de “refundação” do PSB. O manifesto apresen-

ta o mesmo programa e estatuto do período 1947/65. Com os mesmos propósitos socialistas e democráticos, mostram que, 40 anos depois, as mesmas formas de exploração persistiam, agravadas pela brutalidade da ditadura militar. Apontam a necessidade de trabalhar também contra a discriminação racial, opressão às minorias, às mulheres e crianças, violências contra culturas alternativas, degradação da qualidade de vida, depredação do meio ambiente, e genocídio de nações indígenas. Propõe uma cidadania ativa, a incorporação de novos direitos sociais, democratização dos meios de comunicação e defesa da soberania nacional. Em conclusão: descentralização completa do poder em uma economia gradativamente socializada. A Comissão Diretora Nacional terá Antônio Houaiss como presidente e como membros: Marcello Cerqueira, Roberto Amaral, Evandro Lins e Silva, Jamil Haddad, Joel Silveira, Rubem Braga e Evaristo de Moraes Filho. Entre os



que assinam a Ata de Reorganização vamos encontrar também professores e pesquisadores respeitados hoje como César Guimarães, Wanderlei Guilherme dos Santos e Eli Diniz. Está também o estudante Cláudio Besserman Vianna, que vai se tornar o admirado humorista Bussunda.

Habilitado o PSB participa com alguns candidatos próprios às eleições municipais nas capitais e apóia candidatos progressistas e de esquerda.

Como Saturnino Braga (PDT) venceu as eleições para prefeito do Rio de Janeiro, sua cadeira no senado será ocupada pelo suplente, Jamil Haddad, em março de 1987.

Em maio, a Convenção dos fundadores elege como presidente da Comissão Diretora Nacional, Jamil Haddad e como secretário-geral, Roberto Amaral.

O gabinete do senador vai se combinar com o gabinete de liderança do PSB, oferecendo condições para a organização das comissões municipais e estaduais e para as publicações que discutem as idéias do partido. Da tribuna, Jamil expõe suas concepções e projetos e apresenta o PSB ao país.

Em 1987 o partido tem seu registro provisório e solicita registro definitivo.

No Primeiro Congresso Nacional, em outubro de 1987, o PSB passa a ter identidade. É oposição ao Governo Sarney, tem dez metas imediatas que vão da reforma agrária à socialização dos setores essenciais, do ensino público e gratuito em todos os níveis ao direito irrestrito de greve, liberdade sindical e jornada máxima de 40 horas semanais.

Definem: “Que socialismo queremos”:

“Socialismo é sinônimo de uma sociedade que aboliu a propriedade privada capitalista dos meios de produção, os quais passam a ser propriedade cooperativas ou coletivas dos criadores das riquezas, os trabalhadores.

Apresentam: “Que partido queremos”:

É socialista, com compromisso revolucionário e democrático, com filiado militante, sem lideranças privilegiadas, enraizado no movimento social e sindical e atuação parlamentar como consequência da organização dos trabalhadores e todo o povo.

Em o “PSB e o movimento social” tornam-se princípios:

- Respeito à independência e autonomia e às decisões de congressos das categorias.
- Formação de colegiados de deliberação.
- Recusa da prática do paralelismo.
- Estímulo à solidariedade entre os movimentos sociais.

Em julho de 1988 é aprovado pelo TSE o registro definitivo. A organização partidária traz crescimento e atrai parlamentares que concordam com as idéias definidas pelo Partido. Há um grande trabalho na Constituinte. Inicialmente, o PSB contava apenas com o senador Jamil Haddad (RJ) e a deputada Beth Azize (AM). Aliam-se aos setores progressistas e de esquerda. Aos poucos Abigail Feitosa (BA), José Carlos Sabóia (MA), Raquel Capiberibe (AP), Ademir Andrade (PA), José Luis Guedes (MG), entram para o PSB e formam uma bancada pequena, mas de grande qualidade. Só Jamil apresentou 123 sugestões na primeira fase, todas ligadas aos princípios partidários e necessidades da população como: reforma agrária, possibilidade de ação popular, punição exemplar à tortura. Das 536 emendas que apresentou posteriormente, 114 foram aprovadas.

A Constituição Cidadã, aprovada em outubro de 1988, coroa o esforço inicial do PSB refundado.

Em 1989, o PSB vai solicitar a intervenção federal no Pará, para enfrentar a violência de assassinos de trabalhadores e lideranças parlamentares, entre elas o deputado estadual José Carlos Batista e o vereador Manoel Cardoso de Almeida, do PSB. A impunidade é completa.

Na campanha eleitoral, o PSB tem participação decisiva. Dois anos antes da formação da Frente Brasil Popular, o PSB já fizera a proposta. Depois de muitas negociações, são escolhidos: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República e José Paulo Bisol, senador pelo Rio Grande do Sul, que se transferiu para o PSB, para vice-presidente. Participou também o PCdoB. A campanha desperta grande entusiasmo e as pesquisas apontam crescimento constante. Collor vence o primeiro turno e Lula fica em segundo lugar. O PSB participa das articulações que ampliam a frente para o segundo turno com o PDT, PSDB, PPS, PV, progressistas do PMDB e lideranças do movimento social. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, apóia Lula no 2º turno. No comício final, na Candelária, fica junto com o presidente do PSB, Jamil Haddad, e o secretário-geral, Roberto Amaral.



3. Miguel Arraes no PSB (1990/2005)

Em março de 1990, o governador Miguel Arraes, convidado pela direção nacional, ingressa no PSB. O partido que recomeçara com lideranças de classe média, que após grandes esforços estava organizado em todo o país e com registro definitivo, contava agora com uma das mais importantes lideranças populares. Com sua experiência, capacidade de mobilização e de análise política, vai fazer com que o Partido tenha um grande crescimento eleitoral, superando até a cláusula de barreira mais à frente. O momento político era de ápice do neoliberalismo, confundindo até pessoas de esquerda. Com serenidade e firmeza, Arraes chamava a atenção para o fato de que o neoliberalismo é o liberalismo tradicional com nova roupagem, trazendo mais miséria, mais fome, mais exploração. O centro de suas lutas está na nação, nas desigualdades sociais e regionais. E será o povo o responsável pela transformação. Para isto, o PSB tem de se transformar em um partido popular. No fim do ano será, pelo PSB o deputado federal mais votado do país.

Entre 1990 e 1992, o governo Collor vai encontrar no PSB uma oposição conseqüente. O Partido será reconhecido como guardião da Constituição. Entra com diversos recursos

contra inconstitucionalidades: confiscos do Plano Collor, taxa para conservação de rodovias (obteve deferimento), decreto dando ao presidente direito para privatizar estatais sem passar pelo Congresso. Os deputados socialistas reagem contra a destruição da máquina pública. Miguel Arraes lê da Tribuna da Câmara o Manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista que condena a desestatização desenfreada que inclui até a Usiminas. As administrações municipais socialistas começam a mostrar uma forma de governar com intensa participação dos setores mais oprimidos da população, com políticas centradas na educação, saúde, geração de emprego e renda. Os programas partidários na TV e rádio apresentam estas experiências que recebem elogios e o Partido ganha novas filiações.

A denúncia de corrupção feita pelo irmão de Collor, em maio de 1992, leva o PSB, pelas falas de Miguel Arraes e do líder na Câmara, Célio de Castro, a solicitar uma CPI. O senador José Paulo Bisol e o então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jamil Haddad, participam da CPI. Ao lado da investigação no Congresso a população se mobiliza no "Fora Collor", a partir de agosto. O relatório, com provas cabais de desvios dos recursos públicos, é

aprovado. Evandro de Lins e Silva, fundador e refundador do PSB, participa da comissão de juristas que elabora o pedido de *impeachment*. Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI e ex-deputado federal do PSB, faz a entrega do pedido ao presidente da Câmara. Decidida pelo Congresso a continuidade da investigação, Collor é afastado e assume o vice, Itamar Franco.

A CNE do PSB avalia ser Itamar Franco pessoa com boa avaliação ética e defensor, quando senador, dos interesses nacionais. Jamil Haddad assume o Ministério da Saúde e Antônio Houaiss, da Cultura. Ao tomar posse, em novembro de 1992, Jamil diz: “A administração socialista (...) instalará neste ministério a religião do interesse coletivo. E a probidade é seu primeiro mandamento”. Sua atuação foi importantíssima para a saúde no país. A descentralização, prevista pela Constituição e consolidada com a Lei Orgânica de Saúde de 1990, via Sistema Único de Saúde (SUS), começa a ser realizada com a criação dos Conselhos Municipais de Saúde, instrumento de definição das políticas e de sua fiscalização. Injeta recursos nos laboratórios oficiais para a produção de medicamentos. Recupera os hospitais universitários em convênio com o MEC. O presidente assina o decreto proposto

por Jamil para os remédios genéricos. A reação da indústria farmacêutica multinacional foi tão grande que apenas quando Serra foi ministro da Saúde de FHC é que a aplicação acabou sendo efetivada. Atuou na revisão dos registros de remédios retirando medicamentos danosos e fantasiosos. A rede pública hospitalar sucateada começou a ser recuperada. Para a prevenção foi fortalecida a vigilância sanitária, programas de vacinação e saneamento básico. Como primeiro vice-presidente, Miguel Arraes assume a Presidência do PSB, em 2002.

No Ministério da Cultura, Antônio Houaiss vai ter como prioridades: reverter a indigência e sufocação das atividades de recuperação do patrimônio histórico e artístico e o apoio às atividades artísticas, particularmente o cinema.

Em setembro de 2003, em Maceió, vai se realizar o IV Congresso Nacional do PSB.

Depois de proposto pela CNE e discutido em reuniões preparatórias é aprovado “Um Projeto Para o Brasil” que passa a ser o eixo da atuação partidária. A luta política deve ser intensificada para a população elevar sua consciência e sua força. O Estado deve ser forte e não inchado, regulador, planejador e investindo nas áreas estratégicas.



Reconhecendo duas grandes lideranças, o Congresso elege Jamil Haddad, presidente de Honra, e Miguel Arraes, presidente do PSB.

Em 1994, o PSB vai apoiar novamente a candidatura de Lula a presidente. Mas o Plano Real, adotado em março pelo Governo Itamar, tendo Fernando Henrique como ministro da Fazenda, obtém ótimos resultados e leva-o à Presidência.

Se a campanha de 1989 tivera um caráter forte de frente, inclusive com o candidato a vice, Bisol, do PSB, a campanha de 1994 ficou concentrada no PT. Mas nos diversos níveis o PSB teve crescimento eleitoral, passando de 15 deputados estaduais para 33, de 11 para 15 deputados federais, elege Ademir Andrade, do Pará, para o Senado, e dois governadores: Miguel Arraes, em Pernambuco, e João Capi-beribe, no Amapá.

Em novembro de 1995, no Recife, ocorre o V Congresso Nacional do PSB. Dois temas centrais de debate serão o neoliberalismo e a nova lei de partidos.

Sobre a globalização e neoliberalismo, Tânia Bacelar sintetizou de forma brilhante as mudanças. A economia capitalista em ciclo de baixa, nos anos 70, vai fazer três movimentos:

1. Reestruturação positiva ou mudança na organização da produção. O investimento básico hoje é no conhecimento.
2. Globalização, prevista por Marx, levando à concentração e centralização do capital. É enorme o poder dos atores globais enfraquecendo os Estados-Nação.
3. Financeirização da riqueza. Um ano de movimento cambial corresponde a 18 vezes toda a produção mundial. O neoliberalismo é a ideologia da retirada do Estado e da centralidade do mercado adaptada ao momento econômico do capitalismo. É o único caminho? Não. Projetos nacionais podem garantir inserção na economia mundial sem esta subordinação incrível a que o Brasil se submete.

No debate sobre a nova lei dos partidos, Carlos Siqueira apontou a intenção do legislador: reduzir a influência dos partidos de esquerda (PSB, PPS, PV, PDT) pela cláusula de barreira. Qual a estratégia do PSB? Tentar mudar a lei no Congresso e crescer sua representação na Câmara, nas próximas eleições.

1996 foi ano de eleições municipais. O PSB teve um crescimento enorme. De 59 prefeitos eleitos em 1992, passou para 150. Nas capitais elege o prefeito de Belo Horizonte e as prefeitas de Maceió e Natal.

Em 1997 a Fundação João Mangabeira promove seminário sobre as administrações municipais socialistas. Além de haver a troca de experiências para melhor governar, os socialistas passam a ter um perfil comum de administração.

Sendo o ano de comemoração dos cinquenta anos do PSB, em novembro, ele vai discutir em seu VI Congresso Nacional, em Brasília, a construção de um grande partido nacional e popular por meio de um projeto de inclusão social que preserve a soberania, fortaleça a federação, consolide e unifique os movimentos populares e dê solução às desigualdades sociais e regionais. Como se pode ver, os Congressos Nacionais do PSB não são apenas para a escolha de seus dirigentes, mas um espaço de amplo debate dos problemas nacionais e as possibilidades de superá-los no caminho do socialismo democrático.

Em 1998, Roberto Amaral desenvolve, de forma participativa, o Programa de Governo do PSB. É uma combinação dos princípios e experiências do PSB para orientar o exercício do poder em sociedades capitalistas, favorecendo os caminhos para o socialismo. A Fundação João Mangabeira vai promover, em Brasília, Curso de Capacitação de Instrutores em Formação Política. Os 38 militantes de

18 estados vão preparar-se para multiplicar a formação política em suas regiões.

Nas eleições presidenciais, o PSB integra novamente a aliança de esquerda de apoio a Lula. Logo após o segundo turno, Arraes apresenta um texto de grande profundidade: *As eleições de 1998 e o golpe de 1964* mostrando que os objetivos do grande capital internacional e nacional impostos em 1964 cada vez mais se realizam. A única forma de enfrentar o desafio é desenvolver amplo movimento popular.

Em 1999, além de realizar diversos seminários, debates e publicações, o PSB realiza seu VII Congresso Nacional em novembro, em Brasília. Antônio Houaiss, primeiro presidente do PSB refundado, falecido há pouco, será homenageado.

Em 2001, o PSB decide ter candidato próprio à Presidência. A idéia é oferecer ao eleitorado outra opção além de Lula para buscar a mudança. No 2º turno, as esquerdas apoiariam o mais votado dentre seus candidatos.

Quais devem ser os eixos do Programa? A sugestão de Arraes é aprovada por unanimidade do Diretório Nacional. São eles:



1. Inserção, sem submissão aos EUA, no mundo global. Mercosul como ponto de partida.
2. Auditoria da dívida pública, interna e externa. Há investimentos sociais urgentes.
3. Revisão das privatizações feitas pelo governo federal.
4. Restabelecimento da federação.
5. Fortalecimento do Estado como agente de desenvolvimento para reduzir disparidades regionais.

O VIII Congresso Nacional do PSB, realizado em novembro de 2001, em Brasília, confirma a decisão pela candidatura própria à Presidência da República.

Em 2002 esta decisão será levada à prática. Anthony Garotinho, governador do Rio de Janeiro, que saiu do PDT e se filiou ao PSB, será candidato a presidente da República e o deputado federal do PSB do Maranhão, José Antônio, será vice. Os compromissos básicos serão:

- Com a soberania – autonomia decisória
- Com a solidariedade – nação de cidadãos
- Com o desenvolvimento – projeto coerente
- Com a sustentabilidade
- Com a democracia ampliada

A candidatura obteve mais de 15 milhões de votos, mas ficou em terceiro lugar. No segundo turno, o PSB apoiou Lula.

Os resultados para a Câmara Federal, com 22 eleitos, foram decisivos para vencer a cláusula de barreira.

Em 2003 o PSB tem novas responsabilidades. Roberto Amaral assume o Ministério de Ciência e Tecnologia. Será sucedido em 2004 pelo deputado federal por Pernambuco, Eduardo Campos. Em 2006, Sérgio Resende, também do PSB, assume o cargo.

A política teve continuidade, sendo situada em quatro eixos:

- Inclusão social, com redução das desigualdades regionais.
- Desenvolvimento econômico agregando inovações.
- Ampliação da formação de pesquisadores em áreas estratégicas.
- Intensificação da cooperação internacional com afirmação da soberania nacional.

A atuação do partido no Congresso foi de apoio ao Governo Lula, mas mantendo fidelidade ao seu programa. Na reforma da previdência, a bancada não aceitou o pacote enviado pelo governo. Defendeu previdência complementar pública e não privada. Na reforma tributária apresentou emendas: taxaço da especulação financeira com a taxa Tobin, desoneração na área produtiva e nas folhas de pagamento.

Em 2004, o PSB cresce nas eleições municipais. Dos 133 prefeitos eleitos em 2000, passa agora para 176. é o nono partido mais votado. Em 2005, o PSB e o Brasil vão perder Miguel Arraes. No dia 13 de agosto ele falece.

O IX Congresso do PSB realizou-se poucos dias depois, sob a Presidência de Roberto Amaral, que salientou o compromisso, individual e coletivo com a continuidade da obra de Arraes.

Na Declaração Política define:

- Só a construção da justiça social poderá gerar a verdadeira estabilidade.
- Como todo o povo, o PSB sofre com a erosão da esperança e dilapidação do patrimônio ético-político.
- O PSB reafirma a governabilidade e busca cabal apuração de toda e qualquer irregularidade ou desvio de conduta no poder público.
- O PSB defende política econômica soberana e reforma política profunda.
- Eduardo Campos foi eleito presidente do PSB para o triênio: 2005-2008.

4. Os novos desafios

Nas eleições de 2006, o PSB apoiou a recandidatura vitoriosa de Lula à Presidência. Elegeu três governadores: Eduardo Campos (PE), Wilma de Faria (reeleita-RN) e Cid Gomes (CE).

Em 2007, a bancada do PSB no Senado é composta de: Antônio Carlos Valadares (SE), Patrícia Saboya Gomes (CE) e Renato Casagrande (ES).

Na Câmara dos Deputados, tem hoje 29 parlamentares e formou a bancada de esquerda de apoio ao governo federal, composta de

78 deputados. Ao lado do PSB estão o PDT, PAN, PMN e PHS, sob a liderança do deputado federal do PSB de São Paulo, Márcio França. Quase 200 dos municípios são governados por prefeitos do PSB, e 1879 vereadores socialistas apresentam projetos e fiscalizam a administração de suas cidades.

A Fundação João Mangabeira realizou, no dia 21 de janeiro, Seminário de Planejamento Estratégico dos Segmentos Organizados do PSB. Cada um deles realiza seu Congresso Nacional um dia antes do Congresso Nacional



do PSB. Eles contribuem para a integração do partido e seus representantes no Executivo e Legislativo aos movimentos sociais.

A Juventude Socialista Brasileira (JSB) que teve seu primeiro Congresso Nacional em 1993 tem como meta a conscientização e politização dos jovens para a construção do socialismo.

O Movimento Sindical Socialista, com seu primeiro Congresso Nacional em 1997, propõe um sindicalismo livre, democrático, classista, autônomo e de luta, comprometido com a construção do socialismo.

A Secretaria da Mulher, teve seu primeiro Congresso em 1999. Para buscar a sociedade socialista é necessário alcançar a igualdade de gênero.

O Movimento Negro do PSB foi criado em 2003. Luta pelo socialismo democrático com justiça e equidade, unidade na diversidade.

O Movimento Popular Socialista realizou seu primeiro Congresso em 2005.

Depois de examinarmos estes sessenta anos do PSB, entendemos a razão do orgulho dos militantes do Partido. A semente lançada em 1947 rendeu bons frutos. Um pequeno

partido, com diminuta presença nos movimentos sociais, poucos parlamentares e ocupantes de mandatos no Executivo, tem hoje uma ampla representação política em todo o país, cresce nos movimentos sociais e é respeitado pela fidelidade a seus princípios e a seu programa. Com densidade, faz a crítica à sociedade capitalista em que vivemos e apresenta proposições voltadas para a sociedade futura, que será, temos certeza, socialista e democrática.

Se acompanhamos toda a construção do PSB, de suas idéias, lideranças e ações na sociedade e nos espaços de poder, se nos sentimos herdeiros desta história com resultados brilhantes em condições tão adversas, novos desafios se apresentam para o PSB e para todos nós, socialistas.

Carlos Siqueira, Primeiro Secretário Nacional do Partido, apresentou uma tese no IX Congresso do PSB, em 2003, estimulando o desenvolvimento de um projeto de ampliação dos objetivos estratégicos do PSB. Parte das preocupações historicamente básicas da esquerda e marcantes na vida do PSB: a igualdade, a justiça, a liberdade e a participação. Como incluir no projeto estratégico do Partido de mudanças estruturais na sociedade, os novos problemas e atores que não se limitam

à oposição do proletariado e burguesia ou socialismo e capitalismo. Na diversidade e pluralidade da vida social contemporânea, há relações outras de dominação e subordinação como as de gênero ou as étnicas que precisam não só ter espaço de fala, mas também passarem a ser parte do processo de libertação socialista. A democratização precisa ser aprofundada com a participação cidadã, mas precisa ser estendida às diversas instituições sociais como a família, a escola, as igrejas, os serviços públicos...

Para tornar realidade esta ampliação de objetivos teremos de desenvolver, pelo menos seis pontos:

1. incluir esta diversidade com sentido de conjunto;
2. as diversas vozes precisam ter elos de ligação entre suas demandas e a luta política;
3. estas diversidades devem aparecer em suas falas, em sua dignidade e identidade, sem se dissolverem;
4. as necessidades do “aqui e agora” têm que ser contempladas, ao lado dos objetivos de médio e longo prazos;
5. o projeto ampliado deve ter um compromisso ético-político com o presente e o futuro dos sistemas vivos do planeta, revolucionando a vida das pessoas em um meio ambiente saudável;

6. assumir como valores fundamentais:
 - a. O igualitário e o popular retomando as aspirações dos excluídos, discriminados e oprimidos não apenas entre os trabalhadores da cidade e do campo. Os jovens encontram enormes dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. As mulheres enfrentam a violência doméstica e salários mais baixos que os homens nas mesmas atividades. Com aposentadorias ridículas, os idosos passam a trabalhar como antes para se sustentar.
 - b. O democrático não apenas na vida política, mas em toda a vida social.
 - c. O libertário, combinando o aprofundamento das liberdades pela democratização da riqueza social com o respeito à diferença. Serão excluídas as liberdades de torturar, explorar, oprimir, discriminar.

Todo este projeto de uma nova esquerda no Brasil só será factível numa nação soberana, capaz de se incluir na globalização sem subserviência aos interesses do grande capital e das grandes potências.

O desafio que está posto hoje para o PSB, a ser enfrentado sob a liderança do governador



Eduardo Campos e com a participação das lideranças emergentes do Partido somando-se à experiência histórica acumulada por diversos companheiros, é formular um projeto para o Brasil, capaz de ampliar substancialmente as conquistas do atual governo.

Uma esquerda capaz de ter clareza nas políticas urbanas, quando 80% dos brasileiros moram nas cidades, cercados de problemas. Uma nova esquerda capaz de reorganizar o pacto federativo, para que prefeitos e governadores deixem de ir à Brasília com pires nas

mãos. Uma nova esquerda capaz de formular e implementar um desenvolvimento sustentável, construindo um mercado interno sólido, uma produção interna com grande valor agregado, enfrentando a cultura do consumo supérfluo do capitalismo, garantindo a convivência com a natureza e não sua destruição.

Este desafio é de todos nós. Durante e após o curso, com concordâncias e discordâncias, com complementações, com pensamento e ação, você pode e deve enfrentar os desafios do presente como ator desta história.

Módulo I

*História da formação
política brasileira*

AULA 1 RESENHA

O texto faz uma abordagem da dimensão ética da política em uma perspectiva histórica, iniciando-se com as abordagens de Platão e Aristóteles, concentrando-se posteriormente nas discussões dos pensadores clássicos da era moderna e contemporânea como Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Jean Jacques Rousseau, Karl Marx, Max Weber, Adorno e Horkheimer e, finalmente, Habermas. Nessa aula o objetivo é fundamentar o sentido ético da política e dar o alicerce para uma reflexão sobre a atividade política tanto dos indivíduos, das ONGs e dos movimentos da sociedade civil, como dos partidos e dos governos, na atualidade.

AULA 1

O QUE É POLÍTICA NUMA DIMENSÃO ÉTICA

Mauricio Fronzaglia

Introdução

- ⊙ A dimensão ética da política;
- ⊙ O estudo das relações entre o poder, política e a ética ao longo da história, iniciando-se com os gregos e finalizando com os pensadores da escola de Frankfurt no século XX.

As discussões sobre a atividade política e sua dimensão ética estão no início dos debates históricos dessa área de conhecimento. Outrossim, o debate sobre a dimensão ética da política continua vivo e atual, tratando-se então de uma discussão clássica.

Inicialmente, trataremos das conexões entre ética e política nos textos dos filósofos gregos Platão e Aristóteles. Ambos mantêm uma visão semelhante sobre a ligação e a

determinação entre essas duas atividades, embora mantenham uma relativa discordância com relação à tentativa de se criar uma organização política ideal. Os dois autores dominaram o debate político ao longo de toda a Idade Média e serão as principais fontes inspiradoras dos principais filósofos do cristianismo ocidental, Santo Agostinho, claramente marcado pela oposição platônica entre o mundo das aparências e o mundo das essências, e São Tomas de Aquino, que



redireciona e redescobre o pensamento político aristotélico. O Renascimento traz uma marca decisiva para esse debate através da contribuição do florentino Nicolau Maquiavel e seu esforço para diferenciar a ética política e pública da ética privada e religiosa. O inglês Thomas Hobbes retoma caros argumentos maquiavélicos e os redireciona para o seu contrato social, baseado na autoridade máxima e incontestável do poder soberano, que segue uma ética própria da política. Rousseau e Karl Marx retomam a discussão relevando que a ética política deve ser pautada para a transformação da sociedade.

Já o alemão Max Weber reafirma a existência de uma ética política própria, que contraria a ética privada e religiosa, na mesma linha seguida por Maquiavel. Finalmente, a escola de Frankfurt traz sua contribuição nesse debate através da criação da teoria crítica, retomando os valores da racionalidade objetiva que deveria pautar a atividade política.

Embora seja necessário ressaltar a existência de importantes nuances e diferenças no pensamento político de um dos pensadores citados, não seria por demais ousado afirmar que eles se separam em duas grandes escolas do pensamento político em sua dimensão ética: o primeiro grupo é aquele que se concentra no vir a ser, no futuro e na transformação social através da política, e nesse grupo estariam os autores gregos, o iluminista francês, assim como Marx e os representantes da escola de Frankfurt. Em um segundo grupo, que se concentra na dimensão política do presente e da verdade efetiva das coisas, estão Maquiavel, Hobbes e Max Weber.

O texto fará uma abordagem da dimensão ética da política nessas duas perspectivas para forjar um arcabouço teórico suficiente para se compreender o desenvolvimento da política atual.

1 – Definições e Qualificações

- ⊙ Buscando uma definição de ética;
- ⊙ Buscando uma definição de política.

Parece-me correto que as definições devem preceder as qualificações. Desta forma, antes de qualificar e discorrer sobre a dimensão ética da política em seu desenvolvimento histórico e suas distintas abordagens feitas

pelos pensadores clássicos que serão aqui abordadas, torna-se necessário um esforço para se compreender as definições de ética e de política.

A ética tem sua origem etimológica na palavra grega *éthiquê* e define-se como o “ramo do conhecimento que estuda a conduta humana, estabelecendo os conceitos do bem e do mal, numa determinada sociedade em uma determinada época” (CUNHA, 1996; 336). Se o conceito de ética determina as concepções do bem e do mal, deve-se considerar que essas concepções não são absolutas e que apresentam uma razoável variação para cada sociedade e para cada período histórico. Além disso, é necessário ainda acentuar que a própria ética apresenta diferentes dimensões. Segundo Fábio Konder Comparato (2006; 18) “ela abrange o conjunto de sistemas de dever-ser que formam, hoje, os campos distintos – e, na maioria das vezes, largamente contraditórios – da religião, da moral e do direito”. Não há, portanto, incoerência alguma quando nos referimos a uma ética religiosa, a uma ética cristã, a uma ética política, a uma ética pública, ou ainda, parafraseando Max Weber, a uma ética protestante. Nesses diferentes campos, a ética define as concepções do bem e do mal. Em muitos casos essas éticas apresentam situações conflitantes onde o bem definido na conduta ética religiosa, por exemplo, por ser considerado um mal para a conduta ética política ou pública, como veremos adiante.



Assim como a palavra ética, a política tem sua origem etimológica também derivada de uma palavra grega, *politiké* (CUNHA, idem; 618). Essa palavra, por sua vez, tem sua origem ligada a palavra grega para designar a cidade, ou seja, a palavra *polis*. Quando, então, Aristóteles refere-se ao homem como um animal político, *zoon politikon*, ele se refere especificamente ao fato de que o homem é um ser social que vive na cidade, na *polis*. A política refere-se então diretamente a forma de organização do poder dentro de uma determinada sociedade. Pode-se, destarte, definir a política como sendo a área do conhecimento humano que estuda o poder – sua estruturação e institucionalização, assim como suas relações – dentro de uma determinada sociedade. Segundo AZAMBUJA (1967), a política seria então a ciência do poder.

2 – Política e Ética na Civilização Grega

A civilização grega e o surgimento das cidades-Estado (*Polis*)

- ⊙ A *polis* e o surgimento da política;
- ⊙ A racionalidade da política;
- ⊙ A política como intervenção para melhorar o corpo social;
- ⊙ A política como Instrumento da Razão.

A Grécia antiga não constituía uma unidade política da forma como modernamente seria conhecida como Estado. A civilização grega organizava-se naquilo que se convencionou chamar de cidades-estado, ou apenas *polis*, na linguagem grega. A própria geografia desta parte da Europa mediterrânea causou grande influência na organização política descentralizada e autônoma da civilização grega.

As *polis* (cidades-estado) mantinham uma espécie de vínculo federativo sem contudo abdicar da sua soberania e também se uniam em torno de santuários sagrados e formavam suas ligas, uma espécie de rede de cidades da antiguidade clássica.

Antes do aparecimento das *polis* (PISIER, 2004), eram as organizações tipicamente fami-

liares que organizavam a vida social, política, econômica e religiosa da civilização grega. O crescimento dessas organizações fez surgir a necessidade de criação de regras para o convívio social e político que ultrapassassem a esfera privada familiar. Se na família reúnem os indivíduos do mesmo sangue e a aldeia reuniria um conjunto de famílias, seus objetivos convergiam apenas para a busca da sobrevivência. O aparecimento das cidades-estado marca, para o pensamento grego (PISIER, idem), uma evolução na organização social do homem, visto que o convívio na cidade faz o homem superar sua simples busca pela sobrevivência e permite-lhe a possibilidade de realizar suas outras capacidades e virtudes.

O pensamento e a ação política dos gregos direciona-se para estabelecer e pensar suas cidades, seus fundamentos e suas instituições, assim como também seus propósitos e objetivos. A política grega nasce da sua preocupação ética de como as cidades deveriam ser organizadas para que se fosse possível viver a melhor vida possível. Toda a racionalidade tão característica e peculiar da civilização grega (CHEVALIER, idem) encontra na política sua dimensão ética do dever-ser. A construção e

organização das cidades-estado eram encaradas como a discussão da melhor forma de sociedade a ser instituída.

Nas palavras de ROSSI e AMADEO (2004; 63, 64):

A existência da pólis gerou condições para a possibilidade de um pensamento racional sobre a política, isto é, permitiu a atuação política de um número de cidadãos com consciência de seu domínio sobre as coisas da cidade. Em sentido exato, a política são os negócios – eliminando o sentido pejorativo desse termo – da pólis. Essa palavra grega designa urbano (como oposição ao campo), mas também designa civilização (como oposição à natureza ou barbárie) e, sobretudo, cidade-Estado, entendida como entidade comunitária autônoma na qual vivem alguns milhares de habitantes... Portanto, em certo sentido, a política para um cidadão grego da pólis tem um sentido mais específico. Não viver em uma cidade-Estado é, para o grego, não viver politicamente, isto é, não viver civilizadamente. (WOLF, 1999)

A vida política para os gregos era uma associação moral para a vida em comum que,



de acordo com seus princípios éticos, obediência e visava o bem. Nesse contexto surgem as discussões sobre quais seriam as formas possíveis de governo e, dentre elas, qual se-

ria a melhor forma de governo. As formas de governo (BOBBIO, 1997) originam-se na combinação das respostas possíveis para duas perguntas básicas:

Quem Governa? e Como Governa? Assim temos as seis possíveis formas de governo assim descritas: Quando é o governo de um e um bom governo temos uma monarquia, já quando é um mau governo de um temos uma tirania. Se o governo é de poucos e é um bom governo temos uma aristocracia, já se o governo de poucos é um mau governo temos uma oligarquia. Finalmente, quando é o governo de muitos e é um bom governo temos a democracia, e se o governo de muitos é um mau governo temos uma oclocracia.

Outro aspecto importante no pensamento político grego é a idéia de que o estudo da política era visto como análogo ao estudo da medicina. Enquanto esta se ocupava da saúde do corpo individual, aquela deveria se concentrar no estudo do corpo social. Assim surgem os legisladores que se tornam como médicos das cidades, cuja função é perceber onde se manifestam os defeitos da administração e da organização política e como se deve proceder para que essas doenças fossem curadas.

Se, como definido no início deste texto, a ética é a parte do conhecimento que se preocupa com o comportamento humano

estabelecendo os conceitos do bem e do mal em uma determinada sociedade, e se a ética sempre esteve ligada ao pensamento político dos gregos, resta-nos agora saber como o pensamento grego determinava o bem e o mal na organização do poder político em sua civilização. Para essa questão, não há uma resposta única e absoluta, muito embora, como bem observa Max Horkheimer (2003; 29): “em sua origem, a constituição política foi ideada como uma expressão de princípios concretos fundados na razão objetiva; as idéias de igualdade, felicidade, democracia, propriedade, todas se proclamavam corresponder à razão, emanar da razão”.

Assim, o texto irá se concentrar agora no pensamento dos dois principais filósofos gregos que se debruçaram sobre essa questão,

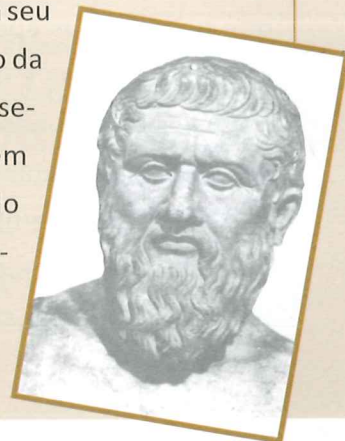
Platão e Aristóteles, cujos trabalhos delimitaram os contornos de toda a discussão política que se desenvolveu na civilização ocidental.

2.1 – O Pensamento Político de Platão: a República como manifestação do mundo das idéias

- ⊙ O mito da caverna
- ⊙ A aparência e a essência;
- ⊙ O mundo sensível e o mundo inteligível;
- ⊙ A cidade ideal – A República;
- ⊙ A submissão do poder ao saber;
- ⊙ A divisão social;
- ⊙ A comunidade acima do indivíduo;
- ⊙ As idéias de comunismo;
- ⊙ A desigualdade natural dos homens;
- ⊙ A ética do DEVE SER.

Para que seja possível compreender o pensamento político de **Platão** deve-se ter em consideração, em primeiro lugar, uma das características básicas e mais marcantes de toda sua filosofia: a sua visão metafísica que divide a experiência humana no mundo sensível e no mundo inteligível, ou no mundo das aparências e no mundo das essências ou das idéias. Essa importante particularidade

do pensamento platônico é muito bem ilustrada por uma alegoria criada pelo próprio autor para expressar essa dicotomia: o mito da caverna. Descrita em seu livro *A República*, o mito da caverna discorre sobre seres humanos que vivem em uma caverna tendo um contato apenas su-



perficial com a realidade que se desenvolve fora da caverna. Conforme Marilena Chauí (2004; 11):

Os prisioneiros se comunicam dando nome às coisas que julgam ver (sem vê-las na realidade, pois estão na obscuridade) e imaginam que o que escutam, e que não sabem que são sons vindos de fora, são as vozes das próprias sombras e não dos homens cujas imagens estão projetadas na parede; também imaginam que os sons produzidos pelos artefatos que esses homens carregam nos ombros são vozes de seres reais.

O mundo fora da caverna seria a verdadeira realidade, ou seja, a realidade daquilo que Platão chama do mundo das idéias, do mundo inteligível, enquanto que a vida dentro da caverna é a realidade imperfeita e incompleta do mundo sensível, do mundo das aparências que são tomadas como realidade verdadeira. O mundo sensível é o mundo das aparências, de uma realidade contraditória que percebemos apenas pelas nossas percepções, crenças e opiniões, é um mundo mutável. Já o mundo das idéias é o mundo das essências imutáveis, da verdade absoluta e objetiva, onde não há oposições e nem contradições. Pode-se, contudo, se passar de um mundo a outro através do uso da razão

dialética, da razão que busca nas contradições das crenças e opiniões a construção de uma verdade não contraditória.

Essa introdução é necessária para a compreensão do pensamento político de Platão, como descrito em seu talvez mais famoso diálogo *A República*, onde são colocadas as bases para a realização da sua cidade-Estado ideal, que seria, logicamente, a representação e a concretização do seu mundo das idéias, em contraposição aos governos e estados imperfeitos e corrompidos existentes na realidade do mundo das aparências.

A dimensão ética do pensamento político de Platão está diretamente ligado ao seu conceito de uma sociedade que seria a realização suprema do BEM, da VERDADE e da JUSTIÇA, de uma sociedade política ligada ao vir a ser, ao dever-ser, em contraposição àquilo que se desenvolvia na realidade sensível.

A premissa fundamental para a existência e realização da República de Platão é a submissão do poder político ao saber. Para o filósofo grego (CHEVALIER; idem) seria apenas através da filosofia que se pode conhecer e distinguir aquilo que é justo e verdadeiro tanto na vida pública quanto na vida privada. Portanto, os seres humanos não se livrariam dos males dos

seus governos e estados corrompidos até que os puros e autênticos filósofos subissem ou ascendessem ao poder. Logo, a cidade ideal deveria servir-se da correta filosofia para curar as enfermidades do gênero humano. Essa cidade ideal deveria mostrar a constituição perfeita de uma política que seria dominada pelo mais elevado princípio de justiça e que exprimiria a idéia do BEM.

A República ideal pensada e concebida por Platão é a realização da justiça entendida como uma divisão harmônica de funções de acordo com as aptidões de cada grupo social (eram três esses grupos – governantes-filósofos, guerreiros, trabalhadores). Para Platão todos os Estados existentes são corrompidos, em maior ou menor grau. O Único Estado não Corrompido não existe na realidade, mas é uma manifestação do mundo das idéias. Existem apenas formas más que se sucedem historicamente, a boa forma de governo existe por si mesma. Existe apenas fora da história.

Outro ponto importante no pensamento político de Platão é sua concepção e certeza de que importa mais a unidade do Estado que a liberdade individual. Platão concebe a sociedade como um organismo, análogo ao corpo humano. Cada grupo tem uma função e uma alma distinta: há as almas racionais (filósofos-

governantes), as almas passionais (guerreiros) e as almas apetitivas, que se deixam levar apenas pelos desejos (trabalhadores).

A República ideal de Platão tem alguns princípios éticos que podem nos parecer um pouco estranhos na atualidade. Em primeiro lugar, há a concepção de que a felicidade e a satisfação individual se realizam somente através do bem-estar da comunidade, ou seja, a justiça coletiva deve sempre prevalecer sobre as demandas individuais. Essa idéia contradiz atualmente toda a concepção de justiça e preservação dos direitos individuais que formam a base da sociedade capitalista moderna. Naquilo que concerne a educação dos habitantes dessa república ideal, ela deveria ser direcionada para a formação das duas classes superiores, os guerreiros e os filósofos governantes, e teria como objetivo principal despertar na alma racional de cada habitante o gosto pelo BEM e pelo BELO moral e estético. Além disso, a educação das crianças ficaria nas mãos dos governantes filósofos e não da família. Com relação a família, Platão a considerava com um verdadeira ninho de egoísmo anticívico (CHEVALIER, idem), por isso a vida familiar deveria ser abolida em prol da própria comunidade, tendo-se a idéia de que todos os membros da comunidade deveriam se sentir como partes da mesma grande família.



Posteriormente, temos a concepção de Platão de que toda a propriedade privada deveria ser extinta e ser substituída pela comunhão de bens entre os membros da comunidade. No vocabulário moderno e contemporâneo, pode-se dizer que Platão pretendia o estabelecimento de certo tipo de comunismo, que não faz referência, logicamente, as idéias de Karl Marx, mas que se ligaria muito mais a própria origem dessa palavra, onde a comunidade importava mais que os seus indivíduos componentes. Finalmente Platão também defende a idéia de que os casamentos deveriam ser feitos de acordo com a escolha dos próprios governantes filósofos que seriam guiados pela idéia da realização do BEM, e nesse sentido acaba por defender uma política de eugenia, onde os melhores deveriam procriar.

Ressalta-se ainda que, embora o pensamento platônico para a República ideal complete-se na idéia da comunidade que deve realizar a felicidade da cidade, a questão da igualdade entre as classes que comporiam essa comunidade é tratada da seguinte forma:

Assim como a alma é composta por três partes, também o Estado está composto por três camadas sociais. Interessante são as mútuas

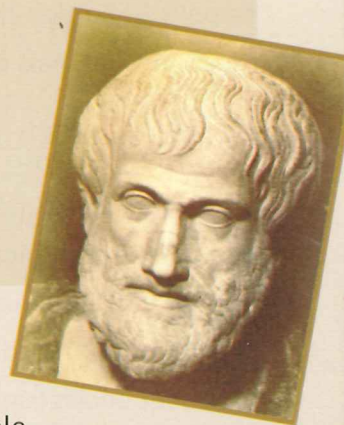
relações que o filósofo estabelece entre as partes da alma e o Estado: a parte racional da alma coincide com a camada governamental dos guardiões filósofos, a parte irascível, com a camada dos guardiões e a parte desejável ou material com as camadas produtivas. Platão acredita que todas essas partes são condição de possibilidade da existência da pólis, não podendo alterar-se as hierarquias que a sábia natureza estabeleceu entre elas. (ROSSI, M. e AMADEO, J., op. cit; 69)

O pensamento ideal de Platão não representa, de forma alguma, uma superação ou uma emancipação da desigualdade existente entre os homens. Para o pensador grego, essa desigualdade é natural e harmônica, devendo, então, ser preservada e conservada.

Conclui-se, desta forma, que a política na visão platônica está intrinsecamente ligada a idéia de um DEVER SER, de um futuro a ser construído baseado e fundamentado na ética própria desse pensador que se expressaria em uma comunidade que realizasse a idéia do BEM, do BELO e do JUSTO. Uma comunidade ideal, uma expressão do seu mundo das idéias, ou da vida fora da caverna.

2.2 – O Pensamento Político de Aristóteles

- ⊙ A evolução humana e o surgimento da *polis*;
- ⊙ A teologia aristotélica;
- ⊙ A *polis* e a natureza moral do homem;
- ⊙ A cidade como um lugar das diferenças;
- ⊙ A política como forma de administrar as diferenças;
- ⊙ A justiça de leis;
- ⊙ As leis como o império da Razão;
- ⊙ A desigualdade natural entre os homens;
- ⊙ Críticas ao pensamento de Platão;
- ⊙ A ética da melhor vida possível.



Aristóteles via a *polis* como o coroa-mento natural e necessário de um desenvol- vimento humano que se iniciava com a família, passava pelas aldeias e terminava na cidade-Estado, onde as necessidades humanas não seriam mais simplesmente aquelas da sobrevivência cotidiana. Nesse ponto identifica-se o caráter teleológico do pensamento aristotélico. Sendo a teleologia qualquer doutrina que prima por identificar a presença de fins últimos direcionando a experiência e a vida humanas, a teleologia aristotélica acaba por fundamentar e incor- porar a idéia de que todos os seres humanos e toda a natureza direcionam-se a uma finali-

dade que pode ser tida como inalcançável comple- tamente por transcender, por ultrapassar a realidade material.

Se a vida na cidade-Estado é então o fi- nal pré-estabelecido do desenvolvimento da humanidade, temos também que para Aris- tóteles será difícil alcançar esse fim em toda sua perfeição. Nesse ponto está a chave para a compreensão do pensamento político de Aristóteles.

Assim sendo o pensamento de Aristóteles refere-se a dimensão ética da política não



mais na forma de uma cidade-Estado ideal como no estilo platônico, mas antes refere-se e direciona-se para pensar a organização política como uma associação para viver em comum a melhor vida possível. O objetivo da política torna-se, em sua dimensão ética, a busca da felicidade possível dos habitantes da *polis*, garantido-lhes o direito de viver seu modo de vida mais desejável.

O pensamento político de Aristóteles apresenta uma dimensão ética diferente daquela visão platônica, ligada exclusivamente a um DEVER SER situado no mundo inteligível das idéias. O político aristotélico tem ligações e conseqüências concretas e prevê interações e realizações na vida da *polis*. Expressas, por exemplo, na preocupação desse filósofo na constituição da justiça na cidade-Estado. A justiça deve ser traduzida pelas leis, e as leis, para Aristóteles (CHEVALIER, *idem*), devem expressar os imperativos eternos da moralidade, devem expressar a razão livre de desejos e das paixões humanas. Nesse ponto, sobre a valorização da razão, em sua forma objetiva, como forma de superação das contradições e das variações do mundo sensível das paixões, há a concordância do pensamento aristotélico com seu mestre Platão.

Assim como seu mestre, Aristóteles também defende concepções que hoje são consideradas como sendo representantes da imoralidade, segundo a moderna definição de ética no pensamento político ocidental. Sua defesa da escravidão como um fato natural originada nas diferenças existentes entre os homens converge não só com o pensamento platônico, assim como com o pensamento da civilização grega.

A principal diferença no pensamento desses dois filósofos encontra-se na questão das diferenças e dos conflitos sociais.

Caberia mencionar outro aspecto pelo qual as diferenças entre Platão e Aristóteles são irrecuperáveis. Antes fizemos referência que o objeto da política, para Platão, se enquadra em uma teoria da ordem social que inclui, ou pelo menos considera como uma “patologia” o conflito social; para Aristóteles, o conflito é constitutivo das relações humanas, e, portanto, da política, vale dizer que esta é a razão pela qual sua preocupação primária não é a temática da ordem, mas a problemática da governabilidade – em que o conflito aparece a priori, e que não se deve anular, mas justamente assumir, ou em todo caso, administrar. (ROSSI, M e AMADEO, J., *op. cit.*, 71)

De forma resumida, enquanto para Platão a cidade ideal deveria eliminar as diferenças, Aristóteles parte do princípio que elas devem ser conciliadas e administradas na medida do possível.

O pensamento desses dois filósofos determinará os contornos da discussão política e da sua ética até o renascimento, influenciando inclusive os dois principais pensadores cristãos da Idade Média, Santo Agostinho e São Tomas de Aquino.

3 – O Pensamento Político da Idade Média: Santo Agostinho e São Tomas de Aquino

- ⊙ O surgimento do Cristianismo;
- ⊙ A razão substituída pela fé;
- ⊙ Santo Agostinho e a ética da Cidade de Deus;
- ⊙ São Tomas e a ética da política dos homens;
- ⊙ A influência platônica de Santo Agostinho;
- ⊙ A influência aristotélica de São Tomas.

Deve-se, inicialmente, ressaltar que **Santo Agostinho** e São Tomas não foram os únicos pensadores importantes da Idade Média que abordaram a questão da organização política e também sua dimensão ética. Logo depois dos gregos, a civilização romana também desenvolveu um pensamento político dos mais interessantes, tendo como expoentes pensadores como Políbio e Cícero. Poderíamos citar o

pensamento de alguns papas e do próprio Santo Anselmo, mas nos detemos nesses dois pensadores porque eles trazem as fortes influências dos pensadores gregos Platão e Aristóteles.

O fato histórico de maior relevância ocorrido no período do Império Romano e



que acabou por moldar todo o desenvolvimento histórico do mundo ocidental e influenciar os direcionamentos do mundo oriental foi o nascimento e a ascensão do Cristianismo. Tal fenômeno remodelou todo o estilo de vida ocidental, deu novos contornos à questão ética, mudou comportamentos sociais, políticos, econômicos e artísticos, reconfigurou o mapa europeu e criou uma das maiores e mais poderosas instituições de todos os tempos, a Igreja Católica Romana.

Se, como bem observou Max Horkheimer (idem; 19):

Quando se concebeu a idéia de razão, o que se pretendia alcançar era mais que a simples regulação da relação entre meios e fins; pensava-se nela como o instrumento para compreender os fins, para determiná-los. Sócrates morreu porque submeteu as idéias mais sagradas e correntes da sua comunidade e do seu país à crítica do *daimonion*, ou pensamento dialético, como Platão o chamou. Ao fazê-lo, lutava ao mesmo tempo contra o conservadorismo ideológico e contra o relativismo mascarado do progresso, mas, na verdade, subordinado aos interesses pessoais e profissionais.

Temos, pois, que para os gregos, a razão era considerada como a ferramenta e o caminho para se chegar aos princípios absolutos da Justiça, do Bem e do Belo. Tal fato permanece visivelmente claro no pensamento platônico, e essa ressalva é de extrema importância porque é em Platão que Santo Agostinho, bispo de Hipona no século V d.C., vai buscar toda inspiração para construir sua teologia cristã.

A razão é então substituída pela fé religiosa cristã, que se torna o instrumento para a construção da verdade absoluta, da justiça, do bem e da redenção. Do mundo sensível ao inteligível de Platão, chegamos à Cidade dos Homens e à Cidade de Deus, esboçadas na obra desse santo.

Quase oitocentos anos separam **São Tomas** de Santo Agostinho. E, enquanto esse último buscou a inspiração platônica, o primeiro ateu-se aos aspectos mais importantes da obra de Aristóteles, que foram revigorados e redescobertos na Europa do século XII. Sobre a reflexão política de São Tomas temos que:



Ela não tem certamente como objetivo deliberado justificar o poder dos reis. No entanto, é verdade que, fortemente marcada pelo pensamento político de Aristóteles, ela contribui, contra o agostinismo, para dar peso às comunidades de fato. Rompendo com a perspectiva segundo a qual a Cidade dos Homens é diretamente de instituição divina e ligada ao pecado original, São Tomas estabelece que ela é, dentro da ordem da Criação, um fato natural. Se Deus quer que os homens vivam em sociedade, resulta daí que o poder, cujo objetivo é o de garantir a unidade de uma multiplicidade, é um assunto humano que faz parte do plano geral da Providência e

não de um desígnio singular de Deus ou de seu representante. (PISIER, 2004; 27, 28)

A influência aristotélica mostra-se plenamente nessa citação explicativa sobre o pensamento de São Tomas, assim como também suas contradições e oposição ao pensamento de Santo Agostinho e, por consequência, ao pensamento platônico.

O que deve ser finalmente ressaltado são os contornos cristãos dados às obras filosóficas da antiguidade, fazendo com que a fé substitua a razão, e os valores do cristianismo sejam os principais aspectos da dimensão ética da política, como pensada na Idade Média.

4 – O Pensamento de Maquiavel e a ética própria da política

- ⊙ O crítica ética do DEVER SER;
- ⊙ Maquiavel e não maquiavélico;
- ⊙ Sobre a verdade efetiva das coisas;
- ⊙ A política e a conduta dos homens;
- ⊙ A política como forma de manter a ordem social;
- ⊙ A ética pública e política;
- ⊙ A ética privada e religiosa.

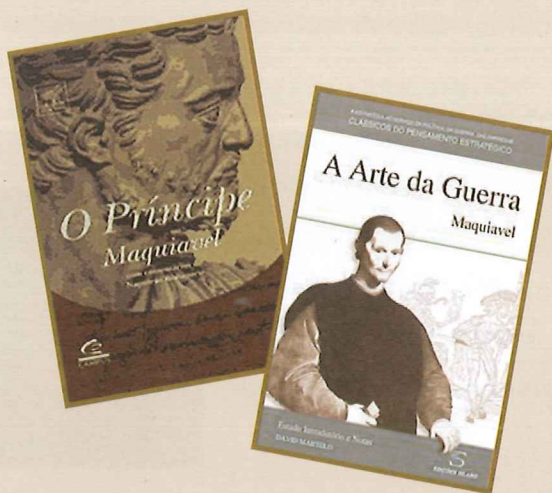
O pensamento político do florentino Nicolau **Maquiavel** marca uma verdadeira revolução na maneira como as relações entre a ética

e a política são estabelecidas e estudadas. Nas suas principais obras, como *O Príncipe*



e *A Arte da Guerra*, Maquiavel coloca e destaca contornos nítidos do realismo nas atividades políticas que o fizeram ser tantas vezes mal interpretado e tantas vezes ser intelectualmente vituperado. O adjetivo “maquiavélico”, assim como o advérbio “maquiavelicamente” não encontram respaldo na obra desse importante pensador. Da mesma forma, Maquiavel é acusado por frases e afirmações que ele nunca escreveu, como a célebre “os fins justificam os meios”. Tal afirmação inexistente em suas obras.

Com relação ao objetivo em torno do qual se estrutura esse texto, devemos nos ater a dois aspectos importantes da obra de Maquiavel explicitados em sua mais famosa obra *O Príncipe*. São eles: a verdade efetiva das coisas, e a distinção entre a ética política e a ética religiosa, ou entre a ética pública e a ética privada.



Sobre a verdade efetiva das coisas há uma célebre passagem no capítulo XV do livro *O Príncipe* (MAQUIAVEL, 1973; 69):

Julguei mais conveniente ir atrás da verdade efetiva do que das suas aparências, como fizeram muitos imaginando repúblicas e principados que nunca se viram nem existiram. Entre como se vive e como se devia viver há tamanha diferença, que aquele que despreza o que se faz pelo que se deveria fazer aprende antes a trabalhar em prol da ruína do que da sua conservação. Na verdade, quem num mundo cheio de perversos pretende seguir em tudo os ditames da bondade, caminha inevitavelmente para a própria perdição. Daí se infere que um príncipe desejoso de conservar-se no poder tem de aprender os meios de não ser bom, e a fazer uso ou não deles, conforme as necessidades.

O estudo da política não pode se ater, segundo Maquiavel, àquilo que deveria ser, ao DEVER SER, mas antes, deve se concentrar na verdade efetiva das coisas, em como elas acontecem realmente. E no mundo real da política, esta é marcada pela disputa de poder e tem o objetivo único de manter a ordem, preservando o poder do Estado e evitando o caos. Para manter o controle do Estado, é preciso saber como lidar com a população.

E os homens, segundo Maquiavel, têm uma natureza maligna.

Os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro, e, enquanto lhe fizeres bem, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como disse acima, desde que a necessidade esteja longe de ti. Mas quando ela se avizinha, voltam-se para outra parte. E o príncipe, se confiou plenamente em palavras e não tomou outras precauções, está arruinado... Porque os homens esquecem mais depressa a morte do pai do que a perda de seu patrimônio. (MAQUIAVEL, idem; 76)

Desta forma, torna-se claro que o objetivo da política parece ser incongruente com a ética da razão pensada pelos gregos, assim como a ética da fé, como pensada pelos filósofos da igreja católica.

Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre considerados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é

levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados, e o mundo é constituído pelo vulgo, e não haverá lugar para a minoria se a maioria não tem onde se apoiar. (MAQUIAVEL, idem; 81)

Essa célebre passagem, que tanta confusão interpretativa causou, demonstra claramente que o reino da política deve ser estudado e considerado de forma distinta do reino da religião e da ética cristã. Maquiavel tem o mérito de diferenciar essas duas éticas. Na ética cristã os princípios e valores utilizados para se julgar um bom ou um mal comportamento baseiam-se exclusivamente na prática dos ensinamentos de Cristo tal como deixados na Bíblia e divulgados pela igreja. Essa ética refere-se exclusivamente à vida privada, onde os homens devem se mostrar solidários, pacientes, tolerantes com a violência, perdoar os erros dos seus próximos e dos seus semelhantes. O objetivo principal da conduta ética cristã é garantir a salvação da alma.

Já a ética política baseia-se nos princípios e valores que formam a vida pública, e esses princípios, sempre segundo Maquiavel, são expressos pela manutenção da ordem pública e pela manutenção do poder do Estado, evitando assim que a sociedade viva em um estado de caos e conflito permanentes.



Não se deve utilizar princípios da ética privada para julgar os movimentos da ética pública e política, e nem tampouco deve-se fazer uso dos princípios da primeira na segunda. O que seria de um governo que não punisse o crime, mas apenas perdoasse os criminosos? Qual a ordem que teria uma sociedade em que, sendo invadida, não respondesse a agressão, mas antes oferecesse a outra face? As conseqüências seriam terríveis.

A interpretação equivocada da obra de Maquiavel reside principalmente na confusão que se faz entre essas duas éticas, e na forma como os atos da vida pública acabam sendo julgados e enquadrados segundo princípios da ética religiosa.

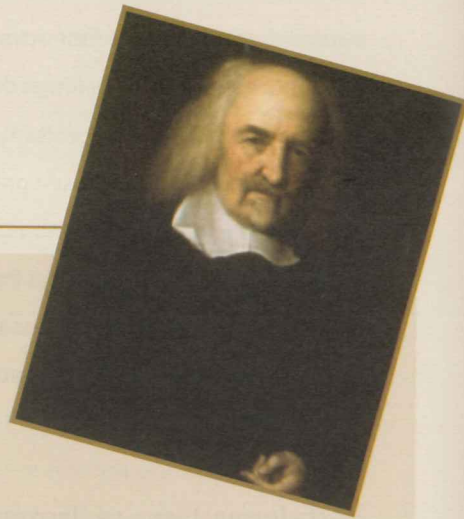
5 – Thomas Hobbes e o Leviatã

- ⊙ A origem do poder do Estado;
- ⊙ O contrato social de Hobbes;
- ⊙ Os deveres do Estado;
- ⊙ O poder indivisível do Soberano;
- ⊙ O realismo político;
- ⊙ A submissão da religião ao Estado.

A obra do inglês **Thomas Hobbes** marca um novo passo na análise realista da dimensão ética da política já desenvolvida anteriormente pelo pensador florentino Nicolau Maquiavel.

Escrevendo na conturbada Inglaterra da primeira metade do século XVII, Thomas Hobbes parte do princípio de qual, assim como descrita por Maquiavel, a natureza humana apresenta traços de racionalidade e egoísmo,

devendo ser, portanto, contida pelo poder político do Estado. Os homens, na visão hobbesiana, não tem uma natureza sociável e não tiram prazer algum da companhia. Ou seja, ao contrário do que pensava Aristóteles, os homens não são seres sociáveis por natureza. E não só Aristóteles, quase todos os grandes filósofos e pensadores tinham essa opinião, como São Tomas de Aquino. A sociabilidade só será possível quando houver uma força acima dos homens que os obrigue ao respeito



mútuo. O domínio sobre os outros homens é absolutamente necessário para a conservação de cada um. Assim sendo, essa situação é admitida por todos. Essa é a base para a teoria hobbesiana que explica a fundação do Estado, através de um Contrato Social, onde todos os homens renunciam a sua liberdade para terem a sobrevivência assegurada pelo poder do Estado na figura do seu Soberano.

O objetivo último da política e do poder do Estado é então a sua preservação e a preservação da vida dos súditos. O poder deve ser então absoluto e indivisível, para que não existam conflitos que podem levar a sociedade novamente para seu estado de natureza, onde inexistente uma autoridade acima dos homens e onde o estado de guerra e de conflito é uma característica permanente. Quanto a indivisibilidade do poder soberano:

O raciocínio de Hobbes tem simplicidade exemplar: se o poder soberano está efetivamente dividido, não é mais soberano; se continua a ser de fato soberano, não está dividido – a divisão é só aparente. Sabemos muito bem qual é a situação histórica da qual nasce a reflexão hobbesiana; a disputa entre rei e parlamento, na Inglaterra, que deu origem a guerra civil, isto é, a dissolução do Estado.

Hobbes considera responsáveis por essa dissolução aqueles que sustentaram, de diversos modos, a divisão do poder soberano entre o monarca e o corpo legislativo. (BOBBIO, *idem*; 112)

O poder que o soberano recebe logo após a criação do Estado pelo Contrato Social hobbesiano é então indivisível e deve ser absoluto, evitando os conflitos e as situações de tensão e desordem social. O soberano não deve se submeter a nenhuma lei e a nenhum constrangimento em seu exercício do poder, e cabe ao Estado o controle da vida social, política e econômica do homem na sociedade, não havendo mesmo a distinção entre a esfera pública e a esfera privada. Nenhuma das leis pode constranger o exercício do poder soberano, e elas devem ser apenas consideradas como conselhos de prudência.

O pensamento hobbesiano nos faz deparar com uma versão acentuada dos princípios já descritos por Maquiavel. Hobbes não faz uma separação pura e simples entre a ética religiosa e a ética política, ela submete a religião ao poder soberano do Estado.

Desta forma a dimensão ética da política, segundo o pensamento de Thomas Hobbes,



pode ser resumida na ética que regula o comportamento do portador do poder soberano, que tem como o seu objetivo a manutenção da paz interna e de organização da sociedade impedindo o aparecimento dos conflitos que podem resultar tanto na dissolução do Estado quanto, conseqüentemente, na volta

ao estado de natureza. O poder ilimitado do soberano deriva diretamente dessa expectativa ética colocada na teoria do Leviatã, ou seja, de que o dever e o objetivo último do Estado é a conservação do direito a vida que os súditos têm.

6 – O Contrato Social de Rousseau

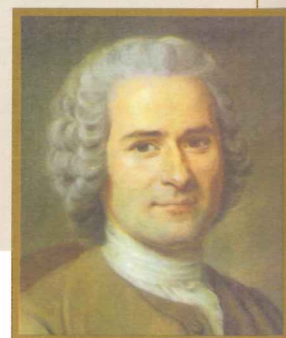
- ⊙ A influência platônica;
- ⊙ A volta da ética do DEVER SER;
- ⊙ A releitura de Maquiavel
- ⊙ A crítica a Thomas Hobbes;
- ⊙ A política como uma conduta moral;
- ⊙ A origem da desigualdade;
- ⊙ A superação da desigualdade;
- ⊙ O Contrato Social de Rousseau.

O francês **Jean-Jacques Rousseau** é um filósofo único e singular. Vivendo na França pré-revolucionária do século XVIII e convivendo em um meio acadêmico onde a grande maioria dos filósofos iluministas acreditava na ilustração como meio de desenvolvimento moral do homem, Rousseau acreditava que, ao contrário, o homem já se encontrava em um estado de corrupção social que seria difícil reverter.

A posição de Rousseau é nitidamente contrastante com aquelas apresentadas por

Maquiavel e Hobbes e se aproxima muito de certos ideais platônicos. Ele não considera a natureza humana egoísta, ela seria boa em essência, mas que acabou se corrompendo ao longo da história.

Uma das principais, talvez a principal, preocupação teórica e filosófica de Rousseau seja o estudo da desigualdade entre os homens. Partindo da premissa da igualdade entre os homens, Rousse-



au preocupa-se em saber como os homens se tornaram desiguais, e tenta construir e elaborar uma resposta possível de como seria possível superar essa desigualdade. A primeira preocupação leva Rousseau a escrever o seu *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, já a segunda questão é abordada em seu outro livro *Contrato Social*.

A questão central da desigualdade é aquela que vai nos esclarecer a forma pela qual o pensador nascido em Genebra faz a articulação sobre a dimensão ética da política. A concepção de homem dada por Rousseau é expressa de forma clara no livro *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Nesta obra, Rousseau define que o homem em seu estado de natureza era bom, dotado de compaixão e solidariedade, além disso, os homens teriam, de forma inata, a idéia de justiça. Nesse ponto torna-se clara a sua associação com os conceitos platônicos de inatismo e da racionalidade da alma. E, simplificando, a instituição da sociedade civil, que só seu deu através da criação da propriedade privada, corrompe o homem.

Eu concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade; uma que eu chamo de

natural ou física, porque ela é estabelecida pela natureza e consiste nas diferenças etárias, de saúde, de força física e das qualidades do espírito ou da alma. A outra desigualdade é aquela que podemos chamar de desigualdade moral ou política, porque ele depende de uma série de convenções e é estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Ela consiste em diferentes privilégios, onde alguns gozam de vantagens em detrimento dos outros, como as vantagens de ser mais rico, mais honrados, mais poderosos que o resto, e por isso eles conseguem a obediência daqueles que são prejudicados. (ROUSSEAU; 1971; 167)

A razão para a desigualdade política encontra-se no estabelecimento da propriedade privada. E, estabelecida essa desigualdade, Rousseau pensará nos meios de superá-la, em seu livro o *Contrato Social*. No início, há uma célebre passagem que pode bem resumir os objetivos da sua obra:

O homem nasceu livre, mas por todo lugar ele se encontra aprisionado. Ele tanto se considera mestre dos demais que não deixa de ser mais escravo do que os outros. Como é que tal mudança se produziu na história? Eu a ignoro.



O que a poderia ter deixado legítima? Creio que posso responder e resolver essa questão. (ROUSSEAU, 1966; 41)

O Contrato Social é um tema clássico na ciência política que aborda a passagem do estado de natureza para o estado civil. Rousseau aborda essa passagem, o contrato social, além da questão da liberdade civil, da escravidão e do surgimento da propriedade, e apresenta sua principal inovação: a soberania exercida pelo povo. Para ele, a história hipotética humana se resume na seguinte passagem: o Homem vai da liberdade à servidão.

No *Contrato Social*, Rousseau preocupa-se em apresentar o DEVER SER da ação política, e não aquilo que a política simplesmente é. Para Jean Jacques, a política é uma moral, é um instrumento de realização da ética da razão, da ética que os iluministas revigoraram dos gregos, é um instrumento para a realização de JUSTIÇA e do BEM.

Nessa obra, Rousseau pretende estabelecer as condições de possibilidade de um pacto legítimo, através do qual os homens, depois de terem perdido sua liberdade natural, ganhem, em troca, a liberdade civil. (Livros VI, VII, VIII do livro I do *Contrato social*)

Na legitimação do Pacto, a igualdade entre os contratantes é essencial. Todos devem alienar-se totalmente de todos os direitos, porque assim a igualdade será total. Ninguém então seria prejudicado, já que o corpo soberano que surge após o contrato é o único a determinar o modo de funcionamento da política, determinando mesmo a distribuição dos bens. Dessa forma, há todas as condições para a realização da liberdade civil, pois o povo soberano, sendo ao mesmo tempo parte ativa e passiva, agente do processo de elaboração das leis e aquele que obedece essas leis, tem todas as condições para se construir enquanto um ser autônomo. Assim, haveria uma conjugação perfeita entre liberdade e obediência.

Segundo Rousseau, um povo só será livre quando tiver todas as condições de elaborar suas leis em um ambiente de igualdade, de maneira que a obediência às leis signifique uma submissão a deliberação de si mesmo e de cada cidadão, como partes de um poder soberano. A submissão é a vontade geral, e não a vontade de um indivíduo ou grupo de indivíduos, de onde provém a legitimidade da democracia.

Rousseau sabe, contudo, que são muitos, também, os riscos de degeneração de tal



sistema. É possível que o governo tenda a ocupar o lugar do soberano instituindo-se como poder máximo, invertendo os papéis estabelecidos no contrato. O governo passa a subjugar o povo e não se submete a ele.

No tocante à representação, Rousseau reconhece a necessidade de representantes para formarem um governo, muito embora ele discorde que uma vontade possa ser representada. O exercício da vontade geral através da representação seria uma sobreposição de vontades. Há o risco de que os representantes passem a agir de acordo apenas com seus interesses e não segundo o interesse daqueles

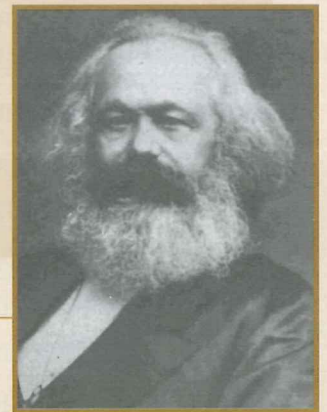
que ele representa. Como possível remédio, Rousseau defende que os representantes sejam trocados com frequência.

Todavia, Rousseau é incrédulo no que se refere à recuperação da liberdade humana, liberdade essa que ficou perdida no momento em que foi instituída a propriedade privada e o homem sai do seu estado de natureza (liberdade total). Apenas um milagre faria com que o homem recuperasse seu estado natural de liberdade, e isso explica porque os revolucionários franceses de 1789 não tinham apenas confiança nas palavras de Rousseau, tinham fé.

7 – A Política segundo Karl Marx

- ⊙ Entender a natureza e transformar a natureza;
- ⊙ A política e sua ética da superação das desigualdades;
- ⊙ O poder político e o poder econômico;
- ⊙ Estrutura e Superestrutura;
- ⊙ A luta das classes;
- ⊙ A luta pelo poder do Estado;
- ⊙ A política como forma de superar desigualdade;
- ⊙ O DEVER SER na visão marxista.

O pensador e filósofo alemão **Karl Marx** foi uma das figuras mais marcantes na história da humanidade. Sua obra não foi só o primeiro estudo crítico e científico sobre as origens e o desenvolvimento do



capitalismo, mas também abordou o capitalismo como a totalidade de um modo de produção que acaba por condicionar o desenvolvimento e o funcionamento de todas as instâncias da sociedade moderna.

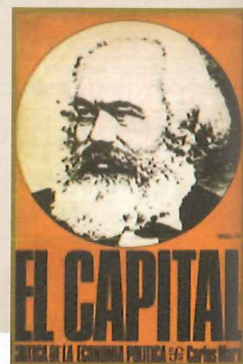
A riqueza da obra de Marx pode ser medida pela sua influência nas mais diversas ciências humanas, de forma que é possível falar de uma teoria marxista na economia, na história, na ciência política, na sociologia, no direito, na filosofia e até mesmo na psicologia. Também se pode ter uma idéia da importância de Marx pelos inúmeros estudos e correntes de pensamento que se articularam exclusivamente para combater sua obra.

Segundo Raymond Aron (2004), o principal objetivo das obras de Marx era estudar e analisar o funcionamento da sociedade capitalista e tentar prever sua evolução. Marx observa que em primeiro lugar a sociedade capitalista é industrial e científica, em oposição as sociedades militares e teológicas que se configuraram e se desenvolveram no passado. Partindo da sua perspectiva histórica dialética – segundo a qual a história se move através das contradições internas inerentes a todos os modos de produção – Marx explora as contradições existentes no funcionamento da sociedade capitalista e a primeira delas é a

luta de classes. A história de toda sociedade é a história da luta de classes, um antagonismo entre opressores e oprimidos.

Na visão marxista, a burguesia é a classe opressora moderna, porque é detentora dos meios de produção. E ela mantém seu domínio através da revolução permanente desses meios, ao contrário do que era feito anteriormente. As classes anteriores preocupavam-se em preservar os antigos modos de produção. A classe oprimida é o proletariado, classe que possui apenas sua força de trabalho, que se torna uma mercadoria como outra qualquer.

São duas as principais contradições do regime capitalista: em primeiro lugar há a contradição entre as forças de produção e as relações de produção. As forças de produção se desenvolvem incessantemente, mas as relações de produção – propriedade e distribuição de renda – não se transformam no mesmo ritmo. A segunda contradição é aumento da riqueza e a miséria crescente da maioria. O desenvolvimento do capitalismo levaria a uma crescente concentração de renda. Desta crise, Marx pensa que sairá uma crise revolucionária. O desenvolvimento do capitalismo é o desenvolvimento da



concentração de renda e do crescimento da miséria da maioria da sociedade constituída pela classe trabalhadora. Claro que Marx afirma a existência de apenas duas classes sociais, há também outras classe sociais intermediárias entre capitalistas e proletários, como os pequenos burgueses, os artesãos, comerciantes e proprietários de terra. Mas o desenvolvimento do sistema capitalista aponta para uma polarização e concentração entre essas duas classes sociais antagônicas.

Desta constatação decorre a idéia de que o poder político é apenas o poder de uma classe sobre a outra. A idéia de que o Estado é apenas um instrumento de dominação e de que a política é apenas o estudo dessa dominação.

Segundo Bobbio (1997), Marx tem uma concepção negativa do Estado, visto sempre como instrumento de dominação de classe. Nesse ponto, sua posição contrasta com a posição da maioria dos pensadores que se debruçaram sobre o problema do Estado. Para Hegel o Estado é racional em si mesmo, é o sujeito da história universal, o momento final do espírito objetivo. O fim da história, para Hegel, é a construção do Estado em sua forma de Monarquia Constitucional. O Estado supera as contradições e conflitos existentes

na sociedade. Para Marx, ao contrário, o Estado é apenas a expressão das contradições sociais, não sendo sua superação, mas sim sua perpetuação. Já para Platão, o fim último do Estado é a justiça. Para Aristóteles é o bem comum. Para a maioria dos pensadores políticos aqui tratados, a filosofia política é a glorificação do Estado. O contraponto marxista se exprime da seguinte forma: o estado não é mais visto como instrumento civilizador que impede a expansão e perpetuação da barbárie, como para Bodin e Hobbes. O Estado é um instrumento de dominação.

Para Marx, o Estado é uma superestrutura que reflete o estado das relações sociais determinadas pela base econômica. A vida material dos homens, que não depende da sua vontade pura, seu modo de produção e a forma de relacionamento que os condiciona reciprocamente são a base real do Estado. Essas relações não são criadas pelo poder do Estado, elas constituem o poder que cria o Estado. As relações nascidas na esfera da produção – donos dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho – se materializam no poder do Estado.

Neste ponto, a concepção de Estado de Marx é similar àquela de Maquiavel, pois am-



bos consideram o Estado como simples instrumentos de poder. Um aparelho que serve para a classe dominante exercer o poder, de forma que o Estado não é um fim nobre, mas sim a representação de o interesse específico de uma parte da sociedade. Não reflete o bem comum, mas o bem da classe dominante, o interesse particular de quem governa.

Assim, o poder político é o poder de uma classe organizado para suprimir outra classe. Não importa a forma do Estado, ele será sempre a expressão de uma relação real de domínio de uma classe sobre as outras. Pouco importa também a forma institucional do Estado, visto que ela não altera a essência da relação de dominação que nasce nas relações de produção. As relações aparentes

das estruturas institucionais são enganosas, o Estado é sempre despótico

A dimensão ética da política para Marx seria semelhante à posição adotada por Rousseau, já a atividade política deve se guiar pelo DEVERSER, ou seja, atuaria como um instrumento moral que levaria à superação da desigualdade e da injustiça que marca toda a história de conflitos da humanidade. A origem do Estado na teoria marxista, mais desenvolvida por Engels que por Marx, assemelha-se à visão de Rousseau e a sua concepção negativa do Estado como forma de legitimar e perpetuar a desigualdade. A superação da desigualdade passa pela superação do Estado, e nesse ponto a luta política é o instrumento ideal para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

8 – As duas éticas de Max Weber

- ⊙ A política como o estudo do poder;
- ⊙ O poder do Estado e suas funções;
- ⊙ A política como vocação;
- ⊙ A ética das responsabilidades;
- ⊙ A ética das últimas conseqüências;
- ⊙ A semelhança com Maquiavel.

Nascido na segunda metade do século XIX, na Alemanha, Max Weber é considerado o fundador da Sociologia moderna, ao lado

de Karl Marx e Émile Durkheim. Além disso, sua obra teórica teve grande influencia nos estudos da Ciência Política e da Economia.

Dentre seus principais livros, destacamos: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*; *Política como Vocação*; *Ciência como Vocação*; *Economia e Sociedade*.

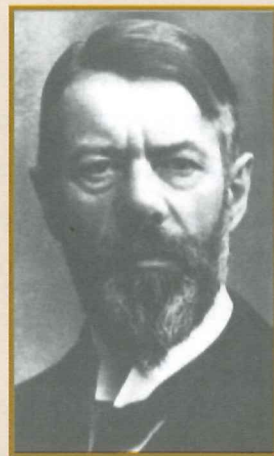
A visão da política por Weber mostra-se mais clara em seu texto *Política como Vocação*, onde define a atividade política como sendo a liderança ou a influência que se pode exercer sobre a liderança de uma associação política. A história moderna fez com que sua associação política principal seja o Estado Nação. Pode-se, então, concluir, de forma resumida, que a política, na visão weberiana, é participar do poder ou da luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados (Relações Internacionais e Política Externa) ou entre grupos dentro de um determinado Estado (Política Interna).

Torna-se nítido, destarte, que o Estado é o ponto principal da atividade política moderna. A construção histórica do Estado Moderno, ou do Estado Nação, passa pela concentração do poder de coerção que outrora encontrava-se disperso e descentralizado nas mãos dos senhores feudais e da nobreza, para o Estado centralizado nacional. Weber descreve esse processo de forma magistral na *Política como Vocação*; e esse mesmo tema acabou sendo tratado por

teóricos contemporâneos ao próprio **Weber**, como Anthony Giddens e Charles Tilly.

Na visão do pensador alemão, sociologicamente, o Estado pode ser definido em termos dos seus meios específicos peculiares (dos meios que lhe são próprios), como qualquer outra associação política. O Estado Moderno (o Estado Nação) tal como o conhecemos hoje é definido pelo uso legítimo da violência física. Logo, o Estado que representa e é uma comunidade humana que pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. O Estado é a única fonte que tem “direito” e “legitimidade” de usar da violência, ou permitir que outros o façam. De forma resumida, o Estado pode ser a concretização de uma relação de homens dominando homens e que é mantida por meio da violência legítima.

O processo de centralização do poder, que dá origem ao Estado moderno, tem também como conseqüência o surgimento dos políticos profissionais, que, como já frisado, surgiram do



processo de expropriação e representavam a classe que foi expropriada dos meios materiais da organização do poder do Estado. Weber identifica dois tipos de idéias de políticos: em primeiro lugar há aqueles que vivem para a política e devem ser, por conseguinte, economicamente independentes. E há também aqueles que vivem da política e que dela dependem economicamente. A política moderna tem então uma característica inédita, apresentando-se como uma carreira no mercado de trabalho. A Evolução histórica da disputa pelos cargos na esfera do Estado traz traços marcantes. No início esses cargos eram considerados como simples instituição para a divisão do espólio (dos bens) daqueles que detivessem o poder. A evolução do funcionalismo público moderno e da burocracia especializada opõe-se a essa situação. Passa a existir um elevado senso de honra (estamental) na burocracia moderna. Segundo Weber, tais mudanças foram conseqüências das necessidades práticas da administração do poder que determinaram essa evolução. Seja pelo controle das finanças, seja pelo controle do aparato militar, seja pelo controle do direito e da justiça.

Weber, no mesmo texto, aborda também a evolução histórica dos modernos partidos políticos, sendo que atualmente sua principal característica é a concentração do seu poder nas mãos dos profissionais dos financiadores dos

partidos. (Mecenas ou diretores de poderosos clubes ou empresas). Criam-se, assim, máquinas partidárias e daí o advento da democracia plebicitária. Geralmente, na visão weberiana, a máquina partidária trabalha com dedicação e lealdade a um homem e não a um programa abstrato. Ou seja, os partidos unem-se mais em torno de lideranças carismáticas que em torno de programas ideológicos. Visão que contrasta radicalmente com as vertentes marxistas.

Sendo feita essa introdução da obra de Weber, podemos destacar agora a relação que ele faz entre a ética e a política. Assim como Maquiavel, Weber parte do princípio e da constatação de que não há uma única ética. Considerando que a política opera com o poder legitimado pela violência, sua ética contrastaria fortemente com a despreocupação material que é a essência da ética cristã. Para a política o mal deve ser enfrentado pela força. O meio decisivo para a política é o uso legítimo da violência, a política é o meio específico de legitimar a violência como tal, na mão das associações humanas, que determina a peculiaridade de todos os problemas éticos da política.

As duas condutas eticamente orientadas possíveis são: das últimas conseqüências ou da responsabilidade. Na primeira desfaz-se a questão da justificação dos meios pelos fins, é

a questão da ética da Razão dos gregos, ou da ética Cristã, onde a escolha dos meios determina os fins perseguidos e ambicionados. Na segunda pensa-se na luta política, na manutenção da ordem e do poder do Estado, e a ética política da responsabilidade, pode então, pôr em risco a salvação da alma. Assim como Maquiavel, Weber conclui que não se deve buscar orientações religiosas na esfera política.

Contudo, o autor pensa ser possível a construção de uma harmonia nessas duas dimensões éticas: quando a ética das últimas finalidades e a ética da responsabilidade são complementares. Quando há consciência da responsabilidade das conseqüências da conduta política e a ação é feita segundo a ética da responsabilidade e dos fins últimos.

9 – A Teoria Crítica

- ⊙ A razão objetiva e a razão subjetiva;
- ⊙ As teorias e os interesses dos teóricos;
- ⊙ A crítica ao discurso de especialização da política;
- ⊙ A política como possibilidade de superação e emancipação social;
- ⊙ A ética do DEVER SER revisitada.

A chamada teoria crítica nasceu dos estudos desenvolvidos por um grupo de intelectuais alemães ligados ao instituto de sociologia e filosofia da universidade da cidade de Frankfurt, tendo seu início na década de

trinta. Entre esses intelectuais, destacam-se **Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Erich Fromm**. Recentemente o filósofo **Habermas** é o representante dessa corrente de pensamento.



A teoria crítica foi fundamentada como uma resposta às chamadas teorias tradicionais, que se desenvolveram em todas as ciências com um forte viés positivista, que pregava, entre outras coisas, a completa convergência de métodos e de funcionamento entre as ciências humanas e as ciências naturais. É nesse contexto que a própria economia moderna se desenvolve tendo a física como seu ponto de referência, e é também nesse contexto que as obras de Durkheim e Comte falam de leis imutáveis e universais que deveriam reger o comportamento da sociedade.

A resposta da teoria crítica fundamenta-se essencialmente na percepção da dupla dimensão da racionalidade. Teríamos então uma razão objetiva e uma razão subjetiva. De acordo com Horkheimer:

O conceito de razão objetiva jamais exclui a razão subjetiva, mas simplesmente considera-a como a expressão parcial e limitada de uma racionalidade universal, da qual se derivavam os critérios de medida de todos os seres e coisas... Platão, por exemplo, idealizou a sua República a fim de provar que aquele que vive à luz da razão objetiva vive também uma vida feliz e bem sucedida. A teoria da razão objetiva não enfoca a coordenação do comporta-

mento e objetivos, mas os conceitos – por mais mitológicos que estes pareçam hoje – tais como a idéia do bem supremo, o problema do destino humano e o modo de realização dos fins últimos... Em última instância, a razão subjetiva se revela como a capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado. (HORKHEIMER, 2003: 14, 15)

A razão objetiva a que se refere o autor é a razão dos gregos, que era o instrumento para o conhecimento do BEM, da JUSTIÇA e da VERDADE. Já a subjetiva é apenas o simples cálculo de probabilidade para se chegar a um objetivo sem nunca questionar qual é esse objetivo.

Nesse sentido podemos focar a questão da dimensão ética da política. Se, para a escola de Frankfurt, o mundo moderno é marcado pela prevalência da razão subjetiva, a própria atividade política passa a ser uma atividade como outra qualquer, que tem o objetivo da conquista do poder, sem nunca questionar os fins últimos envolvidos nessa ação. É a partir dessa visão subjetiva que a competição política passa ser vista como uma competição entre lideranças pelo mercado de votos, perdendo assim sua dimensão ética e valorativa, e não sendo mais tratada como um instrumento para

a construção de uma realidade mais justa, ou pela realização do bem comum.

Para esses pensadores é necessário fazer a crítica das teorias positivistas, como aquelas da escolha racional, que se baseiam apenas na razão subjetiva e não fazem mais do que perpetuar as desigualdades existentes. Para a

escola de Frankfurt, a atividade política deve ser uma expressão da racionalidade objetiva, que enxerga os fins últimos da humanidade, como colocados pelos gregos e reavivados pelos iluministas, para que se possa se transformar numa prática de superação e emancipação social.

Conclusão: A dimensão ética da política atual

⊙ A ética política

Entre os principais pontos dos estudos políticos de Maquiavel está a demonstração da distinção existente entre a ética privada e religiosa e a ética da vida pública, ou a ética política. De acordo com o pensador florentino as regras que ordenam o mundo da política são fortemente distintas daquelas que ordenam a vida privada dos indivíduos; nesta são válidos e funcionam como referência comportamental os valores e as formas de conduta sustentadas, no caso ocidental, pela influência do cristianismo e do humanismo. Na esfera pública, a principal preocupação dos governantes deve ser a manutenção da ordem social e a preservação do poder do Estado. Essas duas éticas têm esferas de atuação distintas, assim como objetivos finais também diferenciados.

Essa pequena explicação de um ponto essencial do pensamento clássico da política elaborado por Maquiavel é de considerável importância na análise do discurso político construído e defendido pelo Partido dos Trabalhadores e, principalmente, pelas expectativas que esse discurso gerou no eleitorado. Durante grande parte do período em que foi o principal partido de oposição, o PT fundamentou suas críticas aos governos existentes utilizando-se de um discurso ético que muitas vezes incorporava elementos da ética privada para o questionamento das ações empreendidas dentro da esfera política da ética pública. Tal fato criou uma expectativa no eleitorado de que o governo do Partido dos Trabalhadores seguiria à risca princípios



éticos próprios da conduta privada. Contudo, guiar-se por tais princípios na condução de um governo não é uma possibilidade real devido ao próprio funcionamento da esfera pública da política – marcada pelo conflito de interesses de classes e grupos sociais – e também ao funcionamento institucional do Estado. Uma parte considerável da decepção da população com relação ao governo petista reside justamente nesse ponto.

Alias, esse fato foi também abordado de maneira clara por Max Weber, em sua obra *A Política como Vocação*, onde é feita a distinção entre a ética privada, chamada pelo pensador alemão de “ética das últimas conseqüências” e a ética pública, denominada como “ética da responsabilidade”.

A análise do comportamento político a partir das duas dimensões éticas primeiramente feitas por Maquiavel e depois retomada por Weber é de extrema utilidade para a compreensão do processo político contemporâneo, e não apenas no Brasil, e não apenas referindo a política interna de cada Estado, mas assim como também para as questões de política internacional.

Se nos parágrafos acima foi dada uma concentrada ênfase na relação ética do Partido dos Trabalhadores, tal escolha deve-se a di-

menção e a proximidade histórica do fato. Mas, deve-se, também, ressaltar que esse discurso confuso foi colocado por vários outros partidos políticos nas mais diversas situações.

Não seria demais lembrar que durante todo o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, seu partido e sua base aliadas utilizaram-se de táticas que, embora sejam comuns e justificáveis no mundo político em sua concepção mais realista, sempre foram encobertas por um discurso de ética e de responsabilidade nacional. A compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição, os processos nada transparentes de privatização, e o fisiologismo marcante daquele governo são apenas alguns dos exemplos que podemos destacar agora.

Outro fato interessante ligado a esse tema é a constatação histórica de que a confusão dos discursos éticos privados e públicos na política brasileira tem sua origem nos partidos conservadores e populistas no período democrático que se iniciou em 1946 e foi finalizado pelo golpe militar em 1964. Políticos como Carlos Lacerda e Jânio Quadros fizeram uso do discurso moralista cristão para conseguir ganhar apoio da população brasileira, fortemente marcada por sua herança católica, visando a tomada de posições estratégicas de

poder dentro do Estado brasileiro. Nada mais característico desse fato que as campanhas de Jânio Quadros e sua famosa vassoura.

Além disso, a tradição maquiavélica realista da política foi usada e vestida das mais

diversas formas para a realização de objetivos pessoais ou de classes específicas sob o manto da chamada razão de Estado. Ressalte-se que, para Maquiavel, tal conceito só seria válido se fosse com o objetivo de evitar o caos social.

Resta-nos agora algumas palavras sobre a dimensão ética da política em sua vertente ligada ao DEVER SER do comportamento político. Contextualizando as obras de Platão e Aristóteles, podemos dizer que a grande contribuição dos gregos foi de definir a política como um instrumento para se chegar a realização dos fins últimos da Razão objetiva, como o BEM, o JUSTO, o BELO e o VERDADEIRO. São justamente essas idéias que se encontram reincorporadas, em diferentes proporções, pelas obras de Rousseau, Marx e pela escola de Frankfurt. Para esses pensadores, a política tem sua dimensão moral, e a atividade política não é uma simples expressão da razão subjetiva onde grupos de interesse disputam o poder do Estado. A atividade política não é pautada pela neutralidade e nem tem suas regras norteadas pelos princípios de competição do mercado, como fazem crer por aí os neoliberais com sua visão incompleta da Razão humana. A dimensão ética da política é justamente sua capacidade de transformação e de superação das desigualdades existentes em nome dos fins últimos da humanidade.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES (2006). *A Política*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

AZAMBUJA, Darcy (1967). *Introdução à Ciência Política*. Rio de Janeiro: Editora Globo.

ARON, Raymond (2004). *O Marxismo de Marx*. São Paulo: Editora ARX.



- BOBBIO, Norberto (1997). *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília: Editora UnB.
- BRANDÃO, Gildo; QUIRINO, Célia e VOUGA, Cláudio (orgs.) (2004). *Os Clássicos do Pensamento Político*. São Paulo: Editora Edusp.
- CHAUÍ, Marilena (2004). *Convite a Filosofia*. São Paulo: Editora Ática.
- COMPARATO, Fábio K. (2006). *Ética*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CUNHA, Antônio Geraldo (1996). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Nova Fronteira.
- HORKHEIMER, Max (2003). *O Eclipse da Razão*. São Paulo: Editora Santauro.
- LOWY, Michael (1978). *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- MAAR, Wolfgang Leo (2006). *O que é Política?* São Paulo: Editora Brasiliense.
- MAQUIAVEL, Nicolau (1973). *O Príncipe*. São Paulo: Editora Abril.
- PISIER, Evelyne (2004). *História das Idéias Políticas*. São Paulo: Editora Manole.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1966). *Du Contract Social*. Paris: Editora Flamarion.
- _____. (1971). *Discours sur l'origine et les fondementes de l'inégalité parmi les hommes*. Paris: Editora Flamarion.
- VITA, Alvaro de e BORON, Atilio (org.) (2004). *Teoria e Filosofia Política*. São Paulo: Editora Edusp.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

- | | |
|--|--|
| plato.if.usp.br/.../apostila/helen8/index.html | www.weltchronik.de/bio/cethegus/w/weberm.html |
| dienekes.angeltowns.net/pictures/ancientgreekmen/ | www.calasanz-pereira.edu.co/sociales/contrato... |
| www.tiosam.com/enciclopedia/enciclopedia.asp?... | xama.incubadora.fapesp.br |
| purl.pt/5158/1/P1.html | www.klepsidra.net |
| scriptoriumciberico.blogspot.com/2006_05_01_a... | www.arqnet.pt/portal/teoria/principe.html |
| www.ps.ritsumei.ac.jp/.../hobbes_search.cgi | readingthemaps.blogspot.com/2007_02_01_archiv... |
| perso.orange.fr/dboudin/Rousseau/index.html | www.heideggeriana.com.ar/.../herbert_marcuse.htm |
| www.mulon.de/.../goetter_marx/goetter_marx.htm | www.infed.org/thinkers/fromm.htm |
| www.leksikon.org/art.php?n=1673 (Marx menor) | systar.hautetfort.com/archive/2006/11/19/inte... |

PARA SABER MAIS SOBRE O TEMA

O objetivo deste suplemento é aprofundar o conhecimento dos conteúdos desenvolvidos em aula. Nele, você encontrará indicações e referências de materiais que possibilitam a discussão e oferecem elementos para a reflexão sobre os temas abordados. As obras e textos aqui listados são um complemento daqueles já citados no Texto de Referência.

Livros

AMARAL, Roberto. *Em Defesa da Utopia*. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2007.

ARRAES, Miguel. *Pensamento e ação política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Ética, política e violência, in: *Ensaio sobre a violência*, Thimoteo Camacho (org.). Vitória: Edufes, 2003.

_____. O ser absolutamente infinito: o Absoluto na filosofia de Espinosa, in: *O Deus dos filósofos modernos*, Manfredo Oliveira e Custódio Almeida (org). Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2001.



DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

_____. *Nietzsche e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

_____. *Diferença e repetição*. Trad. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Espinosa e os signos*. Trad. Abílio Ferreira. Lisboa: Rés, s/d.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil Platôs*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 5 vols., 1995-1997.

DOSTOIEVSKI, Fiódor M. *Crime e Castigo*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

MANGABEIRA, João. *Idéias políticas*. Brasília: Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC, 1980

SARAMAGO, José. *Ensaio Sobre a Lucidez*. Lisboa: Caminho, 2004.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Porto Alegre: L&PM, 1995. Col. Teatro Completo, v. 3. Trad. de Millôr Fernandes.

VERISSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Sítios na internet

Sobre os autores

Platão – <http://pt.wikipedia.org/wiki/Platão>

Aristóteles – <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aristóteles>

Nicolau Maquiavel – http://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolau_Maquiavel

Tomas Hobbes – http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Hobbes

Jean-Jaques Rousseau – http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean-Jacques_Rousseau

Karl Marx – http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx

Max Weber – http://pt.wikipedia.org/wiki/Max_Weber

Theodor Adorno – http://pt.wikipedia.org/wiki/Theodor_Adorno

Max Horkheimer – http://pt.wikipedia.org/wiki/Max_Horkheimer

Jürgen Habermas – http://pt.wikipedia.org/wiki/Jürgen_Habermas

Autores Marxistas

<http://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm>

SCIELO BRASIL (Biblioteca Científica Eletrônica On Line) – <http://www.scielo.br/>

Revista Eletrônica CAMPAINGS & ELECTIONS – <http://www.campaignline.com/#>

Biblioteca do Senado Federal – www.senado.gov.br/biblioteca

Biblioteca e Banco de Dados da Câmara dos Deputados – www.camara.gov.br

Observatorio Electoral Latinoamericano – <http://www.observatorioelectoral.org/>

Centros de Pesquisa

Centro de Estudos Marxistas/UNICAMP – <http://www.unicamp.br/cemarx/>

IEA USP (Instituto de Estudos Avançados) – <http://www.iea.usp.br/iea/>

CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) – <http://www.cebrap.org.br/index.asp>

Instituto Política y Democracia – <http://www.politica-democracia.com/index.html>

Grupo de Pesquisa em Representações e Poder do Departamento de História da UEL
– <http://www.uel.br/pessoal/andre/index.htm>

IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política) – <http://www.iuperj.br/>

NEC (Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF) – <http://www.historia.uff.br/nec/>

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – www.unb.br/pol/

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRJ – www.ifcs.ufrj.br/~ppgcp/



PPGS (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco)
– http://www.dcs.ufpe.br/sociologia/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

Departamento de Ciência Política da UFMG – dcp.fafich.ufmg.br/

Núcleo de Ética e Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina – <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/nefipo/>

NEPPU – Núcleo de Opinião e Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco
– <http://www.ufpe.br/neppu/>

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa/Unesp – <http://www.cedap.assis.unesp.br/>

NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC/SP) – <http://www.pucsp.br/ne-amp/>

NADD (Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Democratização e Desenvolvimento da USP)
– <http://www.nadd.prp.usp.br/>

Centro de Pesquisa em Filosofia e Literatura (*Centre for Research in Philosophy and Literature/Department of Philosophy/University of Warwick*), Reino Unido – <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/philosophy/research/phillit/>

Departamento de Filosofia (*Department of Philosophy/Harvard University*), Estados Unidos da América – <http://www.fas.harvard.edu/~phildept/index.html>

Departamento de Filosofia da Universidade de Roma, Itália – <http://host.uniroma3.it/dipartimenti/filosofia/>

Enciclopédia Eletrônica sobre Filosofia (*Internet Encyclopedia of Philosophy*) – <http://www.utm.edu/research/iep/>

Base de Dados Políticos das Americas da Georgetown University (*Political database of the Americas*) – <http://pdba.georgetown.edu/>

Enciclopédia de Filosofia de Stanford (*Stanford University*), Estados Unidos da América
– <http://plato.stanford.edu/>

Institut Für Sozialforschung, Alemanha – <http://www.utm.edu/research/iep/>

Escola de Frankfurt (em espanhol) – <http://www.boulesis.com/especial/escueladefrankfurt/>

Filmes

Título: Mera Coincidência

Título Original: Wag the Dog

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 97 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 1997

Site Oficial: www.wag-the-dog.com

Direção: Barry Levinson

Roteiro: Hilary Henkin e David Mamet, baseado em livro de Larry Beinhart

Sinopse: O presidente dos Estados Unidos (Michael Belson), poucos dias antes da eleição, se vê envolvido em um escândalo sexual e, diante deste quadro, não vê muita chance de ser reeleito. Assim, um dos seus assessores entra em contato com um produtor de Hollywood (Dustin Hoffman) para que este “invente” uma guerra na Albânia, na qual o presidente poderia ajudar a terminar, além de desviar a atenção pública para outro fato bem mais apropriado para interesses eleitoreiro

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/mera-coincidencia/mera-coincidencia.htm>)

Título Original: Entreatos

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 117 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2004

Direção: João Moreira Salles

Sinopse: De 25 de setembro a 27 de outubro de 2002 a equipe de filmagem acompanhou passo a passo a campanha de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República. O filme revela os bastidores de um momento histórico através de material exclusivo, como conversas privadas, reuniões estratégicas, telefonemas, traslados, gravações de pronunciamentos e programas eleitorais.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/entreatos/entreatos.htm>)

Título Original: Quanto Vale ou é por Quilo?

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 104 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Site Oficial: www.quantovaleoueporquilo.com.br

Direção: Sérgio Bianchi

Roteiro: Sérgio Bianchi, Eduardo Benaim e Newton Canitto, baseado no conto “Pai Contra Mãe”, de Machado de Assis



Sinopse: Uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, que forma uma solidariedade de fachada. No século XVII um capitão-do-mato captura uma escrava fugitiva, que está grávida. Após entregá-la ao seu dono e receber sua recompensa, a escrava aborta o filho que espera. Nos dias atuais uma ONG implanta o projeto Informática na Periferia em uma comunidade carente. Arminda, que trabalha no projeto, descobre que os computadores comprados foram superfaturados e, por causa disto, precisa agora ser eliminada. Candinho, um jovem desempregado cuja esposa está grávida, torna-se matador de aluguel para conseguir dinheiro para sobreviver
(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/quanto-vale-ou-e-por-quilo/quanto-vale-ou-e-por-quilo.asp>)

Título: Todos os Homens do Presidente

Título Original: All the President's Men

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 138 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 1976

Direção: Alan J. Pakula

Roteiro: William Goldman, baseado em livro de Bob Woodward e Carl Bernstein

Sinopse: Em 1972, um repórter (Robert Redford) do Washington Post inicia uma investigação sobre a invasão da sede do Partido Democrata, que dá origem ao escândalo Watergate e tem como consequência a queda do presidente Richard Nixon.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/todos-os-homens-do-presidente/todos-os-homens-do-presidente.htm>)

Título Original: Muda Brasil

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 104 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1985

Direção: Oswaldo Caldeira

Sinopse: Esse sensacional documentário marcou época ao analisar a campanha eleitoral de Tancredo Neves à Presidência da República realizada de agosto de 1984 a janeiro de 1985. O filme mostra em detalhes a mobilização estratégica da nação em torno de uma eleição indireta para eleger o candidato das oposições pelo Colégio Eleitoral.

(Fonte: [http://www.interfilmes.com/filme_16241_Muda.Brasil-\(Muda.Brasil\).html](http://www.interfilmes.com/filme_16241_Muda.Brasil-(Muda.Brasil).html))

Título Original: Céu Aberto

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 78 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1985

Direção: João Batista de Andrade

Sinopse: Documentário sobre a transição democrática, a campanha das “diretas-já” e a eleição de Tancredo Neves, denunciando tramas e conchavos políticos.

(Fonte: http://www.fafich.ufmg.br/pae/index_arquivos/page0034.html)

Título Original: Bens Confiscados

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 108 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Site Oficial: www.dezenove.net/pr_bens.htm

Direção: Carlos Reichenbach

Roteiro: Carlos Reichenbach e Daniel Chaia

Sinopse: Américo Baldani, poderoso senador da República, é denunciado publicamente pela esposa Valquíria por corrupção, tráfico de influências e bigamia. Quando sua amante, a estilista Isabela Siqueira, se suicida, ele manda seqüestrar Luís Roberto, o secreto filho bastardo, e o esconde da imprensa e dos inimigos políticos numa cidade balneária no extremo sul do país. Para cuidar dele o senador convence uma antiga amante, a enfermeira Serena.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/bens-confiscados/bens-confiscados.asp>)

Título Original: Caixa Dois

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 83 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2007

Site Oficial: www.dezenove.net/pr_bens.htm

Direção: Bruno Barreto

Sinopse: Luiz Fernando, rico banqueiro, consegue um ganho extra de cinquenta milhões de reais numa transação de investimentos em Precatórios. Como o doleiro encarregado de descontar o cheque e enviar os dólares para sua conta em Zurique entra em coma, o banqueiro decide usar sua linda secretária, de quem é amante, como “laranja”. Mas a situação se complica quando, ao fazer o depósito, um dígito errado faz com que os cinquenta milhões caiam na conta de uma mulher honesta e trabalhadora cujo marido acaba de ser demitido por medidas de economia no processo de automação do banco de Luiz Fernando. E ela promete endurecer o jogo, recusando-se a fazer o estorno e gerando complicações hilariantes.

(Fonte: <http://www.cinepop.com.br/filmes/caixadois.htm>)

Título Original: Doces Poderes

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 97 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1996



Direção: Lúcia Murat

Roteiro: Lúcia Murat

Sinopse: Bia (Marisa Orth) é uma jornalista que chega a Brasília para assumir, durante o período eleitoral, a chefia da sucursal da principal rede de TV do país. O antigo diretor está deixando o cargo para chefiar a campanha de um jovem candidato a governador, que é apoiado por políticos conservadores. Metade dos profissionais da sucursal também está deixando o local, pelos mais variados motivos, entre eles a crise econômica pela qual passa o país e a falta de perspectiva do fim do século. Através dos discursos dos funcionários que estão deixando a sucursal é exibido o desenvolvimento das campanhas e os conflitos vividos pelos personagens. (Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/doces-poderes/doces-poderes.asp>)

Título Original: O Homem da Capa Preta

Gênero: Policial

Tempo de Duração: 120 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1986

Direção: Sergio Rezende

Sinopse: O filme baseia-se na vida de Tenório Cavalcanti, um político reacionário e muito polêmico da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro dos anos 1950, que nasceu em Alagoas e teve a violência como companheira logo no início de sua vida, ao presenciar o assassinato de seu pai. Empunhando uma metralhadora e usando uma capa preta e uma cartola, ele se tornou uma espécie de justiceiro, desafiando os corruptos e poderosos que dominavam Duque de Caxias. Sua trajetória mistura os papéis de político e bandido, coisa recorrente ainda hoje. Era visto como um defensor do povo entre as classes mais miseráveis por suas atitudes populistas, conquistando fama e fortuna, ao mesmo tempo em que era tido como um assassino frio pela classe média e pelos políticos dominantes. A produção conta essa história com José Wilker no papel principal.

(Fonte: [http://www.interfilmes.com/filme_15287_O.Homem.da.Capa.Preta-\(O.Homem.da.Capa.Preta\).html](http://www.interfilmes.com/filme_15287_O.Homem.da.Capa.Preta-(O.Homem.da.Capa.Preta).html))

Título Original: Terra em Transe

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 106 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1967

Direção: Glauber Rocha

Sinopse: Num país fictício chamado Eldorado, o jornalista e poeta Paulo (Jardel Filho) oscila entre diversas forças políticas em luta pelo poder. Porfirio Diaz (Paulo Autran) é um líder de direita, político paternalista da capital litorânea de Eldorado. Dom Felipe Vieira (José Lewgoy) é um político populista e Julio Fuentes (Paulo Gracindo), o dono de um império de comunicação. Em uma conversa com a militante Sara (Glauce Rocha), Paulo conclui que o povo de Eldorado precisa de um líder e que Vieira tem os pré-requisitos para a missão. Grande clássico

do Cinema Novo, o filme faz duras críticas à ditadura.

(Fonte: [http://www.interfilmes.com/filme_15430_Terra.em.Transe-\(Terra.em.Transe\).html](http://www.interfilmes.com/filme_15430_Terra.em.Transe-(Terra.em.Transe).html))

Título Original: Intervalo Clandestino

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 95 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Direção: Eryk Rocha

Sinopse: O estado de espírito do povo brasileiro diante da realidade social e política do país. O documentário se desenvolve junto à população, no ritmo acelerado do cotidiano. A câmera circula pela malha urbana do Rio de Janeiro e capta uma atmosfera pré-eleitoral contraditória. Em meio ao caos cotidiano a atenção se volta para pessoas comuns de diversas profissões que, através de depoimentos e impressões, tecem comentários e reflexões sobre as perspectivas políticas do país.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/intervalo-clandestino/intervalo-clandestino.htm>)

Título Original: O Bravo Guerreiro

Gênero: Drama

Ano de Lançamento (Brasil): 1969

Direção: Gustavo Dahl

Sinopse: Jovem deputado de oposição decide mudar de partido para se infiltrar no governo, achando que só dentro do poder é que poderia fazer alguma coisa pela causa pública.

(Fonte: <http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3663>)

Título Original: Jari

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 60 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1980

Direção: Jorge Bodanzky e Wolf Gauer

Sinopse: Um documentário que acompanha os parlamentares designados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a devastação da Amazônia, na região do polêmico projeto do milionário americano Daniel Ludwig, e que, confundido com o cinegrafista oficial do Congresso Nacional, Bodanzky continuou filmando livremente após a saída dos parlamentares.

(Fonte: <http://felco.guardachuva.org/retrospectivaBr>)



Título Original: Terceiro Milênio

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 95 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1981

Direção: Jorge Bodanzky e Wolf Gauer

Sinopse: O filme acompanha, num misto entre documentário e ficção, a campanha eleitoral do senador amazonense Evandro Carreira.

(Fonte: <http://felco.guardachuva.org/retrospectivaBr>)

Título Original: O Espetáculo Democrático

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 40 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2003

Direção: Guilherme César

Sinopse: A partir do registro da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vídeo procura refletir a respeito dos últimos 15 anos de nossa história política. O “Brasil democrático” é discutido através de imagens de campanhas eleitorais, entrevistas com parte da velha e da nova burocracia estatal, marqueteiros e com brasileiros pertencentes a diferentes movimentos sociais. Qual é o desafio da sociedade brasileira frente ao primeiro governo supostamente de esquerda, popular e até socialista?

(Fonte: <http://felco.guardachuva.org/node/31>)

Título Original: Maranhão 66

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 11 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1966

Direção: Gláuber Rocha

Sinopse: José Sarney, eleito governador do Maranhão, faz discurso de posse. Aclamado em praça pública por milhares de pessoas, ele afirma: “O Maranhão não quer a violência, a miséria, a fome, a o analfabetismo, as taxas de mortalidade infantil.” E acrescenta que o novo governo vai criar “O Maranhão da liberdade, do progresso, da grandeza e da felicidade.” Sobre o discurso do candidato contrapõem-se imagens documentárias: habitações miseráveis, pessoas pobres, doente sem atendimento e hospitais em péssimas condições.

(Fonte: <http://www.tempoglauber.com.br/glauber/Filmografia/maranhao.htm>)

Título Original: Sua Excelência, o Candidato

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 108 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1991

Direção: Ricardo Pinto e Silva

Sinopse: Adaptação da peça teatral homônima de Jandira Martini e Marcos Caruso – após jornalistas noticiarem a realização de convenções em Brasília para os partidos escolherem seus candidatos à Presidência, inicia-se então uma série de acusações entre os candidatos e líderes de partidos políticos. (Fonte: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=344MUR003>)

Título: **A Comédia do Poder**

Título Original: *L'ivresse du Pouvoir*

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 110 minutos

Ano de Lançamento (França): 2005

Direção: Claude Chabrol

Sinopse: A juíza Jeanne Charmant Killman investiga um complicado caso financeiro. Até que ponto a sua natureza humana resistirá à embriaguez do poder?

(Fonte: <http://www.reservacultural.com.br/mostra.htm>)

Músicas

Álbum *No Jardim da Política*. Tom Zé, 1985.

Canção *Luis Inácio (300 picaretas)*. Paralamas do Sucesso, 1995.

Canção *Vossa Excelência*. Titãs, 2006.

Canção *É*. Gonzaguinha, 1988.

Canção *O Cordão dos Puxa-Saco*. Roberto Martins e Frazão, 1945.

Canção *Podres Poderes*. Caetano Veloso, 1998.

Canção *Nos Barracos da Cidade*. Gilberto Gil, 1985.

Canção *Da Lama ao Caos*. Nação Zumbi, 1993.

Canção *Eles*. Caetano Veloso, 1967.



LINHA DO TEMPO

Séculos V e IV a.C.

- O surgimento do debate político na civilização grega
- Desenvolvimento e queda da democracia ateniense
- A República de Platão
- A Política de Aristóteles

Nascimento de Cristo

Século I

- O surgimento do Cristianismo

Século IV

- O cristianismo como a religião oficial de Roma

Século V

- A queda do Império Romano
- A cidade de Deus de Santo Agostinho

Séculos XI, XII e XIII

- Cruzadas
- Redescoberta das obras de Aristóteles
- O pensamento de São Tomás de Aquino

Século XV

- Renascimento Italiano
- Descoberta da América

Século XVI

- Renascimento Italiano
- O Príncipe, de Maquiavel

Século XVII

- Mercantilismo
- Revoluções na Inglaterra
- A revolução puritana
- A revolução gloriosa

Século XVIII

- Revolução Industrial
- Revolução Francesa
- Iluminismo
- O Contrato Social de Rousseau

Século XIX

- Expansão da sociedade capitalista industrial
- As utopias do século XIX
- Positivismo, Determinismo, Evolucionismo
- Socialismo Utópico
- Socialismo Científico
- Karl Marx

Século XX

- Max Weber
- Primeira Guerra Mundial
- Segunda Guerra Mundial
- A escola de Frankfurt
- A Guerra Fria
- A Globalização



AULA 2 RESENHA

O texto apresentará numa linha histórica as relações entre os diferentes atores da construção do Brasil moderno a partir da situação dos povos indígenas pré-existentes, a colonização portuguesa, a escravatura africana, a imigração proletária europeia e asiática e as várias fases do capitalismo brasileiro.

AULA 2

A HISTÓRIA DO BRASIL NUMA DIMENSÃO ÉTICA

Adriano Sandri

Introdução

Ética na trajetória histórica do Brasil

- ◉ Um ponto de análise: quais são os valores éticos propostos pelo socialismo?

O Brasil começou a ser construído com o desembarque dos portugueses nessa parte do planeta hoje conhecida como América do Sul ou, mais inadequadamente, América Latina.

Na época do citado desembarque viviam, nesse continente, milhares de povos e milhões de pessoas, com culturas próprias, com formas 'políticas' de convivências grupais e/ou nacionais que iam desde formas que podemos considerar primitivas e simples, a outras que eram tipicamente imperialistas, como aquelas

organizadas pelas civilizações maias e astecas (na América Central).

Nessa época não existiam as atuais delimitações territoriais políticas e geográficas, como o do Brasil, não existiam uma consciência continental, e, muito menos, políticas continentais. Existiam, sim, formas políticas de vivências sociais, as mais diferenciadas.

Nossa análise pretende colocar em discussão questões éticas que perpassaram a



formação histórica do atual complexo socio-político que é esse Brasil do início do terceiro milênio da era cristã.

Ética é uma questão de valores, tais como o perdão, a compaixão, a solidariedade, o amor, entre muitos outros. Ao restringir a discussão de valores éticos pertinentes ao agir político entendido como agir da *polis*, agir de coletividades nacionais, internacionais e subnacionais, a primeira questão aberta deveria ser a de definir quais são os valores éticos dessa ação política. Em nossa reflexão no campo do socialismo, deve-se restringir ainda mais o campo da de-

finição de política ética, ou seja, quais são os valores éticos de uma política socialista.

O socialismo, em sua acepção moderna e atual, é uma utopia em construção, e, conseqüentemente, a definição dos valores éticos do socialismo é uma página aberta.

Por isso neste texto não existe pretensão alguma de delimitar de forma peremptória os valores éticos do socialismo, mas de utilizar alguns valores que são, atualmente, mais consensuais nas diferentes correntes socialistas que formam a área do socialismo em política.

Podemos indicar como valores éticos de uma política socialista a igualdade, justiça, equidade, solidariedade, liberdade, democracia, participação, inclusão, desenvolvimento sustentável, paz?

Podemos interrogar: como o Brasil atual, resultado de quinhentos anos de políticas públicas internacionais, poderia se inspirar nesses valores socialistas?

Parte 1

Os valores das culturas dos povos indígenas

“Se Deus é a consciência do Universo Incriado,
Guaraci é a mãe dos viventes.
Jaci é a mãe dos vegetais.
Não tivemos especulação.
Mas tínhamos adivinhação.
Tínhamos Política que é a ciência da distribuição.
E um sistema social-planetário”
Oswald de Andrade, Manifesto Antropófago, 1928

Introdução

- ⊙ América, Brasil, Índios: são termos que definem a visão dos colonizadores e impõem uma interpretação unilateral de nossa história.
- ⊙ Em nossa atual sociedade predomina uma cultura na qual sobressai:
 - o individualismo
 - a propriedade privada
 - a falsidade
 - a corrupção
 - a violência



- ⊙ A cultura indígena enaltece:
 - A convivência social
 - a distribuição dos bens úteis
 - o uso ecológico da natureza
- ⊙ Como repensar nossos valores ético/culturais?

A colonização do Brasil, como das Américas, da África, de boa parte do continente asiático, da Austrália, por parte das nações européias no segundo milênio da era cristã, não foi uma política planejada entre povos, mas uma política de conquista de espaços econômicos perpetrada por algumas nações européias, de forma competitiva entre elas. A colonização européia foi uma política de expansão comercial que se consolidou a partir do século XI da era cristã.

Quando, no final do século XV, os europeus chegaram às Américas e os portugueses chegaram nas costas do atual Brasil, nesse continente começou a história que conhecemos como história do Brasil.



Oscar Pereira da Silva, *Desembarque de Cabral em Porto Seguro, SP, Museu Paulista*

Cabe um primeiro questionamento cultural: América, Brasil, modernidade, são três palavras do vocabulário da linguagem dos colonizadores, da cultura européia e da interpretação da história na visão e dentro da ação das nações européias.

Nós utilizamos a linguagem construída e imposta pelos colonizadores, por uma parte da sociedade brasileira.

Ela não representa nem expressa, por exemplo, a cultura dos povos indígenas, os sentidos históricos dos povos indígenas, que não construíram e não dividem ideologicamente essa história, pois, para esses povos, é a história interpretada pelos dominadores e invasores.

Também não é a história dos afrobrasileiros que vivem no Brasil, mas que possuem uma cosmovisão africana e uma memória histórica oposta à concepção européia.

Povos indígenas e **afrodescendentes** constituem parte viva de nossa atual sociedade política, que, do ponto de vista de valores, aspirações e do ponto socioeconômico, constituem comunidades e identidades diferenciadas da sociedade predominante. Da mesma



forma, o apelido de ‘índios’ que utiliza-se para os habitantes e povos indígenas é fruto de um equívoco histórico europeu. A linguagem que colocamos em discussão contribui para perpetuar formas opressivas e exclusivas de convívios políticos, o racismo e a discriminação política, econômica e social que caracteriza nossa sociedade brasileira.

Essa linguagem formata o pensamento sociopolítico, forma uma cultura que ‘naturaliza’ as discriminações e freia o processo de tomada de consciência de nossa real situação sociológica e política.

Somente uma radical revolução cultural pode dar os rumos de uma sociedade baseada na justiça, na equidade. O socialismo, como proposta política, não compactuando com o liberalismo capitalista, tem as condições culturais de contribuir e até liderar uma sociedade nova, igualitária.

Como, então, deve-se entender o socialismo em nossa realidade brasileira?

O choque da colonização

Calcula-se que em 1500, quando os portugueses desembarcaram nas costas do Brasil, viviam nesse território cerca de cinco milhões de indígenas, organizados em diferentes grupos tribais. Os grupos tribais mais significativos do ponto de vista demográfico e cultural da época,

pelo que é possível reconstruir, eram os grupos tribais do tronco Jê, Huarauak, e Tupi-guarani. Os portugueses e os missionários europeus, que tiveram contato inicialmente com os tupi-guaranis, impuseram a língua e a religião deste para a maioria dos outros povos indígenas. Parece que nessa época os tupi-guarani estavam já impondo uma certa hegemonia cultural e política



sobre vastas regiões do nosso atual território brasileiro. Tribos, povos, nações indígenas: como deveriam ser classificadas as populações daquela época que viviam nesse imenso espaço territorial? Até hoje é muito difícil, utilizando as categorias políticas da cultura ocidental, entender a vida sociopolítica dos habitantes indígenas daquela época.

Na segunda metade do século passado, os povos indígenas sobreviventes e organizados formaram a Confederação das Nações Indígenas. O Brasil não reconheceu essa confederação de nações, e trata-os como ‘povos’, sem reconhecer elementos que lhes confira o status político de nações. Ao longo dos quinhentos anos de ‘colonização’, a relação entre o Brasil, que vinha se constituindo, e os povos indígenas, mudou muito. No início esse novo ator político os tratou como seres não humanos, depois os subjugou, massacrando muitos deles, dizimou, assimilou, mesclou. No século XX, passou a tratá-los como povos incapazes de liberdade política, equiparando-os aos menores de idade, com direitos políticos limitados e sob a proteção do Estado. Com a Constituição de 1988, o Estado brasileiro reconheceu direitos específicos desses povos (não como nações), como direito à delimitação de territórios, respeito e valorização de suas culturas, línguas e costumes.

No sistema brasileiro de educação é dada pouca atenção à história e cultura dos povos indígenas, que contribuíram para caracterizar nossa atual cultura.

Como exemplo lembramos a primeira luta coletiva de resistência dos povos indígenas que se organizaram em várias confederações, do Norte ao Sul, para resistir à invasão portuguesa. A mais famosa foi a “Confederação dos Tamuya”, união ao redor do chefe mais velho, formada pelas tribos do litoral do Rio, São Paulo e Espírito Santo. Depois de várias derrotas, os portugueses, com medo de serem exterminados e expulsos, propuseram e firmaram um tratado de paz. Os chefes da confederação colocaram as seguintes condições: devolução de todos os indígenas escravizados e entrega dos chefes indígenas que tinham traído seus povos. Depois de assinado o tratado, os povos indígenas voltaram a viver sua vida costumeira. Mas os portugueses se reorganizaram e, passando por cima do tratado, voltaram a atacar e massacraram os povos que compunham a Confederação dos Tamuya.

O sentido de tratado, de paz, de palavra dada, de convivência, do ponto de vista cultural, é simplesmente oposto na cultura indígena e na cultura européia.

Dois sistemas culturais, com seus valores, se confrontaram e se confrontam em nosso território nacional, com a imposição do mais violento e antiético. Os povos indígenas se caracterizavam pela capacidade de convivência: traço que marca, até hoje, a convivência cotidiana do povo brasileiro. Os colonizadores se caracterizaram, desde o início, pelos interesses econômicos individuais e de grupos dominadores: traços que igualmente marcam o cotidiano do povo brasileiro hoje.

Diante dessa sintética releitura da história do encontro de duas civilizações, cabe questionar os valores éticos que devem fundamentar a convivência social e repensar a tarefa do socialismo na política atual.

Dois valores éticos discrepantes caracterizam o confronto entre as duas culturas: o de propriedade e o da relação com a natureza.

Propriedade: os indígenas não concebiam a propriedade individual, e o território que ocupavam para garantir sua vida e sobrevivência era utilizado de forma comunitária. Uma vida econômica com características e valores comunitários.

Ecologia: os indígenas não agrediam a natureza, não a ‘submetiam’ nem a ‘exploravam’, como os europeus. Até hoje essas concepções se enfrentam, e os brasileiros relutam em garantir aos povos sobreviventes reservas de terras, considerando-as exageradas, sem questionar a forma de apropriação latifundiária, especulativa, predatória e devastadora que caracterizou e caracteriza o sistema econômico implementado pela colonização européia.



Parte 2

Os valores dos colonizadores

Nunca fomos catequizados.
Vivemos através de um direito sonâmbulo.
Fizemos Cristo nascer na Bahia.
Ou em Belém do Pará.
Oswald de Andrade, Manifesto Antropófago, 1928.

Introdução

- ⊙ Os ‘valores’ dos colonizadores da América do Sul eram os da cultura europeia, que estava num processo de aceleração do desenvolvimento econômico.
- ⊙ A cultura europeia estava sustentada no cristianismo da igreja católica e, em seguida, do protestantismo.
- ⊙ Foram dois os valores fundantes da colonização:
Progresso e Propriedade Privada.
 - PROGRESSO: a partir de sua superioridade militar, os europeus subjugarão o resto do planeta ao processo de desenvolvimento por eles concebido.
 - PROPRIEDADE PRIVADA: Fundamentados na interpretação religiosa cristã, esse valor foi uma base estratégica do sistema capitalista que se impôs no mundo inteiro.
- ⊙ Questiona-se:
será que o colonialismo acabou ou assumiu outra roupagem?

Entendendo por ‘valor’ tudo o que é valorizado pelos seres humanos, sem prejulgamento moral de valores bons ou negativos, intrínsecos ou culturais, pode-se afirmar que todas as experiências históricas se caracterizam por valores específicos. No presente debate pretende-se provocar uma reflexão conjunta para que possamos formar nossa opinião sobre o fato de determinados valores serem considerados positivos ou negativos a partir do paradigma do socialismo.

Nesse momento queremos salientiar e colocar em discussão o que a cultura ocidental européia valorizava na época da colonização do Brasil.

O etnocentrismo é uma atitude cultural natural, própria de todo ser humano, individualmente e coletivamente. Todo ser humano, enquanto ser que compreende e conhece, se coloca ao centro do mundo, pois a forma dele conhecer se dá a partir de seu loco físico, cultural, político, econômico, de gênero, etc. Por mais esforço que uma pessoa faça para ser ‘imparcial, neutro, objetivo’, sua capacidade de entendimento e de julgamento depende sempre do que ela é. Refletir sobre a história não é, ou não deveria ser, um exercício de julgamento de intenções de outros povos,

de outros tempos, de outras culturas, mas o exercício de interpretar, numa privilegiada situação de distância, acontecimentos que nos façam crescer e aprender a conviver. “*Historia magistra vitae*”: a história é mestre de vida, dizia o grande filósofo romano Cícero. Discute-se história para aprender, não para julgar.

Descoberta ou invasão? Colonização, civilização, primitivos?

De novo é o problema da linguagem que nos questiona sobre os diferentes entendimentos de um acontecimento histórico, que não podemos mudar, pois aconteceu mesmo. Acontecimento histórico, porém, que, dependendo de sua compreensão, pode nos levar a repensar nossas atuais políticas.

A cultura européia do final do século XV, que tinha como denominadores comuns o cristianismo centralizado no papado romano e os processos de conquista do mundo oriental, africano e, sem saber, do continente americano, era fundamentada na cosmovisão da religiosidade cristã na qual o progresso passava pela conquista de novos espaços comerciais e na qual a vitória do cristianismo constituía a justificativa religiosa para tal empreendimento.



O colonialismo europeu foi a base do atual modelo de desenvolvimento tecnológico, econômico e cultural. Do outro lado, essa evolução, assim como outros empreendimentos de dominação, se caracterizou por todo tipo de dominação, genocídios, massacres, cuja vastidão e crueldade são desconhecidas.

As inegáveis responsabilidades e conivências do cristianismo, no que consideramos

positivo ou negativo, são objeto de análise e reflexão não para culpabilizar uma religião, mas para nos educar a uma atitude crítica com relação a nós mesmos, aos acontecimentos do nosso tempo, e para uma atitude de constante avaliação da ação político-partidária, pois o etnocentrismo, o dogmatismo cultural e a arrogância do poder não são fenômeno típico do passado: permanecem no presente, são dimensões constantes de todas as culturas.

Um curso de educação política objetiva fazer crescer a consciência crítica sobre o agir político individual e coletivo.

A análise da colonização do território brasileiro é uma restrita experiência histórica, pois ocupações, guerras, genocídios não são nenhuma novidade histórica e, infelizmente, fazem parte da nossa atualidade que revela

muita apatia frente aos cotidianos massacres, atentados, guerras, terrorismos e explorações de todo tipo e de todos os lados, que acontecem ao nosso redor sem uma reação ética da população mundial.

Será que a constante narração de tantas violências anestesia todo mundo ou será que nos falta uma formação política e ética digna desse nome?

As faces da colonização

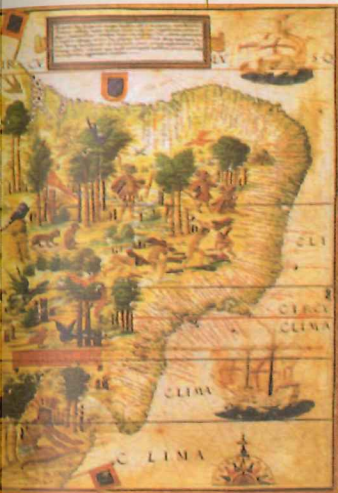
A ação do ser humano no planeta terra é conceituada como 'história'. De fato, os humanos são, entre os seres vivos, os que interferem de forma planejada e intencional nas mudanças que aqui acontecem. Nessa ação, a interação entre humanos é a central, a mais interessante e

complexa. Nessa interação, os humanos sempre identificaram a posse de um espaço territorial como necessidade básica para se sustentar e dar continuidade à espécie e à cultura.

Foram inúmeras as formas de convivências e de confrontos entre grupos humanos, desde os mais simples como os grupos fa-

miliares, matriarcais ou patriarcais, tribais, nacionais ou entre impérios. Nesse momento estamos analisando o fato histórico da colonização portuguesa no Brasil. Conhecemos fatos, personagens centrais do processo, etapas e tudo mais.

As questões que colocamos para nossa reflexão são relativas aos valores éticos que nortearam a **ação colonizadora dos portugueses**.



A colonização do Brasil é resultado da mudança do sistema econômico europeu que, há cerca de 700 anos, estava passando do sistema feudal-agrário para o sistema mercantil, sob a direção de uma nova classe social, a burguesia, que esta-

va paulatinamente substituindo o papel dos senhores feudais. De uma sociedade quase estagnada, estava surgindo uma sociedade bem mais dinâmica e empreendedora. Outro fator que impulsionou a colonização foi a formação das nações européias modernas, saindo do centralizado 'império romano' sob a proteção do papado romano. A progressiva

perda do controle político do papa coincidia com a formação dos estados nacionais, como França, Espanha, Portugal, Inglaterra, e, em seguida, todos os outros. A diversificação das nações, por seu lado, impulsionava a criação de mercados diferenciados e da concorrência. A conquista e exploração da Índia e de outros países asiáticos para abastecer os mercados europeus levou a Espanha e o Portugal à procura de um caminho mais curto para chegar nesses lugares, uma vez que estava consolidada a noção de que o planeta terra era um corpo redondo.

Essa sintética introdução do colonialismo é só para entender como qualquer processo político é extremamente complexo.

Foi realmente uma descoberta para espanhóis e portugueses a existência desse nosso continente. Diante dessa novidade, os colonizadores se comportaram da forma que sua concepção de mundo, sua cosmovisão, seus valores éticos e seu etnocentrismo os municiavam.

Uma vez que perceberam que esse continente não era a 'Índia', e constataram sua superioridade militar, os europeus se tornaram "conquistadores".



Se conquistar é um valor humano, (hoje o ser humano já está planejando conquistar o espaço cósmico), os europeus estavam desenvolvendo essa dimensão ético-humana. Coube à Espanha e Portugal, depois de se sobrepor às tentativas de colonização de franceses, holandeses e ingleses, colonizar a América do Sul.

Um segundo valor ético que caracterizava a colonização foi o princípio da propriedade. Portugueses e espanhóis nunca duvidaram serem legítimos proprietários dessa imensa terra, pois a tinham ‘descoberta’. Coube à igreja, com a ratificação do **Tratado de Tordesilhas** pelo papa Júlio II, em 1506, dirimir a disputa da posse da América do Sul entre Espanha e Portugal, evitando um conflito armado entre duas nações ‘católicas’.



Essa era a concepção da cultura europeia que nem de longe levantava questões de ‘direitos humanos’, como a igualdade, a dignidade humana dos povos apelidados de ‘primitivos’, e, portanto, necessitados de ajuda para serem ‘batizados e civilizados’, depois de ter reconhecido, sob pressão da igreja, a natureza humana dos indígenas. Isso, porém, não levantou nem de longe a dimensão ética do respeito das culturas indígenas, do direito à vida socioeconômica desses povos. A concepção sacralizada de dignidade humana da cultura europeia era tão etnocêntrica e submetida aos interesses econômicos que produziu o genocídio dos povos indígenas da América do norte, central e do sul e continua problemática até os nossos dias.

Progresso e propriedade privada foram dois ‘valores’ que nortearam a colonização do Brasil. Com essa ideologia foi realizado todo o

processo de colonização. Percebe-se como nós, seres humanos, agimos dentro de uma cultura e na lógica de uma cultura. Os portugueses, para fazer uma comparação histórica, não repetiram práticas mais antigas, como a dos romanos que utilizavam os primitivos para se divertirem nos circos onde esses lutavam e se matavam. As crueldades humanas são incontáveis. A história de nossa colonização teve outras aberrações éticas, encobertas pelos interesses e pelo credo desenvolvimentista, e por motivações religiosas

hoje claramente condenadas. E o progresso ético da humanidade se dá, muitas vezes, a partir da tomada de consciência de degenerações cometidas.

Progresso e propriedade privada continuam sendo valores que predominam em nossa atualidade política, e, muitas vezes, pretendem-se inquestionáveis. No confronto de duas propostas políticas e éticas, a do capitalismo e a do socialismo, essa é uma questão essencial.

Será que no mundo atual perpetua-se o 'colonialismo' em sua essência ética?

Será que o socialismo, com seus valores éticos opostos ao capitalismo, é pura ilusão?

O que o socialismo tem a propor para uma política ética coerente com seus princípios?



Parte 3

Os valores dos africanos escravizados

Foi porque nunca tivemos gramáticas, nem coleções de velhos vegetais.
E nunca soubemos o que era urbano, suburbano, fronteiro e continental.
Preguiçosos no mapa-múndi do Brasil.
Uma consciência participante, uma rítmica religiosa.
Oswald de Andrade, Manifesto antropófago. 1928

Introdução

- ⊙ **Escavidão:** uma característica da história das relações humanas, que se pretende superada.
 - Será que a realidade atual de miséria de uma imensa parte da humanidade nos permite pensar na superação da exploração do homem pelo homem?
 - Será que a forma de trabalho capitalista não é uma continuação da tradição escravocrata?
- ⊙ **Africanidade:** formas de convivências e cosmovisões distintas das europeias-cristãs. Como entender nossa cultura brasileira, superando o rótulo de 'latina', dentro de uma proposta socialista?

Passaram, pelos navios negreiros, conhecidos como “tumbeiros”, durante os cerca de 400 anos em que as nações “civilizadoras” europeias praticaram a escravização dos povos africanos, entre 65 e 75 milhões de pessoas.

Hoje a escravidão parece uma lembrança histórica impossível, totalmente condenada pela filosofia ética dos Direitos Humanos Universais e pelas religiões. Não foi assim durante milênios.



A escravidão, porém, é uma marca histórica da cultura humana. A escravidão “de Estado” executada pelas nações civilizatórias e detentoras da religião do amor, merece um questionamento ético, pois a escravidão é simplesmente um grau da exploração do ser humano por outros seres que se dizem humanos. E, sendo consenso que essa cadeia de exploração está muito longe de ser quebrada, superada, ao contrário, mudam-se formas de exploração, mas mantém-se o princípio cultural que a implementa – a superioridade de um ser humano sobre outros –, é necessário colocar no centro da discussão da ética política a questão da **exploração do ser humano por outros seres humanos**.

Escravidão hoje existe sim, raramente na forma que se deu na fase da colonização europeia, pois é reprimida jurídica e policialmente, mas continua na exploração do trabalho que, no sistema capitalista, assumiu a forma de trabalho salariado. Culturalmente não percebemos todas as múltiplas formas de negação da dignidade humana imbuídas no sistema capitalista de exploração. Mas esse sistema é perverso e desumano. A própria migração de milhões de trabalhadores e trabalhadoras do terceiro mundo para os países centrais do capitalismo nada mais é de que a nova forma que o fluxo escravocrata adquire nos nossos dias.

Durante 400 anos a África passou pelo maior genocídio da história provocado pela política de dominação humana. A matança a deportação dos jovens e adultos sadios deixa-

va as tribos e povos africanos só com velhos, crianças, sem condições de se reproduzirem e viverem suas culturas. Até hoje os povos que praticaram esse crime da humanidade



se recusam a assumir suas responsabilidades e praticar uma justa reparação. Ao contrário, sob outras formas, aproveita-se da fraqueza política e econômica desse continente e quase nada se faz para resgatar a impagável dívida humanista.



Civilização e cultura

A cultura é a forma de convivência que todo tipo de sociedade humana, necessariamente, adota e constrói, pois a convivência humana é mais do que instintiva: é uma construção política, inteligente, finalizada, transmitida e, ao mesmo tempo, em contínua reformulação. A civilização é o nome específico das culturas das sociedades urbanas (do latim ‘cívitas’ que significa ‘cidade’). Com esse nome são classificadas as convivências humanas mais complexas, hierarquizadas, e, também, normalmente culturas que cultivam a perspectiva

expansionista, organizando exércitos, polícias, estruturas políticas de poder, controle, arrecadação de impostos, fiscalização etc.

Nos meados de século XX, as potências europeias, há muito tempo, eram civilizações, enquanto os povos africanos, salvo raras exceções, ainda **viviam na situação de culturas ligadas às formas econômicas rurais e silvestres.**

Muitas inverdades foram difundidas para esconder o genocídio provocado pela escravidão dos povos africanos, como a que sublinha que os africanos já conviviam com a escravidão entre eles. O fato é que esse fenômeno de escravizar prisioneiros de guerra, fato comum na história da humanidade, nada tem a ver com a crueldade do comércio de escravos que os europeus implementaram e financiaram.

Poder e progresso são palavras-chaves do universo ético e político das civilizações europeias que estamos analisando. Não eram esses os valores éticos e políticos dos povos africanos que foram escravizados. Ao chegar ao Brasil os escravos trouxeram sua cultura, seus valores. Hoje, o entendimento de nossa cultura brasileira ainda é um desafio. Parece que vivemos ainda na fase de uma ditadura cultural. Somos conhecidos e considerados como “latino-americanos”. Será que o traço

da “latinidade” é tão caracterizante de nossa cultura brasileira? Gramaticalmente falamos a língua portuguesa, mas nossa gramática portuguesa não é a maior característica de nossa linguagem, pois os sentidos e as expressões da linguagem carregam fundamentalmente nossas formas relacionais, bem diferentes das européias. Temos estruturas políticas calcadas em modelos europeus e norte-americanos, mas funcionamos numa plataforma política de relações humanas completamente diferentes das latinas e anglo-saxônicas.

A história dos escravizados não é uma história de negação cultural. Ao contrário, os africanos lutaram e souberam cultivar e, nos mais de cinco mil quilombos existentes, reconstruir suas formas mais profundas de conceber a vida, seus valores éticos, suas religiosidades e cosmovisões, inclusive integrando, muitas vezes, tradições culturais africanas diferentes. As culturas africanas impediram a ‘colonização’ cultural européia, e influenciaram significativamente nossa cultura atual.

Hoje, nossa cultura brasileira é emblemática. Muitas vezes pretende-se interpretar nossa cultura com os paradigmas do mundo ocidental, mas percebe-se a inadequação des-

sa forma. Sem querer afirmar que os valores das **culturas africanas** são positivos ou negativos, é importante refletir

sobre essa nossa cultura, pois, na questão política, a cosmovisão e as aspirações culturais são elementos fundamentais.

Diante dos imensos problemas provocados pela cultura e pelos valores éticos da civilização capitalista, predatória, consumista, a concepção ética das culturas africanas representa um espaço de resistência e de contra-valores que se aproximam muito das utopias socialistas.

Estamos num momento político no qual a africanidade está se afirmando como política pública, assumida por governantes de todas as esferas federais.

Do ponto de vista de uma ética socialista, quais são os desafios que nos questionam?

Como repensar e construir a política socialista dentro das dimensões ético-culturais dos povos indígenas e das culturas afro-brasileiras?



Parte 4

Os valores do nacionalismo brasileiro

A nossa independência ainda não foi proclamada.

Frase típica de D. João VI:

– Meu filho, põe essa coroa na tua cabeça, antes que algum aventureiro o faça! Expulsamos a dinastia.

É preciso expulsar o espírito bragantino, as ordenações e o rapé de Maria da Fonte.

Oswald de Andrade, Manifesto Antropófago, 1928.

Introdução

Nacionalismo: novas perspectivas éticas

- ⊙ A política da “independência” foi o objetivo da aristocracia brasileira, que excluía a “independência” do povo trabalhador.
- ⊙ Como a política deveria abranger os interesses de todos, e não de uma “parte”?
- ⊙ Como uma política socialista deveria ver a participação popular, contraposta a uma política de lideranças?
- ⊙ Interesses nacionais em tempo de globalização: qual a proposta do socialismo?

7 de setembro de 1822: Independência?

Oficialmente, juridicamente, O Brasil torna-se nação independente nessa data. Demorou ser reconhecido como tal por Portugal e outros países europeus.

Que independência alcançou o Brasil com esse fato?

A independência política do Brasil aconteceu dentro de um contexto de ‘revoluções’ que estavam acontecendo no mundo ocidental, como o início da revolução industrial, as revoluções políticas (Estados Unidos e França) e a revolução cultural, com a afirmação de novas ideologias, liberalismo e socialismo, que trouxeram muitas novas idéias, como a que afirma que o poder vem do povo e não de Deus, a idéia da democracia e não mais de reino de propriedade de uma família, a de liberdade e não mais de obediência, a de igualdade e não mais de nobreza, e, sobretudo, a ascensão e afirmação de uma nova classe; a burguesia.

Outro motivo que incentivou conspirações (como a Inconfidência Mineira) e rebeliões pela independência foi o contínuo aumento de impostos e a lei do ‘quinto sobre o ouro’, que Portugal exigia. Essa independência foi uma conquista de uma elite brasileira, pois suas bandeiras eram tipicamente ligadas aos seus interesses econômicos, sem nenhuma mudança relativa à exploração dos trabalhadores e

dos escravos. Como é conhecido, foi a vinda do rei do Portugal **D. João VI**, que, fugindo da ameaça da invasão de Portugal por parte de Napoleão e com a proteção dos ingleses, se refugiou no Brasil, acelerando assim o processo de nossa independência. Com sua corte de cerca de 15.000 funcionários, Rio de Janeiro se transformou em verdadeira capital e romperam-se as proibições anteriores de não industrializar a ‘colônia’. O Brasil ganhou então a Escola Anatômica, Cirúrgica e de Medicina, a fábrica de Navegação do Brasil, a Junta de Comércio e Agricultura, o Banco do Brasil. Foram construídas as primeiras siderúrgicas em Sorocaba (SP) e Congonhas do Campo (MG), e as primeiras manufaturas têxteis.

Quem mandava e mandou durante a fase do Império (1822 – 1889) foi a aristocracia agrária, que, já na época da Independência, estava dividida em dois grupos, os aristocratas,



conservadores, e os democratas, renovadores, que, ao longo do período, fundaram o Partido Republicano e incentivaram o fim da escravidão.

É necessário ressaltar duas características dessa passagem política da história brasileira. No Brasil não existia uma nova classe revolucionária, a burguesia. Será por isso que nossa independência não foi uma revolução? Nós utilizamos a nomenclatura ‘aristocracia agrária’ para a classe que, a partir de então, monopolizou o poder político até a ditadura de 1964. Mas, dentro das definições de aristocracia e oligarquia que estudamos no primeiro capítulo, qual seria o termo mais adequado para essa classe que dominou nosso país por 140 anos?

Independência e nacionalismo

Historicamente, com a independência política os países ex-colônia começam a construir a identidade nacional. O Brasil passou da organização política de colônia para o sistema político do império. Outros países passaram diretamente de colônia para república.

Desde o início do império a aristocracia se dividiu em dois grupos, um que tinha seus interesses econômicos ligados ao setor de exportação, outros mais voltados para uma

perspectiva de crescimento interno. O primeiro foi o setor conservador, o outro renovador. A independência permitiu revelar os dois pólos de interesses econômicos. Porém, ficou por fora um terceiro grupo econômico, os escravos e os trabalhadores em geral.

Isso levanta duas questões, historicamente bem caracterizadas desde o momento da independência de Portugal, e que permanecem atualíssimas.

Uma é a questão de uma política econômica voltada para o mercado externo, o pagamento de juros das dívidas externas e internas, oposta à política que prioriza o problema do mercado interno, da distribuição da renda, entre outras questões. São modelos econômicos sobre os quais uma visão socialista e ética se confronta com as políticas neoliberais e socialdemocratas.

A outra questão é a da participação popular, da democracia entendida como exercício do poder popular e não do poder de ‘representação formal’, que se opõe a centralismos ‘democráticos’ ou burocráticos, ou centralismos manipulados pelo poderio econômico, ideológicos e dos sistemas de comunicação de massa.

A independência do Brasil trouxe a questão política para ‘dentro de casa’. Ou seja, até então o foco da luta era o Portugal. A partir da independência, o foco da luta política foi a “igualdade”. As seis décadas do império foram muito agitadas politicamente. Já em 1817 explodiu a revolta de Recife, na qual os revoltados organizaram, durante 75 dias, um governo provisório, reivindicando a independência política do Rio de Janeiro. Proclamaram a abolição dos impostos, a liberdade de consciência e de imprensa, mas mantiveram o direito de propriedade, ou seja, o direito de manter os escravos. Revolta dos aristocratas sim, mas sempre revolta, ou seja legitimação da revolta.

A aristocracia agrária estava dividida entre si: fazendeiros do café no estado de São Paulo, latifundiários do açúcar e algodão do Nordeste e os estancieiros do Rio Grande do Sul. Mesmo se divididos, a política nacional dos aristocratas agrários conservadores se caracterizou como política de manutenção da escravidão, expansão da monocultura, fortalecimento dos poderes dos Estados, imperialismo sobre a América do Sul que levou às guerras contra a Argentina e o Paraguai, e, na contramão da primeira e sob

pressão da aristocracia renovadora, incentivo à imigração proletária européia.

O terceiro ator político, o povo, começou sua participação política durante essa fase imperial. Basta lembrar as mais importantes revoltas, a Confederação do Equador, a Cabanada, a Balaiada, a Farroupilha, a Praieira, e, finalmente, a abolição da escravatura. A população, excluída da participação institucional na política nacional, construiu os alicerces de sua identidade política nesse período em que o Brasil conquistou sua identidade nacional.



Hoje o nacionalismo é uma identidade polêmica, pois a globalização e o neoliberalismo econômico defendem a extinção das proteções nacionais.

Como o socialismo, que tem em seu ideário a superação das fronteiras, entende hoje o nacionalismo?



Parte 5

Os valores republicanos

Somos concretistas.

As idéias tomam conta, reagem, queimam gente nas praças públicas.

Suprimamos as idéias e as outras paralisias.

Pelos roteiros.

Acreditar nos sinais, acreditar nos instrumentos e nas estrelas.

Oswald de Andrade, manifesto Antropófago, 1928

Introdução

Desafios éticos da vida republicana

- ⊙ São duas as palavras-chaves: “República” e “Democracia” que caracterizam essa forma de regimento político.
- ⊙ A proclamação da República abre um longo e ainda não terminado processo de revolução da cultura política.
- ⊙ Definir o que é “bem público” e respeitar o “bem público” é o desafio maior de nossa sociedade de desigualdades.
- ⊙ Aprender uma forma de valorização das “diferenças” que não oprimam os menos favorecidos é um perspectiva ética da democracia de fundamental importância.
- ⊙ Qual o papel de um partido socialista para a construção da República e da Democracia?

No Brasil o sistema republicano democrático já predominou durante os últimos quase cento e vinte anos. Predominou, pois foi in-

terrompido por duas ditaduras. Parece ser o sistema que vai se perpetuar por muito tempo, talvez séculos... Por que?

Para um sistema político se sustentar, precisa ser fundamentado em valores aceitos pelos poderes dominantes (nem sempre pela maioria dos participantes).

Quais serão os valores da República, para ter se tornado o sistema político que derrubou monarquias (ou as limitou substancialmente nos seus antigos poderes), ditaduras de direita e esquerda, ditaduras militares, na quase totalidade do mundo ocidental? (É bom lembrar que o sistema republicano ocidental não predomina entre povos de

cultura islâmica, e é uma outra realidade na “República Popular” da China.)

Nesse momento pretende-se limitar essa discussão extremamente ampla para dois aspectos desse sistema político, ou seja, debater as duas palavras-chaves: ‘res pública’ e ‘democracia’.

Res pública é palavra latina, que traduz um sistema político que coloca como objeto da política o que deve ser considerado como ‘bem público’.

Democracia é palavra de origem grega, cujo sentido literal significa “governo de muitos”.

Do ponto de vista da análise de valores que norteiam a política brasileira desde 15 de novembro 1889, delimitando a discussão sobre a questão do bem público e do sistema democrático, pretende-se provocar a discussão sobre duas vertentes extremamente polêmicas na ação política.

“Res pública”: no sentido literal ‘coisa pública’, mais do que definição ou delimitação, é provocação. Não diz o que é público, pois tudo pode ser público. Quem poderia se arrojar a prerrogativa de afirmar o que é ou não é público? É um desafio político-cultural. Político, no sentido que sua definição deve



passar por uma ação política, de confronto, negociação, por um tipo de consensualidade etc. Cultural, pois é dentro de um contexto cultural que algo pode ser ou não ser considerado público. Exemplo simples de visualizar é o espaço da família: hoje o Estado pode tirar o poder dos pais sobre os filhos, coisa que até pouco tempo atrás nem se pensava.

“Democracia”: demagogicamente traduzida como “governo do povo”, é um sistema de tomada de decisões diferente dos sistemas oligárquicos, aristocratas, ditatoriais, monárquicos, experimentados pelos gregos antigos.

Na Grécia antiga denominaram de democracia o governo de muitos, o governo dos homens livres, ou seja, dos que possuíam uma situação econômica tal que lhes permitia estar na praça pública e discutir a política, pois as mulheres e os escravos garantiam seus status econômico-social. O fim do sistema democrático na antiga Grécia foi traumático: essa forma de tomada de decisões acabou sendo a disputa de interesse individuais e não mais a forma de melhor governar a cidade, ou seja os interesses públicos. Por esse motivo Aristóteles e Platão a definiram como “o pior dos governos”.

“Democracia” hoje é, na famosa definição atribuída a Wilson Churchill, “um péssimo sistema de governo, porém o que de melhor se conseguiu construir até hoje”.

Desde sua reaparição na era moderna no mundo ocidental, a democracia teve uma contínua evolução, pois, inicialmente era o exercício

do governo por parte de elites econômico-burguesas, excluindo a maioria do povo, as mulheres, como na Grécia antiga.

Hoje, além de um sentido básico de democracia como sistema eleitoral para a escolha dos representantes que governam em nome do povo (democracia representativa), democracia sempre mais é entendida como um sistema de convivência política que alarga a participação não somente nas formas de tomada de decisões (como consultas e ações populares), mas também como ampliação da participação de todos na esfera econômica, cultural, previdenciária, educacional, na área da saúde, habitação etc.

República e Democracia

A **proclamação da República** do Brasil foi um fato que, mais uma vez, caracterizou a secular política de apropriação, por parte da aristocracia, da riqueza produzida por uma multidão de trabalhadores numa situação extremamente precária, uma parte deles recém-saída da escravidão formal e outra composta de pobres imigrantes europeus e asiáticos, ainda sem organização própria capaz de lutar pelos direitos mínimos dos assalariados.

Mas, mesmo tendo sido a proclamação da República a apropriação do poder político por parte da aristocracia agrária mais progressista contra aquela mais conservadora, tal fato

representou uma mudança considerável.

Podemos frisar, entre outras inovações,

a descentralização do Estado com maior poder nos níveis regionais, a inclusão dos imigrantes que receberam, em massa, a cidadania brasileira satisfazendo a reivindicação dos industriais, a separação oficial entre Estado e Igreja e a reforma da educação. Todas essas mudanças e reformas atendiam aos interesses das oligarquias, da classe média, e dos militares. Nada de interesse do povo trabalhador, que, de fato, mais uma vez, não teve participação alguma.



Mas, nesses mais de cento e dez anos posteriores a essa mudança política estrutural, qual foi o alcance da Democracia e da República para a maioria dos brasileiros? Como podemos avaliar essa história recente do ponto de vista de uma ética socialista?

Com relação à 'res pública' pode-se afirmar que prevaleceu a ética de que essa 'res pública' é de quem sabe dela se aproveitar

melhor. Não são os inúmeros casos de 'corrupção' que devem preocupar, pois eles são considerados antiéticos e ilegais.

É a aceitação da situação de injustiça social, a aceitação da sociedade dos privilegiados e dos excluídos e da maior disparidade social do mundo que deve questionar nossa cultura política. A cultura brasileira não se indigna com a gritante injustiça social: a assimilou como normalidade.



Assim, para exemplificar, a terra, que para a cultura indígena e para as culturas africanas não é propriedade privada e sim propriedade de coletividades para seu sustento, se tornou propriedade latifundiária, privada, de multinacionais e especulativa; as empresas públicas, que Getúlio Vargas começou a fundar para promover o desenvolvimento industrial, se tornaram subsídio fácil e natural das multinacionais e das grandes empresas industriais, para lucros fabulosos, facilitados pela opressão e controle do Estado sobre os trabalhadores e seu movimento sindical. E, por fim, esse patrimônio público foi entregue, pelos governos neoliberais, a um preço irrisório, ao capital privado, com a ausência de resistência popular.

Com relação aos processos democráticos, se a democracia econômica não é nem de longe uma realização de uma distribuição mínima da riqueza, a democracia formal foi, nesse período republicano, um avanço muito sofrido, interrompido com a repressão toda

vez que sinalizava um avanço. Nos primeiros cento e dez anos de República o voto não representou uma democracia representativa ética, pois fatores como a exclusão da maioria (mulheres, analfabetos e pobres), os grotões ou currais eleitorais manobrados pelos vários tipos de coronelismo, as manipulações do poder econômico e da mídia, para citar os mais clamorosos, não permitem dizer que a democracia representativa foi real. Somente no início do século XXI o povo votou, pela primeira vez, seguindo sua intuição e sua preferência. Isso deveu-se ao avanço da aprendizagem política realizada por partidos, movimentos sociais e religiosos, oposição às ditaduras, e à própria evolução cultural que o processo de globalização inevitavelmente proporciona.

O processo da conquista da democracia representativa foi longo e constante: não pode-se dizer que é uma conquista plena e definitiva, mas vale a pena tentar entender o atual nível de democracia para uma atuação eficiente.

Conclusão

A conclusão é um questionamento. É um debate. É uma lição em aberto.

A história do Brasil é uma história cheia de egoísmos e centralismos.

Uma história que passa longe dos valores éticos que norteiam o programa e a proposta do socialismo democrático defendido pelo PSB.

A formação política é um instrumento estratégico para a construção de uma política ética.

E, para que o PSB seja um partido coerente com seu programa ético, precisa que discuta coletivamente a realidade, pois, como pode aparecer claramente nessa sintética leitura de nossa história, todos os principais atores políticos defendiam “valores éticos”. Valores, porém, que não visavam ‘o próximo’, mas seus interesses e suas culturas políticas, religiosas, nacionais, de raça ou de classe.

O resultado é esse Brasil campeão de injustiça econômica, e com outras grandes injustiças culturais e sociais a serem eliminadas.

Uma proposta socialista ética poderia ser uma grande contribuição para uma virada de rumos radical e promissora.

Referências

ALENCAR, Francisco; CAPRI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venício. *História da Sociedade Brasileira*. Ao Livro Técnico, 1985.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Ed. Vozes, 3ª edição.



- ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil*. Ed. Ensaio, cap. I, 1988.
- BUENO, Ricardo. *O ABC do Entreguismo no Brasil*. Ed. Vozes.
- CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros*. Brasiliense, 1987.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado*. Ed. Vozes.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Ed. Civilização Brasileira, 1985.
- História da Classe Operária no Brasil*, ACO, 4º caderno.
- História da Classe Operária no Brasil*, AOC.
- História da Classe Operária no Brasil*, CPO, 1985.
- IANNI, Octávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Brasiliense, 1987.
- JAGUARIBE, Hélio. *Sociedade e Política*. Ed. J.Z.E.
- KOVAL, Boris. *A Grande Revolução de Outubro e a América Latina*. Alfa-Omega.
- _____. *História do Proletariado Brasileiro*. Alfa-Omega, 1982.
- LUCAS, José. *SOS homem do campo*. Ed. Kairós.
- MARANHÃO, Ricardo; MENDES JÚNIOR, Antonio; RONCARI, Luiz. *Brasil História*. Brasiliense, 1983.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Ed. Vozes
- MINC, Carlos. *A reconquista da terra*. Ed. J.Z.E.
- REZENDE, Antônio Paulo. *História do Movimento Operário no Brasil*. Ática, 1986.
- SANDRI, Adriano. *Os trabalhadores e o Movimento Sindical no Brasil*. CPO-GEFASI, 1990.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Ed. Paz e Terra, 2. ed.
- SILVA, Antônio Ozai da. *História das tendências no Brasil*. 2. ed.
- TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. Ed. Brasiliense.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

www.lepanto.com.br/TSC4.html

www.nacoeseacordacultura.uniblog.com.br/Colonização afro

www.fflch.usp.br/dl/anpoll2/resenhasnotas.htm.htm

www2.crb.ucp.pt/.../tordasilhas.htm

www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-4014200200...

www.projetoaurelio.hpg.ig.com.br/001.htm

www.senado.gov.br/comunica/historia/djoao.htm

www.revistamuseu.com.br/vitrine/

www.senado.gov.br/comunica/historia/Proclam1.htm

PARA SABER MAIS SOBRE O TEMA

O objetivo deste suplemento é aprofundar o conhecimento dos conteúdos desenvolvidos em aula. Nele, você encontrará indicações e referências de materiais que possibilitam a discussão e oferecem elementos para a reflexão sobre os temas abordados. As obras e textos aqui listados são um complemento daqueles já citados no “Texto de Referência”.

Livros

ALVES, Castro. *O Navio Negreiro*.

ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1983.

CALLADO, Antonio. *Quarup*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FAUSTO, Boris. *Fazer América*. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *Negócios e ócios. Histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.



_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. *Nordeste: aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

_____. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. (Documentos Brasileiros, 28).

_____. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947. (Documentos Brasileiros, 56).

_____. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semi-patriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre, aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a república*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

_____. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964.

GABEIRA Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1997.

GATAI, Zélia. *Anarquista, Graças a Deus!*

GONÇALVES, Ana Maria. *Um Defeito de Cor*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de & SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: 1944.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. CAMPOS, Pedro Moacyr (org) *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

_____. *Visão do paraíso: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: J.Olympio, 1958.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LOBATO, Monteiro. *Aventuras de Hans Staden*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil – 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MELLO, Evaldo Cabral de (org). *Diários de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Bem-te-vi, 2006

MORAIS, Fernando. *Chato. O Rei do Brasil*. Cia das Letras: São Paulo, 1994

NOVAIS, Fernando A. (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-98.

PINSKY, Jaime. *A Escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988 (Repensando A História).

PRADO JÚNIOR, Caio. *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942.

_____. *Evolução Política do Brasil e outros estudos – Ensaio de interpretação materialista da História do Brasil*. São Paulo: Martins, 1933.

RIBEIRO, Darcy, MOREIRA NETO, Carlos Araújo (org). *A fundação do Brasil: testemunhos 1500-1700*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

Centros de Pesquisa

CPDOC FGV – RJ (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)
– <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

IEA USP (Instituto de Estudos Avançados) – <http://www.iea.usp.br/iea/>



ISA: Instituto Socioambiental – <http://www.socioambiental.org/>

CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) – <http://www.cebrap.org.br/index.asp>

CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) – <http://www.cedec.org.br/>

Departamento de história da Universidade de Brasília/UnB – http://www.unb.br/ih/novo_portal/portal_his/index.html

Grupos de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco – <http://www.propesq.ufpe.br/propesq/pesquisa/grupo.html>

Casa Rui Barbosa – <http://www.casaruibarbosa.gov.br/>

Fundação Joaquim Nabuco – www.fundaj.gov.br/

Fundação Gilberto Freyre – <http://www.fundaj.gov.br/fgf/index.html>

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa/UNESP – <http://www.cedap.assis.unesp.br/>

Centro de estudos Afro-Orientais/UFBA – <http://www.ceao.ufba.br/2007/>

Fundação Palmares – <http://www.palmares.gov.br>

Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – <http://www.cebela.org.br/>

Artigos

CARVALHO, Marcus J. M. de. “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. in *Rev. Bras. Hist.* v. 23, n. 45. São Paulo, julho, 2003.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100009&script=sci_arttext

OLIVEIRA, Ricardo de. “Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo”. In *Rev. Bras. Hist.* v. 22, n.44. São Paulo 2002

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200012&lng=en&nrm=iso

Filmes

Título Original: Cafundó

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 101 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2006

Site Oficial: www.cafundo.com.br

Direção: Clóvis Bueno e Paulo Betti

Roteiro: Clóvis Bueno

Sinopse: João de Camargo (Lázaro Ramos) viveu nas senzalas em pleno século XIX. Após deixar de ser escravo ele fica deslumbrado com o mundo em transformação ao seu redor e desesperado para viver nele. O choque é tanto que faz com que João tenha alucinações, acreditando ser capaz de ver Deus. Misturando suas raízes negras com a glória da civilização judaico-cristã, João passa a acreditar que seja capaz de curar e realmente acaba curando. Ele torna-se então uma das lendas brasileiras, se popularizando como o Preto Velho.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/cafundo/cafundo.asp>)

Título Original: Raízes do Brasil

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 148 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2004

Direção: Nélson Pereira dos Santos

Roteiro: Nélson Pereira dos Santos e Miúcha

Sinopse: A vida e obra de Sérgio Buarque de Hollanda, um dos principais intelectuais do Brasil no século XX e autor dos livros “Raízes do Brasil” e “Visões do Paraíso”. Dividido em duas partes, o filme mostra desde o cotidiano de Sérgio, incluindo o modo como interagia com a família e amigos, até um panorama cronológico de sua época, em que lidou com o nazismo, os anos de Getúlio Vargas no poder e a ascensão do movimento modernista no Brasil.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/raizes-do-brasil/raizes-do-brasil.htm>)

Título Original: Macunaíma

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 108 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1969

Direção: Joaquim Pedro de Andrade

Roteiro: Joaquim Pedro de Andrade, baseado em livro de Mário de Andrade

Sinopse: Macunaíma é um herói preguiçoso, safado e sem nenhum caráter. Ele nasceu na



selva e de preto, virou branco. Depois de adulto, deixa o sertão em companhia dos irmãos. Macunaíma vive várias aventuras na cidade, conhecendo e amando guerrilheiras e prostitutas, enfrentando vilões milionários, policiais, personagens de todos os tipos.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/macunaima/macunaima.asp>)

Título Original: Guerra de Canudos

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 169 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1997

Direção: Sérgio Rezende

Roteiro: Sérgio Rezende e Paulo Halm

Sinopse: Em 1893, Antônio Conselheiro (um monarquista assumido) e seus seguidores começam a tornar um simples movimento em algo grande demais para a República, que acabara de ser proclamada e decidira por enviar vários destacamentos militares para destruí-los. Os seguidores de Antônio Conselheiro apenas defendiam seus lares, mas a nova ordem não podia aceitar que humildes moradores do sertão da Bahia desafiassem a República. Assim, em 1897, esforços são reunidos para destruir os sertanejos. Estes fatos são vistos pela ótica de uma família, que tem opiniões conflitantes sobre Conselheiro.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/guerra-de-canudos/guerra-de-canudos.asp>)

Título Original: Carlota Joaquina, Princesa do Brasil

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 100 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1995

Direção: Carla Camurati

Roteiro: Carla Camurati e Melanie Dimantas

Sinopse: Um painel da vida de Carlota Joaquina (Marieta Severo), a infanta espanhola que conheceu o príncipe de Portugal (Marco Nanini) com apenas dez anos e se decepcionou com o futuro marido. Sempre mostrou disposição para seus amantes e pelo poder e se sentiu tremendamente contrariada quando a corte portuguesa veio para o Brasil, tendo uma grande sensação de alívio quando foi embora.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/carlota-joaquina/carlota-joaquina.asp>)

Título Original: Eles não Usam Black-Tie

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 134 min.

Ano de Lançamento (Brasil): 1981

Roteiro: Gianfrancesco Guarnieri e Leon Hirszman

Sinopse: Em São Paulo, em 1980, o jovem operário Tião e sua namorada Maria decidem casar-

se ao saber que a moça está grávida. Ao mesmo tempo, eclode um movimento grevista que divide a categoria metalúrgica. Preocupado com o casamento e temendo perder o emprego, Tião fura a greve, entrando em conflito com o pai, Otávio, um velho militante sindical que passou três anos na cadeia durante o regime militar.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/eles-nao-usam-black-tie/eles-nao-usam-black-tie.asp>)

Título Original: Olga

Gênero: Drama

Tempo de Duração:

Ano de Lançamento (Brasil): 2004

Roteiro: Rita Buzzar

Sinopse: Narra a história da judia alemã Olga Benário Prestes (1908-1942). Militante comunista desde jovem, Olga é perseguida pela polícia e foge para Moscou, onde faz treinamento militar. É encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes ao Brasil para liderar a Intentona Comunista de 1935, se apaixonando por ele na viagem.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/olga/olga.asp>)

Título Original: Mauá – O Imperador e o Rei

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 132 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1999

Direção: Sérgio Rezende

Roteiro: Paulo Halm, Sérgio Rezende e Joaquim Vaz de Carvalho

Sinopse: Arroio Grande, Rio Grande do Sul. É nesta pequena localidade que vivia Irineu Evangelista de Souza (Paulo Betti) e tudo indicava que passaria sua vida ali (ou pelo menos grande parte), mas o destino interveio e de forma funesta, pois ainda garoto Irineu se tornou órfão, quando seu pai foi morto por ladrões de gado. Dois anos depois, sua mãe decidiu se casar novamente com João Jesus, mas como o padrasto não aceitava um enteado Irineu foi morar no Rio de Janeiro com Batista, seu tio. No Rio vai trabalhar no armazém do português Pereira de Almeida (Elias de Mendonça), onde o jovem Irineu descobre ter jeito para os negócios, pois tinha uma visão ampla do que iria acontecer no comércio. Ele se torna um funcionário de confiança e um cobrador impiedoso, levando Queiroz (Hugo Carvana) ao suicídio após tomar todos os bens (inclusive escravos) como pagamento de uma grande dívida. Irineu defendia o fim da escravidão por razões econômicas e era um homem de palavra, o que faz seu talento ser reconhecido por Richard Carruthers (Michael Byrne), um escocês que vivia no Brasil, que o emprega em sua firma de exportação e lhe dá as primeiras noções das teorias econômicas. Alguns anos depois, Carruthers diz que sente o mesmo que os negros, banzo, que é saudade da terra natal, pois ficara rico no Brasil mas deixara seu coração na Escócia. Assim, parte dei-



xando Irineu comandando os negócios. Nesta altura da vida, Irineu se apaixonou pela sobrinha, May (Malu Mader), com quem irá se casar e ter vários filhos. Em Liverpool, Inglaterra, se deslumbra com a potência das fábricas e decide liquidar sua empresa comercial para se arriscar na construção da primeira indústria brasileira, uma fundição e estaleiro em Ponta de Areia, Niterói. Desde quando começou a enriquecer, Irineu ganhou um inimigo para toda a vida, o Visconde de Feitosa (Othon Bastos), que o via como um aventureiro que sonhava apenas em ganhar mais dinheiro e desviar o Brasil da sua “vocação agrícola”. Irineu queria modernizar o país, mas sofreria mais obstáculos do que seria capaz de imaginar, pois seria prejudicado por estrangeiros mas principalmente pelos brasileiros que pertenciam a uma oligarquia, que apenas queriam usufruir os bens sem nada produzir.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/maua/maua.asp>)

Título Original: As Filhas do Vento

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 85 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2003

Direção: Joel Zito Araújo

Roteiro: Di Moretti

Sinopse: Numa pequena cidade em Minas Gerais as irmãs Maria “Cida” Aparecida (Taís Araújo) e Maria “Ju” da Ajuda (Thalma de Freitas) têm objetivos bem distintos. A primeira quer se tornar uma famosa atriz e para isto é imperativo que deixe o lugarejo, já a segunda só pensa em namorar. Vivem com Zé das Bicicletas (Mílton Gonçalves), o pai delas, que foi abandonado pela mulher e é muito rigoroso com o comportamento das filhas. Quando ele acusa injustamente Cida de estar se envolvendo com Marquinhos (Rocco Pitanga), o namorado de Ju, ela fica tão magoada que deixa a cidade e vai para o Rio de Janeiro na esperança de ser atriz, e consegue. A vida de cada irmã seguiu seu curso e elas ficam sem se falar por mais de 4 décadas. Com a morte de Zé das Bicicletas, Cida retorna para a sua cidade natal para o enterro do pai. O encontro dela com Ju será inevitável, mas elas têm muita mágoa uma da outra e talvez seja difícil resolver 40 anos em alguns dias.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/filhas-do-vento/filhas-do-vento.asp>)

Título Original: Quilombo

Gênero: Aventura

Tempo de Duração: 119 min.

Ano de Lançamento (Brasil): 1984

Roteiro: Cacá Diegues

Sinopse: Em torno de 1650, um grupo de escravos se rebela num engenho de Pernambuco e ruma ao Quilombo dos Palmares, onde uma nação de ex-escravos fugidos resiste ao cerco colonial. Entre eles, está Ganga Zumba, príncipe africano e futuro líder de Palmares, durante muitos anos. Mais tarde, seu herdeiro e afilhado, Zumbi, contestará as idéias conciliatórias de

Ganga Zumba, enfrentando o maior exército jamais visto na história colonial brasileira.
(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/quilombo/quilombo.asp>)

Título Original: Xica da Silva

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 117 min.

Ano de Lançamento (Brasil): 1976

Direção: Carlos Diegues

Roteiro: Carlos Diegues e João Felício dos Santos

Sinopse: Escrava que, durante o ciclo de ouro, na atual e rica cidade de Diamantina, aproveitou-se de sua sensualidade para conquistar a alforria e se tornar a rainha do Diamante.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/xica-da-silva/xica-da-silva.asp>)

Título Original: O Quatrilho

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 120 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1994

Direção: Fábio Barreto

Roteiro: Antônio Calmon e Leopoldo

Sinopse: Rio Grande do Sul, 1910. Em uma comunidade rural composta por imigrantes italianos, dois casais muito amigos se unem para poder sobreviver e decidem morar na mesma casa. Mas o tempo faz com que a esposa de um se interesse pelo marido da outra, sendo correspondida. Após algum tempo, os dois amantes decidem fugir e recomeçar outra vida, deixando para trás seus parceiros, que viverão uma experiência dramática e constrangedora, mas nem por isto desprovida de romance.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/quatrilho/quatrilho.asp>)

Título Original: Cidade de Deus

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 135 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2002

Site Oficial: www.cidadedededeus.com.br

Direção: Fernando Meirelles

Co-direção: Katia Lund

Roteiro: Bráulio Mantovani

Sinopse: Buscapé é um jovem pobre, negro e muito sensível, que cresce em um universo de muita violência. Buscapé vive na Cidade de Deus, favela carioca conhecida por ser um dos locais mais violentos da cidade. Amedrontado com a possibilidade de se tornar um bandido,



Buscapé acaba sendo salvo de seu destino por causa de seu talento como fotógrafo, o qual permite que siga carreira na profissão. É através de seu olhar atrás da câmera que Buscapé analisa o dia-a-dia da favela onde vive, onde a violência aparenta ser infinita.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/cidade-de-deus/cidade-de-deus.asp>)

Título Original: Gaijin

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 104 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1980

Direção: Tizuka Yamasaki

Roteiro: Tizuka Yamasaki e Jorge Duran

Sinopse: Japão, 1908. Em virtude de haver muita miséria no país e poucas perspectivas de trabalho, muitos japoneses emigravam em busca de oportunidades. Como a companhia de emigração só aceitava grupos familiares que tivesse pelo menos um casal, assim Yamada (Jiro Kawarazaki) e Kobayashi (Keniti Kaneko), que eram irmãos, vêm como solução que Yamada se casasse com Titoe (Kyoko Tsukamoto), que tinha apenas 16 anos. Yamada e Titoe tinham acabado de se conhecer e, juntamente com um primo, partem para o Brasil. Após 52 dias de viagem chegam ao Brasil e vão trabalhar na Fazenda Santa Rosa, em São Paulo, pois a expansão cafeeira era intensa. Porém eles se deparam com um capataz que trata os colonos hostilmente, exigindo sempre que trabalhem até a exaustão. Além disso são roubados pelos donos da fazenda, apenas sendo tratados com respeito por outros colonos e por Tonho (Antônio Fagundes), o contador da fazenda.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/gaijin/gaijin.asp>)

Título Original: Pra Frente Brasil

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 104 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1983

Direção: Roberto Farias

Roteiro: Roberto Farias, baseado em argumento de Reginaldo Faria e Paulo Mendonça

Sinopse: Em 1970 o Brasil inteiro torce e vibra com a seleção de futebol no México, enquanto prisioneiros políticos são torturados nos porões da ditadura militar e inocentes são vítimas desta violência. Todos estes acontecimentos são vistos pela ótica de uma família quando um dos seus integrantes, um pacato trabalhador da classe média, é confundido com um ativista político e “desaparece”.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/pra-frente-brasil/pra-frente-brasil.asp>)

Programas de TV

Série Alô Escola – TV Cultura:

Casa Grande & Senzala, baseado na obra de Gilberto Freyre

Realização: TV Cultura – 1995

Direção e Roteiro: Marya Inês Landgraf

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/casagrande/index.htm>)

O Povo Brasileiro, baseado na obra de Darcy Ribeiro

Realização: TV Cultura – 1995

Roteiro e direção: Regina M. Ferreira

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/povobrasileiro/index.htm>)

Entre Dois Mundos

Direção e roteiro: Maria Inês Landgraf

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/entredoismundos/index.htm>)

Os Sertões, baseado na obra de Euclides da Cunha

Realização: TV Cultura – 1995

Roteiro e Direção: Cristina Fonseca

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/sertoos/index.htm>)

Teatro

Arena Conta Zumbi

Peça escrita por Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal e encenada pelo Teatro de Arena em 1965.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Arena_conta_Zumbi

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=4087



Arena Conta Tiradentes

Peça escrita por Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal e encenada pelo Teatro de Arena em 1965.

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=461

Eles Não Usam Black-Tie

Peça escrita por Gianfrancesco Guarnieri e encenada pelo Teatro de Arena em 1958.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Eles_N%C3%A3o_Usam_Black-tie

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=589

Brasil, da censura à abertura

Peça escrita por Jô Soares, Manoel Costa e José Luiz Arcanjo, baseada no anedotário político do jornalista Sebastião Nery. Estreou em 1980.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil%2C_da_Censura_%C3%A0_Abertura

Gota d'Água

Peça escrita por Chico Buarque e Paulo Pontes e encenada em 1975.

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=475

Os sertões

Projeto, idealizado por José Celso Martinez Corrêa, baseado na obra de Euclides da Cunha. Dividido em cinco espetáculos: A Terra, O Homem I, O Homem II, A Luta I e A Luta II. Encenado pelo Grupo Oficina, em cartaz na cidade de São Paulo, SP.

<http://teatroficina.uol.com.br/default.aspx>

Músicas

Álbum *Ihu – Todos Os Sons*, Marlui Miranda, 1995.

Álbum *Tropicália ou panis et circensis*, Vários Artistas, 1968.

Álbum *Arena Conta Zumbi*, Edu Lobo, 1965.

Álbum *África Brasil*, Jorge Benjor, 1976.

Álbum *Canções do Brasil*, Selo Palavra Cantada, 2001

Visitas

Museu de Arte Sacra

Av. Tiradentes, 676 – Luz São Paulo – SP – Brasil

Museu Paulista

Av. Nazaré s/n – Parque da Independência – Ipiranga São Paulo – SP – Brasil

Museu do Folclore

Parque Ibirapuera – Pavilhão Lucas Nogueira Garcez São Paulo – SP – Brasil

Museu do Sertanista

Pça. Dr. Enio Barbato – Caxingui São Paulo – SP – Brasil

Museu do Folclore Edison Carneiro

R. do Catete, 181 – Catete Rio de Janeiro – RJ – Brasil CEP 22220-000

Casa do Pontal

Estrada do Pontal, 3295 – Recreio dos Bandeirantes Rio de Janeiro – RJ – Brasil CEP 22785-560

Museu do Índio

R. das Palmeiras, 55 – Botafogo Rio de Janeiro – RJ – Brasil CEP 22270-070

Museu do Índio

Av. Dq. de Caxias Av. Sete de Setembro – Patronato Sta. Terezinha Manaus- AM – Brasil

Mina de Ouro do Chico-Rei

R. D.Silvério, 108 – Antônio Dias Ouro Preto – MG – Brasil

Museu Dom Bosco

R. Mário Pinto Peixoto, 52 Campo Grande – MS – Brasil CEP 79000-217

Museu de Arte e Cultura Populares

Av. Sen. Pompeu, 350 – Centro Fortaleza – CE – Brasil

Museu do Homem do Nordeste

Av. 17 de Agosto, 2187 – Casa Forte Recife – PE – Brasil

Engenho São João

Estrada do Igarassu 7km – Várzea Itamaracá – PE – Brasil

Fundação Gilberto Freyre

R. Dois Irmãos, 320 – Apipucos – Solar de Sto. Antônio Recife – PE – Brasil CEP 52071-440



Museu do Estado de Pernambuco

Av. Rui Barbosa, 960 – Graças Recife – PE – Brasil

Museu Memórias do Bixiga

R. dos Ingleses, 118 São Paulo – SP – Brasil

Museu Histórico da Imigração Italiana

R. Maximiliano Lorenzini, 122 São Caetano do Sul – SP – Brasil

Centro Histórico do Imigrante

R. Visconde de Parnaíba, 1316 – Brás São Paulo – SP – Brasil

Museu ao Ar Livre

Rod. Estadual SC – 438 km 33. Orleans – SC – Brasil

Instituto Hans Staden

R. 7 de Abril, 59 – 4º andar São Paulo – SP – Brasil

Parque Aldeia do Imigrante

Av. 15 de Novembro, 1856 Nova Petrópolis – RS – Brasil

Museu Histórico da Imigração Japonesa

R. São Joaquim, 381 – 7º/8º andar – Liberdade São Paulo – SP – Brasil

Casa da Cultura Japonesa

R. Prof. Lineu Prestes, 159 (Cidade Universitária) São Paulo – SP – Brasil

Museu Histórico Nacional

<http://www.museuhistoriconacional.com.br>

Museu Imperial

<http://www.museuimperial.gov.br>

Museu da República

<http://www.museudarepublica.org.br>

Museu do Ipiranga

<http://www.mp.usp.br>

Memorial da América Latina

<http://www.memorial.sp.gov.br/memorial/index.jsp>

Museu Casa de Rui Barbosa

<http://www.abicasaderuy.frb.br>

Museu Paranaense

<http://www.pr.gov.br/museupr>

Museu Histórico de Londrina

<http://www2.uel.br/museu/acervos.html>

Fundação Joaquim Nabuco

<http://www.fundaj.gov.br>



LINHA DO TEMPO

Século XV – Século XVIII

1492 – A chegada dos espanhóis na América

Brasil Colônia (1500-1822)

1500 – A chegada dos portugueses às terras que futuramente se chamariam Brasil

1530 – Estabelecimento das Capitanias Hereditárias

1548 – Capitania da Bahia transformada em capitania da Coroa e capital da Colônia – Instalado o Governo Geral da Colônia

1549 – Fundação da cidade de Salvador

1565 – Fundação da cidade do Rio de Janeiro

1684 – Revolta dos Beckman, no Maranhão

1759 – Extinção das capitanias hereditárias

1763 – Transferência da capital da colônia para a cidade do Rio de Janeiro

1789 – Inconfidência Mineira

1808 – Mudança da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro e a Abertura dos Portos às nações amigas

1815 – Brasil elevado a Reino Unido de Portugal e Algarve

1817 – Revolução Pernambucana

1820 – Revolução Liberal do Porto

1821 – Retorno da Corte Portuguesa a Portugal

Brasil Império (1822-1889)

1822 – Proclamação da Independência

1824 – Confederação do Equador

1824 – Outorgada por D. Pedro I a primeira constituição brasileira

1825-1828 – Guerra da Cisplatina

1831 – D. Pedro I abdica do trono do Brasil

1832-1835 – A Cabanada

1835-1840 – Cabanagem

1835-1845 – Revolução Farroupilha

1837-1838 – Sabinada

1838-1841 – Balaiada

1840 – Golpe da Maioridade – D. Pedro II assume o trono, com apenas 14 anos

- 1848-1849 – Insurreição Praieira
- 1865-1870 – Guerra do Paraguai
- 1870 – Lançamento do Manifesto Republicano
- 1888 – Abolição da escravidão legal no Brasil

Brasil República (1889 – dias de hoje)

República Velha/Primeira República (1889 – 1930)

- 1889 – Proclamação da República
- 1891 – Promulgada a segunda constituição do Brasil
- 1893-1895 – Revolta Federalista no Rio Grande do Sul
- 1893-1897 – Revolta de Canudos
- 1894 – Eleito Prudente de Moraes, primeiro presidente civil do Brasil

Século XX

- 1904- A Revolta da Vacina
- 1906- Fundação da COB, Central Operária Brasileira
- 1910 – A Revolta da Chibata
- 1912-1916 – Guerra do Contestado
- 1917-1919 – Greves Operárias
- 1922 – Revolta dos Dezoito do Forte
- 1922 – Fundação do PCB
- 1930 – Revolução de 1930
- 1930 – Golpe que leva Getúlio Vargas ao poder

Era Vargas/República Nova (1930-1945 e 1951-1954)

Governo Provisório (1930-1934)

Governo Constitucionalista (1934-1937)

Estado Novo (1937-1945)

- 1932 – Revolução Constitucionalista
- 1935 – Intentona Comunista
- 1937 – Ditadura do Estado Novo
- 1938 – Levante Integralista
- 1942 – Brasil entra na Segunda Guerra Mundial, contra a Alemanha e Itália
- 1943 – Decretada a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT



- 1946 – Posse do General Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1945, após a renúncia de Vargas
- 1946 – Fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB
- 1950 – Getúlio Vargas eleito presidente
- 1954 – Suicídio de Vargas. Assume a Presidência da República o seu vice: Café Filho
- 1955 – Juscelino Kubitschek eleito presidente
- 1955 – Fundação da Ligas Camponesas
- 1960 – Inauguração de Brasília, a nova capital do Brasil
- 1961 – (Janeiro) Jânio Quadros assume a presidência da República
(Agosto) Jânio Quadros renuncia, assumindo o vice João Goulart
- 1962 – Formação do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT
- 1964 – Golpe Militar, ou Revolução de 1964

Regime Militar (1964-1985)

- 1965 – Abolido o pluripartidarismo e instituído o bipartidarismo: Arena e MDB
- 1967 – Aprovada pelo Congresso a sexta Constituição Brasileira
O Congresso é fechado e é decretado o AI-5
- 1968 – Greves dos metalúrgicos de Contagem (MG) e Osasco (SP)
- 1978 – Fim do AI-5
- 1978 – Reinício do movimento grevista a partir do ABC paulista
- 1983 – Fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT
- 1984 – Movimento das “Diretas Já”
- 1985 – Eleito Tancredo Neves pelo colégio eleitoral.
Assume a presidência interinamente José Sarney, vice de Tancredo
Declarado oficialmente o falecimento de Tancredo Neves
José Sarney é empossado em definitivo.

Nova República (início 1985 com a transição democrática)

- 1986 – Eleição para a assembléia nacional constituinte que ficaria encarregada de estabelecer a nova constituição brasileira.
- 1988 – Promulgada a Constituição de 1988
- 1989 – Eleito Fernando Collor de Mello
- 1992 – Fernando Collor sofre o processo de impedimento (*impeachment*), assumindo seu vice, Itamar Franco
- 1995 – Assume a Presidência Fernando Henrique Cardoso
- 1998 – Reeleição de Fernando Henrique Cardoso
- 2003 – Assume a presidência Luiz Inácio Lula da Silva
- 2006 – Reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva

AULA 3

RESENHA

O texto apresentará numa linha histórica as relações entre os diferentes atores da construção do Brasil moderno a partir da situação dos povos indígenas pré-existentes, a colonização portuguesa, a escravatura africana, a imigração proletária europeia e asiática e as várias fases do capitalismo brasileiro.



AULA 3

O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Bernando Ricupero

Introdução

⊙ Questão sugerida por Raymundo Faoro: “Existe um pensamento político brasileiro?”

Problema
Centro capitalista → Idéias X Periferia capitalista
Pensamento em geral
=
Idéias + Idéias
(outras sociedades) (própria sociedade)

Idéias no Brasil

- metrópole → colônia
- » Problema da independência: criar literatura e arte brasileiras

Debate político no Império

- Crítica de conservadores: liberais copiam fórmulas estrangeiras

Continuidade do pensamento político brasileiro

- Nossos temas e problemas políticos

⊙ Importância das “interpretações do Brasil”

⊙ Interpretações do Brasil:

» Oliveira Vianna

Populações Meridionais do Brasil

» Sergio Buarque de Holanda

Raízes do Brasil

» Caio Prado Jr.

Formação do Brasil Contemporâneo

⊙ Diálogos entre esses livros

Raymundo Faoro, num pequeno livro publicado não muito antes de morrer, faz a pergunta fundamental para nossa reflexão: “existe um pensamento político brasileiro?”.¹ Ou seja, a questão indica que não é evidente que um país como o Brasil seja capaz de criar um pensa-

mento político que dê conta de suas condições particulares. Ligado a esse problema, aparece ainda outra indagação, sugerida por Roberto Schwarz: como idéias elaboradas originalmente no centro capitalista comportam-se num outro contexto social e político?²

Em termos amplos, problemas como a existência de um pensamento político brasileiro, estão, como o próprio Faoro indica, relacionados com a presença de uma cultura autônoma e, naturalmente, de uma sociedade capaz de moldá-la. É possível afirmar que o pensamento, em qualquer lugar do mundo, desenvolve-se seguindo dois influxos básicos: o proporcionado pela influência de sua evolução em outros centros e o resultante de avanços e recuos no interior da sociedade analisada. Mesmo reconhecendo essa verdade, teremos que partir, no nosso caso, de uma situação em que se era colônia e, portanto, onde, como insiste Schwarz, se faz uso de idéias originalmente produzidas nas metrópoles.

1 Ver: Raymundo Faoro, “Existe um pensamento político brasileiro” in: *Existe um pensamento político brasileiro*, São Paulo: Editora Ática, 1994.

2 Ver: Roberto Schwarz, “As idéias fora do lugar” in: *Ao vencedor as batatas*, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.



Não por acaso, o tema de como se relacionar com referências intelectuais estrangeiras aparece como preocupação importante no Brasil pouco depois da independência. Ele está presente nos mais variados campos, boa parte do esforço da literatura e das artes sendo no sentido de criar literatura e artes “brasileiras”. Logo também entrará no debate político, a crítica dos conservadores aos liberais versando fundamentalmente sobre o hábito que os últimos teriam de copiar fórmulas estrangeiras, sem se preocuparem com a adequação delas às condições locais.

Mas ainda que sejam recorrentes em nosso debate político-cultural discussões, como a sobre o lugar das idéias no Brasil, muitas vezes os próprios homens e mulheres envolvidos nelas parecem repetir argumentos sem saber o que outros já afirmaram. Conseqüentemente, nosso esforço deve ser, em boa medida de, apesar da falta de consciência histórica, buscar, no pensamento político brasileiro, continuidades, que indicam problemáticas e toda uma maneira de tratar os temas discutidos.³

Um bom caminho para perceber essas continuidades parece ser o de confrontar entre si algumas das mais importantes “interpretações do Brasil”. Até porque foram fundamentalmente nesses livros que se fixaram as questões que continuam a nos atormentar. Entre as “interpretações do Brasil” destacaremos: a realizada por Francisco José Oliveira Vianna em *Populações meridionais do Brasil*, a feita por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, a desenvolvida por Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, a elaborada por Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*.

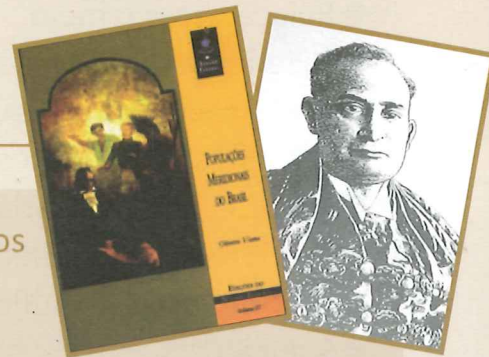
É evidente que esses livros aparecem em momentos históricos diferentes, respondem a variadas preocupações políticas e assumem posturas teóricas até contrastantes. Dessa maneira, *Populações meridionais do Brasil* é publicado, em 1920, em meio à crítica do

“pensamento autoritário” à artificialidade da Constituição e da ordem política da República Velha. Já *Raízes do Brasil* (1936) e *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* (1942) aparecem no bojo das esperanças trazidas pela renovação da vida brasileira que ganha força

3 Gildo Marçal Brandão, “Linhagens do pensamento político brasileiro” in: *Dados*, n. 2, 2005.

com a Revolução de 1930. Mas enquanto que a postura “radical democrata” de Sérgio Buarque de Holanda combina-se com uma perspectiva culturalista, o socialismo de Caio Prado Jr. abre caminho para uma interpretação marxista da experiência brasileira. Por fim, *A revolução burguesa no Brasil* é fundamentalmente uma resposta ao golpe militar de 1964.

De qualquer maneira, é notável como os quatro livros desenvolvem boa parte de seus argumentos a partir de referências comuns. Conseqüentemente, deixar mais claro o “diálogo” entre eles ajuda a compreender suas formulações e a própria contribuição que trazem ao pensamento político brasileiro.



Populações meridionais do Brasil

⊙ Objetivo: “Ressaltar o quanto somos distintos outros povos”

⊙ Comparação:

Sociedades Americanas X Sociedades Europeias

=

Diferença

Idéias e instituições europeias → Classes dirigentes americanas

⊙ Outro objetivo: reorientar vida política brasileira

Objetivo teórico

→

objetivo prático:

(perceber particularidade brasileira)

(estabelecer “política objetiva”)

⊙ Metodologia

Meio físico → sociedade

⊙ Colonizadores do Brasil = Nobreza portuguesa

⊙ Hábitos urbanos da nobreza X Meio americano

= Colonizadores plebeus

⊙ Meio americano = centrífugo

⊙ Meio europeu = centrípeda



- ⊙ Predomínio do meio → adaptação do colonizador (ruralização)
- ⊙ Brasil colônia: inexistência de uma sociedade
- ⊙ Vinda da família real portuguesa (1808)
 - » Fim do isolamento dos senhores rurais
- ⊙ Senhores rurais X Mercadores e nobres portugueses
- ⊙ Relação com o meio
 - » Senhores rurais brasileiros – adaptados
 - » Mercadores portugueses – relativamente adaptados
 - » Nobres portugueses – inadaptados
- ⊙ Independência: vitória dos senhores rurais brasileiros
- ⊙ Senhores rurais ≠ Unidade nacional
- ⊙ Latifúndio = auto-suficiência
- ⊙ Solução
 - Coroa → Senhores rurais = Unificação nacional
- ⊙ Posição de Oliveira Viana diante do latifúndio:
 - 1) Colônia = instrumento de adaptação ao meio americano
 - 2) Independência = impede a unificação nacional
- Localismo (caudilhos) X Centro (nação)
 - =
 - Rei (regulador de conflitos)
- ⊙ Poder central: Brasil (defensor de liberdade)
 - ≠
 - Europa (inimigo de liberdade)
- ⊙ Defesa liberal da descentralização = caudilhismo
- ⊙ Conservadores percebiam diferenças entre condições européias e americanas
- ⊙ Argumento de Oliveira Vianna
 - Meio brasileiro ≠ Unidade Nacional
 - Estado → Unidade nacional

A principal motivação de *Populações meridionais do Brasil* e dos demais livros de Oliveira Vianna é, como afirma no Prefácio de seu primeiro livro, “ressaltar o quanto somos distintos de outros povos”.⁴

Esse programa de pesquisa se imporia já que, apesar de a comparação das novas sociedades americanas com as antigas sociedades européias evidenciar a diferença entre as duas, nossas classes dirigentes revelariam verdadeira obstinação de não reconhecerem a originalidade das suas condições. A consequência dessa postura se sentiria na cópia por parte das novas nacionalidades dos exemplos fornecidos pelas civilizações ocidentais mais antigas.

Esconde-se, assim, em *Populações meridionais do Brasil* uma outra finalidade, além da de apreender a particularidade brasileira. Nesse objetivo, de reorientar a vida política do país, o autor, quem sabe, tenha tido até mais sucesso do que na sua primeira finalidade. Em outras palavras, a meta teórica, a apreensão da particularidade brasileira, abriria caminho para a finalidade prática, o estabelecimento do que é chamado de uma “política objetiva”.

Para explicar o descompasso entre idéias e realidade no Brasil, Oliveira Vianna identifica a raiz do problema no que considera ser a condição de marginalidade das elites brasileiras. Elas viveriam “entre duas ‘culturas’: uma – *a do seu povo*, que lhes forma o subconsciente coletivo; outra – *a européia ou norte-americana*, que lhes dá as idéias, as diretrizes de pensamento, os paradigmas constitucionais, os critérios do julgamento político”.⁵

Já ao pensar a influência de diferentes fatores sobre a sociedade, o autor de *Populações meridionais do Brasil* considera que o

meio tem um papel preponderante na conformação delas. A prova de que se deveria privilegiar o ambiente em relação ao homem

4 Francisco José Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987, p. 15.

5 *Ibid.*, p. 18.



seria mesmo que “não há tipos sociais fixos, e sim ambientes sociais fixos”.⁶

Mas num primeiro momento, os colonizadores que teriam ido para o Norte e o Sul do Brasil não se distinguiriam de maneira significativa, ambas descendendo dos ramos mais ilustres da nobreza portuguesa. Essa tese de Oliveira Vianna seria, porém, desmentida em estudos aparecidos já nos anos vinte, como os de Alcântara Machado. Os hábitos, caracteristicamente urbanos, da aristocracia entrariam, porém, em choque com o ambiente. Dessa forma, um segundo grupo, de origem plebéia, acabaria por prevalecer.

Isto é, o meio americano, cuja tendência seria centrífuga, absorveria o espírito europeu, de orientação centrípeta. A vida social dos colonizadores adquiriria, dessa maneira, uma fisionomia própria, inédita. De acordo com o meio, ocorreria “a obra de adaptação rural, de *conformismo rural* – em uma palavra, a obra de ruralização da população colonial”.⁷ Derivaria daí a psicologia social do brasileiro,

que continuaria a ser fundamentalmente um homem do campo.

Contudo, a influência do meio rural, segundo Oliveira Vianna, varia de acordo com o predomínio da pequena ou da grande propriedade. No caso particular do Brasil, “somos o latifúndio”.⁸ No latifúndio não haveria grande espaço para a solidariedade social. Em compensação, o grande domínio, que tudo absorve, seria um mundo em miniatura. Nele, prevaleceria a vida doméstica, o chefe de família no Brasil, assim como na Roma antiga, assumindo praticamente todo poder.

O grande domínio seria quase que inteiramente auto-suficiente, sendo comum afirmar-se que o latifúndio precisava comprar apenas ferro, sal, pólvora e chumbo. Atrairiam praticamente tudo que existia na vida colonial, como que reunindo vilas, indústria, comércio etc. Os latifúndios exerceriam, portanto, uma verdadeira função simplificadora sobre o restante da sociedade.

Nesse quadro, em que a pequena propriedade teria uma importância ínfima, não se desenvolveria classe média. As próprias características da economia e da sociedade

6 *Ibid.*, *Populações meridionais do Brasil*, *op. cit.*, p. 16.

7 *Ibid.*, p. 31.

8 *Ibid.*, p. 49.

colonial impediriam que isso ocorresse. Além de tudo, os pequenos proprietários não encontrariam o estímulo de produzir para mercados, presentes nas cidades, já que também eles seriam atraídos pela função simplificadora do grande domínio. Por outro lado, essa situação, em que inexistia classe média, tornaria verdadeira a afirmação do viajante francês Louis Couty que disse, em 1882, que “o Brasil não tem povo”.

A estrutura da sociedade colonial se basearia na divisão entre latifundiários e escravos. Mesmo assim, entre eles, apareceria um terceiro grupo, uma espécie de plebe rural. Nem senhores, nem escravos, mergulhariam nas zonas mais obscuras da sociedade colonial, vegetando como agregados-clientes dos grandes latifundiários. Enquanto a família seria o princípio organizador dos latifúndios, na plebe rural prevaleceria a mancebia. Resultaria também daí sua maior característica: a instabilidade.

Os proprietários rurais se comportariam como chefes de clãs. Para tanto, o medo disseminado por toda população de uma possível situação caótica, a “anarquia branca”, serviria para congregá-la em torno deles. Em outras palavras, como não existiria nenhuma instituição capaz de garantir segurança e tranquilidade para o homem comum ele só poderia recorrer aos senhores territoriais. Quatro séculos de

colônia não teriam sido, portanto, capazes de criar de fato uma sociedade no Brasil:

[...] sem quadros sociais completos; sem classes sociais definidas; sem hierarquia social organizada; sem classe média; sem classe industrial; sem classe comercial; sem classes urbanas em geral – a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício, em arcabouço, incompleto, insólito, com os travejamentos mal ajustados e ainda sem postes firmes de apoio.⁹

Quando se abre, o que Oliveira Vianna chama de IV século da história brasileira, os grandes senhores rurais se encontrariam, além de tudo, quase ausentes da administração da colônia, que seria reservada quase exclusivamente a metropolitanos. Seria apenas a transmigração da família real portuguesa que teria posto fim ao isolamento do grupo. A nobreza nativa se confrontaria, então, com

9 *Ibid.*, p. 129.



outros dois grupos: os mercadores portugueses, enriquecidos pela abertura dos portos, e os fidalgos, também lusos, vindos com a família real.

Se disputará, entre 1808 e 1822, a primazia política. Os proprietários rurais brasileiros se comportariam como uma aristocracia fundiária plenamente adaptada ao meio, os mercadores portugueses como uma burguesia, que, apesar da origem reinol, já se encontrava no Brasil há algum tempo, e os nobres lusitanos como uma burocracia estranha ao ambiente. A Independência representaria a vitória da aristocracia da terra, desenvolvimento que seria inteiramente lógico, já que ela seria a única classe com verdadeira base na sociedade brasileira.

No entanto, a aristocracia da terra, deixada a si mesmo, seria incapaz de dar início à obra de unificação nacional. Dela não poderia prover solidariedade social, os caudilhos que a comporiam, formando clãs, que lutariam entre si. Como resolver o problema? Se a aristocracia é incapaz, por conta própria, de estabelecer a unidade nacional, ela teria que vir de fora, da Coroa. Isto é, para criar a nação,

a Coroa, como que filtraria os elementos provenientes da nobreza da terra mais capazes de contribuir para a tarefa. Por sua vez, ação desse tipo manteria vivos antigos valores, o Estado continuando a comportar-se de maneira patriarcal.

Portanto, a avaliação de Oliveira Vianna sobre o latifúndio se modifica de acordo com o momento histórico que analisa. Se antes, na colônia, o identifica como principal instrumento para a adaptação do colono português ao ambiente americano; depois da Independência, devido à sua maior característica, a auto-suficiência, passa a vê-lo como impedimento mais sério para a tarefa de unificação nacional que então se imporia.

Antes da Independência, praticamente não existiria sentimento nacional. Portanto, “os que fundam, em 22, o Império criam menos uma realidade que uma expressão nominal”.¹⁰ Apenas a fidelidade ao imperador teria evitado a secessão do Brasil.

Num sentido mais amplo, na luta “entre o localismo e o centro, os caudilhos e a nação”,¹¹ o rei apareceria como elemento regulador de

¹⁰ *Ibid.*, p. 206.

¹¹ *Ibid.*, p. 254.

conflitos. Isto é, no Brasil, o poder central, ao invés de ser o grande inimigo das liberdades locais, como o é na Europa, seria o defensor dessas liberdades contra os caudilhos. Nessa perspectiva, a defesa da descentralização, à maneira dos anglo-saxões, como faziam os liberais, seria injustificável, já que favoreceria o caudilhismo.

Aqueles que Oliveira Vianna chama de “reacionários audazes”, os conservadores, demonstrariam, em contraste, capacidade para compreender as condições americanas: “a diferença substancial entre os fins do Estado na Europa e nas novas nacionalidades americanas”.¹² Em poucas palavras, num ambiente em que prevaleceriam tendências centrífugas, teriam tentado estabelecer o espírito público.

Ou seja, se, para Oliveira Vianna, o ambiente social é o maior desafio à unidade nacional, ainda assim é preciso agir sobre ele, transformá-lo. É o Estado que pode assumir esse papel, moldando a sociedade, como teriam tentado fazer os “reacionários audazes” do Império. Isto é, a análise sociológica de *Populações meridionais do Brasil* e dos outros livros do autor leva paradoxalmente à conclusão de que, em certas condições, a autonomia do Estado deve levar à criação, de maneira voluntarista, da sociedade que se deseja.

Raízes do Brasil

- ⊙ Questão do Livro:
 - » Dificuldades e possibilidades da democracia no Brasil.
- ⊙ Colonização: “único esforço bem sucedido (...) de transplantação da cultura européia para uma zona de clima tropical e subtropical.



¹² *Ibid.*, p. 345.



- ⊙ Motivo de sucesso da colonização
 - » Realizada por povo ibérico
 - ⊙ Península ibérica: região indecisa entre a Europa e a África
 - » Zona de fronteira
 - Plasticidade social (povo mestiço sem preconceito de raça)
 - ⊙ Brasileiros = “desterrados em sua terra”
 - ⊙ Península ibérica → Cultura da personalidade
 - ⊙ Cultura da personalidade
 - » “O sentimento da própria dignidade de cada homem”
 - Cultura da personalidade ≠ hierarquia social
= “ética dos fidalgos”
 - Cultura da personalidade ≠ solidariedade social
- Aventureiro → Colonização em geral
+
Plasticidade social do português
=
Colonização do Brasil
- ⊙ Aventureiro X Trabalhador
 - » Aventureiro: ideal de “colher o fruto sem plantar a árvore”
 - » Trabalhador: enxergaria “primeiro o obstáculo a vencer e não o trunfo a alcançar”
 - ⊙ Ética do trabalho X Ética da aventura
 - » Valores diferentes
 - » Ética da aventura → colonização
≠ Sociedade mais permanente
 - ⊙ Exceção Brasileira
 - » Cidadão = Senhor rural
 - ⊙ Latifúndio auto-suficiente → família patriarcal
 - » “Invasão do público pelo privado”
 - » ≠ Estado democrático
 - » ≠ Qualquer Estado

- Família X Estado
- Particular X Geral
- Material X Intelectual
- Corpóreo X Abstrato
- ⊙ Democracia (neutra) X Família (parcial)
- ⊙ Brasileiro = Homem cordial
- ⊙ Cordialidade
 - » ≠ O que vem do coração
 - » = Qualidades positivas
- ⊙ Cordial = amor
 - = ódio
- ⊙ Resultado: difícil para o homem cordial estabelecer democracia

$$\begin{array}{c}
 \text{Personalismo (Portugal)} \\
 + \\
 \text{Auto-suficiência latifúndio (Brasil)} \\
 = \\
 \text{Homem cordial} \\
 \text{Idéias estrangeiras} \\
 \times \\
 \text{Realidade social brasileira} \\
 = \\
 \text{democracia mal entendida}
 \end{array}$$
- ⊙ “Nossa revolução”
 - » Personalismo
 - » Predomínio rural
- ⊙ Marcos
 - » Vinda da família real portuguesa (1808)
 - » Proclamação da Independência (1822)
 - » Abolição da escravidão (1888)
 - » Instauração da República (1889)



- ⊙ “Nossa revolução”
- ⊙ “Revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional”

Raízes do Brasil, diferente de *Populações meridionais do Brasil*, se preocupa especialmente com uma questão: as dificuldades e possibilidades de estabelecer a democracia no Brasil.

Antes, o primeiro ponto da colonização portuguesa da América a ser ressaltado por Sérgio Buarque de Holanda é o fato “de constituirmos o único esforço bem sucedido, em larga escala, de transplantação da cultura européia para uma zona de clima tropical e subtropical”.¹³ O motivo principal sugerido para o sucesso do empreendimento colonial português seria a colonização ter sido realizada por uma nação ibérica localizada, portanto, numa região indecisa entre a Europa e a África.

Daí derivaria a plasticidade social do português, povo praticamente destituído de orgulho de raça e já mestiço antes de iniciar o empreendimento colonial. A plasticidade contribuiria até para uma postura de certo desleixo, que não deixaria de ser favorável à ação nos trópicos.

Por outro lado, *Raízes do Brasil*, apesar de considerar o português como plástico, não o vê como plenamente adaptado ao ambiente americano, os brasileiros, ainda em sua época, sentindo-se como desterrados em sua terra. Devido à sua adaptação incompleta ao ambiente americano, a principal característica do país estaria relacionada à Península Ibérica. Como em outros povos com a mesma origem, seria particularmente forte no Brasil o que Sérgio Buarque chama de cultura da personalidade. Nela, apareceria como crença mais marcante “o sentimento da própria dignidade de cada homem”.¹⁴

Oposto ao privilégio, poderia até ser considerado como legítimo pioneiro da mentalidade moderna. Tal atitude contribuiria para que a hierarquia social fosse menos rígida entre os

¹³ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936, p. 3.

¹⁴ *Ibid.*, p. 10.

portugueses. Mas mesmo que estivesse disseminada por todo o povo, o autor considera que a cultura da personalidade é antes “uma ética de fidalgos, não de vilões”,¹⁵ cada homem considerando-se como superior ao outro e não como seu igual. Ou, em outras palavras, seria possível perceber que valores associados à aristocracia estariam espalhados por todo o povo português e brasileiro.

Conseqüência ainda mais forte da cultura da personalidade seria a extrema dificuldade da solidariedade social se impor na sociedade, até porque “em terras onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável”.¹⁶ Na verdade, a solidariedade que porventura aparecesse teria muito mais o sentido de favorecer o sentimento do que o interesse, fazendo parte do âmbito doméstico e não do público.

De qualquer maneira, depois de tratar a herança ibérica como um todo, *Raízes do Brasil* especifica diferenças entre a colonização espanhola e a portuguesa. A primeira corresponderia a um ato de vontade, o que se expressaria no traçado das cidades, “que

não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõe-lhe antes o acento voluntário da linha reta”. Já as cidades portuguesas, obedeceriam as “exigências topográficas”,¹⁷ chegando a confundir-se “com a linha da paisagem”.¹⁸ Isto é, as duas formas de cidades corresponderiam a diferentes orientações; a espanhola, organizada a partir da praça maior, procuraria realizar, como a ação do ladrilhador, um ou mais fins, ao passo que o dominante na cidade portuguesa seria a rotina e o desleixo, ou seja, uma postura similar a do sementeiro.

Essas diferentes orientações também não deixariam de se fazer sentir, em termos mais amplos, no tipo de colonização protagonizado por espanhóis e portugueses. Enquanto os primeiros desejariam fazer de suas possessões de além-mar verdadeiras extensões do reino, os segundos se contentariam em explorá-las comercialmente. Sinal adicional da superficialidade da colonização portuguesa seria sua concentração no litoral, ao passo que os espanhóis se voltaram para o interior.

15 *Ibid.*, p. 11.

16 *Ibid.*, p. 6.

17 Holanda, *op. cit.*, p. 61.

18 *Ibid.*, p. 62.



Contudo, num sentido mais geral, a conquista e a colonização de novos mundos teriam sido obra principalmente de aventureiros, homens prontos a enfrentar toda sorte de desafios e de se lançarem a grandes vôos. Isso teria ocorrido entre todos os povos que se lançaram à colonização. Entre portugueses seria, porém, mais fácil encontrar homens dispostos a se aventurarem na empreitada. Essa atitude se deveria às próprias características do povo, como vimos, mestiço quase sem preocupação com a pureza de raça e, portanto, dotado de enorme plasticidade social.

Em termos mais gerais, seria possível encontrar na vida coletiva dois princípios que se corporificariam no tipo do aventureiro e do trabalhador. Para o primeiro, o que importaria seria o fim último, seu ideal sendo “colher

o fruto sem plantar a árvore”. Ignoraria, assim, fronteiras, vivendo em espaços ilimitados. Já o trabalhador, enxergaria “primeiro o obstáculo a vencer e não o trunfo a alcançar”.¹⁹

Esmiuçando a análise, Sérgio Buarque nota que existiriam tanto uma ética do trabalho como uma ética da aventura. Isto é, o aventureiro e o trabalhador regeriam suas ações por diferentes valores. O aventureiro valorizaria “a audácia, a imprevidência, a irresponsabilidade...” e consideraria desprezível a “estabilidade, paz, segurança pessoal”, qualidades que o trabalhador buscava. Este último, por sua vez, não teria nenhuma simpatia pela “concepção espaçosa do mundo”²⁰ do aventureiro. Se o espírito de aventura era especialmente propício à obra de conquista, ele não contribuiria para o estabelecimento de uma sociedade mais permanente.

Numa outra referência, a situação prevalente até a vinda da família real portuguesa, em 1808, seria *sui generis*; as cidades se subordinariam ao campo e não o contrário. Esse quadro contribuiria para a estranha si-

tuação em que o cidadão corresponderia ao senhor rural.

Nesse quadro do domínio rural auto-suficiente, Sérgio Buarque considera, como

¹⁹ *Ibid.*, p. 21.

²⁰ *Ibid.*

já haviam feito Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, que renasceria a família patriarcal. A família seria inclusive o único setor da vida brasileira cuja autoridade não era questionada. Se teria, assim, “uma invasão do público pelo privado”,²¹ os indivíduos, mesmo fora do ambiente doméstico, agindo de acordo com seus preceitos.

Tal comportamento dificultaria o estabelecimento do Estado democrático e mesmo de qualquer Estado no Brasil. Até porque a relação entre a família e o Estado, diferentemente do que sugerem certos teóricos políticos, não seria tanto de continuidade, mas de oposição: “do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo”.²²

No caso da democracia liberal, o choque com uma situação como a brasileira, onde prevalece a família patriarcal, seria ainda maior. De acordo com Holanda, o princípio básico da democracia liberal estaria indicado na frase de Jeremy Bentham: “a maior felicidade para o maior número”. Por outro lado, o sentimento mais característico no interior da família seria

o amor e sempre “amar alguém é amá-lo mais do que aos outros”.²³ Isto é, a parcialidade, que o ambiente doméstico favorece, seria incompatível com a atitude neutra diante dos cidadãos, implícita na democracia liberal.

A partir de situações como essas, *Raízes do Brasil* adota a caracterização do brasileiro como homem cordial. Apesar de sua formulação ter sido, muitas vezes, mal interpretada, Sérgio Buarque de Holanda, ao falar em cordialidade, não pensa em qualidades como a polidez e a civilidade.

Não se deve, além do mais, acreditar que “cordial” necessariamente implique em qualidades positivas. Na verdade, o termo refere-se à origem da palavra – o que vem do coração – e pode implicar tanto em amor como em ódio. Portanto, o que Holanda está apontando é que entre homens que obedecem aos imperativos do coração e, não a normas impessoais e abstratas, é muito difícil estabelecer ordem pública e, ainda mais, democracia.

Em poucas palavras, o personalismo, que viria de Portugal, encontraria no ambiente

21 *Ibid.*, p. 89.

22 *Ibid.*, p. 93.

23 *Ibid.*, p. 156.



doméstico, hipertrofiado pela auto-suficiência do domínio rural, um terreno propício para sua afirmação, criando alguém como o homem cordial. O predomínio do campo sobre a cidade não seria, entretanto, como sugere Oliveira Vianna, uma imposição do ambiente, mas resultaria da orientação da cultura portuguesa. Ou seja, os traços principais que *Raízes do Brasil* destaca na sociedade brasileira viriam de Portugal. Nesse sentido, o elemento mais importante da experiência brasileira seria a herança ibérica ou, simplesmente, portuguesa.

Por outro lado, Sérgio Buarque de Holanda concorda com Oliveira Vianna que seria co-

mun que as fórmulas estrangeiras, que tanto atraem os brasileiros, mal se ajustassem à vida do país. Em particular, o predomínio do personalismo e do círculo doméstico contribuiria para que “a democracia no Brasil foi sempre um mal entendido”.²⁴

Considera que uma aristocracia semi-feudal teria adotado esse regime político simplesmente porque era isso que se fazia então na Europa. Mas nisso se teria seguido a tradição dos movimentos reformistas brasileiros que, quase sempre, teriam partido da elite. O povo, como indicara Aristides Lobo quando da proclamação da República, simplesmente assistiria bestializado a tais iniciativas.

De qualquer maneira, o Brasil estaria vivendo, já há algum tempo, um processo de profunda transformação. Seus marcos mais importantes seriam: a vinda da família real portuguesa (1808), a proclamação da Independência (1822), a Abolição da escravidão (1888) e a instauração da República (1889).

Contudo, mais importante do que se ater a eventos, seria perceber a ocorrência de uma mudança mais difusa no país, que indicaria “uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional”.²⁵ Ela teria o efeito de estimular o

aparecimento de uma nova orientação para a sociedade brasileira, oposta ao antigo predomínio rural.

Nessa referência, Sérgio Buarque enxerga até uma potencial compatibilidade entre a democracia e a sociedade brasileira. Teria

²⁴ *Ibid.*, p. 122.

²⁵ *Ibid.*, p. 135.

afinidade com a democracia, em especial, a repulsa instintiva, generalizada entre brasileiros e povos americanos, a toda hierarquia racional e a incapacidade de resistir a novas influências, como a urbanização e o cosmopolitismo.

O historiador paulista talvez esteja até sugerindo que, nas condições brasileiras, a democracia pode assumir uma forma nova.

Ou melhor, ao mesmo tempo que as transformações pelas quais o Brasil estaria há tempos passando modificariam as formas sociais e políticas prevalentes no país, suas condições nacionais não deixariam de influenciar certas formas estrangeiras, como a democracia, fazendo com que passassem a ter um conteúdo novo, original em relação ao europeu.

Formação do Brasil contemporâneo: colônia

Objeto: primeiros anos do século XIX

=

Início da transição entre Colônia e Nação

=

Longo processo histórico não terminado

- ⊙ Objetivo: introdução à “interpretação do Brasil de hoje”
- ⊙ Início do século XIX = Começo da história contemporânea do Brasil (necessidade de ir tão longe)
- ⊙ História do Brasil = Não ocorrer ruptura com o passado
Expansão ultramarina europeia → colonização do Brasil

=

“Um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso”

- ⊙ Colonização
 - » Colônias de povoamento
 - » Colônias de exploração
- ⊙ Américas



- » Colônias de povoamento: zonas temperadas
- » Colônias de exploração: zonas tropicais e subtropicais
 - Colônias de povoamento → criar uma subjetividade nova
 - Colônias de exploração → objetivos comerciais
- Brasil colônia = “uma vasta empresa comercial”

⊙ “Sentido da colonização”

- » Produzir bens demandados pelo mercado externo em grandes unidades trabalhadas pelo braço escravo

⊙ “Sentido da colonização” → Sociedade do Brasil colônia

Mais importante na colônia = grande unidade produtora

⊙ “Sentido da colonização” → Grande exploração

- » Grande exploração
- » Produção de bens para o mercado externo
- » Em grandes unidades produtoras
- » Trabalhadas por escravos

Grande exploração = setor orgânico da colônia

Produção (mercado externo) X Consumo (população brasileira)

=

setor inorgânico da colônia

- ⊙ Setor inorgânico ≠ Grande exploração
- ⊙ Setor inorgânico = Atividades voltadas para o mercado interno (exemplos: pecuária e mandioca) + Atividades de difícil classificação ou inclassificáveis
- ⊙ Estrutura social da colônia
 - » Setor orgânico → Senhores e escravos
 - » Setor inorgânico → Desclassificados
- ⊙ Sociedade colonial: escravidão traço mais marcante (“nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir”)
- ⊙ Peso da escravidão = pouco espaço para política e cultura
- ⊙ Política = poder dos senhores locais

Cultura: relações puramente matérias
 Grande exploração → Família patriarcal brasileira
 =
 Maior legitimidade para dominação de senhores

Formação do Brasil contemporâneo: colônia, diferente de *Populações meridionais do Brasil* e *Raízes do Brasil*, presta atenção especialmente a um período da história brasileira: os primeiros anos do século XIX. Esse seria um momento particularmente importante, já que se iniciaria, então, a transição entre a colônia e a nação. Como essa transição,

de acordo com Caio Prado Jr., começa com a vinda da família real portuguesa, ela seria um “longo processo histórico que *se prolonga* até os nossos dias e ainda não está terminado”.²⁶ Não é também mero acaso que o principal livro do historiador marxista tenha como objeto precisamente os primeiros anos do século XIX.

Formação do Brasil contemporâneo: colônia é, além do mais, escrito com a intenção de que sirva de introdução para uma “interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa”. Tendo isso em mente, propõe fazer “em primeiro lugar um balanço geral da colônia em princípios do século passado, ou antes, naquele período que cavalga os dois séculos que precederam imediatamente o atual”. Ter-se-ia “então uma síntese do Brasil que saía, já formado e constituído, dos três séculos de evolução colonial; e tal será o objeto deste primeiro volume. As transformações e vicissitudes seguintes, que nos trouxeram até o estado atual, virão depois”.²⁷ Essa continuação, talvez mais ambiciosa, não chegou, porém, a ser escrita.

Mas Caio sentiu a necessidade de “ir tão longe”,²⁸ até o início do século XIX, no primeiro volume de *Formação do Brasil contemporâneo*,

por saber que é precisamente nesse período que se inicia a história contemporânea do Brasil.

26 Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, São Paulo: Livraria Martins Editora, p. 6.

27 *Ibid.*, p. 9.

28 *Ibid.*, p. 6.



No entanto, na formação social brasileira o tempo custaria particularmente a passar, já que nunca houve ruptura significativa com o passado. Isso contribuiria até para que “uma viagem pelo Brasil” seja “muitas vezes, como nesta e tantas instâncias, uma incursão pela história de um século e meio para trás”.²⁹

A colonização do Brasil seria produto direto da expansão ultramarina européia. Como diz Caio Prado Jr., ela é apenas “um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso”.³⁰ Seria, portanto, só a partir da compreensão desse fenômeno maior que se poderia realmente entender a experiência particular da colônia brasileira.

Mas a colonização não assumiu as mesmas características por toda a parte. Teriam se criado principalmente dois tipos de colônia: as de povoamento e as de exploração. Na América, a colonização de povoamento prevaleceu na zona temperada, enquanto a de exploração foi dominante na região tropical e semitropical do continente.

A colonização de povoamento seria um novo tipo de colonização que, diferentemente da maior parte dos empreendimentos do

gênero, não tem apenas objetivos comerciais. Ocorre numa região afastada, ocupada apenas devido a problemas internos da Europa.

Contrastando com o objetivo que anima os colonos puritanos, de efetivamente criar uma sociedade na Nova Inglaterra, homens e mulheres que vêm para os trópicos, e, em grau ainda mais acentuado para o Brasil, seriam movidos quase apenas por considerações comerciais. De início, não pensariam em criar na América uma sociedade nova; na verdade, não pensariam em criar praticamente nada aqui. A esses colonos interessaria apenas o que poderia vir a favorecer seus lucros. Assim, pretendiam, de forma similar ao tipo aventureiro de Sérgio Buarque de Holanda, somente se dedicar a atividades em que pudessem ser dirigentes da produção de gêneros de grande valor comercial e não trabalhadores.

No limite, portanto, nem mesmo sociedade existiria nos tempos da colônia. O que prevaleceria então, como já havia sugerido Oliveira Vianna, seria a desorganização: “incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos”.³¹

29 *Ibid.*, p. 8.

30 *Ibid.*, p. 14.

31 *Ibid.*, p. 355.

No entanto, numa perspectiva original, que abre novos caminhos para a reflexão a respeito do Brasil, Caio Prado insiste também em que a colonização nos trópicos se reduziria quase a “uma vasta empresa comercial”.³² Seria mesmo esse sentido, de empreendimento voltado para a produção de bens primários para o mercado externo, o que tornaria compreensível a obra realizada por portugueses no país. Na verdade,

[...] nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país

e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país.³³

A partir do objetivo mercantil, ou melhor, em função dele, se organizaria o que viria a ser a colônia brasileira. Diferentes elementos se combinariam numa organização social original, bastante distinta da europeia, que obedeceria praticamente a um único objetivo: fornecer produtos primários para a metrópole. Criar-se-ia, dessa maneira, uma totalidade, a colônia, espécie de corpo social subordinado a outro corpo social, a metrópole.

No todo que é o sistema colonial brasileiro, o seu elemento mais importante seria a grande unidade produtora. A grande exploração, agrícola ou mineradora, se caracterizaria pela “reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos”.³⁴ A grande exploração seria, portanto, a exemplo do sistema colonial, uma totalidade. Três seriam os elementos constitutivos desse todo que é a grande exploração: 1) a produção de bens de alto valor no mercado externo; 2) em grandes unidades produtivas; 3) trabalhadas pelo braço escravo.

32 *Ibid.*, p. 25

33 *Ibid.*, p.

34 *Ibid.*, p. 117



A importância da grande exploração no quadro da colônia é bastante natural, já que esse empreendimento mercantil se organiza para fornecer produtos primários para o mercado externo, o que, como vimos, é precisamente, segundo Caio Prado Jr., o sentido da obra de colonização no Brasil. Assim, apenas o que estaria ligado à grande exploração teria vida orgânica na colônia.

Contudo, se havia no sistema colonial brasileiro uma articulação entre seus elementos constitutivos, criando um todo social orgânico, existiria também uma desarticulação entre a produção, voltada para fora, e o consumo da maior parte da população, elemento inorgânico do sistema. Na colônia, o inorgânico seria, portanto, principalmente o que não pertence à grande exploração. Ou melhor, já que a grande exploração seria, na situação colonial, uma realidade impossível de ser

ignorada, inorgânicos seriam os elementos que nela têm um papel subalterno.

Esse setor inorgânico viveria, porém, uma situação caótica. Encontrar-se-iam nessa condição tanto atividades econômicas voltadas para o mercado interno, como a pecuária e a produção de determinados gêneros agrícolas, caso, por exemplo, da mandioca, como toda uma multidão de atividades de difícil classificação ou inclassificáveis. Os dois tipos de atividade teriam, porém, basicamente um mesmo papel: seriam meros apêndices da grande exploração.

Em compensação, a força da grande exploração seria tamanha que ela teria reflexos sobre praticamente tudo que existe na colônia. A estrutura social, a organização política e as formas culturais, todas se subordinariam à grande exploração.

A estrutura social, principalmente nos primeiros tempos, seria bastante simples, os senhores e os escravos aparecendo como seus principais elementos. No entanto, refletindo a crescente importância do setor inorgânico, entre “a pequena minoria (de senhores) e a multidão (de escravos)”, grupos que não oferecem maiores dificuldades para a análise, “comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas ou aleatórias ou sem ocupação alguma”.³⁵

35 *Ibid.*, p. 279.

Não é surpreendente, entretanto, que numa sociedade tal como a da colônia, organizada em função de seu setor orgânico, a escravidão seja seu traço mais marcante: “no campo como na cidade, no negócio como em casa, o escravo é onipresente”.³⁶ Influenciaria “todos os setores da vida social, organização econômica, padrões materiais e morais”. Ter-se-ia mesmo a impressão de que “nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir”.³⁷

De maneira complementar, em quadro onde a escravidão tinha tamanho peso, não é difícil perceber que não havia grande espaço para a política e a cultura, mesmo porque haveria no Brasil de então uma “ausência quase completa de superestrutura”.³⁸

Na política, prevaleceria, durante os primeiros anos da colônia, o poder de fato dos senhores locais, entre outras razões, porque os interesses desse grupo não se chocariam com os da coroa portuguesa. A situação da cultura seria ainda mais desalentadora, uma vez que

as relações servis seriam e permaneceriam sendo “relações puramente materiais de trabalho e produção, e nada mais acrescentarão ao complexo cultural da colônia”.³⁹ Mesmo assim, Caio Prado Jr. não deixa de assinalar que, a partir da grande exploração, se formaria a família patriarcal brasileira.

Nesse ambiente, os senhores brasileiros assumiriam uma atitude paternalista em relação a seus escravos e dependentes, apesar de não encontrarmos “neles nada que nos autorize a” considerá-los como “humanos e complacentes; (...) pelo contrário, o que sabemos deles nos leva a conclusões bem diversas”.⁴⁰ De qualquer forma, as relações que se formariam ao redor da grande família patriarcal serviriam para reforçar a dominação do senhor, ao dotá-la de maior legitimidade.

Mas fora da “Casa Grande”, faltaria à vida colonial o que Caio Prado Jr. chama de nexo moral. Essa ausência de nexos morais faria mesmo com que “a sociedade colonial se defina antes pela desagregação, pelas forças dispersas”.⁴¹ do que por algo positivo.

36 *Ibid.*, p. 277.

37 *Ibid.*, p. 367.

38 *Ibid.*, p. 341.

39 *Ibid.*, p. 342.

40 *Ibid.*, p. 275.

41 *Ibid.*, p. 344.



- ⊙ **Diálogo entre Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.**
 - » Muitos temas =
 - » Posições políticas ≠
 - » Perspectivas teóricas ≠

- ⊙ **Crítica de Sérgio Buarque a Oliveira Vianna quanto a possibilidades de “política objetiva”**

Oliveira Viana

Sérgio Buarque de Holanda

Importância da família patriarcal

Caio Prado Jr.

Oliveira Vianna

Sérgio Buarque de Holanda

Grande domínio auto-suficiente

≠

Caio Prado Jr.

Grande exploração

→ “Sentido da colonização”

A revolução burguesa no Brasil

Revolução burguesa no Brasil:

Florestan Fernandes: a obra

- ⊙ Trajetória intelectual do autor converge para explicar, a partir dos fundamentos teóricos da sociologia, o golpe de 64.
- ⊙ O método é a sociologia, a realidade é a brasileira. Mescla do plano econômico com a estrutura de classes e o plano da política.



⊙ Dois pontos de partida

- 1) Desagregação da ordem escravista e senhorial não leva a uma revolução burguesa típica (o Brasil é bastante diferente das experiências dos países capitalistas avançados).
- 2) Desenvolvimento capitalista e democracia não caminham juntos no Brasil.

Conceitos: Polarização dinâmica

- ⊙ A ordem burguesa possui no Brasil o potencial para se desenvolver como nos países capitalistas avançados.
- ⊙ Mas a burguesia restringe o seu papel ao espaço político, fechando-o, não revolucionando a ordem social.
- ⊙ Estruturalmente abrem-se possibilidades de avanço, mas a história no Brasil segue uma temporalidade própria, como num circuito fechado.

Conceitos: Dupla articulação

- ⊙ A burguesia aproveita-se, apenas em parte, as novas oportunidades dinâmicas abertas pelas transformações do sistema internacional.
- ⊙ Acaba se subordinando ao capital internacional, que acumula boa parte do excedente gerado.
- ⊙ Para manter a sua rentabilidade, as várias frações de classe da burguesia se aproveitam de relações arcaicas ou pré-capitalistas de produção.

Conceitos: Autocracia burguesa

- ⊙ A associação com a oligarquia faria da burguesia uma classe ultra-conservadora.
- ⊙ A desigualdade é renovada e o capitalismo ganha em dinamismo, mas mantendo os resquícios coloniais, para o que depende do fechamento do espaço político.



- ⊙ Padrão autocrático de dominação (pode se combinar com democracia ou autoritarismo, não importa o regime político).
- ⊙ A impotência da burguesia para revolucionar a ordem social gera o seu oposto: uma força política incontável.
- ⊙ A burguesia, com o golpe de 64, abre mão do horizonte utópico do liberalismo.
- ⊙ Adere, assim, a uma concentração exclusivista e privatista do poder.

A redação de *A revolução burguesa no Brasil* é motivada pelo golpe de 1964. Como Florestan Fernandes explica, pouco depois da publicação do livro, “para mim, não se tratava de isolar a sublevação militar de uma dominação de classes arraigada”.⁴² Esse propósito não deixaria de estar vinculado ao próprio clima intelectual que passa a prevalecer no ambiente universitário brasileiro, onde se abandona “o uso do conceito de dominação burguesa, a teoria de classes e, especialmente, a aplicação da noção de revolução burguesa à etapa da transição para o capitalismo industrial nas nações capitalistas da periferia”.⁴³

Mas devido às vicissitudes pela quais passa seu autor depois de 1964, *A revolução burguesa no Brasil* é escrita em diferentes momentos. A primeira e a segunda partes são elaboradas, com base em notas de aula, em 1966, a terceira parte em 1973, depois do sociólogo aposentado pelo AI-5 passar alguns anos na Universidade de Toronto.

A unidade entre as três partes do livro não é inclusive óbvia. Não deixa de ser significativo, como nota Maria Arminda do Nascimento Arruda, que a ligação entre a primeira e a terceira parte “se dá através de um capítulo (segunda parte) denominado (...) de ‘Fragmento’”. Assim, “essa seção parece solta no corpo do trabalho, como se estivesse deslocado, como se rompesse a estrutura da análise”.⁴⁴

42 Florestan Fernandes, “Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica” in *Encontros com a civilização brasileira*, n. 4, 1978, p. 202.

43 *Ibid.*

44 Maria Arminda de Nascimento Arruda, “A sociologia no Brasil” in Sérgio Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, v. ii, São Paulo: Editora Sumaré, 1996, p. 60.

De qualquer maneira, a primeira parte de *A revolução burguesa no Brasil* se concentra na análise da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial, impulsionada pela independência política, e no estabelecimento de uma sociedade de classes no país. A partir daí, a segunda parte estuda a formação de uma “ordem social competitiva”, que funcionaria como marco estrutural da revolução burguesa no Brasil. Finalmente, a terceira parte analisa o que seria a concretização de nossa revolução burguesa. O golpe de 1964 indicaria mesmo que em países capitalistas dependentes e subdesenvolvidos haveria, de maneira geral, uma “forte dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia”.⁴⁵

Em termos mais formais, é possível argumentar, como sugere Gabriel Cohn, que *A revolução burguesa no Brasil* utiliza principalmente a noção de “polarização” ou de “polarização dinâmica”.⁴⁶ Ela indicaria a presença, no mesmo objeto, de orientações opostas, que conviveriam em permanente tensão. A “polarização dinâmica” não deixa, além do mais, de fazer referência aos dois níveis com os quais *A revolução burguesa* trabalha: a estrutura e a história. Em poucas palavras, a estrutura criaria as possibilidades que os agentes poderiam ou não aproveitar.

De certa maneira, na primeira parte do livro se presta mais atenção aos agentes, como

o “fazendeiro de café” e o “imigrante”, e na terceira parte às estruturas, principalmente o que Florestan chama de “dupla articulação”. Mas entre a primeira e a terceira parte há o capítulo sobre a formação da ordem social competitiva, fragmento que argumenta justamente que “usar a história como expediente para explicar a limitação das ações humanas não é uma boa regra de método, pois são os homens que criam a história socialmente”.⁴⁷ Ou seja, defende que estrutura e história não podem ser entendidas de maneira separadas.

Como não poderia deixar de ser, uma questão perpassa *A revolução burguesa no Brasil*: houve uma revolução de tal tipo no

45 Fernandes, *op. cit.*, p. 22.

46 Gabriel Cohn, “A revolução burguesa no Brasil” in Lourenço Dantas Mota, *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. V. I, São Paulo: Editora Senac, 1999.

47 Fernandes, *op. cit.*, p. 180.



Brasil? Caso entendermos que esse é um processo que deve seguir o “modelo clássico”, tal como ocorreu na Guerra Civil Inglesa, na Revolução Francesa e na Guerra Civil Ameri-

cana, a resposta provavelmente será negativa. Essas revoluções, que acabaram por combinar capitalismo com democracia parlamentar não tiveram similar entre nós.

Florestan Fernandes entende, porém, a revolução burguesa não como um episódio histórico, mas como um fenômeno estrutural, que não segue um caminho único. Ou seja, ela seria um processo dinâmico, que ocorreria de acordo com as diferentes escolhas realizadas pelos agentes humanos no âmbito econômico, social e político. Portanto, se trataria fundamentalmente de estudar o “estilo” específico que a revolução burguesa assume no Brasil.

A periferia do capitalismo possuiria traços estruturais e dinâmicos que caracterizariam a existência de uma economia mercantil, se não os tivesse não seria capitalista. No entanto, diferenças se superporiam a essas uniformidades fundamentais, tornando o desenvolvimento capitalista dependente, subdesenvolvido e imperializado. Seriam precisamente essas diferenças que caracterizariam o típico da dominação burguesa e da transformação capitalista na periferia. Por um lado, como “não há ruptura definitiva com o passado”, ele reapareceria, cobrando “seu preço”.⁴⁸ Por outro lado, a revolução burguesa apareceria vinculada a mudanças decorrentes da expansão do mercado capitalista e dos dinamismos das economias centrais.

Em termos mais históricos, Florestan Fernandes considera a independência como a primeira grande revolução brasileira. Ela delimitaria o fim da era colonial e o início da formação da sociedade nacional. Desde então, o poder deixaria de ser imposto de fora para ser organizado de dentro, as camadas senhoriais impondo seu domínio para além do nível doméstico.

Por outro lado, se manteria a estrutura econômica e social da colônia. Estaria presente, assim, desde a independência, uma polarização dinâmica representada pelo estabelecimento de uma organização jurídico-política autônoma com a conservação da ordem social da colônia. O primeiro elemento,

48 Fernandes, *op. cit.*, p. 202.

revolucionário, teria agido no plano da política, abrindo caminho para a formação da sociedade nacional. Já o elemento conservador, teria pressionado pela manutenção da antiga estrutura social.

A intimidade entre os dois aspectos seria tanta que se teria estabelecido um verdadeiro

amalgama entre o novo, a organização jurídico-político, e o velho, seu substrato material, social e moral. A independência, ao não entrar em conflito com a estrutura da sociedade colonial, levaria à superposição dos planos de poder. Portanto, a ordem legal conviveria com a dominação tradicional estabelecendo uma dualidade estrutural.

Em outras palavras, se criaria, desde a independência, uma situação de fusão do velho com o novo. Essa fusão seria, além de tudo, funcional para o tipo de capitalismo praticado na periferia do sistema. O capitalismo se superporia ao que existia anteriormente, se aproveitando das “condições extremamente favoráveis de acumulação original, herdadas da colônia e do período neocolonial”.⁴⁹ Como resultado, conviveria com formas econômicas extracapitalistas, de onde seriam extraídas parte do excedente econômico que financiaria a modernização.

Assim, não se chegaria a ser concretizada, ao longo da evolução do capitalismo no Brasil, a superação de formas econômicas não capitalistas e a ruptura da associação dependente com o exterior. Apareceria aí um padrão de desenvolvimento típico do capitalismo dependente e subdesenvolvido. Ele se caracterizaria por uma dupla articulação, manifestada externamente, pela dominação imperialista e, internamente, pelo desenvolvimento regional desigual.

Isto é, haveria, a partir da independência, uma unificação das classes possuidoras, que acabariam por se identificar com uma visão de mundo e um estilo de vida burguês. Não seriam, porém, apenas seus interesses materiais que a oligarquia garantiria, sendo ela também que determinaria a repressão ao escravo e ao proletariado como eixos principais da revolução burguesa no Brasil. Num outro sentido, a associação com a oligarquia faria da burguesia brasileira uma classe ultraconservadora e mes-

49 *Ibid.*, p. 210.



mo reacionária, o que abriria caminho para o padrão autocrático de dominação.

Seria em torno do Estado que as classes dominantes brasileiras se unificam, até porque por meio dele seus interesses poderiam ser universalizados. Essa orientação apenas repetiria um padrão mais geral. Mas de forma específica, a pressão externa, exercida pelo imperialismo, criaria um tipo particular de impotência burguesa que faria com que fosse em direção ao Estado que convergisse a ação burguesa, contribuindo para que o elemento político ganhasse importância. Tudo isso faria com que nessa situação a dominação burguesa e a transformação capitalista obedecessem a um “eixo especificamente político”.

Seria com base naquilo que as classes dominantes têm em comum, ou seja, sua situação de classes possuidoras, que se daria sua unificação. A solidariedade de classes, a partir do Estado, possibilitaria inclusive uma articulação entre as diferentes frações da burguesia, criando uma unidade conservadora. Isso faria com que a impotência burguesa fosse convertida no seu oposto, “uma força relativamente incontrolável”.⁵⁰

Essa orientação se intensificaria na fase do “capitalismo monopolista e do imperialismo

total”, que começaria na década de cinquenta e adquiria “caráter estrutural” com o golpe de 1964. Chegamos, assim, ao problema que Florestan Fernandes apresenta como central em *A revolução burguesa no Brasil: a crise do poder burguês*. Essa, diferente da assim chamada crise da oligarquia, que seria apenas conjuntural, não resultando na perda de poder por parte do antigo grupo dominante, seria uma crise mais profunda.

Não seria, entretanto, uma crise devido aos riscos enfrentados pela dominação burguesa, o proletariado sendo até utilizado como “bode expiatório” para seu desfecho. Teria caráter de crise, isso sim, devido à percepção por parte da burguesia brasileira da necessidade de se adaptar às novas condições advindas da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista.

A dominação burguesa se revelaria, desde então, como ela realmente é: uma autocracia burguesa. Antes mesmo do golpe de 1964, o que havia seria uma autocracia burguesa dissimulada. Com o golpe, que representaria a ruptura com o arsenal ideológico e horizonte cultural anterior da burguesia, não mais se procuraria esconder essa autocracia.

50 *Ibid.*, p.

Mas como adverte Cohn, a autocracia da qual fala Florestan Fernandes não é sinônimo de autoritarismo. Ela corresponderia, na verdade, a “uma forma de exercício do poder e não de sua organização”. Nesse sentido, a autocracia burguesa deve ser entendida como “a concentração exclusivista e privatista do poder”.⁵¹ Portanto, mesmo com o fim da Guerra Fria e do regime militar, fatores que motivaram a redação de *A revolução burguesa no Brasil*, a autocracia burguesa não desapareceria no país.

Houve Revolução Burguesa no Brasil?

- ⊙ Não como nos casos inglês, francês e estadunidense.
- ⊙ A revolução burguesa deve ser entendida não como um episódio, mas como um fenômeno estrutural: conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas que inauguram a era capitalista no país.
- ⊙ Trata-se de uma revolução difícil, que traz no seu âmago uma contra-revolução.
- ⊙ Há pois um estilo específico de revolução burguesa no Brasil.
- ⊙ A Independência estabelece uma certa ruptura na história, mas não completa. Representa o fim da era colonial e início da formação da sociedade nacional.
- ⊙ Agentes modernizadores: o fazendeiro do café e o imigrante encarnam esta mudança e indicam novos comportamentos.
- ⊙ Etapas
 - 1) eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno (1822-1860).
 - 2) Expansão do capitalismo competitivo (1860 a 1950)
 - 3) Irrupção do capitalismo monopolista (1950 até depois do golpe de 1964).

51 Cohn, *op. cit.*, p. 404.



Para Pensar o Brasil Hoje

- ⊙ **Oliveira Vianna:** o Estado deve compreender a realidade social para moldá-la. Possui um poder criador e libertador, insurgindo-se contra o localismo e o caudilhismo.
- ⊙ **Sérgio Buarque de Holanda:** crítica ao patrimonialismo, à mescla entre o público e o privado, e à importação acrítica de idéias e valores ocidentais, dando injeção a novos personalismos.
- ⊙ **Caio Prado Jr.:** sentido da colonização, não se entende o Brasil sem uma análise dos vínculos com o sistema capitalista mais amplo. A ordem (ou desordem) social é reflexo da estrutura econômica do país.
- ⊙ **Florestan Fernandes:** a dependência e o subdesenvolvimento só se explicam a partir de fatores internos, conformando-se uma estrutura social e de poder específica, onde o arcaico permite a vitalidade do moderno, assim como a manutenção da desigualdade.

Considerações Finais

É notável como muitos dos principais temas de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes são similares. Essas referências comuns possibilitam até vislumbrar um diálogo entre os três escritores. Mas a partir de perspectivas teóricas e políticas distintas também não deixam de chegar a conclusões diferentes e mesmo opostas sobre o significado da experiência brasileira.

Sérgio Buarque de Holanda critica o patriarcalismo do pensamento autoritário brasileiro, Alberto Torres, por acreditar que “a letra morta”, a lei,

o que Oliveira Vianna provavelmente chamaria de “política objetiva”, poderia corrigir o descompasso entre o chamado “país legal” e “país real”. Ou seja, o autor de *Raízes do Brasil* radicaliza a crítica de conservadores e do pensamento autoritário ao idealismo de liberais e da República, aplicando-a aos próprios autoritários, segundo ele, também herdeiros da herança rural e da cultura ibérica, que só teria fim com a urbanização.

Em termos mais restritos, como Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, Caio

Prado Jr. nota a presença determinante da família patriarcal no Brasil. Chega a afirmar que, com o tempo, o grande domínio “de simples unidade produtora, torna-se (...) célula orgânica da sociedade colonial; mais um passo, e será o berço do nosso ‘clã’, da grande família patriarcal brasileira”.⁵² Nessa postura, vai inclusive além do pretense economicismo do marxismo, notando que as relações desenvolvidas a partir da grande exploração serviriam para reforçar o poder dos proprietários rurais, ao torná-lo mais aceito pelos demais homens e mulheres da colônia.

Mas diferentemente de seus antecessores, o historiador marxista não vê o que chama de grande exploração como auto-suficiente. Na verdade, sua razão de ser seria realizar o “sentido da colonização”, produzindo bens demandados pelo mercado mundial capitalista então em constituição. Nessa orientação, Caio Prado inaugura uma nova linha de interpretação do Brasil.

Florestan Fernandes se aproxima da linha de análise que, desde Caio Prado Jr., ressalta

a ligação do Brasil com um quadro maior, em que o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial é o dado principal. *A revolução burguesa no Brasil* se distancia, entretanto, de *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* na maior atenção que presta a fatores internos à sociedade brasileira. Ou seja, mesmo que Florestan concorde com Caio Prado que a vida de seu país é plasmada principalmente pelo “sentido da colonização”, analisa com mais cuidado como os próprios brasileiros lidaram, ao longo da história, com essa orientação.

Nessa perspectiva, Florestan Fernandes se aproxima de “interpretações do Brasil”, como as de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, que prestam grande atenção a fatores internos à sociedade brasileira. Um dos principais méritos de *A revolução burguesa no Brasil* é justamente perceber a ligação, no Brasil, de fatores externos e internos, modernos e arcaicos, que se combinam, a tal ponto, que se tornam praticamente indistinguíveis.

52 *Ibid.*, p.286



Indicações Bibliográficas

A questão que nos inspirou nesse trabalho foi sugerida por Raymundo Faoro em *Existe um pensamento político brasileiro*, São Paulo, Editora Ática, 1994. Outros ensaios e artigos que nos ajudaram a pensar a experiência intelectual brasileira foram: Gildo Marçal Brandão, “Linhagens do pensamento político brasileiro” in *Dados*, n. 2, 2005; Wanderley Guilherme dos Santos, “Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira” in *Ordem burguesa e liberalismo político*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1978; Roberto Schwarz, “As idéias fora do lugar” in: *Ao vencedor as batatas*, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

Sobre especificamente as “interpretações do Brasil”, há minha introdução: *7 lições sobre as “interpretações do Brasil”*, São Paulo, Editora Alameda, (no prelo). Também existem alguns trabalhos que comparam entre si autores que discutimos. Caso do livro de Luiz Guilherme Piva, *Ladrilheiros e semeadores*, de 2000, da Editora 34, que trata de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, além de um autor que não analisamos, Azevedo Amaral. Já Angela de Castro Gomes, no artigo, “A dialética da tradição”, publicado no n. 13, de 1990, da *Revista brasileira de ciências sociais*, compara

Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. Autor que também é discutido por Valeriano Ferreira Costa em “Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque”, aparecido no n. 26, de 1992, da *Lua Nova*. No n. 37, de 1996, dessa mesma revista, Gabriela Nunes Ferreira compara “A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna”.

Boa parte dos mais importantes trabalhos sobre Oliveira Vianna estão na coletânea, organizada, em 1993, por Elide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes para a Editora da Unicamp, *O pensamento de Oliveira Vianna*. Uma boa apresentação a *Populações meridionais do Brasil*, em especial, é o artigo de Gildo Marçal Brandão sobre o livro, aparecido, em 2002, no segundo volume da coletânea organizada por Lourenço Dantas Mota para a Editora Senac, *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. Também a introdução que José Murilo de Carvalho fez a *Populações meridionais do Brasil* para a coleção, *Intérpretes do Brasil*, organizada, em 2000, por Silvano Santiago para a Editora Nova Aguilar, é bastante sugestiva, trazendo informações a respeito dos autores estrangeiros que influenciaram Oliveira Vianna.

É bastante interessante o número especial, de 1987, da *Revista do Brasil* toda ela dedicada a Sérgio Buarque de Holanda. Tem o mesmo formato, a publicação, de 1988, da Secretaria da Cultura de São Paulo sobre o historiador paulista. Outra coletânea interessante é *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, organizada, em 1998, por Antonio Candido para a Fundação Perseu Abramo. Não há dúvida de que Candido é também o autor da interpretação mais influente sobre *Raízes do Brasil*, aparecida no prefácio à quarta edição do livro, de 1963. Outra importante interpretação a respeito de Sérgio Buarque de Holanda é desenvolvida por Maria Odila da Silva Dias em duas introduções: a escrita, em 1985, para o volume da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, da Ática, e a preparada para *Raízes do Brasil* na coleção *Intérpretes do Brasil*. Uma boa interpretação geral sobre a obra do autor é a de Pedro Meira Monteiro, em *A queda do aventureiro*, livro, de 1999, da Editora da Unicamp. Já George Avelino Filho, no artigo, “As raízes do Brasil”, publicado, em 1987, no n. 18 da *Novos estudos do CEBRAP*, defende, sugestivamente, que o autor busca um caminho próprio para a democracia no Brasil. Numa outra linha, Jessé Souza realiza

uma interessante avaliação crítica de *Raízes do Brasil* em *A modernização seletiva*, da Editora da UnB, de 2000.

Paulo Martinez, na sua tese de doutorado, *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928 – 1935)*, defendida, em 1998, no Departamento de História da USP, traz subsídios sobre a formação intelectual e política do autor. A biografia intelectual de Caio Prado Jr. é esboçada em outra tese, defendida no Departamento de História da USP: *Os melhores trabalhos sobre Caio Prado Jr. são os realizados por seu discípulo, Fernando Novais: “Caio Prado Júnior historiador”, publicado, em 1983 no n. 2. da Novos estudos CEBRAP; “Caio Prado na historiografia brasileira”, aparecido, em 1986, no livro A inteligência brasileira, organizado por Ricardo Antunes, Vera Ferrante e Reginaldo Moraes para a Editora Brasiliense; e a Introdução à Formação do Brasil contemporâneo: colônia, da coletânea Intérpretes do Brasil. Um bom livro que analisa o conjunto da obra de Caio Prado Jr. sobre o Brasil é o de Rubem Murilo Leão Rego, Sentimento do Brasil, publicado, em 2000, pela Editora da Unicamp. Eu, por minha vez, discuto esses trabalhos do autor pelo*



ângulo de sua relação com o marxismo, em *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*, da Editora 34, também de 2000. Já Raimundo Santos, em *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*, livro publicado, em 2001, pela Mauad, trata principalmente da sua relação com o PCB. Uma coletânea com artigos muito interessantes sobre Caio Prado Jr. é a publicada, em 1989, pela editora que fundou, a Brasiliense: *História e ideal*.

Entre os autores que escreveram sobre Florestan Fernandes, destacam-se Maria Armanda do Nascimento Arruda e Gabriel Cohn. Os principais trabalhos da autora são o capítulo – “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’” – que fez para o livro, organizado, em 1995, por Sérgio Miceli, para a Editora Sumaré: *História das ciências sociais no Brasil*, e o capítulo – “Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo – que redigiu para seu livro, *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*, publicado, em 2001, pela Edusc. Já os ensaios mais importantes de Gabriel Cohn sobre Florestan Fernandes são: “Padrões e di-

lemas: o pensamento de Florestan Fernandes”, publicado, 1986, em *A inteligência brasileira*, organizado por Ricardo Antunes, Vera Ferrante e Reginaldo Moraes para a Editora Brasiliense, e o ensaio em que discute *A revolução burguesa no Brasil* no primeiro volume do livro organizado, em 1999, por Lourenço Dantas Mota, para a Editora do Senac, *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*.

Também são muito boas as coletâneas: *O saber militante*, organizada, em 1987, por Maria Ângela D’Incao para a Editora Paz e Terra, e *Florestan e o sentido das coisas*, organizada em 1998, por Paulo Henrique Martinez para a Editora Boitempo. Algumas revistas também publicaram dossiês especiais sobre Florestan Fernandes, depois de sua morte. No caso das *Estudos Avançados*, isso ocorreu no n. 26, de 1996, no da *Revista USP*, no n. 29, também de 1996. Antes, a *Encontros com a civilização brasileira* reproduziu, em 1978, alguns dos trabalhos que foram apresentados num simpósio, na Universidade do Texas, sobre *A revolução burguesa no Brasil*.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

www.senado.gov.br/.../conselho/Edicoes7.htm

www.ensayistas.org/filosofos/brasil/vianna/

www.klepsidra.net/klepsidra3/sbh.html

centrodememoria.cnpq.br/foto-galeria94.html

www.siciliano.com.br/livro.asp?tema=2&tipo=2...

PARA SABER MAIS SOBRE O TEMA

Livros

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Europa Americana, 1988.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1983.

BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim de (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: UNICAMP, 1993.

CALLADO, Antônio. *Quarup*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CANDIDO, Antônio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. (Coleção Pensamento Radical)

_____. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. *Sérgio, o radical*. in *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*, São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Universidade de São Paulo, 1988.

COHN, Gabriel. *Padrões e Dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes*. in ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera e MORAES, Reginaldo (org.), *Inteligência Brasileira*, São Paulo: Brasiliense, 1986.



CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Circuito fechado*. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. *A sociologia no Brasil: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Poder e contra-poder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

_____. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1975

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. CAMPOS, Pedro Moacyr (org) *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de & SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: 1944.

IANNI, Otávio. *Florestan Fernandes: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

LOBATO, Monteiro. *Urupês: Obras Completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

MARTINS, J.S. *Florestan: Sociologia e Consciência Social no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

MARTINEZ, Paulo (org). *Florestan ou Sentido das Coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

NOVAIS, Fernando A. (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-98.

REGO, José Lins. *O Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: 34, 2000.

Artigos

CANDIDO, Antônio. *O jovem Florestan*. Estud. av. v.10 n.26 São Paulo jan./abr. 1996. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100003&lng=pt&nrm=iso
_____. *Sérgio em Berlim e depois*. in Novos Estudos CEBRAP, julho de 1982.

COHN, Gabriel. *Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em Sociologia*. Estud. av. v.19 n.55 São Paulo set./dez. 2005. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300017&lng=pt&nrm=iso

FERNANDES, Florestan. *Obra de Caio Prado Jr. Nasce da Rebeldia Moral*. Banco de Dados Folha de São Paulo, Acervo On Line. Publicado na Folha de S.Paulo, sábado, 7 de setembro de 1991. <http://almanaque.folha.uol.com.br/florestan11.htm>

FREITAG, Bárbara. *Florestan Fernandes: revisitado*. Estud. av. v.19 n.55 São Paulo set./dez. 2005. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300016-&lng=pt&nrm=iso

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Estud. av. v.15 n.42 São Paulo maio/ago. 2001. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200024&lng=pt&nrm=iso

GARCIA, Afrânio. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. Estud. av. v.20 n.58 São Paulo 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000300027-&lng=pt&nrm=iso



IANNI, Otávio. *A Sociologia de Florestan Fernandes*. Estud. Av. vol.10 no.26 São Paulo Jan./Apr. 1996. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100006

MORAES, Jorge Ventura ; RATTON JR, José Luís. *Gilberto Freyre e a articulação dos níveis micro e macro na sociologia*. Rev. bras. Ci. Soc. v.20 n.58 São Paulo jun. 2005.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000200006&lng=pt&nrm=iso

NOVAIS, Fernando. *Caio Prado Júnior historiador*. in Novos Estudos CEBRAP, 2, 1983.

PONTES, Heloísa. *Entrevista com Antônio Cândido*. Rev. bras. Ci. Soc. v.16 n.47 São Paulo out. 2001. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6909200100030001&lng=pt&nrm=iso

SACCHETTA, Vladimir. *Florestan Fernandes: o sociólogo militante*. Estud. av. v.10 n.26 São Paulo jan./abr. 1996. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100010&lng=pt&nrm=iso

WEFFORT, Francisco. *Lembranças de Florestan*. Estud. av. v.10 n.26 São Paulo jan./abr. 1996. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100009-&lng=pt&nrm=iso

Periódicos

Dossiê Florestan Fernandes, Revista da USP, São Paulo, 29, 1996.
<http://www.usp.br/revistausp/n29/numero29.html>

Dossiê Intérpretes do Brasil – Anos 30, Revista da USP, 38, 1998.
<http://www.usp.br/revistausp/n38/numero38.html>

Dossiê Depois de Cabral – Formação do Brasil, Revista da USP, 46, 2000.
<http://www.usp.br/revistausp/n46/numero46.html>

Dossiê Brasil Colônia, Revista da USP, 57, 2003.
<http://www.usp.br/revistausp/n57/numero57.html>

Dossiê Brasil Império, Revista da USP, 58, 2003.
<http://www.usp.br/revistausp/n58/numero58.html>

Dossiê Brasil República, Revista da USP, 59, 2003.
<http://www.usp.br/revistausp/n58/numero58.html>

Sítios na internet

Sobre Florestan Fernandes:

Almanaque Folha de São Paulo - <http://almanaque.folha.uol.com.br/florestan.htm>
 Enciclopédia Virtual Wikipedia - http://pt.wikipedia.org/wiki/Florestan_Fernandes

Sobre Caio Prado Jr:

Enciclopédia Virtual Wikipedia - http://pt.wikipedia.org/wiki/Caio_Prado_J%C3%BAnior

Sobre Sérgio Buarque de Holanda:

Almanaque Folha de São Paulo - <http://almanaque.folha.uol.com.br/sergiobuarque.htm>
 Enciclopédia Virtual Wikipedia - http://pt.wikipedia.org/wiki/Sérgio_Buarque_de_Holanda
 Sítio desenvolvido pela UNICAMP para celebrar os 100 anos do autor - <http://www.unicamp.br/siarq/sbh/>

Sobre Gilberto Freyre:

Enciclopédia Virtual Wikipedia - http://pt.wikipedia.org/wiki/Gilberto_Freyre

Sobre Oliveira Viana:

Enciclopédia Virtual Wikipedia - http://pt.wikipedia.org/wiki/Oliveira_Viana
 Sítio da Academia Brasileira de Letras, procurar por Oliveira Viana em “membros”. Há biografia, textos escolhidos, obra e artigos - <http://www.academia.org.br/>

Biblioteca CEPAL (Comissão Econômica para a América do Sul e o Caribe) - <http://www.eclac.cl/biblioteca/default.asp>

Domínio Público - MEC (sítio mantido pelo Ministério da Educação, com obras clássicas de várias áreas, em formato PDF) - <http://www.dominiopublico.gov.br>



Arquivo Nacional - <http://www.arquivonacional.gov.br/>

Biblioteca Nacional - <http://www.bn.br/>

Centros de Pesquisa

Fundação Gilberto Freyre – <http://www.fgf.org.br/>

Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes - <http://www.iff.org.br/>

CPDOC FGV - RJ (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) - <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

IEA USP (Instituto de Estudos Avançados) - <http://www.iea.usp.br/iea/>

CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) - <http://www.cebrap.org.br/index.asp>

CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) - <http://www.cedec.org.br/>

Centro de Estudos Brasileiros/UNICAMP - <http://www.ifch.unicamp.br/ceb/index.htm>

PROJETO HISTÓRIA (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC SP) - <http://www.pucsp.br/projetohistoria/>

Núcleos de Estudos em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco - <http://www.politicahoje.com/politica/nucleos.php>

IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política - <http://www.iuperj.br/>

NEASPOC - Núcleo de Estudos Aplicados e Sociopolíticos Comparados - do Laboratório de Pesquisas Históricas do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto - www.neaspoc.cjb.net

NUPEHC - Núcleo de Pesquisas em História Cultural da Universidade Federal Fluminense - www.geocities.com/nupehc

GEHSCAL - Grupo de Estudos História Sócio-Cultural da América Latina da Universidade de Pernambuco - <http://gehscal.sites.uol.com.br/>

Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford (*Centre for Brazilian Studies, Oxford University*) - <http://www.brazil.ox.ac.uk/papers.html>

Instituto Brasil do The Woodrow Wilson International Center for Scholars (*Brazil Institute*)
- http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1419&fuseaction=topics.home

Centro de Estudos Brasileiros da Universidade do Texas/Austin (*Brazil Center*) - <http://www.utexas.edu/cola/insts/llilas/brazil/index/>

Filmes

Título Original: Cafundó

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 101 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2006

Site Oficial: www.cafundo.com.br

Direção: Clóvis Bueno e Paulo Betti

Roteiro: Clóvis Bueno

Sinopse: João de Camargo (Lázaro Ramos) viveu nas senzalas em pleno século XIX. Após deixar de ser escravo ele fica deslumbrado com o mundo em transformação ao seu redor e desesperado para viver nele. O choque é tanto que faz com que João tenha alucinações, acreditando ser capaz de ver Deus. Misturando suas raízes negras com a glória da civilização judaico-cristã, João passa a acreditar que seja capaz de curar e realmente acaba curando. Ele torna-se então uma das lendas brasileiras, se popularizando como o Preto Velho.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/cafundo/cafundo.asp>)

Título Original: Raízes do Brasil

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 148 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2004

Direção: Néelson Pereira dos Santos

Roteiro: Néelson Pereira dos Santos e Miúcha

Sinopse: A vida e obra de Sérgio Buarque de Holanda, um dos principais intelectuais do Brasil no século XX e autor dos livros “Raízes do Brasil” e “Visões do Paraíso”. Dividido em duas partes, o filme mostra desde o cotidiano de Sérgio, incluindo o modo como interagia com a família e amigos, até um panorama cronológico de sua época, em que lidou com o nazismo, os anos de Getúlio Vargas no poder e a ascensão do movimento modernista no Brasil.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/raizes-do-brasil/raizes-do-brasil.htm>)



Título Original: História do Brasil

Tempo de Duração: 166 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1974

Direção: Glauber Rocha e Marcos Medeiros

Sinopse: Glauber parecia mais interessado em dialogar com a pesquisa historiográfica e sociológica do que com a produção artística do seu tempo. Esta projeção do cineasta sobre o campo do conhecimento científico teve, de fato, repercussões importantes na feitura de História do Brasil, visto que o filme retomava os temas recorrentes pelos autores citados. Há um esforço de interpretação dos temas centrais da historiografia, como o caráter da revolução burguesa e o enfrentamento das lutas sociais e políticas desde a colonização até o regime militar de 1964, dentre outros. Neste sentido, o filme parece articular história e revolução, na qual o presente, desvendado como potencial portador da ruptura política e cultural, construiu uma interpretação sobre um passado de lutas contra a dominação.

(Fonte: <http://www.cineminha.com.br/materia.cfm?id=4310>)

Título Original: Macunaíma

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 108 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1969

Direção: Joaquim Pedro de Andrade

Roteiro: Joaquim Pedro de Andrade, baseado em livro de Mário de Andrade

Sinopse: macunaíma é um herói preguiçoso, safado e sem nenhum caráter. Ele nasceu na selva e de preto, virou branco. Depois de adulto, deixa o sertão em companhia dos irmãos. Macunaíma vive várias aventuras na cidade, conhecendo e amando guerrilheiras e prostitutas, enfrentando vilões milionários, policiais, personagens de todos os tipos.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/macunaima/macunaima.asp>)

Título Original: Guerra de Canudos

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 169 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1997

Direção: Sérgio Rezende

Roteiro: Sérgio Rezende e Paulo Halm

Sinopse: Em 1893, Antônio Conselheiro (um monarquista assumido) e seus seguidores começam a tornar um simples movimento em algo grande demais para a República, que acabara de ser proclamada e decidira por enviar vários destacamentos militares para destruí-los. Os seguidores de Antônio Conselheiro apenas defendiam seus lares, mas a nova ordem não podia aceitar que humildes moradores do sertão da Bahia desafiassem a República. Assim, em 1897, esforços são

reunidos para destruir os sertanejos. Estes fatos são vistos pela ótica de uma família, que tem opiniões conflitantes sobre Conselheiro.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/guerra-de-canudos/guerra-de-canudos.asp>)

Título Original: Carlota Joaquina, Princesa do Brasil

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 100 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1995

Direção: Carla Camurati

Roteiro: Carla Camurati e Melanie Dimantas

Sinopse: Um painel da vida de Carlota Joaquina (Marieta Severo), a infanta espanhola que conheceu o príncipe de Portugal (Marco Nanini) com apenas dez anos e se decepcionou com o futuro marido. Sempre mostrou disposição para seus amantes e pelo poder e se sentiu tremendamente contrariada quando a corte portuguesa veio para o Brasil, tendo uma grande sensação de alívio quando foi embora.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/carlota-joaquina/carlota-joaquina.asp>)

Título Original: Independência ou Morte

Gênero: Histórico

Tempo de Duração: 108 min

Ano de Lançamento (Brasil): 1972

Direção: Carlos Coimbra

Roteiro: Carlos Coimbra

Sinopse: Tendo como ponto de partida o dia da abdicação de D. Pedro I, é traçado um perfil do monarca, desde quando ainda menino veio da Europa, quando sua família fugia das tropas napoleônicas e sua ascensão à Príncipe Regente, quando D. João VI retornou para Portugal. Em pouco tempo a situação política torna-se insustentável e o regente proclama a independência, mas seu envolvimento extraconjugal com a futura Marquesa de Santos provoca oposição em diversos setores e José Bonifácio de Andrada e Silva pede demissão do Ministério, mas este não seria o único caso, que ministros e nobres entrariam em choque com o imperador por causa da marquesa, que permanentemente influenciava as decisões do soberano, mas tudo isto causava um inevitável desgaste político.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/independencia-ou-morte/independencia-ou-morte.asp>)

Título Original: Os Inconfidentes

Gênero: Drama/Histórico

Tempo de Duração: 100 min.



Ano de Lançamento (Brasil): 1972

Direção: Joaquim Pedro de Andrade

Roteiro: Joaquim Pedro de Andrade e Eduardo Escorel

Sinopse: A Inconfidência Mineira - conspiração independentista do século dezoito, em Minas Gerais, centro das riquezas coloniais. Do grupo, faziam parte poetas e nobres, incluindo o padre e o coronel da guarnição. O dentista Tiradentes é torturado, para que divulgue a sua participação, na conjura contra a coroa portuguesa; os cúmplices haviam já confessado, negando responsabilidades próprias. Tiradentes é o único a assumir-se plenamente, sendo condenado à morte.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/inconfidentes/inconfidentes.asp>)

Título Original: Kuarup

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 119 min.

Ano de Lançamento (Brasil): 1989

Direção: Ruy Guerra

Roteiro: Rudy Langemann , Ruy Guerra

Sinopse: Padre ligado à política é enviado ao Xingu. Sua trajetória revela um painel do Brasil e seus tipos sociais. Da obra de Antônio Callado.

(Fonte: <http://www.moviecom.com.br/filmoteca/detalhe.asp?id=2591>)

Título Original: Cinema, Aspirinas e Urubus

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 90 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Site Oficial: www2.uol.com.br/urubus/pt/home.html

Direção: Marcelo Gomes

Roteiro: Marcelo Gomes, Paulo Caldas e Karim Aïnouz

Sinopse: Em 1942, no meio do sertão nordestino, dois homens vindos de mundos diferentes se encontram. Um deles é Johann (Peter Ketnath), alemão fugido da 2ª Guerra Mundial, que dirige um caminhão e vende aspirinas pelo interior do país. O outro é Ranulpho (João Miguel), um homem simples que sempre viveu no sertão e que, após ganhar uma carona de Johann, passa a trabalhar para ele como ajudante. Viajando de povoado em povoado, a dupla exhibe filmes promocionais sobre o remédio “milagroso” para pessoas que jamais tiveram a oportunidade de ir ao cinema. Aos poucos surge entre eles uma forte amizade.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/cinema-aspirinas-e-urubus/cinema-aspirinas-e-urubus.asp>)

Título Original: Como era gostoso o meu Francês

Gênero: Aventura

Tempo de Duração: 83 min.

Ano de Lançamento (Brasil): 1970

Direção: Néelson Pereira dos Santos

Roteiro: Nelson Pereira dos Santos

Sinopse: No Brasil de 1594, um aventureiro francês prisioneiro dos Tupinambás escapa da morte graças aos seus conhecimentos de artilharia. Segundo a cultura Tupinambás, é preciso devorar o inimigo para adquirir todos os seus poderes, no caso saber utilizar a pólvora e os canhões. Enquanto aguarda ser executado, o francês aprende os hábitos dos Tupinambás e se une a uma índia e através dela toma conhecimento de um tesouro enterrado e decide fugir. A índia se recusa a segui-lo e após a batalha com a tribo inimiga, o chefe Cunhambebe marca a data da execução: o ritual antropofágico será parte das comemorações pela vitória.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/como-era-gostoso-meu-frances/como-era-gostoso-meu-frances.asp>)

Título Original: Policarpo Quaresma, Herói do Brasil

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 120 min.

Ano de Lançamento (Brasil): 1988

Direção: Paulo Thiago

Roteiro: Alcione Araújo

Sinopse: Adaptação do romance Triste Fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto. O major Policarpo Quaresma é um sonhador. Um visionário que ama o seu país e deseja vê-lo tão grandioso quanto, acredita, o Brasil pode ser. A sua luta se inicia no Congresso. Policarpo quer que o tupi-guarani seja adotado como idioma nacional. Ele tem o apoio de sua afilhada Olga por quem nutre um afeto especial e Ricardo Coração dos Outros trovador e compositor de modinhas que conta a história do nosso herói do Brasil.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/policarpo-quaresma/policarpo-quaresma.asp>)

Título Original: O Mestre de Apipucos

Gênero: Documentário

Direção: Joaquim Pedro de Andrade

Sinopse: Com roteiro estruturado sobre textos de Gilberto Freire, o filme documenta a vida diária e o método de trabalho do escritor e sociólogo, em sua casa de Apipucos.

(Fonte: <http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3663>)



Programas de TV

Programa Roda Viva – TV Cultura:

Roda Viva com Florestan Fernandes: 05/12/1994

(<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=439>)

Roda Viva com Darcy Ribeiro: 17/04/1995, 28/01/1991, 20/06/1988

(<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/busca.asp?txtBusca=darcy&imageField.x=0&imageField.y=0>)

Série Alô Escola – TV Cultura:

Casa Grande & Senzala, baseado na obra de Gilberto Freyre

Realização: TV Cultura - 1995

Direção e Roteiro: Marya Inês Landgraf

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/casagrande/index.htm>)

O Povo Brasileiro, baseado na obra de Darcy Ribeiro

Realização: TV Cultura - 1995

Roteiro e direção: Regina M. Ferreira

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/povobrasileiro/index.htm>)

Teatro

Eles Não Usam Black-Tie

Peça escrita por Gianfrancesco Guarnieri e encenada pelo Teatro de Arena em 1958.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Eles_N%C3%A3o_Usam_Black-tie

Liberdade, Liberdade

Peça musical escrita por Millôr Fernandes e Flávio Rangel. Estreou em 1965.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberdade%2C_Liberdade

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=es_petaculos_biografia&cd_verbete=447

Calabar: O Elogio da Traição

Peça musical escrita em 1973 por Chico Buarque e Flávio Rangel

http://pt.wikipedia.org/wiki/Calabar:_o_Elogio_da_Trai%C3%A7%C3%A3o

Brasil, da censura à abertura

Peça escrita por Jô Soares, Manoel Costa e José Luiz Arcanjo, baseada no anedotário político do jornalista Sebastião Nery. Estreou em 1980.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil%2C_da_Censura_%C3%A0_Abertura

O Rei da Vela

Peça escrita por Carlos Drummond de Andrade e encenada em 1967, sob a direção de José Celso Martines Corrêa.

http://globolivros.globo.com/busca_detalhesprodutos.asp?pgTipo=CATALOGO&idProduto=457

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=espetaculos_biografia&cd_verbete=456

Músicas

Peça *Suíte Nordestina, 4o Movimento: Casa Grande e Senzala*. Lourenço Barbosa.

Canção *Etnia*. Nação Zumbi, 1993.

Canção *Gente Humilde*. Chico Buarque, 1970.

Canção *No Bico da Chaleira*. Juca Storoni, 1909

Canção *Samba da Boa Vontade*. Noel Rosa, 1931.

Canção Zumbi. Jorge Benjor, 1974.

Canção Lamento Sertanejo. Gilberto Gil, 1974.

Canção *Três Caravelas (Las Tres Carabelas)*. Gilberto Gil e Caetano Veloso, 1967.

Visitas

Fundação Gilberto Freyre

R. Dois Irmãos, 320 - Apipucos - Solar de Sto. Antônio, Recife - PE - Brasil CEP 52071-440



LINHA DO TEMPO

Século XV – Século XVIII

1492 – A chegada dos espanhóis na América

Brasil Colônia (1500-1822)

1500 – A chegada dos portugueses às terras que futuramente se chamariam Brasil

1530 – Estabelecimento das Capitânicas Hereditárias

1548 – Capitania da Bahia transformada em capitania da Coroa e capital da Colônia – Instalado o Governo Geral da Colônia

1549 – Fundação da cidade de Salvador

1565 – Fundação da cidade do Rio de Janeiro

1759 – Extinção das capitânicas hereditárias

1763 – Transferência da capital da colônia para a cidade do Rio de Janeiro

1789 – Inconfidência Mineira

1808 – Mudança da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro e a Abertura dos Portos às nações amigas

1815 – Brasil elevado a Reino Unido de Portugal e Algarve

1821 – Retorno da Corte Portuguesa a Portugal

Brasil Império (1822-1889)

1822 – Proclamação da Independência

1824 – Confederação do Equador

1824 – Outorgada por D. Pedro I a primeira constituição brasileira

1831 – D. Pedro I abdica do trono do Brasil

1840 – Golpe da Maioridade – D. Pedro II assume o trono, com apenas 14 anos

1865-1870 – Guerra do Paraguai

1870 – Lançamento do Manifesto Republicano

1888 – Abolição da escravidão legal no Brasil

Brasil República (1889 – dias de hoje)

República Velha/Primeira República (1889 – 1930)

1889 – Proclamação da República

1891 – Promulgada a segunda constituição do Brasil

1893-1895 – Revolta Federalista no Rio Grande do Sul

1893-1897 – Revolta de Canudos

1894 – Eleito Prudente de Moraes, primeiro presidente civil do Brasil

Século XX

1910 – A Revolta da Chibata

1912-1916 – Guerra do Contestado

1917-1919 – Greves Operárias

1920 – Oliveira Vianna: Populações meridionais do Brasil

(crítica do pensamento autoritário à República Velha)

1922 – Fundação do PCdoB

1930 – Revolução de 1930

1930 – Golpe que leva Getúlio Vargas ao poder

Era Vargas/República Nova (1930-1945 e 1951-1954)

Governo Provisório (1930-1934)

Governo Constitucionalista (1934-1937)



Estado Novo (1937-1945)

- 1932 – Revolução Constitucionalista
- 1935 – Intentona Comunista
- 1936 – Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil
(renovação da vida brasileira nos anos 30)
(postura política democrata radical)
- 1937 – Ditadura do Estado Novo
- 1938 – Levante Integralista
- 1942 – Caio Prado Jr.: Formação do Brasil contemporâneo
(renovação da vida brasileira dos anos 30)
(postura política socialista)
- 1942 – Brasil entra na Segunda Guerra Mundial, contra a Alemanha e Itália
- 1943 – Decretada a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT
- 1946 – Posse do General Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1945, após a renúncia de Vargas
- 1946 – Fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB
- 1950 – Getúlio Vargas eleito presidente
- 1954 – Suicídio de Vargas. Assume a Presidência da República o seu vice: Café Filho
- 1955 – Juscelino Kubitschek eleito presidente
- 1955 – Fundação da Ligas Camponesas
- 1960 – Inauguração de Brasília, a nova capital do Brasil
- 1961 – (Janeiro) Jânio Quadros assume a presidência da República
(Agosto) Jânio Quadros renuncia, assumindo o vice João Goulart
- 1962 – Formação do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT
- 1964 – Golpe Militar, ou Revolução de 1964

Regime Militar (1964-1985)

- 1965 – Abolido o pluripartidarismo e instituído o bipartidarismo: Arena e MDB
- 1967 – Aprovada pelo Congresso a sexta Constituição Brasileira
O Congresso é fechado e é decretado o AI-5
- 1968 – Greves dos metalúrgicos de Contagem (MG) e Osasco (SP)
- 1978 – Fim do AI-5

1978 – Reinício do movimento grevista a partir do ABC paulista

1983 – Fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT

1984 – Movimento das “Diretas Já”

1985 – Eleito Tancredo Neves pelo colégio eleitoral.

Assume a presidência interinamente José Sarney, vice de Tancredo

Declarado oficialmente o falecimento de Tancredo Neves

José Sarney é empossado em definitivo.

Nova República (início 1985 com a transição democrática)

1986 – Eleição para a assembléia nacional constituinte que ficaria encarregada de estabelecer a nova constituição brasileira.

1988 – Promulgada a Constituição de 1988

1989 – Eleito Fernando Collor de Mello

1992 – Fernando Collor sofre o processo de impedimento (*impeachment*), assumindo seu vice, Itamar Franco

1995 – Assume a Presidência Fernando Henrique Cardoso

1998 – Reeleição de Fernando Henrique Cardoso

2003 – Assume a presidência Luiz Inácio Lula da Silva

2006 – Reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva



AULA 4

RESENHA

O artigo procurará apontar para os traços principais do debate contemporâneo em torno da democracia. Nossa democracia, a democracia representativa, forma diferente da democracia direta dos gregos antigos, é uma criação recente, datando do contexto posterior à independência dos Estados Unidos. Desde então, tem aparecido aqueles que defendem e criticam a democracia moderna. O artigo se concentrará no debate desenvolvido desde a publicação, em 1942, do livro de Joseph Schumpeter, *Capitalismo, democracia e socialismo*. Contra os argumentos de Schumpeter, de que a democracia seria basicamente um método para a seleção de líderes, os defensores da democracia participativa procuram recuperar a dimensão ética desse regime político. Por fim, Robert Dahl tem buscado desenvolver uma teoria da democracia que combine seus aspectos descritivos e normativos. O objetivo da recuperação destas teorias é o de refletir sobre as várias concepções e limites da democracia no mundo contemporâneo, em especial no Brasil.

AULA 4

TEORIAS DA DEMOCRACIA

Bernando Ricupero

Experiências

- Democracia
 - » Grécia (2500 anos atrás)
 - » Maior parte dos países atuais

- Mesma democracia?

- Atenas (507 a.C.)
 - » Luta entre facções aristocráticas
 - » Democracia direta

- EUA depois da independência
 - » Democracia representativa

A palavra “democracia” é usada para se referir tanto a uma forma de governo, aparecida na Grécia há cerca de 2.500 anos, como ao regime político pelo qual a maior parte dos países

do mundo atualmente se diz governar. Mas o que essas duas democracias têm em comum? É essa pergunta que tentaremos responder ao longo do trabalho.



A democracia, o “governo do povo”, surge num lugar e num momento preciso: Atenas, em 507 a.C. Aparece depois da queda do governo dos tiranos e resulta da luta entre facções aristocráticas. Seu criador, o legislador Clístenes, não podia mesmo imaginar os efeitos

de estender o governo para além de alguns poucos bens nascidos para o povo, o *demos*. Os membros do *demos* passam, então, a ter isonomia, igualdade perante a lei, tornando-se efetivamente cidadãos.

De certa maneira, a democracia e a cidade grega e, mais especificamente, Atenas, se confundem. O espaço onde os cidadãos se reúnem para deliberar, ou seja, realizar a democracia, tem papel central nessas cidades, tudo se dispondo a partir da *agora* (praça).



Ou seja, junto com a democracia surge o espaço público. O “público” não é mais o domínio “privado” de reis ou especialistas, mas o assunto comum do *demos*. Num contexto como

esse, ocorre uma verdadeira “publicização da vida”, não por acaso, ganhando importância uma forma de arte como a escultura.

Ainda mais importante, o debate que se tem na *ágora* se dá por meio da palavra, da persuasão. Será preciso convencer o adversário que seu argumento é melhor, que ele pode trazer o bem comum. Em outras palavras, não é mais o argumento da autoridade – se é que se pode chamar de argumento – que orienta a vida coletiva, mas a discussão. Portanto, nada mais é considerado como sagrado, tudo pode ser questionado.

A partir daí, o caminho fica livre para o desenvolvimento da filosofia. Ironicamente, porém, a maior parte dos filósofos não sente muita simpatia pela democracia. A antipatia da parte mais significativa deles diante da democracia provém precisamente da política não ser, nesse governo, entendida como o domínio

dos que “mais sabem”. De acordo com Platão, por exemplo, os atenienses recebem conselhos de técnicos sobre como melhor construir suas muralhas e navios, mas paradoxalmente ouvem qualquer um sobre como administrar seus negócios comuns.

Mesmo alguém como Aristóteles, que defende que a boa vida só pode ser atingida na cidade, na *polis*, avalia negativamente a democracia. Ou melhor, a democracia é, para o autor da *Política*, o governo de muitos que buscam seu próprio interesse e não o bem comum. Seria, portanto, diferente do governo de muitos que visa o bem comum, *politéia*, forma de governo pela qual nutre mais simpatia.

Aristóteles não deixa, entretanto, de definir o cidadão como aquele que exerce o poder deliberativo e judiciário. Ou seja, na *polis* não existe verdadeira separação entre governantes e governados. Por outro lado, a cidadania era, para os gregos, muito limitada, excluindo mulheres, crianças, escravos e estrangeiros. De certa maneira, se a família, a comunidade doméstica, era o espaço da mais completa desigualdade, a cidade, ou seja, a comunidade política, pressupõe a igualdade. O cidadão é mesmo, num certo sentido, um privilegiado, correspondendo àquele que tem disponibilidade para participar plenamente dos negócios da cidade.

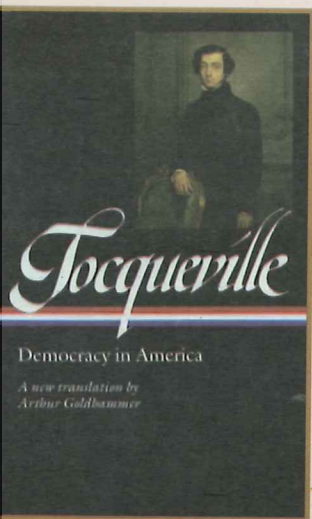
Portanto, a diferença entre a democracia dos gregos e a nossa não deixa de ser enorme, tanto em termos de escopo como de extensão. Na verdade, depois da Antiguidade Clássica, a democracia praticamente desapareceu, sobrevivendo apenas em algumas poucas cidades-Estado. Durante muito tempo se acreditou

que esse regime político só seria possível em pequenos territórios, onde, como argumentara o barão de Montesquieu, não seria desafiado o difícil princípio republicano da virtude, de colocar o bem comum acima do interesse individual.

No entanto, o verdadeiro laboratório político que foram os Estados Unidos da América (EUA), depois da sua independência, cria uma nova forma de democracia. Ou melhor, a Constituição, elaborada em 1787, que inventa essa nação cria também a **democracia representativa**, diferente da democracia direta da Antiguidade Clássica.



Os autores de *Os Artigos Federalistas*, que foram escritos com o propósito de defenderem a nova Constituição, são os que melhor desenvolvem o argumento em favor do novo governo. James Madison, em particular, contrasta a democracia antiga, que apareceria em pequenos territórios onde o povo exerceria diretamente o poder, com a república moderna, em que, em razão do tamanho do território, seria necessária a delegação do governo para um número limitado de cidadãos, que se comportariam como representantes dos demais. A representação teria mesmo o papel de refinar e clarear a compreensão dos problemas políticos, fazendo-os passar pelo crivo de um corpo de cidadãos especialmente escolhidos para isso. Os representantes poderiam, portanto, de acordo com Madison, até entender melhor aquilo que seria o bem comum do que o povo.



Menos de cinquenta anos depois da aprovação da Constituição dos EUA, o nobre francês Alexis de Tocqueville achou evidente que o melhor lugar para perceber a evolução do mundo em direção à democracia seria o país. É verdade que o autor de *Ademocraciana América*

não entende democracia simplesmente como um regime político, mas principalmente como o estado social caracterizado pela “igualdade de condições”. Por outro lado, a democracia social não deixaria de favorecer a democracia política. Nessa orientação, a tendência em direção à democracia, à “igualização de condições”, que já duraria mais de seis séculos, encontraria um posto de observação privilegiado nos EUA, sociedade que não conheceu feudalismo. Em outras palavras, não seria mero acaso que, depois de mais dois mil anos, os americanos decidiram (re)criar o governo democrático.

Mas se até o final do século XVIII a democracia parecia ser um governo do passado, do qual pouco se podia esperar, mais de duzentos anos depois é difícil encontrar governos que não se definam como democráticos. Exemplo da legitimidade que esse regime político passou a ter se encontra até num ato como a invasão do Iraque, que foi realizado pretensamente em nome da democracia.

A democracia que conhecemos é a democracia representativa. É, assim, em torno de suas qualidades e defeitos que tem se desenvolvido o debate sobre a democracia. Mais recentemente, a controvérsia ganhou força com a publicação, em 1942, de *Capitalismo, socialismo e democracia*, de Joseph Schumpeter.

Capitalismo Socialismo e Democracia

por
Joseph A. Schumpeter

Diante da extensão do tema, no restante do trabalho enfatizarei sobretudo a pretensão do economista austríaco de fornecer uma teoria realista da democracia e a subsequente crítica a ela, elaborada pelos

defensores da democracia participativa, que insistem na necessidade da democracia continuar a busca de metas éticas. Por fim, me servirei, de certa forma, da pretensão de Robert Dahl de entender a democracia tanto em termos de sua realidade e ideal.

Teorias da Democracia

◉ Schumpeter (1942): capitalismo sobreviverá?

» Não

◉ Capitalismo = clima político e social hostil

Nova esquerda (década de 60)

X

interpretações da democracia como a de Schumpeter
= Democracia participativa

◉ Dahl (atual) = preocupações Schumpeter + democracia participativa

◉ Democracia = “Governo do povo”

Membros do Demos = Igualdade perante a lei
(povo) (isonomia)

◉ Cidade grega (*Polis*) = Democracia

◉ Democracia

» Espaço público (Demos)

Domínio privado (reis e especialistas)



- Debate → Palavra, discussão = Filosofia
- Desconfiança da Filosofia em relação à Democracia
- Cidadão (Aristóteles)

Exerce:

- » Poder deliberativo
- » Poder judiciário
- Governantes = Governados
 - » Democracia direta
- Cidadania:
 - (-) Mulheres e crianças
 - (-) Estrangeiros e escravos

Família
 comunidade doméstica
 (desigualdade)
 x
 Cidade
 Comunidade política
 (igualdade)

- Democracia Grécia antiga ≠ Democracia atual
- Acreditou-se, durante muito tempo, que a democracia só seria possível em pequenos territórios
- Democracia atual = democracia representativa
- Debate sobre democracia
 - » Joseph Schumpeter (realismo)
 - » Teóricos da democracia participativa
 - » Roberto Dahl (realismo + ética)

Schumpeter e a democracia como método de seleção de lideranças

A democracia segundo Schumpeter

- Schumpeter

- » Democracia + Socialismo?

- Socialismo = Autoridade central

- » Meios de produção

- » Produção

- Até a revolução Russa (1917):

- » Socialismo + Democracia

- História

- » Socialismo + Democracia (Europa Central)

- » Socialismo - Democracia (Rússia)

Socialismo + Democracia = Interesses socialistas

Socialismo + Democracia ≠ Interesses socialistas

=

Todos envolvidos com política

- Possível: socialismo + democracia

- Definição de socialismo ≠ Definição de democracia

- Valores ≠ Democracia

- Democracia:

Arranjo institucional → Decisões políticas

Fim em si mesmo

- Tomar decisões = governar

↓

- Democracia = “governo do povo”



- Como pode o povo governar?
 - » Só comunidades pequenas e primitivas
- Democracia = governo apoiado pelo povo
- “Teoria clássica de democracia”:
 - Povo → Representante = vontade do povo
= bem comum
- Todos = bem comum
- Divergências = quando atingi-lo

Bem comum ≠ indivíduos e grupos

↓

Não existe bem comum

≠

Vontade do povo ou vontade geral

- “Teoria Clássica de Democracia”:

Indivíduo racional → vontade

+

Indivíduo racional → vontade

=

vontade geral

- Schumpeter: personalidade humana não só racional (psicanálise)
 - Cidadão
 - » interesse assuntos locais
 - » desinteresses assuntos nacionais e internacionais
- ↓
- Política = hobby (comportamento infantil)

- Vontade do povo = manufaturada
- Democracia:
voto do povo → indivíduos X indivíduos (líderes)



Schumpeter se pergunta, em *Capitalismo, socialismo e democracia*, se o capitalismo sobreviverá. No entanto, as evidências que reúne, em plena Segunda Guerra Mundial, o conduzem a acreditar que esse sistema econômico desaparecerá.

Paradoxalmente, atribui a causa do colapso do capitalismo a seu próprio sucesso, já que ele criaria um clima social e político hostil.

A pergunta que Schumpeter faz, então, é: pode a democracia conviver com o sistema econômico que deve suceder o capitalismo: o socialismo. O economista austríaco define socialismo como “um padrão institucional em que o controle dos meios de produção e a própria produção é responsabilidade de uma autoridade central – ou, em outras palavras, no qual, como questão de princípio, os assuntos econômicos da sociedade pertencem ao público e não à esfera privada”. Nota que, até a Revolução Russa, não havia quem duvidasse da

adesão de socialistas à democracia, existindo até socialistas que defendiam que eles seriam os únicos verdadeiros democratas. Esses socialistas argumentavam que o poder político e o econômico estariam relacionados, o primeiro sendo derivado do segundo, o que condicionaria a existência de verdadeira democracia ao fim do poder econômico dos capitalistas.

Em contraste com posturas como essas, Schumpeter pretende oferecer uma análise mais realista da relação do socialismo com a democracia. Assinala que mesmo admitindo que o socialismo seja a melhor forma de realizar a democracia, socialistas nem sempre tomaram muito cuidado em utilizar meios não democráticos para atingir seus objetivos. De maneira concreta, a “folha corrida” dos defensores do socialismo poria em dúvida seu compromisso democrático. Na verdade, seria possível encontrar tanto partidos socialistas que agiram de maneira democrática – situação predominante na Europa ocidental – como outros – o caso da Rússia sendo o exemplo mais conhecido – que fizeram o oposto.



Na verdade, como todos os envolvidos com a política, os socialistas seriam democratas se esse regime político favorecesse seus interesses e não seriam democratas se suas necessidades não fossem atendidas por tal sistema político. Schumpeter conclui daí que nada impede que o socialismo conviva com a democracia, já que não há nada que os torne incompatíveis. Melhor, a definição de socialismo em si não teria a ver com a de democracia, da mesma maneira que a de capitalismo em si também não implicaria em relação necessária com a democracia.

Além do mais, todos os homens, independentemente das suas preferências políticas, possuiriam valores que não têm relação com a democracia e que poderiam considerar, porventura, como sendo mais importantes do que esse regime político. Em determinadas épocas históricas, por exemplo, a perseguição aos judeus ou a pena de morte foram apoiadas pelo

povo, o que não obriga a cada indivíduo que se identifica com a democracia a considerar a perseguição aos judeus ou a pena de morte como procedimentos desejáveis. Até porque a democracia não passaria de “um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas – legislativas e administrativas – e é, portanto, incapaz de ser, independente das decisões que ela produzir em determinadas condições históricas, um fim em si mesmo”.¹

De qualquer maneira, Schumpeter admite que se se equivaler “tomar decisões” com “governar” pode-se definir democracia como o governo do povo, como inclusive sugere o sentido etimológico da palavra. Mas, pergunta, então, se a democracia é o governo do povo, como é possível para o povo operacionalizar esse governo? Para além de comunidades pequenas e primitivas, que se governariam democraticamente, não seria possível ter governos democráticos.

Capitalismo, socialismo e democracia conclui, assim, que se deve substituir a definição de democracia como governo do povo pela de governo apoiado pelo povo.

No entanto, o que Schumpeter chama de teoria clássica da democracia sugeria o oposto. Tal doutrina relaciona-se vagamente com as formulações de autores do século XVIII e XIX, como

Jean Jacques Rousseau e John Stuart Mill. Ela corresponde, portanto, a uma espécie de espantalho, a partir da qual, *Capitalismo, socialismo e democracia* desenvolve seu argumento.

1 Joseph Schumpeter, *Capitalism, socialism and democracy*, New York, Harper & Row Publishers, 1976, p. 242.

A teoria clássica da democracia poderia ser resumida na identificação da democracia com a realização do bem comum, mediante a eleição de representantes que poriam em prática a vontade do povo. Estaria implícita nessa concepção a idéia de que existe um bem comum que, qualquer pessoa normal, poderia entender por meio de argumentos racionais. Portanto, haveria resposta para todas as questões, com qualquer fato social podendo ser classificado como bom ou mal. Todos os indivíduos razoáveis deveriam concordar quanto ao que fosse o bem comum, com as únicas divergências aparecendo em relação a quando atingi-lo. A conseqüência desse tipo de raciocínio seria considerar que todos, em comum, controlariam os negócios públicos.

Schumpeter argumenta, todavia, que não há um bem comum fixo, já que, para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum significaria coisas diferentes. Pior, questões de princípio, como saber o que constitui o bem comum, não poderiam ser resolvidas com base em argumentos racionais, já que os valores últimos, relativos ao significado da vida, não se regeriam pela lógica. Por fim, mesmo que pudéssemos definir o bem comum isso não garantiria que saberíamos como proceder em relação a questões particulares.

O reconhecimento de que não há um bem comum facilmente discernível faria com que a própria idéia de vontade do povo ou vontade geral se desmanchasse no ar, até porque tal vontade seria entendida como o resultado da combinação de vontades que se formariam na avaliação racional de cada indivíduo a respeito de seu interesse. Para Schumpeter, é bastante problemática a idéia de que a vontade do indivíduo exista como algo independente e racional. Como a psicanálise vinha, há algum tempo, chamando a atenção, a personalidade humana não seria homogênea, diversos fatores irracionais e extra-rationais agindo sob o comportamento dos homens.

Ao lidar com a política, o cidadão médio trataria de assuntos que lhe pareceriam distantes, já que se preocuparia mais com questões locais. Em relação a maior parte dos assuntos nacionais e internacionais, quase todos os indivíduos perderiam a noção exata sobre o que estariam lidando, ficando com a impressão de que deliberariam sobre um mundo quase fictício. O envolvimento do homem comum com a política seria, conseqüentemente, quase recreativo, vendo-a praticamente como um *hobby*. Os indivíduos, ao tratarem dos assuntos políticos, rebaixariam seu comportamento ao nível infantil, retornando a um estágio primitivo, em que pensavam de forma associativa e afetiva.



O resultado desse quadro seria que a vontade do povo, assim como a do consumidor influenciado pela publicidade, seria manufaturada. Isto é, ao invés de ser um insumo do processo político apareceria muito mais como produto dele. O método democrático corresponderia, portanto, ao “arranjo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder para decidir mediante uma luta competitiva pelo voto do povo”.²

A democracia participativa e a volta da preocupação com a ética

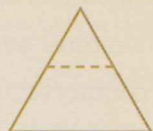
Teoria da Democracia Participativa

- ◉ C. B. Macpherson:
 - »Schumpeter = Modelo elitista pluralista da democracia = Sociedade de mercado
 - Pluralista = Indivíduos
 - Elitista = Dirigentes
 - Equilíbrio = oferta e demanda de bens políticos
- ◉ Carole Pateman:
 - »Terias contemporâneas da democracia
 - Democracia = EUA e Inglaterra X Totalitarismo
- ◉ Schumpeter
 - Democracia → eleger e autorizar governos
 - Votos do povo = elites x elites
- ◉ Democracia = possibilidade de substituir governos
- ◉ Democracia – ética = desejos eleitores
- ◉ Democracia = Mercado
- ◉ Políticos = Empresários
- ◉ Eleitores = Consumidores

² *Ibid.*, p. 269.

- Realismo = Mercado
- Democracia: Equilíbrio = demanda efetiva
(+ custos para pobres)
- Desigualdades social → Apatia política
- Democracia: Equilíbrio = demanda efetiva
(+ custos para pobres)
- Desigualdade social → Apatia política
- Democracia participativa e Macpherson
 - » Territórios extensos → representação política
 - +
 - » Progressos de tecnologia → democracia direta

Comunicação



→ Democracia Representativa

→ Democracia Direta
(fabrica + local de moradia)

A partir da década de sessenta aparecem críticas bastante fortes à maneira como Schumpeter e outros, partindo de suas formulações, entenderam a democracia. Essas críticas estão ligadas à emergência da nova esquerda e buscam sobretudo recuperar a dimensão ética e de participação da democracia, que, desde *Capitalismo, socialismo e democracia*, tinham sido desvalorizadas, ao se dar atenção princi-

palmente ao papel dos líderes políticos. Para aqueles que se identificam com a democracia participativa, a participação teria um efeito educativo, com o cidadão deixando de levar em conta apenas seu interesse privado para se preocupar com o dos demais.

C.B. Macpherson é um dos principais expoentes da teoria da democracia participativa.



O cientista político canadense associa as formulações de Schumpeter ao que chama de modelo elitista pluralista da democracia. Boa parte de seu sucesso derivaria de sua semelhança com a sociedade de mercado, onde imperaria o homem burguês. O modelo seria pluralista por pressupor que o mundo político seria formado por diferentes indivíduos, com interesses e preocupações variadas. Seria elitista por colocar na posição principal do processo político um reduzido grupo de dirigentes. Por fim, sugeriria um modelo de equilíbrio, onde a oferta por bens políticos seria contrabalançada pela demanda por eles.

Em termos mais concretos, para outra teórica da democracia participativa, Carole Pateman, a maior parte das teorias contemporâneas da democracia sugeriria que elas não se contaminariam por valores. No entanto, seu pretensão empirismo, na verdade, se limitaria a descrever o funcionamento da democracia de alguns poucos países, como os EUA e a Inglaterra. Tentariam fazer crer que a única alternativa a esse tipo de democracia seria o totalitarismo quando, na realidade, existiriam muitos outros regimes políticos possíveis.

Em poucas palavras, Schumpeter e outros entenderiam a democracia simplesmente como um mecanismo para eleger e autorizar governos. Para tanto, elites, organizadas em partidos, competiriam pelo voto dos eleitores. A possibilidade dos eleitores substituírem o governo impediria, em última instância, que os dirigentes se comportassem de maneira tirânica. Esse seria, portanto o elemento democrático dessas teorias, já que a disputa entre lideranças políticas pelo voto possibilitaria aos eleitores exercerem um controle, mesmo que mínimo, sobre aqueles em que votam.

Seria eliminado, porém, o conteúdo ético da democracia, seu objetivo se reduzindo a tomar nota dos desejos dos eleitores tais como eles se apresentam. Na verdade, a democracia não seria entendida, como insiste Macpherson, como um mecanismo de mercado, com os políticos comportando-se como empresários e os eleitores como consumidores. Não seria de estranhar que o modelo fosse tomado como

realista, já que ele corresponde bem à situação em que, de maneira geral, analistas e envolvidos com a política hoje se encontram.

O sistema de mercado político não seria, entretanto, tão democrático como sugere. O primeiro problema se encontraria no imaginado equilíbrio entre oferta e procura política, já que corresponderia à demanda efetiva, isto é,

à demanda que conta com capacidade aquisitiva para realizá-la. Em razão da capacidade aquisitiva equivaler aos recursos monetários disponíveis pelos diferentes agentes, não se poderia considerar o mercado político como democrático. A distribuição de recursos monetários entre agentes políticos variaria substancialmente os mais pobres, como admite um outro teórico que pensa a democracia por analogia ao mercado, Anthony Downs, tendo custos de participação política substancialmente mais elevados do que os mais ricos.

Além de tudo, o equilíbrio que o modelo elitista pluralista imagina pressuporia um certo nível de apatia, que contribuiria para a perpetuação do *status quo*. Não seria tanto o eleitor (consumidor) que decide, mas os provedores (partidos – empresários), que determinariam as escolhas possíveis. A apatia teria mesmo um papel positivo para o modelo, já que não sobrecarregaria o sistema político de demandas excessivas difíceis de processar.

Para Machperson, “o sistema de elites competitivas com um nível baixo de participação dos cidadãos” seria inclusive “necessário numa sociedade desigual, na qual a maior parte dos seus membros se vêem como consumidores maximadores”.³ Segundo *A democracia liberal e sua época*, o problema que tais formulações sugerem é verificar se valeria a pena haver mais participação política, já que existiria uma vinculação direta entre participação política e a situação socioeconômica. Mais especificamente, a apatia e a desigualdade se alimentariam mutuamente.

O cientista político canadense admite que seria necessário, em Estados nacionais com territórios extensos, algum grau de representação política. Por outro lado, progressos recentes na tecnologia de comunicação tornariam a democracia direta uma possibilidade maior do que nunca. Restaria, porém, a questão de saber quem formularia as demandas que

os eleitores deveriam responder. A iniciativa popular não poderia propor, em particular, as grandes questões relacionadas com a política econômica e social.

Poder-se-ia pensar num sistema piramidal, com a democracia direta estando presente no nível da base – nas fábricas e nos bairros

3 C.B. Macpherson, *La democracia liberal y su época*, Madrid: Alianza Editorial, 1981, p. 111.



– e a democracia representativa no nível mais elevado da sociedade. Diferentes conselhos se sucederiam, até se formar um conselho nacional. O sistema não funcionaria, contudo, se aqueles situados no nível mais baixo se comportassem de maneira apática. No

entanto, com a diminuição da desigualdade econômica, o grau de participação tenderia a aumentar. Seria também fundamental a existência de competição entre partidos, o que evitaria que o sistema político se tornasse autoritário.

Na mesma linha, Pateman insiste na necessidade de participação, principalmente no local de trabalho e de moradia. A participação teria principalmente um efeito educativo, indicando, aos diversos homens e mulheres, como estão ligados uns aos outros, o que não deixa de lembrar o tipo de relação que existia na *polis* grega. Portanto, para além da política, se abriria caminho para se criar uma sociedade participativa.

De qualquer maneira, para os defensores da democracia participativa seu problema principal não se referiria tanto a como ela deve funcionar, mas como se chegar a ela. O impedimento mais sério quanto à realização da

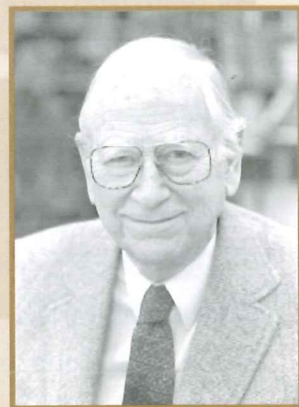
democracia participativa estaria, na verdade, na auto-percepção da maior parte dos membros da comunidade política como meros consumidores políticos.

Dahl e a busca de uma teoria descritiva e normativa da democracia

- Democracia = Ideal + Realidade
- Democracia = Procedimento + Conteúdo
(regras democráticas)
- Procedimento democrático = igualdade política
(qualquer associação)
- Processo: democratização ≠ Coisa: democracia
- Comparar regimes políticos → Democracia

- Democratização:
Oposição + participação política
(liberalização) (inclusividade)
- Critérios da democracia
 1. Participação efetiva
 2. Igualdade de voto
 3. Entendimento esclarecido
 4. Controle do programa
 5. Inclusão de adultos
- Critérios da democracia = *continuum* X associações
- Instituições
 1. Eleição de funcionários
 2. Eleições livres, justas e freqüentes
 3. Direito de ocupar cargos
 4. Fontes de informação diversificadas
 5. Autonomia para associações
 6. Cidadania inclusiva
- Instituições → Poliarquia
(referência: Modernas democracias representativas)
- Sociedades pluralistas → Poliarquia
- Cultura política → Poliarquia

Robert Dahl, ao elaborar sua teoria da democracia, parte da constatação de que as teorias existentes sofreriam de sérias deficiências tanto ao descrever o mundo real, como quis fazer Shcumpeter, como ao se relacionarem com metas éticas, aspiração dos participacionistas.



Em termos históricos, o segundo enfoque, normativo, prevaleceu na teoria democrática até 1942, passando a ser dominante, a partir da publicação de *Capitalismo, socialismo e democracia*, uma atitude que pretendia ser realista.

Na verdade, as duas posturas não seriam excludentes, ao se tratar da democracia se devendo tanto discutir metas éticas, que corresponderiam à democracia, como descrever características que fariam com que certas associações fossem democráticas. Como a democracia seria tanto um ideal como uma realidade não seria possível separar a dimensão descritiva da normativa. Ou seja, unindo as duas perspectivas, se deveria buscar avaliar, com base em certos indicadores, até que ponto diferentes associações concretas aproximam-se do ideal democrático.

Dahl concorda com Schumpeter quanto a democracia ser um método para a tomada de decisões, isto é, um determinado procedimento que não possui conteúdo predeterminado. Por outro lado, parece aceitar que o conteúdo da democracia encontra-se precisamente

nessas regras, ou melhor, como sugere outro autor que se ocupa do tema, Norberto Bobbio, no respeito às regras democráticas.

O método democrático consistiria no princípio de que os membros da associação – que pode ser chamada de *demos, populus*, cidadania etc. – têm igual peso na tomada de decisões obrigatórias, isto é, governamentais. Nesse sentido, qualquer associação – de um Centro Acadêmico ao Estado – poderiam ser governadas democraticamente, desde que seguissem o princípio da igualdade política. Na prática, entretanto, a maior parte da reflexão sobre a democracia privilegiou o Estado nacional, até porque sua jurisdição, tanto territorial como administrativa, é bem maior do que das demais associações, além de ser capaz de submetê-las.

No entanto, mais do que da democracia propriamente dita, Dahl prefere tratar do processo de democratização.

A discussão da democratização e não da democracia teria a vantagem de lançar luz para o fato de que se trataria de um processo

(histórico) e não de algo acabado. Poder-se-ia, conseqüentemente, comparar regimes políticos entre si, procurando avaliar até que ponto

eles se aproximam do ideal da democracia. A democratização ocorreria, em particular, quando há direito de contestação pública e, assim, existe uma oposição e quando uma proporção considerável da população de um

Estado nacional pode participar de sua vida política, possuindo direitos de participação. Em outras palavras, se teria democratização quando as condições de liberalização e inclusão são garantidas.

Numa outra perspectiva, para avaliar se o governo de diferentes associações se aproximam da democracia, Dahl destaca cinco critérios: 1) participação efetiva; 2) igualdade de voto; 3) entendimento esclarecido; 4) controle do programa de planejamento; 5) inclusão dos adultos.

A participação efetiva refere-se à possibilidade de cada membro da associação expressar seu ponto de vista antes da eleição. Já a igualdade de voto – que seria a coluna vertebral da teoria e da prática democrática – estabelece que, no momento da eleição, cada voto deve ter o mesmo peso. O entendimento esclarecido, por sua vez, afirma que todos devem ter igual acesso a informação a fim de formarem sua preferência. O controle do programa de planejamento determina, finalmente, que a própria associação política deve decidir as políticas governamentais.

O quinto critério – de inclusão dos adultos – possui uma natureza diferente dos demais. Se

os quatro critérios anteriores forem adotados, a associação será democrática em relação a seu *demos*, mas não quanto àqueles que se encontram fora de sua jurisdição. Uma minoria poderia, conseqüentemente, governar a maioria de acordo com critérios pretensamente democráticos. No entanto, aqueles que não puderem ser representados politicamente provavelmente não teriam seus interesses levados em conta. Mas até recentemente, a igualdade política não era uma realidade para a maior parte dos homens e mulheres adultos. Por outro lado, sempre há aqueles que não votam – atualmente, estrangeiros, crianças, loucos – isto é, aqueles que não podem se governar ou cuja jurisdição o Estado não abarca.

Esses cinco critérios estabeleceriam um *continuum*, a partir do qual, se poderia julgar o grau de democracia de uma determinada associação. Pode-se, entretanto, perguntar



se no mundo real encontramos Estados e outras associações que satisfazem inteiramente aos critérios da democracia. Contra essa objeção, é possível argumentar que os critérios não devem ser encarados de maneira absoluta, mas como referências para se julgar, até que ponto, as associações se aproximam do ideal democrático.

Em termos mais concretos, se desenvolveram nos países considerados como democráticos certas instituições, relacionadas com os critérios democráticos, como: 1) a eleição de funcionários; 2) mediante eleições livres, justas e freqüentes; 3) o direito de ocupar cargos; 4) a existência de fontes de informação diversificada; 5) a autonomia para as associações; 6) e a cidadania inclusiva.

Com base, em grande parte, na existência dessas instituições, Dahl cunha o termo poliarquia. A poliarquia é entendida como o governo de muitos, diferente tanto da democracia direta da Antiguidade como do governo representativo com sufrágio restrito do século XIX. Tem, portanto, como referência histórica as modernas democracias representativas.

Não se precisa entender, entretanto, a poliarquia apenas com referência a instituições e regimes políticos. Assim como acontece com

a democracia, é possível interpretá-la de diferentes formas: como o resultado histórico de esforços em prol da democratização; como um regime político; como um sistema de controle político que ocorreria mediante a competição entre lideranças políticas; como um sistema de direitos políticos, como um conjunto de instituições necessárias ao funcionamento da democracia em larga escala etc. Também como na relação entre ideal e prática democráticos – democracia e poliarquia – esses diferentes sentidos seriam complementares.

Para além da dimensão institucional, sociedades pluralistas, em que atuariam um número significativo de organizações e grupos sociais autônomos, tenderiam a favorecer o aparecimento de poliarquias. Nessas sociedades, o custo da repressão da oposição seria mais elevado para o governo do que o de sua tolerância. Assim, a possibilidade de se ter política competitiva aumentaria com a diminuição da possibilidade de se usar violência ou sanções socioeconômicas. A existência da poliarquia

seria, conseqüentemente, favorecida pela dispersão ou bloqueio do acesso à violência e a sanções socioeconômicas.

Em relação ao segundo fator, tem aparecido, ao longo da história, tanto autores que consideram a democracia como um direito inalienável, ao qual a propriedade deveria estar subordinada, como outros que vêem a propriedade como um direito natural com precedência sobre a democracia. Numa perspectiva que privilegia a democracia, a propriedade pode ser justificada por dar acesso a um mínimo de recursos que garantiriam o exercício da liberdade por parte do cidadão. Seguindo essa postura, o direito à propriedade deveria ser limitado. Classicamente, o republicanismo tem considerado que a propriedade poderia criar problemas para a democracia, defendendo, conseqüentemente, uma ampla distribuição de propriedade.

Dahl considera que, no contexto do capitalismo de pessoa jurídica, ou seja, de concentração e centralização do capital, a melhor forma de se garantir a dispersão do poder, necessária para a democracia, seria estabelecendo-se empresas autogestionárias. Elas não sacrificariam, além do mais, a eficiência econômica, que estaria associada ao uso do mecanismo de

mercado. Por fim, a autogestão se justificaria por favorecer o aparecimento de bons cidadãos e, principalmente, devido a firma ser uma associação, como o Estado, que poderia ser governada democraticamente. Dessa maneira, o teórico da poliarquia consegue imaginar uma maneira de preservar, num mundo hostil, a antiga aspiração democrata de se garantir a ampla distribuição de propriedade.

Numa outra perspectiva, ao apontar para a afinidade entre sociedade pluralista e poliarquia, o autor de *Um prefácio à democracia econômica* considera que a existência de instituições que contribuíssem para a descentralização seria benéfica à democratização. No entanto, vê como ainda mais decisivo para a manutenção da poliarquia a existência de crenças e valores, ou seja, de uma cultura política, favorável à democracia. Dahl reconhece que não é impossível que exista poliarquia mesmo onde a cultura política não a valoriza, no entanto, ela tenderia a ser bastante instável.

Portanto, a questão ainda seria, como tinha insistido Tocqueville, a mais de cento e



cinquenta anos, em buscar transformar, pelas instituições, a cultura política. Só, assim, se afastaria o risco da quebra da poliarquia. Talvez, ainda mais importante, se poderia, a partir daí, ter a introdução das instituições democráticas a

tal ponto que passariam a ser encaradas como evidentes, se considerando inclusive que corresponderiam a comportamentos desejáveis em outras esferas, além da política.

Considerações Finais

Democracia grega = Democracia atual?

=

Igualdade política

Democracia

Democracia

Direta

Representativa

◉ Legitimidade = Democracia

◉ Igualdade Política = Democracia
(Ideal e forma de governo)

◉ Possibilidade:

» Democracia → Família,
(Política) economia,
sociedade

Voltando à nossa questão inicial, é possível encontrar algo em comum entre a democracia da Grécia antiga e a democracia de nossos dias? Apesar dos 2500 anos que separam esses governos, a característica principal das duas democracias não deixa de ser a mesma: a igualdade dos membros da associação política, o que os gregos chamavam de isonomia. Ou seja, mesmo que a atual democracia seja representativa e não mais direta, a igualdade política continua a diferenciar a democracia de todas as outras formas de governo, além de criar possibilidades inusitadas para esse regime político.

É provavelmente a afirmação de que os cidadãos são iguais que fez com que, num período curto, de não mais de setenta anos, a democracia passasse a ser o principal critério de legitimidade política com o qual contamos. Revelador da nova situação é que se não há muito tempo, no entre-guerras, nazi-fascistas

denunciavam o que chamavam de embuste democrático, a onda de regimes militares que se espalhou pela América Latina, depois do golpe no Brasil, em 1964, foi forçada a afirmar que agia, apesar das evidências em contrário, em nome da democracia.

A igualdade política pode até parecer uma afirmação tímida, mas é, em boa medida, em razão dela que a democracia pode ser entendida tanto como um ideal como uma forma de governo.

Mais: o ideal pode exercer pressão sobre a forma de governo, ajudando a transformá-la. Não é mesmo difícil encontrar exemplos na história de como o ideal democrático tornou possível a ampliação do *demos*, da cidadania. Se, no século XIX, a participação política estava restrita a alguns homens com uma certa renda, a pressão do movimento operário e feminista

fez com que ela fosse progressivamente ampliada, abarcando hoje praticamente todos os cidadãos adultos, sejam eles do sexo masculino ou do feminino. A pressão do ideal sobre o real também teve papel determinante para que, para além de direitos individuais, civis, se conquistassem direitos coletivos, políticos e sociais.

Portanto, nada impede que a democracia se expanda da política para outras esferas, como a família, a economia, a sociedade... Ou seja, com sugere Bobbio, é provável que hoje mais importante do que saber quem vota seja determinar onde se vota.

Indicações de leitura

Um bom livro, que oferece uma perspectiva ampla sobre a democracia, é *Democracy, a history*, de John Dunn que saiu há pouco, em

2005, pela Atlantic Monthly Press e ainda não foi traduzido para o português. Sobre a democracia, pensada nos seus dois momentos, é



interessante *Democracia antiga e moderna*, de Moses Finley, que foi publicada pela GRAAL.

Especificamente sobre a democracia grega, vale a pena consultar os trabalhos de alguns historiadores, como os ensaios de Pierre Vidal-Naquet reunidos em *Os gregos, os historiadores e a democracia*, aparecido em edição da Companhia das Letras, e de Jean Pierre Vernant, *As origens do pensamento grego*, da Bertrand Brasil.

Também são muito sugestivas as análises de certos filósofos, como Hannah Arendt, em *A condição humana*, da Forense Universitária, e os trabalhos de Cornelius Castoriadis reunidos em *As encruzilhadas do labirinto*, especialmente seu artigo “A polis grega e a criação da democracia”, que está no volume dois, *Os domínios do homem*, publicada pela Paz e Terra.

Vale a pena ler *A política*, de Aristóteles, que tem diversas edições em português, uma das melhores sendo da editora da UnB. O mesmo acontece com *A república*, de Platão, que também tem muitas edições, como a da Nova Cultural, e o elogio à democracia, realizado por Péricles, que aparece em *História da guerra do Peloponeso*, de Tucídides, também publicada pela editora da Unb.

Já no contexto moderno, para conhecer a gênese da democracia representativa é bom ler *Os artigos federalistas*, editados pela Nova Fronteira. Por sua vez, uma das apreensões mais ricas e originais da nova época, que vai além do meramente político, está em *A democracia na América*, de Aléxis de Tocqueville, aparecido em edição da Itatiaia.

Sobre as teorias contemporâneas da democracia, há análises amplas sobre elas em *Modelos de democracia*, de David Held, da editora Paidéia, e *The concepts and theories of modern democracy*, de Anthony H. Birch, publicado pela Routledge.

No capítulo teorias competitivas da democracia, o clássico de Joseph Schumpeter, *Capitalismo, socialismo e democracia*, foi publicado pela Zahar. Anthony Downs, por seu turno, aprofunda, na linha da economia neoclássica, a analogia, sugerida pelo economista austríaco entre mercado econômico e mercado político, em *Uma teoria econômica da democracia*, editado pela EDUSP. Uma das elaborações mais sofisticadas dessa perspectiva está em *A teoria da democracia revisitada*, de Giovanni Sartori, que apareceu em edição da Paz e Terra.

Outro italiano, Norberto Bobbio, também assume uma definição “mínima” de democra-

cia. No entanto, diferente de outros autores com essa postura, acredita, em *O futuro da democracia*, da Paz e Terra, e *Três ensaios sobre a democracia*, da UnB, que a democracia pode ser ampliada para, além da política, em direção a outras esferas.

Já os principais trabalhos da teoria da democracia participativa são: *La democracia liberal y su época*, de C.B. Macpherson, publicado pela Alianza Editorial e de Carole Pateman, *Participation and democratic theory*, da Cambridge University Press. Uma autora brasileira

que assume uma perspectiva de democracia participativa é Maria Victória Benevides, em *A cidadania ativa*, da Ática.

Por fim, Robert Dahl tem uma extensa bibliografia, seu principal livro sendo *La democracia y su críticos*, editado pela Paidós. Antes, destacam-se entre seus livros: *Um prefácio à teoria democrática*, da Zahar, *Poliarquia*, da Edusp e *Um prefácio à democracia econômica*, também da Zahar. Dahl tem também um livro introdutório, *Sobre a democracia*, publicado em edição da UnB.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

www.embaixada-americana.org.br/index.php?acti...

www.nodulo.org/ec/2005/n044p07.htm

liberallibertarioliberalino.blogspot.com/2004_...

www.geometry.net/.../clairaut_alexis.html

www.quicknet.se/home/q-112004/schum.html

[es.wikipedia.org/wiki/Hefesti%C3%B3n_\(Templo\)](http://es.wikipedia.org/wiki/Hefesti%C3%B3n_(Templo))

www.yale.edu/opa/v29.n6/story3.html



PARA SABER MAIS SOBRE O TEMA

O objetivo deste suplemento é aprofundar o conhecimento dos conteúdos desenvolvidos em aula. Nele, você encontrará indicações e referências de materiais que possibilitam a discussão e oferecem elementos para a reflexão sobre os temas abordados. As obras e textos aqui listados são um complemento daqueles já citados no “Texto de Referência”.

Livros

ANÔNIMO, *Cores Primárias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BOBBIO, N. *Direita e Esquerda*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson & NOGUEIRA, Marco Aurélio (eds.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

EXPEDITO FILHO, B. dos Santos. *Nos Bastidores da Política: Crônica de uma vitória (campanha de Fernando Henrique)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

FERRAZ, Francisco. *Manual Completo de Campanha Eleitoral*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.
- KRITSCH, Raquel e RICUPERO, Bernardo (orgs.). *Gramsci revisitado: Estado, política, hegemonia e poder*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005.
- _____. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.
- _____. *A democracia brasileira no limiar do século 21*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.
- LAMOUNIER, B. e MENEGUELO, R. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIJPHART. *Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Gradiva, 1989
- MEDEIROS, Alexandre. *Nos Bastidores da Política: Crônica de um sonho (campanha de Lula)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- NEUMANNE, José. *Atrás do Palanque: Bastidores da eleição de 1989*. São Paulo: Siciliano, 1989.
- NICOLAU, Jairo Marconi. *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro, 2000.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Política: quem manda, por que manda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- RIEDINGER, Edward Anthony. *Como se faz um presidente: A campanha de JK*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- SADER, Emir (org.). *Gramsci: sobre poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SARAMAGO, José. *Ensaio Sobre a Lucidez*. Lisboa: Caminho, 2004.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: Editora UnB, 1982.
- TOURAINÉ, Alain. *O que é a Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.
- WEFFORT, Francisco Correa. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Qual democracia?* São Paulo: Cia. das Letras, 1992



Artigos

AMARAL, Roberto. *As eleições de 2006 e a emergência das grandes massas no processo político*. In Sítio CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos). <http://www.cebela.org.br/CbartigosDet.asp?artigo=75>

ARANTES, Rogério Bastos; COUTO, Cláudio Gonçalves. *Constituição, governo e democracia no Brasil*. In Rev. Bras. Ci. Soc., v. 21, n. 61, São Paulo, jun. 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200003&lng=pt&nrm=iso

BAQUERO, Marcello. *Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. In São Paulo Perspec., v. 15, n. 4, São Paulo, oct./dec. 2001. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400011&nrm=iso&lng=en&tlng=pt

CASTELO, Graziela; HOUTZAGER, Peter; LAVALLE, Adrián Gurza. *Democracia, pluralização da representação e sociedade civil*. In Lua Nova, n. 67, São Paulo, 2006. CARDOSO, Fernando Henrique. *A democracia na América Latina*. Rev. Novos Estudos, v. 10.

COSTA, Paulo Roberto Neves. *Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990*. In Rev. Bras. Ci. Soc., v. 20, n. 57, São Paulo, fev. 2005. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100007&lng=pt&nrm=iso

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Introdução à Democracia*. Banco de Dados Folha de S. Paulo, Acervo On Line. Publicado na Folha da Manhã, terça-feira, 18 de setembro de 1951. http://almanaque.folha.uol.com.br/sergiobuarque_democracia.htm

KINZO, Maria D'alva. *Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985*. In Rev. Bras. Ci. Soc., v. 19, n. 54, São Paulo, fev. 2004. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100002&lng=pt&nrm=iso

LEONI, Eduardo. *Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998)*. In Dados, v. 45, n. 3, Rio de Janeiro, 2002. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000300002&lng=pt&nrm=iso

LOPES, Denise Mercedes Nuñez Nascimento. *Para pensar a confiança e a cultura política na*

América Latina. In Opin. Pública, v.10, n. 1, Campinas, mai. 2004. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762004000100007&nrm=iso&lng=en&tlng=pt

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. *Eleições e representação*.

In Lua Nova, n. 67, São Paulo, 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200005&lng=pt&nrm=iso

MIGUEL, Luis Felipe. *A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo*. In Dados, v. 45, n. 3, Rio de Janeiro, 2002. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000300006&lng=pt&nrm=iso

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. e CHEIBUB. J. A. *Democracia e Cultura: Uma visão não culturalista*. In Lua Nova, n. 58, 2003. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100003&lng=en&nrm=iso

URBINATI, Nadia. *O que torna a representação democrática?* In Lua Nova, n. 67, São Paulo, 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200007-&lng=pt&nrm=iso

Periódicos

Dossiê Política e Participação, Revista da USP, São Paulo, 49, 2001.

<http://www.usp.br/revistausp/n29/numero29.html>

Revista *Comunicação & Política* do CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos da América Latina)

<http://www.cebela.org.br/CBrevistaCeP.asp>

Artigos de jornal

“Annan quer mais democracia na América Latina”. *Folha Online*, São Paulo, 08/set./2004.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u76378.shtml>

“59% dos brasileiros não sabem o que é democracia”. *Agência Nordeste*. 15/jul./2004.

Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI344163-EI306,00.html>



Sítios na internet

Sobre os Autores

Joseph Schumpeter

Enciclopédia Virtual Wikipedia http://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Schumpeter

Sítio Pensamento Econômico – http://www.pensamentoeconomico.ecn.br/economistas/joseph_schumpeter.html

Robert Dahl

Enciclopédia Virtual Wikipedia – http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Alan_Dahl

Enciclopédia Virtual Wikipedia – http://pt.wikipedia.org/wiki/Poliarquia:_participação_e_oposição

Sítio da Universidade de Yale, USA – <http://www.yale.edu/polisci/dahl/index.htm>

Voto Hoje: Ciência Eleitoral

<http://www.votoemarketing.com.br/votohoje/index.asp?n=123&lg=pt>

Congresso em Foco

<http://congressoemfoco.ig.com.br/DetForum.aspx?id=15475>

Voto Consciente

http://www.votoconsciente.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=76&Itemid=44

Journal of Democracy

<http://www.journalofdemocracy.org/>

A Arte da Guerra em Campanhas (Sítio em português dedicado ao acompanhamento semanal da corrida presidencial nos EUA):

<http://taticapolitica.blogspot.com/2007/03/estria-videoblog-tudo-sobre-as-eleies.html>

CNN com World News: Election Watch

<http://www.electionguide.org/>

Transparência Brasil

<http://www.transparencia.org.br/index.html>

Revista Eletrônica CAMPAINGS & ELECTIONS

<http://www.campaignline.com/#>

El Portal Político Iberoamericano (Portal Político Iberoamericano)

<http://www.e-lecciones.net/>

Políticos do Brasil

<http://noticias.uol.com.br/fernandorodrigues/politicosdobrasil/>

La Democracia en America Latina

<http://democracia.undp.org/Default.asp>

Centros de Pesquisa

Instituto Política y Democracia

<http://www.politica-democracia.com/index.html>

Grupo de Pesquisa “Organizações e Democracia” da Unesp: <http://servicos.marilia.unesp.br/orgdemo/index.php>

DOXA – Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública do IUPERJ

<http://doxa.iuperj.br/>

Núcleo de Cultura Política do Amazonas da Ufam

<http://ncpam.zip.net/>

CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento)

<http://www.cebrap.org.br/index.asp>

Grupo de Pesquisa em Representações e Poder do Departamento de História da UEL

<http://www.uel.br/pessoal/andre/index.htm>

IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política

<http://www.iuperj.br/>

NEC (Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF)

<http://www.historia.uff.br/nec/>

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

www.unb.br/pol/



Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRJ

www.ifcs.ufrj.br/~ppgcp/

PPGS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco

http://www.dcs.ufpe.br/sociologia/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1

Departamento de Ciência Política da UFMG

dcp.fafich.ufmg.br/

Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC/SP)

<http://www.pucsp.br/neamp/>

NADD (Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Democratização e Desenvolvimento da USP)

<http://www.nadd.prp.usp.br/>

Base de Dados Políticos das Américas da Georgetown University (Political database of the Americas)

<http://pdba.georgetown.edu/>

Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea)

<http://www.cedec.org.br/>

Núcleos de Estudos em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco

<http://www.politica hoje.com/politica/nucleos.php>

Cebela (Centro Brasileiro de Estudos da América Latina)

www.cebela.org.br

Center for the Study of Democracy (CSD)

<http://www.csd.bg/en/mission.php>

Centro de Estudos da Democracia e do Terceiro Setor da Universidade Georgetown, USA (Center for Democracy and the Third Sector. Georgetown University)

<http://www8.georgetown.edu/centers/cdacs//>

Centro de Estudos da Democracia da Universidade de Stanford, USA (Center of Democracy, Development and the Rule of Law. Stanford University)

<http://cddrl.stanford.edu/>

Filmes

Título Original: *Vocação do Poder*

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 110 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Site Oficial: www.vocacaodopoder.com.br

Direção: Eduardo Escorel e José Joffily

Sinopse: A campanha realizada por seis candidatos ao cargo de vereador do Rio de Janeiro durante as eleições municipais de 2004. Um panorama das ações de cada candidato durante todo o processo eleitoral, desde as convenções partidárias até a apuração dos votos.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/vocacao-do-poder/vocacao-do-poder.asp>)

Título: *O Voto é Secreto*

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 100 minutos

Ano de Lançamento: 2001

Direção: Babak Payami

Sinopse: Uma urna de eleições cai do céu presa em um pára-quedas. Esse surreal acontecimento vai transformar a vida de um soldado que cumpre suas funções em uma praia deserta. Para seu espanto, logo depois chega a “dona” da urna, uma funcionária da justiça eleitoral encarregada de recolher os votos daquela comunidade. Aquele dia realmente não será como os outros. O soldado deverá acompanhá-la em seu jeep. Ao final do dia, vai perceber que uma eleição pode ser mais interessante do que ele poderia imaginar. “O Voto é Secreto não quer ser realista, mas sim uma comédia do absurdo que descreve as eleições em uma realidade contemporânea. Queria esclarecer meu público que se trata de uma representação surreal e satírica de um tema sociopolítico”, diz o diretor Babak Payami.

(Fonte: http://www2.uol.com.br/mostra/29/p_exib_filme_arquivo_4175.shtml)

Título Original: *Entreatos*

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 117 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2004

Direção: João Moreira Salles

Sinopse: De 25 de setembro a 27 de outubro de 2002 a equipe de filmagem acompanhou passo a passo a campanha de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República. O filme revela os bastidores de um momento histórico através de material exclusivo, como conversas privadas,



reuniões estratégicas, telefonemas, traslados, gravações de pronunciamentos e programas eleitorais.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/entreatos/entreatos.htm>)

Título Original: Muda Brasil

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 104 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1985

Direção: Oswaldo Caldeira

Sinopse: Esse sensacional documentário marcou época ao analisar a campanha eleitoral de Tancredo Neves à Presidência da República realizada de agosto de 1984 a janeiro de 1985. O filme mostra em detalhes a mobilização estratégica da nação em torno de uma eleição indireta para eleger o candidato das oposições pelo Colégio Eleitoral.

(Fonte: [http://www.interfilmes.com/filme_16241_Muda.Brasil-\(Muda.Brasil\).html](http://www.interfilmes.com/filme_16241_Muda.Brasil-(Muda.Brasil).html))

Título Original: Céu Aberto

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 78 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1985

Direção: João Batista de Andrade

Sinopse: Documentário sobre a transição democrática, a campanha das “diretas-já” e a eleição de Tancredo Neves, denunciando tramas e conchavos políticos.

(Fonte: http://www.fafich.ufmg.br/pae/index_arquivos/page0034.html)

Título Original: Doces Poderes

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 97 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1996

Direção: Lúcia Murat

Roteiro: Lúcia Murat

Sinopse: Bia (Marisa Orth) é uma jornalista que chega a Brasília para assumir, durante o período eleitoral, a chefia da sucursal da principal rede de TV do país. O antigo diretor está deixando o cargo para chefiar a campanha de um jovem candidato a governador, que é apoiado por políticos conservadores. Metade dos profissionais da sucursal também está deixando o local, pelos mais variados motivos, entre eles a crise econômica pela qual passa o país e a falta de perspectiva do fim do século. Através dos discursos dos funcionários que estão deixando a sucursal é exibido o desenvolvimento das campanhas e os conflitos vividos pelos personagens.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/doces-poderes/doces-poderes.asp>)

Título Original: O Homem da Capa Preta

Gênero: Policial

Tempo de Duração: 120 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1986

Direção: Sérgio Rezende

Sinopse: O filme baseia-se na vida de Tenório Cavalcanti, um político reacionário e muito polêmico da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro dos anos 50, que nasceu em Alagoas e teve a violência como companheira logo no início de sua vida, ao presenciar o assassinato de seu pai. Empunhando uma metralhadora e usando uma capa preta e uma cartola, ele se tornou uma espécie de justiceiro, desafiando os corruptos e poderosos que dominavam Duque de Caxias. Sua trajetória mistura os papéis de político e bandido, coisa recorrente ainda hoje. Era visto como um defensor do povo entre as classes mais miseráveis por suas atitudes populistas, conquistando fama e fortuna, ao mesmo tempo em que era tido como um assassino frio pela classe média e pelos políticos dominantes. A produção conta essa história com José Wilker no papel principal.

(Fonte: [http://www.interfilmes.com/filme_15287_O.Homem.da.Capa.Preta-\(O.Homem.da.Capa.Preta\).html](http://www.interfilmes.com/filme_15287_O.Homem.da.Capa.Preta-(O.Homem.da.Capa.Preta).html))

Título Original: Terra em Transe

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 106 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1967

Direção: Glauber Rocha

Sinopse: Num país fictício chamado Eldorado, o jornalista e poeta Paulo (Jardel Filho) oscila entre diversas forças políticas em luta pelo poder. Porfírio Diaz (Paulo Autran) é um líder de direita, político paternalista da capital litorânea de Eldorado. Dom Felipe Vieira (José Lewgoy) é um político populista e Julio Fuentes (Paulo Gracindo), o dono de um império de comunicação. Em uma conversa com a militante Sara (Glauce Rocha), Paulo conclui que o povo de Eldorado precisa de um líder e que Vieira tem os pré-requisitos para a missão. Grande clássico do Cinema Novo, o filme faz duras críticas à ditadura.

(Fonte: [http://www.interfilmes.com/filme_15430_Terra.em.Transe-\(Terra.em.Transe\).html](http://www.interfilmes.com/filme_15430_Terra.em.Transe-(Terra.em.Transe).html))

Título Original: Intervalo Clandestino

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 95 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Direção: Eryk Rocha

Sinopse: O estado de espírito do povo brasileiro diante da realidade social e política do país. O documentário se desenvolve junto à população, no ritmo acelerado do cotidiano. A câmera



circula pela malha urbana do Rio de Janeiro e capta uma atmosfera pré-eleitoral contraditória. Em meio ao caos cotidiano a atenção se volta para pessoas comuns de diversas profissões que, através de depoimentos e impressões, tecem comentários e reflexões sobre as perspectivas políticas do país.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/intervalo-clandestino/intervalo-clandestino.htm>)

Título Original: O Espetáculo Democrático

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 40 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2003

Direção: Guilherme César

Sinopse: A partir do registro da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vídeo procura refletir a respeito dos últimos 15 anos de nossa história política. O “Brasil democrático” é discutido através de imagens de campanhas eleitorais, entrevistas com parte da velha e da nova burocracia estatal, marqueteiros e com brasileiros pertencentes a diferentes movimentos sociais. Qual é o desafio da sociedade brasileira frente ao primeiro governo supostamente de esquerda, popular e até socialista?

(Fonte: <http://felco.guardachuva.org/node/31>)

Título Original: Maranhão 66

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 11 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1966

Direção: Gláuber Rocha

Sinopse: José Sarney, eleito governador do Maranhão, faz discurso de posse. Aclamado em praça pública por milhares de pessoas, ele afirma: “O Maranhão não quer a violência, a miséria, a fome, a o analfabetismo, as taxas de mortalidade infantil.” E acrescenta que o novo governo vai criar “O Maranhão da liberdade, do progresso, da grandeza e da felicidade.” Sobre o discurso do candidato contrapõem-se imagens documentários: habitações miseráveis, pessoas pobres, doente sem atendimento e hospitais em péssimas condições.

(Fonte: <http://www.tempoglauber.com.br/glauber/Filmografia/maranhao.htm>)

Título Original: Sua Excelência, o Candidato

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 108 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1991

Direção: Ricardo Pinto e Silva

Sinopse: Adaptação da peça teatral homônima de Jandira Martini e Marcos Caruso – após jornalistas noticiarem a realização de convenções em Brasília para os partidos escolherem

seus candidatos à presidência, inicia-se então uma série de acusações entre os candidatos e líderes de partidos políticos. (Fonte: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=344MUR003>)

Título Original: Z

Gênero: Suspense

Tempo de Duração: 127 minutos

Ano de Lançamento (Argélia): 1967

Direção: Costa-Gavras

Roteiro: Jorge Semprún, baseado em livro de Vassilis Vassilikos

Sinopse: Baseado em fatos verídicos. Tendo como trama básica o assassinato de um político liberal (Yves Montand) cometido como se fosse um acidente, é retratado o caso Lambrakis, fato acontecido na Grécia no início da década de 60 no qual a investigação sobre a morte do político foi escandalosamente encoberta por uma rede de corrupção e ilegalidade na polícia e no exército. O filme é um libelo contra os Estados ditatoriais.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/z/z.asp>)

Título: A História Oficial

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 113 minutos

Ano de Lançamento (Argentina): 1985

Direção: Luis Puenzo

Sinopse: Na Buenos Aires dos anos 80, Alicia e seu marido Roberto vivem tranquilamente com Gaby, sua filha adotiva. Porém, após o reencontro com uma velha amiga recém-chegada do exílio, Alicia começa a tomar conhecimento da cruel realidade do regime militar argentino, passando a questionar todas as suas certezas e o que considerava como verdade. Uma realidade para a qual Alicia não estava preparada, mas que agora terá de enfrentar com todas as suas conseqüências.

Um dos mais importantes filmes do cinema político mundial, A História Oficial é vencedor de vários festivais de cinema internacionais, incluindo o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, além da Palma de Ouro de Melhor Atriz para Norma Aleandro.

(Fonte: http://www.2001video.com.br/detalhes_produto_extra_dvd.asp?produto=10982)

Título: Chove Sobre Santiago

Título Original: Il Pleut Sur Santiago

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 109 minutos

Ano de Lançamento: 1975

Direção: Helvio Soto



Sinopse: A nacionalização das minas de cobre no Chile foi o estopim da revolução que derrubou o presidente Salvador Allende. Dramática reconstituição do dia do golpe, pela visão de um jornalista francês

(Fonte: <http://www.vervideo.com.br/filme.cfm?cod=12379>)

Título: Estado de Sítio

Título Original: État de Siege

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 119 minutos

Ano de Lançamento: 1973

Direção: Constantin Costa-Gravas

Sinopse: O corpo de Philip Michel Santore, agente da CIA que ensinava tortura aos órgãos militares uruguaios, é encontrado num carro. Deste momento, é narrada em flashback a história de sua captura pelos guerrilheiros Tupamaros, em 31 de julho de 1970. O filme se baseia no caso real do agente Dan Mitrioni, que operou no Brasil, antes de ser transferido para o Uruguai.

(Fonte <http://www.umes.org.br/umes/agenda.php>)

Título: Salvador, O Martírio de um Povo

Título Original: Salvador

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 120 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 1986

Direção: Oliver Stone

Roteiro: Oliver Stone e Rick Boyle

Sinopse: Um jornalista desacreditado profissionalmente e com sérios problemas financeiros viaja como correspondente estrangeiro para El Salvador em companhia de um amigo. Lá ambos descobrem um país em plena guerra civil, onde os direitos humanos não são respeitados e crianças, mulheres e clérigos são assassinados sem a menor cerimônia e com total impunidade.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/salvador/salvador.asp>)

Título: Terra e Liberdade

Título Original: Land and Freedom

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 109 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 1995

Direção: Ken Loach

Roteiro: Jim Allen

Sinopse: O filme Terra e liberdade é uma co-produção da Inglaterra, Espanha, Alemanha e Itália, lançado em 1995. É baseado no romance Homenagem à Catalunha, de George Orwell.

Tendo como pano de fundo a Revolução Espanhola, conta a história de uma jovem que encontra entre os pertences do avô falecido, um ex-revolucionário que lutou contra o fascismo, algumas cartas, recortes de jornais e um punhado de terra embrulhado num lenço.

(Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Land_and_Freedom)

Título: O Conformista

Título Original: Il Conformista

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 115 minutos

Ano de Lançamento: 1970

Direção: Bernardo Bertolucci

Sinopse: Na Itália de 1938, sob o poder de Mussolini, um italiano torna-se um laiaio fascista. Em viagem de lua-de-mel a Paris, recebe ordens do capo para planejar o assassinato de um antigo professor, agora um dissidente político.

(Fonte: http://epipoca.uol.com.br/filmes_detalhes.php?idf=10760)

Título: O Grande Ditador

Título Original: The Great Dictator

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 124 minutos

Ano de Lançamento: 1940

Direção: Charles Chaplin

Sinopse: Chaplin afrontou com O Grande Ditador uma nova etapa da história do cinema, a da chegada do som. Sem abusar do diálogo e utilizando muitas técnicas próprias do cinema mudo, do qual sempre participou e defendeu, Chaplin lançou-se mais uma vez contra a enlouquecida sociedade moderna, fazendo uma crítica mordaz em que caricaturiza a ânsia de Hynkel, alter-ego de Hitler, de cujos exaltados discursos, Chaplin realiza em memorável imitação. Já o humano Carlitos é, nesse filme, um barbeiro judeu que sofre de amnésia, enfrentando tropas de choque e perseguição religiosa, ainda que continue a ser o indeciso e distraído personagem de sempre e que, por acaso, se converte no herói da trama. O clímax clássico deste filme é o celebre discurso final, um libelo ao triunfo da razão sobre o militarismo.

(Fonte: <http://www.webcine.com.br/filmessc/greatdic.htm>)

Título: História de Uma crise

Título Original: Our Brand Is Crisis

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 87 minutos

Ano de Lançamento: 2005

Direção: Rachel Boynton



Sinopse: O documentário acompanha todas as etapas da campanha a reeleição do presidente boliviano Gonzalo Sánchez de Losada, que, em 2002, estava com a popularidade em baixa e contratou os mesmos consultores que cuidaram da candidatura do americano Bill Clinton. Por décadas, estrategistas americanos têm moldado opiniões de votantes e discursos de candidatos em eleições ao redor do planeta. Eles trabalham para candidatos a presidente em qualquer país de qualquer continente (Reino Unido, Israel, Índia, Coreia do Sul, Venezuela e Brasil, só citando alguns).

(Fonte: <http://www.cineplayers.com/filme.php?id=2272>)

Título: A Conspiração

Título Original: The Contender

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 125 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 2000

Site Oficial: www.thecontender-thefilm.com

Direção: Rod Lurie

Roteiro: Rod Lurie

Sinopse: Quando o vice-presidente dos Estados Unidos morre repentinamente, a senadora Laine Hanson (Joan Allen) é escolhida pelo Presidente Jackson Evans (Jeff Bridges) para ocupar seu lugar. Criticada pelas oposições de ambos os partidos americanos, Hanson precisa provar que tem força política o bastante para assumir as responsabilidades do cargo que está assumindo. Porém, durante o processo de confirmação de seu nome como vice-presidente, o congressista Shelly Runyon (Gary Oldman) desenterra antigas informações sobre a vida pessoal de Hanson, criando um escândalo que pode enterrar de uma vez por todas a carreira política da senadora.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/the-contender/the-contender.htm>)

Título: Memórias do Saqueio

Título Original: Memorias del Saqueo

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 120 minutos

Ano de Lançamento: 2004

Direção: Fernando E. Solanas

Sinopse: Após a queda do regime militar em 1983, sucessivos governos democráticos lançaram uma série de reformas que propunham transformar a Argentina na mais liberal e próspera economia do mundo. Menos de 20 anos depois, os argentinos perderam literalmente tudo: empresas estatais foram vendidas por preços muito abaixo de seu valor, as privatizações serviram para enriquecer políticos corruptos, a reforma trabalhista tirou todos os direitos dos trabalhadores, a fome se espalhou pela nação e milhões de pessoas perderam suas economias

graças a um colapso bancário. O filme mostra aspectos políticos, financeiros, sociais e judiciais levaram o país à ruína.

(Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/midia-filmes.shtml>)

Título: Nixon

Título Original: Nixon

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 192 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 1995

Direção: Oliver Stone

Roteiro: Stephen J. Rivele, Christopher Wilkinson e Oliver Stone

Sinopse: A incrível trajetória de Richard Nixon (Anthony Hopkins) desde a sua infância, passando por sua derrota para John F. Kennedy, sua ascensão política, que teve como ápice ser eleito duas vezes presidente, e sua subsequente queda com o escândalo Watergate, que o aniquilou politicamente.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/nixon/nixon.htm>)

Título: A Batalha do Chile

Título Original: La Batalla de Chile

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 272 minutos

Ano de Lançamento: 1975, 1977, 1979

Direção: Patricio Guzmán

Sinopse: Considerado um dos melhores e mais completos documentários latino-americanos, A Batalha do Chile é o resultado de seis anos de trabalho do cineasta Patricio Guzmán. Dividido em três partes (A insurreição da burguesia, O golpe militar e O poder popular), o filme cobre um dos períodos mais turbulentos da história do Chile, a partir dos esforços do presidente Salvador Allende em implantar um regime socialista (valendo-se da estrutura democrática) até as brutais conseqüências do golpe de estado que, em 1974, instaurou a ditadura do general Augusto Pinochet

(Fonte: http://www.2001video.com.br/detalhes_produto_extra_dvd.asp?produto=11301)

Título: Eleição – O Submundo do Poder

Título Original: Hak se wui

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 85 minutos

Ano de Lançamento (Hong Kong): 2005

Direção: Johnny To

Sinopse: A incrível trajetória de Richard Nixon (Anthony Hopkins) desde a sua infância, pas-



sando por sua derrota para John F. Kennedy, sua ascensão política, que teve como ápice ser eleito duas vezes presidente, e sua subsequente queda com o escândalo Watergate, que o aniquilou politicamente.

(Fonte: [http://www.interfilmes.com/filme_16858_Eleicao.o.Submundo.do.Poder-\(Hak.se.wui.Election\).html](http://www.interfilmes.com/filme_16858_Eleicao.o.Submundo.do.Poder-(Hak.se.wui.Election).html))

Título Original: Contos de Resistência

Gênero: Documentário

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Direção: Getsemame Silva, Glória Varela, Marcya Reis, André Carvalheira, Guilherme Bacalhao.

Sinopse: Para marcar os 40 anos do golpe militar de 1964, a TV Câmara produziu a série Contos da Resistência, composta de quatro episódios. Cada um dos vídeos da série enfoca um aspecto da resistência à ditadura e como esses movimentos contribuíram para a construção da democracia que temos hoje no Brasil. As articulações em todos os segmentos da sociedade para se contrapor ao governo autoritário; as organizações sociais de estudantes, trabalhadores e religiosos para lutar pela democracia e esclarecer a população; a resistência política no Congresso; a crítica inteligente e criativa das artes e da imprensa; a repressão e a tortura a representantes desses grupos; e o movimento social pelas eleições diretas em 1984. Todos os temas estão na série, abordados a partir da perspectiva de quem viveu esses tipos de resistência.

(Fonte: <http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=57006>)

Título: Políticamente Incorreto

Título Original: Bulworth

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 108 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 1998

Site Oficial: www.bulworth.com

Direção: Warren Beatty

Roteiro: Warren Beatty e Jeremy Pikser

Sinopse: Califórnia, 1996. Jay Bulworth (Warren Beatty) faz campanha para a sua reeleição para o senado pelo Partido Democrata, mas está desiludido com banalidades das campanhas habituais. O casamento dele com Constance (Christine Baranski) parece igualmente sem sentido. No meio de uma crise nervosa, Bulworth está sem dormir ou comer por três dias e consegue uma apólice de seguro de 10 milhões de dólares para si, enquanto planeja o próprio assassinato. Com as horas contadas, Bulworth retorna para Los Angeles e é programado para falar para uma igreja afro-americana. Uma vez lá abandona o discurso preparado enquanto assusta a audiência e Dennis Murphy (Oliver Platt), seu chefe de campanha, improvisando observações verdadeiras em vez da retórica costumeira. Este comportamento ganha a atenção de uma mulher jovem e atraente, Nina (Halle Berry). Bulworth descobre com alegria esta nova forma de aproximação e, após chocar uma audiência em Beverly Hills com outras tiradas, Bulworth

convida Nina e as amigas dela para passearem em sua limusine. Aproveitando o tempo que lhe resta, ele fala aos eleitores, inclusive pela televisão, o que pensa sobre minorias, corrupção e outros temas explosivos. Seu interesse em Nina e sua nova visão otimista em relação à vida dá em Bulworth uma vontade de viver, assim telefona para cancelar o golpe, mas não consegue suspender a ordem. Nina lhe oferece um esconderijo na casa da família, veteranos do movimento de direitos civis. Bulworth entra pelos nos passos finais da sua transformação e vai a um canal de televisão para soltar comentários cáusticos até mesmo para a política americana.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/politicamente-incorreto/politicamente-incorreto.asp>)

Título: Bananas

Título Original: Bananas

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 82 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 1971

Direção: Woody Allen

Roteiro: Woody Allen e Mickey Rose

Sinopse: Fielding Mellish (Woody Allen), um testador de produtos de uma grande firma, é apaixonado por Nancy (Louise Lasser), uma ativista política. Ele assiste manifestações e tenta provar da sua maneira que é merecedor do amor dela, mas Nancy quer alguém com maior potencial de liderança. Então Fielding vai para San Marcos, uma republiqueta na América Central, e lá se une aos rebeldes e, no final das contas, se torna o presidente do país. Durante uma viagem Fielding reencontra Nancy novamente e ela se apaixona por ele, agora que é um líder político.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/bananas/bananas.asp>)

Título Original: Viva Zapata!

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 113 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 1952

Direção: Elia Kazan

Roteiro: John Steinbeck

Sinopse: Em 1909, no México, um grupo de lavradores vai até o presidente, afirmando que suas terras foram roubadas, e um deles deixa claro que o governo não pretende fazer nada por eles. Este lavrador acaba se tornando um guerrilheiro, que por vários anos teve importância política na vida do país.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/viva-zapata/viva-zapata.asp>)



Título: O Último Mitterrand

Título Original: Le Promeneur du Champ de Mars

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 117 minutos

Ano de Lançamento (França): 2005

Site Oficial: www.lepromeneurduchampdemars.com

Direção: Robert Guédiguian

Roteiro: Georges-Marc Benamou e Gilles Taurand, baseado em livro de Georges-Marc Benamou

Sinopse: François Mitterrand (Michel Bouquet), presidente da França entre 1981 e 1995, está na batalha final contra a doença que o aflige. Antoine Moreau (Jalil Lespert) é um jovem jornalista, que foi contratado para escrever a biografia de Mitterrand. Em meio ao mal causado pela doença, Antoine tenta obter do ex-presidente algumas lições sobre política, história, amor e literatura.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/ultimo-mitterrand/ultimo-mitterrand.asp>)

Programas de TV**Programa Roda Viva – TV Cultura**

Roda Viva Especial – Debate Sobre a Democracia na América Latina: 05/08/2005, 05/09/2005

(<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=970>)

Roda Viva com Bolivar Lamounier: 21/11/2005

(<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=981>)

Roda Viva com José Sarney – Programa Especial: 20 anos de Re-democratização no Brasil: 14/03/2005

(<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=944>)

Série Telecurso Segundo Grau

Aula: Grécia: Uma Lição de Política
(10min)

Série Civilizações Perdidas

Grécia: Tempos de Supremacia
(50min)

Time Life Vídeo & Television/Abrafil Coleções, 1997.

Sinopse: Documentário sobre Atenas, a primeira democracia do mundo, a importância do templo de Apolo em Delfos, o nascimento do teatro dionisíaco, e o brilho intelectual grego.

Séries de TV Norte-Americanas

The West Wing

Criador: Aaron Sorkin

Ano: 1999

Duração: Sete temporadas

Gênero: Drama

Resumo: Eleita quatro vezes consecutivas a melhor série dramática dos prêmios Emmy, “The West Wing” oferece uma visão realista dos bastidores da Casa Branca, pelos olhos de uma eclética e devotada equipe que auxilia o presidente dos EUA. Com Martin Sheen, Allison Janney, Stockard Channing e outros. É exibida semanalmente no Brasil pelo canal de TV à cabo Warner.

Commander in Chief

Direção: Rod Lurie

Ano: 2005

Duração: Uma temporada

Gênero: Drama

Resumo: Mackenzie Allen (Geena Davis) está muito ocupada: tem filhos gêmeos em casa, um marido ambicioso no escritório e está prestes a se tornar a primeira presidente mulher dos Estados Unidos. Antes disso, Mackenzie, que é vice-presidente, tem que decidir se concorda ou não com a vontade do presidente atual, que está morrendo e que pede para ela desistir em detrimento de alguém “mais apropriado” para o cargo. Levou o Globo de Ouro de melhor atriz de série dramática, mas só durou uma temporada. Com Donald Sutherland.

Teatro

Massacre

Peça de 1951, realizada pela companhia Graça Mello. De autoria do norte-americano Emmanuel Roblès, Massacre tematiza a violência no enfrentamento entre um representante do poder opressor e um líder popular.

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=espetaculos_biografia&cd_verbete=436



Músicas

Canção *Jeca Total*, Gilberto Gil, 1974

Canção *A Terra Prometida*. Toquinho e Vinícius de Moraes, 1971.

Canção *Quem Mandou Votar no Moço*, Zeca Pagodinho.

Canção *Vote em Mim e Não se Preocupe*. Falcão, 2002.

Canção *Acorda Amor*. Chico Buarque, Composição: Leonel Paiva / Julinho da Adelaide, 1974

Canção *Construção*. Chico Buarque, 1971

Canção *Fado Tropical*. Chico Buarque, Composição: Chico Buarque / Ruy Guerra, 1973

Canção *Meu Caro Amigo*. Chico Buarque, Composição: Chico Buarque / Francis Hime, 1976

Canção *Cordão*. Chico Buarque, 1971

Canção *O Que Será (À flor da Terra)*, Chico Buarque, Composição: Chico Buarque & Milton Nascimento, 1976

Canção *Samba De Orly*. Chico Buarque, Composição: Chico Buarque / Toquinho / Vinícius de Moraes, 1971

LINHA DO TEMPO

Democracia: experiências

2500 anos atrás – Democracia = Grécia (2500 anos atrás)

507 a.C. – Atenas: Luta entre facções aristocráticas → Democracia Direta

A democracia direta surge em Atenas, na Grécia antiga, no século V a.C. Os cidadãos decidem os destinos da pólis, na ágora, a praça pública. O sistema entra em decadência com a derrota de Atenas na Guerra do Peloponeso (431 a.C.-404 a.C.).

Períodos da História da Grécia

- Antes de 1600 a.C. – Civilização Egéia
- 1600-1200 a.C. – Grécia Micênica
- 1200-800 a.C – Idade das Trevas
- 776-323 a.C. – Grécia Antiga
- 323-146 a.C. – Período Helenístico
- 146 a.C-330 – Período Greco-Romano
- 330-1453 – Império Bizantino
- 1453-1832 – Período Otomano
- Depois de 1832 – Grécia Moderna

Séculos XVII e XVIII

Iluminismo: movimento que surge na França e defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica que dominava a Europa desde a Idade Média.

1688 – Revolução Gloriosa. Os ideais democráticos começam a renascer com a Revolução Gloriosa, na Inglaterra.

1776-1783 – Guerra de Independência nos EUA.

EUA depois da independência → Democracia Representativa.



1787 – Constituição americana com fortes influências iluministas.

1789 – Revolução Francesa.

Democracia: teorias

Século XIX e Século XX

1835 – Alexis de Tocqueville: editado na França o primeiro tomo de um grande livro sobre a importância da democracia na América. *La Démocratie en Amérique* (*A Democracia na América*, cujo 1º volume é de 1835 e o 2º é de 1840, com quase mil páginas).

1942 – Schumpeter: capitalismo sobreviverá? Não.
Publicação da obra *Capitalismo, socialismo e democracia*.

Anos 60 – Nova esquerda X Interpretações como a de Schumpeter da democracia = Democracia Participativa.

Dias de hoje – Dahl: preocupação Schumpeter + preocupações democracia participativa
Publicação da obra *Um prefácio à democracia econômica* (1956).

AULA 5 RESENHA

O texto se propõe a elaborar uma reconstrução histórica das instituições políticas brasileiras, desde a época do Brasil Colônia até os dias atuais – abrangendo a Independência do Brasil, a Abolição, a República, a Revolução de 30, a ditadura militar e a redemocratização – tendo como pano de fundo as lutas sociopolíticas do período. Desta forma mostrar-se-á a evolução das instituições ao longo da história. Além disso, o texto pretende concentrar-se de maneira mais enfática na configuração atual das instituições políticas brasileiras, discorrendo sobre o funcionamento das diversas esferas do Estado, sobre o federalismo e a descentralização administrativa.



AULA 5

AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS UMA VISÃO HISTÓRICA

Maurício Loboda Fronzaglia

Introdução

Abordar o desenvolvimento das instituições políticas brasileiras ao longo da história não se configura como uma tarefa simples. Inicialmente, a história não é uma simples sucessão de fatos que evoluem em um sentido determinado ou mesmo pré-determinado. Procedendo dessa forma, os fatos seriam destacados e elencados, mas a conexão existente entre eles, suas conexões internas e externas, suas relações de condicionamento e mesmo a multiplicidade de possibilidades não realizadas seriam ignoradas. Por outro lado, devemos destacar também que o desenvolvimento do processo histórico expressa os valores, a cultura, os hábitos, os conflitos sociais, e as lutas políticas e econômicas que formam os contornos da história de uma determinada nação.

Muito embora o recorte temporal escolhido para esse trabalho abranja toda a histórica brasileira, iniciando-se pelo período da colonização portuguesa, a intenção desse texto não é traçar uma simples linha histórica sobre as transformações que se concretizaram nas instituições políticas brasileiras, sejam elas ligadas ao Poder Executivo, sejam elas ligadas ao Poder Legislativo ou até mesmo ao Poder Judiciário, em seus diversos níveis. Em primeiro lugar, o texto irá se concentrar sobre as principais características políticas e sociológicas que moldam o Estado brasileiro ao longo da sua evolução histórica. Algumas das características que serão destacadas fortemente nesse texto são; a nossa cultura patrimonialista, assim como também o nosso personalismo e a conseqüente falta de

distinção existente entre o público e o privado na história política brasileira. A base teórica para essas análises encontra-se magistralmente exposta nas obras de pensadores como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. Tais obras, além de colocarem os contornos e as bases políticas e sociais que, de certa forma, estabelecem os limites de nossa vida política e econômica, mostram-se como pontos-chave para a compreensão das nossas instituições políticas do período colonial e monárquico.

A consolidação das instituições políticas do Brasil independente será analisada em um segundo momento, levando em consideração, essencialmente, a forma peculiar como se desenvolveu o parlamentarismo monárquico entre nós, e de que forma essa estrutura atendia aos interesses na oligarquia cafeeira, assim como também se concentrará, mesmo que rapidamente, nas condições que levaram ao surgimento do coronelismo, como nos mostra Victor Nunes Leal e José Murilo de Carvalho, e de práticas que se enraizaram em nosso comportamento político, como o voto de cabresto.

Posteriormente abordar-se-ão as instituições políticas brasileiras na época da nossa Primeira República de forma a demonstrar como os interesses políticos e econômicos

acabaram por moldar uma estrutura estatal que, embora fosse tingida com práticas de cultura política patrimonialista e personalista já aceitas e legitimadas socialmente, foi marcada por uma prática de um liberalismo descentralizador que favorecia essencialmente as elites e oligarquias locais.

O período Vargas é marcado por uma tentativa bem sucedida de centralização do poder político através de uma séria de mudanças nas instituições políticas do Estado brasileiro, marcando, assim, não apenas o fim do liberalismo e da descentralização do período precedente, mas apresentando também mudanças no comportamento político da sociedade oriunda tanto da recente industrialização quanto da urbanização acelerada. Nesse cenário, temos a origem de uma das características mais importantes da história política brasileira: o populismo. O período democrático que se inicia em 1946 foi um período rico nos debates e na participação política da população. Contudo, a crescente ameaça de rompimento da ordem democrática marcou esse período que termina, inevitavelmente, com o golpe militar de 1964.

O Regime Militar remodelou o sistema político e as instituições políticas e fez bom uso das práticas patrimonialistas e personalistas



da nossa cultura política. O governo militar apresentou algumas peculiaridades que não o encaixam em uma ditadura tradicional, visto que durante todo o período o Poder Legislativo manteve-se em funcionamento e havia eleições periódicas para o preenchimento dos seus cargos, além do bipartidarismo que servia para dar uma pequena aparência democrática a um regime autoritário.

Será dada uma ênfase especial para o período democrático atual, que se inicia com o fim do regime militar em 1985. Expor-se-á de forma mais detalhada o funcionamento do sistema político e das instituições políticas

brasileiras para que possamos também abordar o recente debate da ciência política que chega a pressupor que a corrupção é uma consequência direta da nossa estrutura institucional. Abordar-se-á também o presidencialismo de coalizão, bem como a questão da descentralização político e administrativa.

Antes de ser abordada o desenvolvimento histórico das instituições políticas brasileiras, faz-se necessário que se passe rapidamente por uma introdução a algumas importantes definições da ciência política, como por, exemplo, as formas e os regimes de governo.

Capítulo 01 – Definições

As Instituições ao longo da história

- ◉ O dilema da centralização – descentralização
- ◉ Traços marcantes: personalismo, patrimonialismo e coronelismo

Considerando-se que a abordagem escolhida por esse texto dará prevalência ao estudo do período republicano da história das instituições políticas brasileiras, será dedicado

um pequeno espaço para a discussão de dois conceitos de relevância para se compreender nossa história política recente: a República e o Federalismo.

1.1 O Regime Republicano

A definição de República

- ◉ A Res pública – negócios públicos
- ◉ A primazia do interesse público sobre os privados

As distinções clássicas sobre as formas de governo não fazem referência ao regime republicano. Nos textos clássicos de Aristóteles, Platão e Políbio encontram-se registradas seis formas básicas de governo resultantes do cruzamento de duas variáveis que se referem ao número de governantes (um, poucos ou muitos) e na maneira como o(s) governante(s) administra(m) (se governam bem ou mal). Assim temos as seis formas clássicas: Monarquia, Tirania, Aristocracia, Oligarquia, Democracia e Oclocracia.

A República é uma herança da civilização romana. A *Res pública* (coisa pública) foi definida pelos romanos como a coisa do povo, a comunidade, o bem comum. Não se referia, em seu início, a um princípio de governo como a monarquia ou a democracia. A República, no sentido dado pelos romanos, corresponderia ao interesse comum e um sistema de leis comuns. O moderno sentido da República, como forma de governo que se opõe a monarquia é definida por Maquiavel e Montesquieu. Esses autores identificam três formas básicas de governo: República, Monarquia e Despotismo. Para não adentrar em detalhes dessas definições políticas, limito-me a colocar as características básicas de um regime republicano em seu moderno sentido e em contraposição a **Monarquia**. Na República há uma

igualdade (ainda que relativa) entre os cidadãos, enquanto que na Monarquia clássica há uma desigualdade em benefício da nobreza. Enquanto que na República as leis aparecem como representação da vontade popular e visam o bem comum, na Monarquia elas são expressão da vontade, ainda que limitada por certos princípios, do monarca. A **República** depende da virtude cívica dos seus cidadãos que devem privilegiar o interesse público em detrimento dos interesses particulares, a monarquia apóia-se no senso de honra da classe nobre.



Enfim, pode-se dizer que na República a ordem política tem sua origem na expressão e na valorização da vontade popular enquanto que na Monarquia a ordem política nasce com o rei ou monarca.

Como as primeiras experiências de um regime republicano moderno temos os Estados Unidos da América em 1776, após a Guerra de Independência e a breve expe-



riência da República francesa no segundo período da Revolução Francesa, em 1793. A República norte americana mantém em suas configurações as características clássicas do regime republicano incorporando alguns no-

vos elementos como a organização federativa e o fortalecimento das instituições políticas para funcionarem como contrapesos ao poder central do Estado.

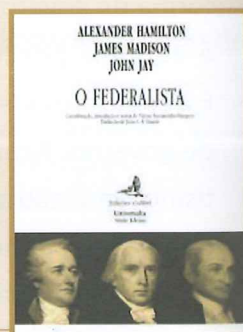
1.2 O Federalismo

- ◉ Federalismo Americano
- ◉ Federalismo Brasileiro

O federalismo no sentido como foi constituído nos Estados Unidos significa uma forma de organização do poder político do Estado na qual o governo central é formado pela união das suas unidades políticas constituintes e preexistentes. Tanto os Estados quanto a União têm autonomia e esferas de atuação distintas. A divisão dos poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – acontece em cada uma das esferas da federação, havendo assim o Poder Executivo estadual e o Poder Executivo da União, há assembleias estaduais e o Congresso Nacional, assim como há os tribunais estaduais e o Tribunal Federal, cada qual com sua autonomia e sua esfera de atuação.

Surgido nos debates para a criação da Constituição norte-americana após sua independência, o federalismo americano encontra sua base teórica na obra dos autores James Madison, Hamilton e John Jay, os chamados “Pais Fundadores” dos Estados Unidos. Na obra conhecida como **O Federalista** foi concebida uma organização do poder político que pudesse harmonizar duas ambições distintas: de um lado havia a necessidade da criação de

um estado forte para conter as possíveis ameaças externas (principalmente das ameaças de invasão da ex-metrópole), de outro lado as 13 colônias que formavam o país desejavam manter o grau de autonomia que desfrutavam até então e que temiam perder com a formação de um estado forte e unitário.



Já o federalismo, tal como implantado no Brasil republicano e na Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial (COSTA; 2004), por exemplo, caracteriza-se muito mais como uma forma de descentralização do poder político de um estado unitário do que como uma forma de manter a autonomia preexistente dos estados constituintes. Embora a estrutura jurídica e política tenha convergências, enquanto a autonomia dos estados precede a criação da União no caso americano, no caso brasileiro ocorreu o processo inverso, a autonomia dos estados é realizada como forma de descentralizar o poder já estabelecido da União.

Capítulo 02 – As instituições políticas no período colonial

- O Governo Geral
- Os governadores
- As câmaras municipais
- A existência de eleições municipais

A história do Brasil demonstra que sua primeira forma de administração adotada, logo no início do período colonial, foi através da divisão do território – estipulada pelo Tratado de Tordesilhas – em **Capitanias Hereditárias**. Logo depois foi designado um Governador Geral, mantendo-se a divisão das capitanias. A divisão do território feita da forma acima descrita é importante marco histórico porque, no decorrer da história brasileira, essas divisões serviram de base para os futuros Estados brasileiros. Sendo que a colonização efetiva

iniciou-se em 1532, e a criação do Governo Geral data de 1549, quando é criado o Estado do Brasil ao qual ficariam subordinadas as capitanias hereditárias (FERREIRA, 2005). No ano de 1763 a sede do Governo Geral do Estado do Brasil foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro. Nesse período:



Tornou-se comum a outorga ao governador-geral, pelo rei, do título de Vice-Rei e Capitão-General do Mar e da Terra do Estado do Brasil. Os vice-reis tinham extensas atribuições, dispendo do conjunto das forças armadas. Representavam e encarnavam, à distância, a pessoa do monarca português, o que não era pouco, em uma época de contatos e comunicações difíceis. (FAUSTO, 2004: 3)

A administração colonial mantinha também órgãos administrativos nas áreas da Justiça, Militar e Fazenda (FAUSTO, idem). As Forças Armadas dividiam-se em três setores: as tropas, as milícias (com recrutamento obrigatório e não remunerado) e os ordenanças, que se constituíam simplesmente em força local. Os órgãos da Justiça tinham muitas vezes funções administrativas e eram representados pelos juizes e tinham sua instância decisória mais alta nos Tribunais de Relação, encabeçados pelo governador local ou até mesmo pelo vice-rei. Os governadores presidiam também as Juntas da Fazenda.

Deve-se relevar também que as cidades tiveram sua importância durante o período colonial, principalmente àquelas que eram capitais das capitanias existentes. As **cidades** eram o centro irradiador do poder nes-

te período, além disso, concentravam também, em certos casos, um número não desprezível de comerciantes, além de representantes da autoridade da coroa portuguesa e membros do clero. E eram nas cidades que se localizavam as Câmaras Municipais que exerciam a autoridade local, sendo que em muitos casos, chegavam a se sobrepor ao poder dos governadores, como nos casos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os membros das Câmaras Municipais podiam ser natos ou eleitos, e os eleitos eram selecionados entre os ‘homens bons’, que eram os proprietários residentes na cidade. Segundo José Murilo de Carvalho (2001: 21) *“Não se pode dizer que os senhores fossem cidadãos. Eram, sem dúvida, livres, votavam e eram votados nas eleições municipais. Eram os ‘homens bons’ do período colonial”*.



As Câmaras tinham também o seu próprio patrimônio e suas próprias finanças. Elas ainda tinham o poder de arrecadação, nomeavam juizes e cuidavam das vias e praças públicas.

Desta forma, percebemos que a instituição das eleições foi algo que acompanhou a história brasileira desde o seu início.

É oportuno ressaltar que o direito do voto não foi outorgado ao povo brasileiro ou por este conquistado à força. A tradição democrática do direito de votar, de escolher governantes (locais), está de tal maneira entranhada na nossa vida política, que remonta à fundação das primeiras vilas e cidades brasileiras, logo após o Descobrimento. (FERREIRA, idem: 05)

Capítulo 03 – As instituições no Período Imperial

O Governo de Pedro I

- A primeira Constituição
- O poder moderador
- A abdicação

O Governo de Dom Pedro II

- O fim das revoluções
- O parlamentarismo brasileiro
- Liberais e Conservadores
- Os gabinetes

Parece ser consenso entre os estudiosos da história do Brasil que a **Independência** não teve características profundas de ruptura com o regime político então vigente, muito menos representou uma ruptura na ordem econômica e social. Tal fato explica-se pela vinda da família

real portuguesa para o Brasil, em 1808, assim como também o fato do nosso primeiro imperador ser herdeiro do trono português. De fato, a elite política que promoveu a independência havia alinhado seus interesses com a família



real em sua passagem pelo Brasil e não desejavam uma ruptura que pudesse desestabilizar a ordem social e política existente.

Muito embora não houvesse uma ruptura na estrutura econômica e social, o Império recém-independente promoveu transformações em suas instituições políticas. Em primeiro lugar, era necessária a elaboração de uma Constituição, as eleições para a formação da **Assembléia Nacional Constituinte** ocorreram

logo após a independência e seus trabalhos se iniciaram no ano de 1823. A existência de divergências quanto as prerrogativas do Poder Executivo fez com que houvesse um conflito entre o Imperador e a Assembléia, que acabou por dissolver esta última. A primeira Constituição brasileira acabou sendo imposta pelo Imperador.



Entre as principais mudanças políticas institucionais destacam-se: a caracterização do Brasil como um Estado Monárquico, hereditário e constitucional; a divisão do Poder Legislativo em duas Casas: a Câmara e o Senado, com eleições e prerrogativas distintas, a divisão do país em províncias e a instalação do Conselho de Estado e do Poder Moderador.

Com relação as eleições legislativas cabe ressaltar que:

O voto era indireto e censitário. Indireto, porque os votantes, correspondentes hoje à massa dos eleitores, votavam em um corpo eleitoral, nas eleições chamadas de primárias; esse corpo eleitoral que elegia os deputados. Censitário, porque só podia ser votante, fazer parte do colégio eleitoral, ser deputado ou senador quem atendesse a alguns requisitos, inclusive de ordem econômica, chamados de 'censo'. (FAUSTO, idem: 131)

Uma diferença essencial entre as duas Casas legislativas era que os membros do Senado tinham um mandato vitalício, e sua eleição era feita através de uma lista tríplice que era submetida ao Imperador, que escolheria um dos candidatos desta lista. Deve-se ressaltar também uma outra característica importante do período, mencionada tanto por Boris Fausto quanto por José Murilo de Carvalho: embora houvesse restrições para o voto, elas eram menores do que as existentes em vários países europeus e chegava a permitir, inclusive, o voto dos analfabetos até o ano de 1882, quando foi modificada a lei eleitoral.

O Conselho de Estado era formado por membros da sociedade indicados pelo Imperador e com cargo vitalício e era ouvido em questões relevantes da política nacional, como nas questões financeiras e nas declarações de guerra, e foi dissolvido no período da Regência.

O poder moderador foi inspirado nas idéias de Benjamin Constant, fazendo com que o Imperador pudesse intervir nas questões de interesse nacional, passando por cima da divisão de poderes.

No período da Regência uma mudança significativa foi a criação do Ato Adicional de 1834, que criou as assembléias legislativas das províncias que teriam o poder de determinar as despesas dos municípios, e determinou que o poder moderador não seria usado nesse período, além de dissolver o Conselho de Estado.

O período da Regência e o início do Segundo Império, com a coroação de D. Pedro II aos 14 anos de idade, em 1840, foi marcado por



seguidas revoluções e revoltas que ameaçaram desestabilizar a união do Estado brasileiro. A mais importante dessas revoltas foi a **Farroupilha**, que

iniciada em 1835 teve seu final somente dez anos depois. A última dessas revoluções foi a **Praieira**, em Pernambuco, em 1848. A constituição de um Império sob forma de Monarquia e caracterizado por um rigoroso centralismo poderia resultar na falta de reivindicações de cunho federalista e descentralizada, ou pelo menos deixá-las esquecidas. Muito embora

seja possível dizer que em termos gerais o período que seguiu da Proclamação da Independência até a Proclamação da República tenha sido marcado por uma rígida centralização, a defesa do federalismo e de maior autonomia para as províncias esteve presente o tempo todo no cenário político brasileiro. Na verdade:



Em torno do binômio centralização-federalismo se nutre o grande debate nacional desde o momento inicial de constituição da Nação. Desde a instalação da Assembléia Constituinte de 1823 é recorrente o apelo



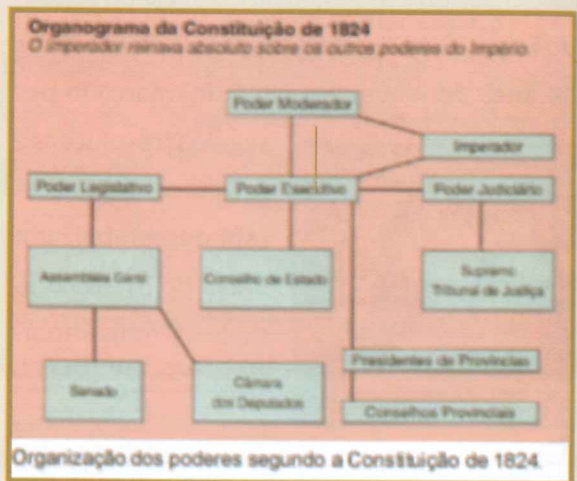
à federação, nem sempre articulado com uma proposta republicana, haja vista o esforço da maioria do Senado e da minoria da Câmara dos Deputados em 1832 para cair o parágrafo de projeto da Câmara que se diz: ‘O Governo do Império do Brasil será uma Monarquia Federativa’’. (RESENDE, 1990: 28)

Os primeiros anos do Segundo Império marcaram a busca pela estabilidade política, que foi conseguida com razoável sucesso com a modificação de algumas estruturas políticas institucionais. Segundo Boris Fausto (Idem: 179):

Começou a funcionar um sistema de governo assemelhado ao parlamentar, mas que não se confunde com o parlamentarismo no sentido próprio da expressão. Em primeiro lugar, lembremos o fato de que a Constituição de 1824 não tinha nada de parlamentarista. De acordo com seus dispositivos, o Poder Executivo era chefiado pelo imperador e exercido por ministros de Estado livremente nomeados por ele. Esse critério é diverso do parlamentarismo, pois nesse sistema o ministério – chamado de gabinete – depende essencialmente

do Parlamento, de onde sai a maioria dos seus membros.

Tanto o Poder Moderador quanto o **Conselho de Estado** foram restaurados e, ainda que o número de gabinetes existentes em cinqüenta anos de Segundo Império tenha sido grande (foram ao todo 36 gabinetes), a período foi marcado por uma relativa estabilidade que permitia a alternância dos dois principais partidos existentes, o Conservador e o Liberal.



Outro fator relevante foi a tensão ocorrida durante a Monarquia entre as forças de centralização e federalismo (deve-se dar crédito à política empreendida por D. Pedro II, conseguindo manter a unidade do Estado brasileiro

1 São Paulo em Perspectiva, v. 4, n. 1, jan./mar. de 1990.

durante todo o seu reinado), que apresentou momentos marcantes. Uma maior autonomia para as províncias só foi concedida a partir do final do império, sendo que neste quadro se destaca a decisão governamental de incentivar a imigração de mão-de-obra europeia, visando a substituir a mão-de-obra escrava. Tal



decisão “foi um projeto estratégico que contou tanto com a simpatia de **D. Pedro II**, quanto com o interesse e a colaboração das províncias”. (RODRIGUES, op.cit., p. 91)

Paulo-Edgar Almeida Resende em seu texto “A República pela via da Federação” (1990)¹ expõe de maneira singular a evolução histórica do “binômio centralização-federalismo” desde o início do reinado de Pedro I até o elaboração da nova carta constitucional em outubro de 1988. O Federalismo brasileiro não se instituiu ligado irrestritamente aos ideais republicanos. Mesmo durante o Primeiro Reinado e a Regência, o Partido Liberal defendia a idéia de

constituir uma monarquia federalista. Durante o período da Regência, foi aprovado o Ato Adicional de 1834 que “*estava marcado pelo caráter negociado da descentralização, que ficava restrita à instauração de Assembléias Legislativas Províncias*” (RESENDE, op. cit., p. 28). As Assembléias tiveram um acréscimo no seu poder de atuação no processo de pacificação interna de 1845. Dentro desta evolução, conclui o autor que: “*Parece-nos, portanto, fundamentada a afirmação de que a Federação, à qual se chega institucionalmente com a Proclamação da República, fazendo parte do desenvolvimento político da Nação, não é um acidente, uma imitação, é um fato histórico*”. (idem, op. cit., p. 29)

A grande mudança nas instituições políticas brasileiras se daria com o fim do regime monárquico e a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Um ano antes da proclamação outro fato marcou a história brasileira e a luta pela cidadania e igualdade de direitos: a Abolição da Escravatura em 1888.



Capítulo 04 – As instituições políticas na Primeira República

A Proclamação da República

- ◉ A poder das oligarquias
- ◉ A descentralização política
- ◉ Os partidos estaduais
- ◉ A política do café com leite

4.1 – Federalismo e Descentralização

Proclamada a República, foi instalada a organização política do Brasil sob forma de uma Federação. Já no Manifesto Republicano de 1870, constava a necessidade de uma descentralização federativa como meio de conter o perigo de uma desintegração e desmembramento do Estado brasileiro. Na visão de Resende (op. cit., p. 29) “*A descentralização federativa se impõe pela necessidade de a ordem ser emitida de modo mais articulado com a realidade regional*”. O primeiro período da história republicana do Brasil que se inicia em 1889 e termina com a Revolução de 1930, período conhecido como Primeira República (ou República Velha), foi marcado pelo intenso protagonismo dos governos estaduais brasileiros, principalmente pelos de São Paulo e Minas Gerais, que logo iniciaram suas respectivas políticas de inserção internacional, descritas desta forma pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso apud Rodrigues (2004, op. cit.,

p. 92) “*a prática da autonomia dos estados não se fez esperar em matéria extremamente delicada, a contratação de empréstimos externos*”. A ação externa desses estados teve por impulso exclusivo a motivação econômica, não havendo outras reivindicações étnicas ou separatistas. Essas ações internacionais buscavam a solução para problemas internos e específicos ligados à economia cafeeira destes dois estados da Federação.

A Primeira República não se configurou, contudo, como um período de paz no âmbito interno. Apesar da Constituição Federativa assumida pela República e pela descentralização do poder político e administrativo, a União enfrentou duas revoltas internas, uma de viés religioso – Canudos, e outra de viés estreitamente político, a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul que opôs os federalistas (maragatos) que defendiam o regime

parlamentar e os republicanos (chimangos) adeptos da centralização e apoiados pelo presidente do estado.

Durante esse período, embora a configuração política do federalismo brasileiro fosse marcada por uma grande descentralização administrativa, os grandes beneficiários desta forma de organização foram os estados. As cidades estavam atreladas de forma extremamente dependente aos governadores e marcadas pela ação dos coronéis, sendo a autonomia municipal quase inexistente. Segundo Gama de Andrade (op. cit.: 209): *“O Coronel era o centro do microcosmo da política local brasileira porquanto o município era dependente dos recursos do governo estadual e federal e encontrava-se isolado do resto do país, com a escassa estrutura de meios de comunicação”*.

A oligarquia federativa comandada pelos estados de São Paulo e Minas Gerais terminaria em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República. Durante esse período, embora o regime fosse democrático, a participação popular era restrita, seja por imposição da legislação, seja pela dinâmica da política brasileira de acordos entre estados e a União, conhecida como “política dos governadores”.

Tal fato influenciou o funcionamento do sistema federativo. Segundo Costa (2004: 175):

Como não havia um processo representativo democrático, o princípio da soberania popular não exercia influências moderadoras sobre os interesses regionais, expressos pelos partidos republicanos estaduais. Nessas condições, o federalismo funcionava, na prática, como potencializador das oligarquias estaduais, que limitavam bastante o papel do governo federal como agente do desenvolvimento econômico do país. Por isso, a maior parte da elite modernizadora tinha uma visão negativa do federalismo.

Desta forma, não será surpresa a constatação de que o governo de **Getúlio Vargas** apresenta-se com fortes características de centralização do poder e fortalecimento da União em detrimento dos estados.



4.2 – O sistema político

A **primeira Constituição do Brasil** republicano foi promulgada em 1891 e foi fortemente inspirada pela constituição liberal norte-americana. Ficou estabelecido nessa Carta Magna que os três poderes que formariam a República – Executivo, Legislativo e Judiciário – guardariam independência. O regime de governo escolhido foi o presidencialista, com eleição direta, excluindo a restrição censitária existente anteriormente, o mandato foi fixado em quatro anos. Estavam aptos para votar todos os cidadãos acima de 21 anos, excluídos os analfabetos, mendigos, mulheres e praças militares.



O Poder Legislativo continuou tendo duas Casas, a Câmara e o Senado. Foi também decidido que as eleições para a Câmara Federal seriam feitas de forma proporcional para cada um dos estados membros da União. O mandato do deputado federal foi estipulado em três anos. Quanto ao Senado, ficou estabelecido que seriam em número de três por estado, com mandato estipulado em nove anos, deixando, portanto, de ser um cargo vitalício. O fim do poder moderador deu uma maior autonomia e independência para o Poder Legislativo, que

tinha agora o poder de iniciar os projetos de lei a serem encaminhados ao presidente da República, e tinham ainda o poder de derrubar o veto presidencial, se contassem com a votação de dois terços do Congresso. Foi permitida também a existência de partidos políticos estaduais, frustrando as expectativas de criação de partidos em âmbito nacional. Tal fato veio a favorecer o fortalecer o poder das oligarquias agrícolas de cada estado e o coronelismo, no interior do país.

Capítulo 5 – A Revolução de 1930 e a Era Vargas

- ◉ A indicação de Julio Prestes
- ◉ A aliança liberal
- ◉ A candidatura de Getúlio
- ◉ A tomada do poder por Getúlio

- A centralização do poder
- As políticas sociais
- O populismo

5.1 – A Revolução de 1930

A Primeira República brasileira marcou uma frutífera aliança realizada entre as oligarquias dos estados de São Paulo e Minas Gerais, também conhecida como “política do café com leite”. Esse acordo informal entre os dois principais grupos políticos daquele período estabelecia que haveria uma alternância de poder entre eles na condução da Presidência da República. Em 1929, o presidente da República Washington Luis quebrou o acordo e indicou, como seu sucessor, o então governador do estado de São Paulo, Júlio Prestes. A escolha do presidente gerou uma crise política que acabou por unir mineiros e gaúchos para um acordo em torno da candidatura presidencial do então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, tendo como seu vice, João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa e governador do estado da Paraíba. A união de gaúchos e

mineiros recebeu o nome de Aliança Liberal. Segundo Boris Fausto (Idem: 319):

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e, por isso, mesmo não discordava nesse ponto da política de Washington Luis. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e a aplicação da lei de férias.

A campanha eleitoral de Getúlio Vargas marcou um fato inédito na política brasileira até então: a participação dos trabalhadores urbanos em seus discursos, principalmente naqueles ocorridos em São Paulo. A participação da massa de trabalhadores urbanos na



vida política nacional tem seu ponto fundamental no governo Vargas e nas relações de dominação carismática que se estabeleceriam entre o chefe da nação e os trabalhadores urbanos, fenômeno chamado de populismo².

Com a crise econômica mundial desencadeada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929, as relações entre o então presidente e a oligarquia cafeeira passou por momentos de turbulência, havendo forte descontentamento da elite cafeeira paulista, mas que não resultou no apoio imediato ao candidato da oposição. Outros grupos sociais desempenhariam um importante papel nessa revolução; os tenentes e os novos políticos, também chamados de ‘tenentes civis’. O movimento tenentista teve seu início na década de vinte, e inicia a participação na vida política de lideranças que se tornariam históricas, como o próprio Luis Carlos Prestes. As insurreições tenentistas na década de vinte colocaram esse grupo como uma importante força política da época, tanto pela experiência militar quanto pelo prestígio que tinham no interior das

forças armadas. Alguns membros desse movimento acabaram por se aproximar das idéias socialistas e muitos deles filiaram-se ao **Partido Comunista Brasileiro**. Os jovens



políticos eram aqueles que haviam conquistado o poder em seus estados locais mas que tinham a exata consciência de que seria muito difícil conseguirem um lugar de expressão na política nacional caso continuasse a existir o mesmo tipo de governo oligárquico rural.

Realizadas as eleições presidenciais, com todas as características do período onde as máquinas eleitorais locais produziam seus votos, foi proclamada a vitória do governador de São Paulo.

O estopim da revolução foi o assassinato de **João Pessoa**, então governador da Paraíba. Sua morte teve grande repercussão nos meios de imprensa da época e sensibilizou a população.



O grupo da Aliança Liberal que pregava a tomada do poder por um golpe de Estado, tinha agora mais um bom motivo para se articular e tomar

2 O populismo brasileiro não se caracteriza apenas pela relação de dominação carismática do estilo weberiano entre Getúlio e os trabalhadores urbanos. Inclui também toda uma costura política que visava o apoio das elites urbanas, favorecidas com as políticas desenvolvimentistas, e a oligarquia agrária, favorecida pela não inclusão dos trabalhadores rurais nas leis trabalhistas aprovadas no período.

decisões. As ações militares começaram sob a iniciativa do tenente-coronel Góes Monteiro, no Rio Grande do Sul, e contou com o apoio dos mineiros. Antes mesmo de se travarem grandes batalhas, o presidente da República foi deposto pelas forças armadas. Getúlio Vargas encami-

nhou-se para a capital do Brasil, vestido como um típico gaúcho e escoltado por soldados do Rio Grande, protagonizou uma cena histórica, quando amarrou seus cavalos no obelisco da avenida Rio Branco. Sua posse realizou-se em novembro de 1930.

De acordo com Boris Fausto e José Murilo de Carvalho, a revolução não foi feita exclusivamente por membros da burguesia industrial, como é muito comentado, embora essa classe tenha se beneficiado das mudanças políticas implementadas por Getúlio. Os vitoriosos da revolução eram na verdade membros de várias classes sociais que:

Tinham se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas; os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejavam apenas maior atendimento a sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitariamente com os tenentes, formando o grupo dos ‘tenentes civis’; o movimento tenentista – visto como uma ameaça pelas altas patentes das forças armadas – defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático – porta voz da classe média tradicional – pretendia o controle do governo de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal, que aparentemente asseguraria seu predomínio. (FAUSTO, idem: 326)

A composição heterogênea causaria uma séria de conflitos durante o governo Vargas, inclusive as tentativas de revolução pelos comunistas liderados por Prestes e dos integralistas, comandados por Plínio Salgado.

Surgia um novo Estado e novas instituições políticas seriam moldadas. Entre os avanços nos chamados direitos políticos, temos a ini-



ciativa da liberação do voto para as mulheres, que teve lugar já nas eleições legislativas de 1934. Embora o governo tenha se centralizado e se tornado um regime autoritário de fato a partir de 1937, não se deve esquecer os avanços sociais ocorridos no período e os direitos sociais contemplados. Mesmo no

campo das instituições políticas, embora o governo acabasse se precipitando em uma forma autoritária, é dessa época a criação da Justiça Eleitoral, que garantiria eleições muito mais confiáveis do que aquelas que se faziam anteriormente.

5.2 – A Centralização do Poder Político

O governo de Getúlio Vargas marcou o fim da política dos governadores e do “federalismo oligárquico” (COSTA, 2004). Assim, a autonomia dos estados foi acentuadamente reduzida na mesma proporção que foram acrescidas as responsabilidades do governo da união. Mais do que o simples fortalecimento do poder do Estado nacional,

(...)delineou-se naquele momento um novo modelo de Estado, denominado aqui de Varguista-desenvolvimentista. Desenvolvi-

mentista porque tornou o Estado o principal pólo irradiador do desenvolvimento econômico no Brasil, transformando as relações do mercado de trabalho (modelo corporativo), e na forma de ligação entre o setor público e os grupos econômicos privados. O padrão Varguista, por sua vez, fez do Executivo Federal, e mais especificamente da Presidência da República, o centro político institucional do país. (ANDRADE, 1991, e DRAIBE, 1985, cit. ABRÚCIO, 1998: 41)

O governo central não só centralizou o poder como também assumiu novas funções que não eram cumpridas pelos governos estaduais. Claro que o centralismo de Getúlio foi uma resposta política à política dos governadores que marcou o período anterior. Mas se encaixa também em um contexto internacional repleto de descrença nos regimes democráticos e de valorização da intervenção estatal na economia.

Na verdade, a partir do Estado Novo, o federalismo foi legalmente abolido, sendo inclusive suprimido na Constituição do Estado

Novo. Em um sistema marcado por um centro de poder bem especificado, a Presidência da República, os estados passaram a ser

“*órgãos administrativos do Governo Central*” (ABRÚCIO, 1998). Os estados passaram a ser governados pelos Interventores, nomeados diretamente pelo presidente da República. Com a finalidade de debilitar ainda mais os poderes subnacionais, principalmente dos estados, a legitimação do Estado Novo não passava pelo crivo eleitoral. Não havendo eleições para governador, não havia como as elites estaduais exercerem um poder de barganha no âmbito da relação com o poder do Governo Central. Fernando Abrucio (op. cit.: 47) faz um didático resumo do período:

A engrenagem das relações ‘federativas’ do Estado Novo estava completa: as interventorias, os ‘Daspinhos’ e o Ministério da Justiça coordenavam a administração estadual, sob o controle geral do presidente da República (CAMPELLO DE SOUZA, op. cit.: 19), e a representação dos interesses econômicos seria feita pela via burocrático-corporativa. Em nome da modernização econômico-administrativa, os estados ficaram com menos autonomia do que as províncias no Império.

Capítulo 06 – A Democracia de 1946 a 1964

- ◉ A nova Constituição
- ◉ Os partidos políticos
- ◉ A consolidação do sistema partidário

Com o fim do governo de Getúlio Vargas, e a volta do regime democrático, o Brasil ganha uma nova Constituição, promulgada em 1946. Nessa Constituição, o Brasil volta a ser uma República Federativa, estabelecendo a

autonomia para cada um dos níveis de poder, a União, os estados e os municípios. Manteve-se o regime presidencialista, com eleições diretas, com mandato estipulado de 5 anos. (SOUZA, 1990)

O Poder Legislativo voltava a ser representado por duas Casas, a Câmara e o Senado, que juntos formaram o Congresso Nacional. As eleições para as duas Casas seguiram, contudo, princípios diferentes (FAUSTO, idem). Para a Câmara federal ficou



estabelecida a eleição proporcional por estados, mas com o número de deputados sendo estabelecido por lei de maneira que se seguisse o seguinte princípio, reproduzida da constituição de 1934: para cada cento e cinquenta mil votantes haveria um deputado até o limite de vinte deputados, acima desse número a proporção seria de duzentos e cinquenta mil votantes para cada deputado. As eleições para o Senado seguiam o princípio majoritário, e ficou estipulado o número de três senadores por estado da União. Essas leis eleitorais não apenas acabavam por beneficiar os menores estados do país, mas também mantinham o peso político das regiões controladas pelos coronéis e pela oligarquia local.

O período republicano da história brasileira, visto em termos de autonomia federativa, pode ser encarado como tendo um constante oscilação entre centralização e descentralização. Se no período da Primeira República a descentralização foi acentuada, tendo inclusive a existência de partidos estaduais, o período posterior foi marcado por uma extrema centralização administrativa e política. Já terminado o primeiro governo de Getúlio Vargas, volta-se a um tempo de maior descentralização, mas de forma alguma um período exatamente similar a Primeira República, já que o período getulista deixou marcas intensas no sistema político brasileiro.

O sistema federativo foi restaurado e voltou a constar da Constituição brasileira, e junto com ele foram também restituídas as eleições, mas desta vez com partidos nacionais e não mais estaduais e com uma participação maior e mais intensa da população. A Presidência da República concentrava mais poder que no período de descentralização anterior (a Primeira República), houve um crescimento da burocracia estatal, mas houve também um fortalecimento da política nacional, sendo que a política regionalista manifestava-se agora através das suas bancadas na Câmara Federal.

De certa forma, como constata Abrúcio (op.cit), foi um período de maior harmonia na composição do federalismo brasileiro. Se na Primeira República houve uma sobrevalorização do poder dos governadores, e durante o período Vargas houve um fortalecimento intenso do poder central, o federalismo brasileiro conseguiu alcançar um ponto

de equilíbrio. E também as relações entre os entes da federação tornaram-se menos desequilibradas do que no período de 1889-1930.

Do lado das cidades, ainda que não gozassem da condição de entes da federação, elas tiveram uma maior autonomia e passaram a ter um papel político mais importante na medida em que crescia a urbanização e com ela a relevância de governo dos centros urbanos (ABRÚCIO, op. cit.). Ainda que a composição política das esferas municipais não tivesse sido alterada durante o período varguista, e que os “coronéis” ainda continuassem a exercer

influência demasiada sobre a política local, mudanças políticas e sociais, que escapavam ao escopo de controle do Estado e da condução da política nacional, começavam a dar seus primeiros sinais, entre elas o aumento da população urbana, o surgimento de novas questões que se localizaram essencialmente dentro do âmbito das grandes cidades, como os problemas ligados a industrialização, e ao planejamento urbano.

Fato que deve ser ressaltado nesse período é o surgimento e o desenvolvimento de partidos políticos nacionais que aos poucos acabaram por se enraizar na cultura política do período.

Nesse sentido, a análise feita por Maria do Carmo Campello de Souza em seu livro “Estados e Partidos Políticos no Brasil: de 1930 a 1964” é uma referência obrigatória. Segundo a autora :

Com efeito, embora nossa intenção principal seja a de destacar o peso condicionante que a expansão acentuadamente burocrática do Estado brasileiro exerceu sobre o sistema partidário criado em 1945, não pretendemos com isso engrossar as filei-

ras daqueles que viam e vêem o processo político-partidário brasileiro sob um prisma de fatalidade, destacando sua inviabilidade congênita e definitiva. Ao contrário; nosso argumento é precisamente o de que, apesar dos condicionamentos prévios que lhe marcaram a origem, o sistema partidário se foi transformando durante o período, sob o influxo das transformações sócio-econômicas, notadamente dos processos de industrialização e urbanização. (1990: XXIV)



Os principais partidos políticos do período estabeleceram-se através do peso do Estado. O PSD foi fundado tendo como base os interventores nomeados por Getúlio, enquanto que o PDT mantinha sua base nos sindicatos que estavam sob a tutela do Estado e a UDN aglutinava as forças anti-getulistas. A estrutura partidária formou-se em função de fatores conjunturais (anti e pró-Vargas) e não por clivagens socioeconômicas nítidas, como poderia defender uma análise partidária marcada pelo estudo das classes sociais.

Ainda que dependente da estrutura do Estado e do tamanho da sua burocracia, o sistema partidário acabou se consolidando e criou formações políticas que acabaram por se alinhar através de importantes clivagens sociopolíticas. As propostas partidárias encontravam ressonância na população, havendo inclusive uma composição racional de alianças, já que nenhum partido conseguia conquistar por si só o Poder Executivo e ter maioria no Congresso Nacional. Justamente quando o sistema começou a se consolidar, veio o golpe militar de 1964.³

Capítulo 07 – O Regime Militar

O Golpe Militar

- ◉ As eleições indiretas para presidente
- ◉ O início do bipartidarismo
- ◉ O AI 5
- ◉ O início da abertura
- ◉ A reforma política
- ◉ Eleições de 1982
- ◉ A eleição de Tancredo Neves



³ Os militares comportavam-se no período como uma espécie de poder moderador, e estamos prontos para intervir na vida política assim que fosse necessário uma harmonização dos conflitos políticos.

O período do Regime Militar marcou, novamente, uma centralização de poder na história política brasileira. Teria um quê de pleonasmos delongar-me aqui nas características principais de um regime autoritário, posto que não é o objetivo deste trabalho, e mesmo porque outros já o fizeram com absoluta competência. Determe-ei inicialmente no aspecto ligado à nova concentração de poder por parte do Executivo federal em detrimento dos governos estaduais, e as transformações que se concretizarão no período de redemocratização.

Como conseqüência lógica e imediata da instauração de regime autoritário, o poder centralizou-se e os governadores tiveram seu poder sensivelmente reduzido durante esse período. O aumento do poder por parte do governo federal retomou o processo de fortalecimento do poder central iniciado pelo presidente Getúlio Vargas na década de trinta. Fernando Abrúcio (op. cit.: 107.) caracteriza esse período como sendo “unionista autoritário”, e resume seus principais aspectos da seguinte forma:

O modelo unionista autoritário era regido por padrões antinômicos aos do federalismo republicano; não havia autonomia dos entes federativos e as relações inter-

governamentais obedeciam ao princípio da subordinação e não ao da competição cooperativa. A republicanização da política estadual não foi um objetivo perseguido, pelo contrário, mantinha-se um esquema de patronagem entre o governo federal e a elite política local para garantir maiorias governistas no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas.

Embora não exista uma relação causal inequívoca entre centralização e poder autoritário, pode-se dizer que há uma proximidade razoavelmente grande entre eles. O regime autoritário remodelou o sistema federativo brasileiro em um modelo de subordinação e eliminação de alguns dos principais traços do federalismo, ou seja, a manutenção da relação de autonomia que deve existir entre os entes federativos e o governo federal. A relação não se pautou em respeito a autonomia, mas sim de forma a subordinar todos os entes ao governo federal.

Logo após a queda do governo João Goulart, foi baixado o Ato Institucional número I que embora conservasse a Constituição anterior, fez várias modificações buscando o fortalecimento do Poder Executivo, como o estabelecimento dos projetos de lei que poderiam ser aprovados



por “decurso de prazo”, caso não fosse votados em um prazo de trinta dias pelo Congresso (o que de fato transformou-se em um instrumento útil para o governo, que obstruía as votações

para que o projeto fosse aprovado por essa ferramenta legal), além de dar prerrogativa única para o aumento das despesas públicas.

O AI 1 acabou com a imunidade parlamentar e deu poderes para a cassação de mandatos, além de regular a eleição de um novo presidente de forma indireta. No meio de abril do mesmo ano o General Castelo Branco é eleito presidente da República pelo Congresso Nacional. O ato institucional número dois consolidou essa posição, e o ato número três ampliou o princípio da eleição indireta com votação aberta também para os governadores de estado. Outra característica importante do AI 2 foi o estabelecimento de um novo regime partidário, agora baseado no bipartidarismo. Formou-se então dois grandes partidos, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que representava a situação, e o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, que representava a oposição.

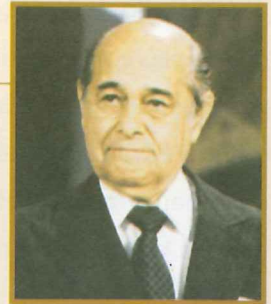
O regime torna-se mais repressivo no final do governo de Costa e Silva e durante todo o governo Médici, quando foi instaurado o AI 5, que dava plenos poderes ao presidente, fechava provisoriamente o Congresso e suspendia os direitos políticos. A partir desse ponto houve uma radicalização no enfrentamento entre o governo e a oposição, levando inclusive para o aparecimento de grupos armados de oposição ao governo militar.

O governo Geisel foi marcado pelo início de uma abertura lenta e gradual, que teve continuidade no governo Figueiredo, quando houve uma mudança na legislação partidária dando origem a criação de novos partidos. Foram criados o PDS (Partido Democrático Social), que era composto pelos membros da antiga Arena, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PDT de Leonel Brizola que pretendia herdar a base política deixada

pelo varguismo, o PTB de Ivete Vargas que acabou se alinhando com o governo, e o PT (Partido dos Trabalhadores), que aglutinava diferentes e novos movimentos sociais surgidos na década de setenta.

Em 1982 foram feitas eleições gerais para os governos estaduais, onde a oposição teve vitória na maioria dos estados mais importantes da União. E finalmente, a última eleição indireta

para a Presidência da República contou apenas com dois concorrentes civis, **Tancredo Neves** – apoiado pela oposição e por dissidentes do PDS, e **Paulo Maluf**, representando a continuidade do PDS no poder.



Capítulo 08 – A redemocratização

A Redemocratização

- ◉ A constituição de 1988
- ◉ O sistema partidário
- ◉ O sistema eleitoral
- ◉ O presidencialismo brasileiro

Desde o fim do regime militar, sucederam-se na Presidência da República José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva. A redemocratização marcou uma maior flexibilidade no sistema partidário, uma ampliação do direito de voto para os analfabetos e tentou restaurar a autonomia e a independência

entre os poderes, muito embora várias prerrogativas legislativas foram deixadas ainda nas mãos do Poder Executivo. Um

ponto importante do período foi a criação da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou a nova constituição em outubro de 1988.



Foi a partir da promulgação da Constituição de 1988 que os municípios brasileiros passaram a ter a qualidade de entes da federação, qualidade até então exclusiva dos Estados. De fato a nova Carta Magna desencadeou um processo de descentralização administrativa e política que veio a fortalecer a autonomia e os limites de ação dos municípios brasileiros.

Durante o processo de redemocratização do país as cidades e os estados da União tiveram

um importante papel, visto que a redemocratização ocorreu primeiro no plano local, através



da vitória dos partidos de oposição nas eleições municipais e, principalmente, nas eleições para governadores ocorridas no início da década de oitenta. Paralelamente, iniciava-se também um movimento de descentralização administrativa, política e financeira devido a emergência da crise econômica que afetou o país no final da década de 1970 e que perdurou por boa parte da década seguinte. Essa descentralização concretizou-se pelo aumento percentual do Fundo de Participação dos Estados e Municípios e também pelas Emendas Constitucionais de nº 23/83 e 79/84. Consta-se, então, que esses dois importantes e recentes processos políticos – a redemocratização e a descentralização – ocorreram de maneira concomitante e se influenciaram mutuamente. Tal fato é relatado por alguns dos estudiosos sobre o federalismo brasileiro, entre eles do professor Rui Affonso, em seu texto “Os Municípios e os Desafios da Federação no Brasil”.⁴ Segundo o professor (1996: 3):

O avanço da abertura estabeleceu uma contradição entre a ampliação do espaço de liberdade política – e, portanto, da importância das eleições como forma de acesso e preservação do poder – e a dependência financeira de estados e municípios em rela-

ção ao governo central. Esta contradição alimentou, em grande medida, o movimento municipalista, que cresceu vigorosamente no período, abrangendo setores de todo o espectro partidário.

Além do importante papel que tiveram no processo de redemocratização política, os entes federados foram outrossim responsáveis diretos pela descentralização política e administrativa ocorrida no Brasil, diferentemente do que ocorreu com a grande maioria dos países da América Latina. “*Em outros países, a descentralização decorreu da crise fiscal do Estado ou da perda acentuada de governabilidade*” (idem, 1996: 5). Contudo, sendo feita pelas suas unidades subnacionais, a descentralização ocorreu de maneira desorganizada, visto que o governo federal não havia elaborado nenhum plano ou estratégia para coordenar esse processo. A falta de coordenação e planejamento constrói um cenário político de uma descentralização ainda incompleta e estimula os conflitos entre os entes federados, seja este conflito vertical (entre as unidades subnacionais e o governo central) ou horizontal (entre as próprias unidades subnacionais, ou seja, os estados e os municípios). Além disso, foram desestruturados tanto os mecanismos federais de planejamento quanto

4 São Paulo em Perspectiva, v. 10, n. 3, 1996.

os mecanismos de cooperação intracidades existentes. Ainda segundo Rui Affonso (idem: 6): *“No que diz respeito às receitas fiscais, o conflito que antes se restringia à disputa entre governo federal, de um lado e municípios, de outro, amplia-se para uma disputa entre estados e entre municípios de diferentes regiões, através da guerra fiscal”*.

O conflito federativo atual expressa-se de várias formas, sendo que a questão tributária apresenta-se como sendo a mais aparente, mas não é a única. No âmbito político há o caso claro da desproporcionalidade representativa na composição do Câmara Federal. Há também o processo do aumento do número de municípios, principalmente depois da Constituição de 1988. Tal crescimento acarreta conseqüências que aumentam a descoordenação federativa. Segundo Rezende, citado por Affonso (1996: 6): *“a possibilidade de acesso a uma receita não gerada no local, ou seja, a dissociação dos atos de gastar e de tributar estimula a tendência à emancipação irresponsável, fazendo com que se criem municípios sem base econômica própria, integralmente dependentes das transferências federais e/ou estaduais”*. Soma-se,

ainda, que os efeitos da abertura econômica, da integração regional e da globalização são potenciais acentuadores das desproporcionalidades socioeconômicas já existentes há tempos na federação brasileira.

A organização federativa de um Estado pode ocorrer de duas formas (AFFONSO, op. cit., p. 09): através da existência de um equilíbrio entre os entes federados, ou através de uma coordenação federativa mais centralizada. O primeiro caso encontra-se em um cenário político onde os entes da federação são equipotentes, possibilitando assim uma estrutura federal com maior ênfase na descentralização política e administrativa, já o segundo caso é encontrado em Estados onde há uma acentuada desigualdade entre os entes federados, sendo então necessária uma maior centralização política e administrativa por parte do governo federal. O Brasil encaixa-se exatamente no segundo caso, e, devido as suas desigualdades e desproporcionalidades socioeconômicas a centralização toma muitas vezes a forma de um autoritarismo, como ocorrido no primeiro período do governo de Getúlio Vargas e mais recentemente durante o Regime Militar.

Atualmente a federação brasileira apresenta um cenário singular que mistura um alto grau de descentralização aliado a um aumento das disparidades sociais e econômicas entre seus entes federados.



8.1 – A democracia brasileira

A democracia parece ser, atualmente, uma forma incontestável de dar legitimidade às decisões e regras políticas. Se vivemos em uma época marcada pela vitória da hegemonia democrática, não devemos esquecer que a hegemonia diz respeito a um tipo específico de democracia: a democracia liberal. Podemos identificar três tipos puros de democracia: a liberal, a democracia da cidadania ativa – democracia direta, e a democracia socialista.

O tipo denominado como da cidadania ativa faz referência à democracia ateniense, marcada pelos ideais políticos de igualdade entre os cidadãos, liberdade e respeito às leis e à justiça. Nessa democracia há a subordinação dos interesses privados ao bem coletivo e a virtude cívica e republicana. Não se encontra uma diferenciação entre o Estado e a socieda-

de, já que os cidadãos que fazem as leis são os mesmos que irão obedecê-la. A democracia socialista faz referência ao pensamento de Karl Marx e sua crítica à democracia liberal burguesa, que encobriria a dominação econômica através da ideologia da igualdade jurídica entre os cidadãos. A verdadeira democracia, segundo o pensamento de Marx, seria aquela que levaria também à igualdade econômica, e a coletivização dos meios de produção. Finalmente, a democracia liberal, hoje triunfante, busca harmonizar as liberdades e direitos civis com a ordem e o poder de coerção dos Estados. Através de sua forma representativa, a democracia liberal legitima o individualismo típico das sociedades modernas capitalistas ao mesmo tempo em que assegura a liberdade pela eleição de representantes políticos que impõem limites à atuação do Estado.

No Brasil, a evolução da história democrática foi interrompida algumas vezes por períodos de autoritarismo, como no período Vargas e mais recentemente no Regime Militar. Restaurada e ampliada em 1985, nossa mais nova era democrática parece consolidar-se gradativamente, garantindo os direitos políticos e civis da população brasileira ao mesmo tempo em que garante a estabilidade das instituições políticas.

A democracia, mesmo em sua versão liberal, não se resume a participação dos cidadãos quando das eleições, mas também a cobrança

e vigilância dos cidadãos e de suas organizações no período entre eleições. Mesmo em sua vertente liberal clássica, a democracia ba-

seia-se em uma relação de direitos e deveres entre governantes e governados que ainda se encontra em formação no Brasil. A consolida-

ção da democracia brasileira depende de uma maior participação dos cidadãos nos assuntos políticos.

8.2 – O presidencialismo brasileiro

Além de ser uma República federativa e democrática, o sistema político brasileiro é também um sistema presidencialista. Nas democracias liberais modernas há dois sistemas de governo: o presidencialismo e o parlamentarismo. O parlamentarismo pode ser republicano – com um presidente e um primeiro ministro ou chanceler – ou monárquico, e é o sistema adotado pela maioria dos países europeus. Já o presidencialismo é adotado pelos Estados Unidos da América e pela grande maioria dos países do continente americano.

Entre as características principais do presidencialismo (CINTRA, 2004) estão: o acúmulo dos cargos de chefia do Estado e chefia do governo nas mãos do presidente, que é eleito por pleito popular, o mandato presidencial é prefixado (pode ser de 4,5,6 ou 7 anos, dependendo do Estado) e, uma vez que seja empossado, o presidente não pode ser destituído pelo Poder Legislativo, e nem esse pode ser dissolvido por aquele, salvo em situações excepcionais, como o caso de *impeachment*. No presidencialismo, cabe ao presidente a escolha da sua equipe de governo, que a ele deve prestar contas. Quanto ao Poder Legislativo, sua função é puramente de legislar e

não de implementar políticas públicas, como acontece no sistema parlamentarista.

Já no parlamentarismo (CINTRA, *idem*), o governo não surge diretamente da votação popular, mas da assembléia ou parlamento, em geral formada na sua maioria por um partido ou por uma coligação de partidos. O governo tem seu mandato garantido enquanto mantém a confiança da maioria da assembléia/parlamento, perante o qual o governo é responsável. A assembléia pode ser dissolvida antes do término da legislatura, convocando-se novas eleições. Além da chefia de governo, existe a chefia do Estado, que é exercida por um presidente ou por um monarca.



No presidencialismo brasileiro, o mandato presidencial fixado pela Constituição Federal é de 4 anos, com direito a uma reeleição, como estabelecido em emenda constitucional aprovada no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. A eleição é majoritária e direta, em dois turnos, caso nenhum dos candidatos atinja a maioria absoluta dos votos (cinquenta por cento mais um dos votos válidos, excluídos brancos e nulos) no primeiro turno das eleições.

O presidencialismo brasileiro atua com um sistema multipartidário, e é o centro da gravidade política do país por suas extensas prerrogativas constitucionais. Historicamente o **Poder Executivo** federal brasileiro, representado pelo presidente da República, tem uma primazia para com o **Poder Legislativo**, que é representado pelo Congresso Nacional. As razões para isso são a força que o Estado tomou no modelo desenvolvimentista e o personalismo caracte-



rístico da sociedade brasileira, fazendo com que a maioria dos políticos brasileiros prefira concorrer para cargos do Poder Executivo.

Além de nomear toda sua equipe, conduzir a política externa e ser o comandante em chefe das forças armadas, o presidente da República do Brasil tem também suas prerrogativas legislativas. São elas: o direito de propor projetos de lei e emendas constitucionais, possui iniciativa legislativa exclusiva no tocante a criação de impostos, orçamento e também quanto a administração pública federal. O presidente também pode criar medidas provisórias, que são decretos com força de lei. Os projetos de lei e as emendas constitucionais devem passar pelas comissões do Congresso e serem aprovados pela Câmara e pelo Senado para serem sancionados pelo presidente. No caso dos projetos de lei, eles devem ser aprovados por maioria simples, já no caso das emendas constitucionais elas devem ser aprovadas por no mínimo dois terços dos congressistas (CINTRA, idem).

O presidencialismo brasileiro foi caracterizado como sendo um presidencialismo de coalizão. De forma resumida, o presidencialismo de coalizão apresenta como características um Poder Executivo com muitos poderes, o multipartidarismo, e a eleição de presidentes com uma votação maior do que aquela obtida pelo seu partido no pleito legislativo, obrigando assim o presidente a formar uma coalizão de partidos no congresso que será distinta daquela apresentada no período eleitoral. Essa coalizão tem como base menos as convergências ideológicas e mais a divisão de cargos e responsabilidades no governo federal.

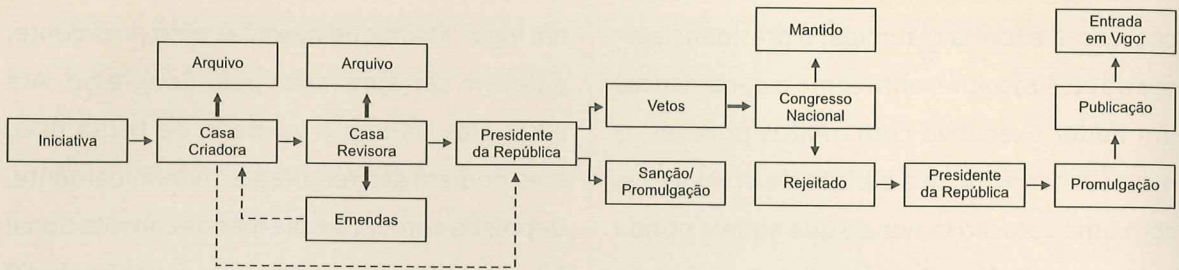
Nesse ponto torna-se importante explicar as relações entre o Executivo e o Legislativo, ou entre o presidente e os congressistas. As relações podem ser reativas ou ativas. Reativas são as prerrogativas de veto, total e parcial, que o Executivo tem com relação aos projetos de lei aprovados pelo Congresso. Relação de influência ativa é representada pelas medi-

das provisórias feitas pelo Poder Executivo. Elas são decretos com força de lei e entram em vigor assim que baixadas pelo presidente, e devem ser aprovadas pelo Congresso. Até 2001 elas tinham a validade de trinta dias, mas podiam ser reeditadas indefinidamente. Depois da aprovação da emenda constitucional 32, a medida provisória tem duração de 60 dias para ser votada e só pode ser reeditada uma única vez. A Constituição da República federativa do Brasil especifica que as medidas provisórias devem tratar de assuntos urgentes, mas não é o que tem acontecido, sendo que as mais diversas matérias têm sido aprovadas via medidas provisórias. Desta forma, tem-se uma situação em que o Executivo controla e limita a agenda do Legislativo, mesmo porque enquanto as medidas não forem votadas, outros projetos de lei que tramitam no Congresso não podem ser votados também. As medidas provisórias “trancam” a pauta da câmara e do senado federal.

Segundo estimativas, o Congresso Nacional elabora menos de 20% das leis aprovadas, sendo que no ano de 2005, nenhuma das leis aprovadas foi de autoria do Congresso Nacional, segundo informações do site Transparência Brasil (CINTRA, idem).



FLUXO SIMPLIFICADO DO PROCESSO LEGISLATIVO



8.3 – O sistema partidário brasileiro

O sistema político brasileiro é multipartidário, ou seja, a lei permite que existam vários partidos desde que tenham representação nacional mínima.

Segundo a teoria clássica dos partidos políticos, eles representam grupos de interesses diversos e as várias classes sociais que se organizam na disputa pelo poder político através do voto. No Brasil a evolução histórica dos partidos políticos segue uma orientação singular. No primeiro período da história republicana os partidos eram regionais e serviam basicamente aos interesses das oligarquias estaduais. No período de Getúlio Vargas, emergiram dois movimentos políticos nacionais: a Aliança Nacional Libertadora, reunindo líderes tenentistas e representantes comunistas e o Movimento Integralista, movimento nacionalista de forte influência do conservadorismo católico e do

fascismo italiano. Nos períodos seguintes os partidos tornam-se nacionais e tem a peculiar característica de nascerem no âmbito do Estado e não de movimentos autônomos de classes sociais. O PSD era o partido dos interventores estaduais da época de Vargas, o PTB aglutinava os líderes sindicais surgidos também do período Vargas, e a UDN, formada por aqueles excluídos do governo ainda na era Vargas. No Regime Militar, o Estado moldou o sistema bipartidário, com a Arena e o MDB. Um dos únicos partidos que cresceu através de movimentos sociais foi o Partido dos Trabalhadores, aglutinando sindicalistas, intelectuais, movimentos sociais diversos e setores da igreja católica.

Atualmente, o sistema partidário brasileiro é pluripartidário e congrega ao todo 29 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, número considerado excessivo por muitos analistas políticos.

Entre os mais importantes, estão o PMDB, PSDB, PT e PFL. A lei que regulamenta a existência e o funcionamento dos partidos é de 1995 (LEI 9096) e especifica, no art. 7, que os partidos devem ter representação nacional comprovada pela obtenção de, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados; sendo que esses votos devem estar, distribuídos por pelo menos um terço dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que tenha votado em cada um deles.

A mesma lei estabelece a criação da cláusula de barreira, que entrou em vigor na última eleição. A cláusula define que os partidos políticos só terão existência plena (com direito a participação no fundo partidário, tempo no horário eleitoral gratuito e participação nas co-

missões e na mesa diretora da Câmara Federal) os partidos que tiverem conseguido pelo menos 5% dos votos para a Câmara dos Deputados, sendo que em pelo menos 9 estados o mesmo partido tenha obtido pelo menos 2% dos votos válidos para a Câmara Federal. Contudo, os deputados eleitos por esses partidos podem tomar posse e terminar o mandato livremente, apenas com as restrições citadas acima. A idéia da cláusula de barreira é diminuir o número de partidos e permitir a existência daqueles que representem pelo menos uma parcela mínima da população. Na Alemanha, onde surgiu esse dispositivo eleitoral, a cláusula funciona de forma completa, ou seja, os partidos que não atingem 5% dos votos para o parlamento nacional não têm direito de representação e seus votos não entram na conta para a divisão de cadeiras.

8.4 – O sistema eleitoral

No Brasil são realizadas eleições para a escolha de representantes dos poderes Executivo e Legislativo. São representantes do

Poder Executivo o presidente da República, os governadores estaduais e os prefeitos. Esses representantes são escolhidos através de eleições



majoritárias, ou seja, onde aquele que recebe a maioria absoluta dos votos é eleito. Se a maioria absoluta não for alcançada na primeira votação, realiza-se um segundo turno com os dois candidatos mais votados da primeira votação. São representantes do Poder Legislativo os senadores e deputados federais, os deputados

estaduais e os vereadores. Desses representantes, apenas os senadores são escolhidos por eleições majoritárias, de maioria simples, em um único turno. Os deputados federais, estaduais e os vereadores são escolhidos pela eleição proporcional com lista aberta.

Os senadores e deputados federais formam o **Congresso Nacional**, e têm atividades de representação distinta. Os senadores representam seus respectivos estados dentro da federação, e cada estado conta com um número de 3 senadores com mandatos de oito anos. Os senadores não são eleitos todos de uma única vez a cada oito anos, há eleições de quatro em quatro anos, quando se renova ora um terço, ora dois terços do senado federal.



Já os deputados federais representam a população de cada estado da federação, por isso o número de deputados é proporcional ao número de eleitores de cada unidade da federação, respeitando-se um limite mínimo e um limite máximo de deputados por estado. O limite mínimo é de oito deputados, e o limite máximo é de setenta deputados. A eleição para deputados segue um critério curioso que combina o voto nominal em lista aberta de deputados com a contabilização dos votos sendo dividida partidariamente de acordo com um coeficiente eleitoral.

O estado de São Paulo, por exemplo, tem direito a 70 cadeiras na Câmara Federal. A distribuição das cadeiras é feita por partido, proporcionalmente ao número de votos rece-

bidos por cada um deles. A conta é simples, divide-se o número de votos válidos pelo número de cadeiras disputadas, dessa operação nasce o coeficiente eleitoral. Para saber quantos

deputados cada partido tem direito, divide-se o número de votos recebido pelo partido pelo coeficiente eleitoral. Esse método causa desproporções porque, embora os votos sejam contabilizados para os partidos, eles são dados nominalmente aos candidatos, e isso abre espaço para que aconteçam certas discrepâncias, como no caso de algum candidato ter o número de votos duas ou três vezes maior que o coeficiente eleitoral, abrindo vagas para outros candidatos pouco votados do seu partido, como aconteceu com o deputado Enéas Carneiro, na eleição de 2002. O Prona, partido do doutor Enéas, teve mais de 1 milhão e quinhentos mil votos nas eleições de 2002, o que lhe deu direito a eleger seis deputados federais, que foram os seis deputados mais votados desse partido. O problema é que o candidato Enéas foi responsável por quase todos esses votos, tendo os demais eleitos votações inexpressivas que não ultrapassavam quatro dígitos, enquanto que alguns candidatos com votações mais expressivas, chegando a 100 mil votos ficaram de fora da divisão de cadeiras. Se o voto é feito de forma nominal, o mais correto seria que fossem eleitos os 70 mais votados do Estado. Ou, já que o voto é distribuído e contabilizado para os partidos, a eleição poderia ser feita através de lista fechada, onde o eleitor não vota no

candidato, mas apenas na legenda e as cadeiras seriam distribuídas de acordo com o número de votos recebido por cada partido.

Há algumas alternativas para as eleições legislativas. Em primeiro lugar, há o voto distrital, utilizado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra. Nesse sistema divide-se o território eleitoral em distritos que podem eleger um ou mais deputados em eleição majoritária dentro dos limites distritais. Há também o voto puramente proporcional com lista partidária, como explicado acima. E, finalmente há o voto distrital misto, utilizado pela Alemanha, onde metade dos deputados é eleito pelo voto distrital, e a outra metade através das eleições por lista partidária.

O problema é que as questões relevantes para uma verdadeira reforma no sistema eleitoral e partidário se arrastam no Congresso desde a época da revisão constitucional. Além da questão do voto proporcional, há a questão da sub-representação de grandes estados e da sobre representação de outros na Câmara Federal. Essa disparidade faz com que os estados de menor expressão populacional tenham uma força muito maior do que os grandes estados.



DEPUTADOS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO

ESTADO	DEPUTADOS	ESTADO	DEPUTADOS
Acre	8	Paraíba	12
Alagoas	9	Paraná	30
Amazonas	8	Pernambuco	25
Amapá	8	Piauí	10
Bahia	39	Rio de Janeiro	46
Ceará	22	Rio Grande do Norte	8
Distrito Federal	8	Rio Grande do Sul	31
Espírito Santo	10	Rondônia	8
Goiás	17	Roraima	8
Maranhão	18	Santa Catarina	16
Minas Gerais	53	São Paulo	70
Mato Grosso do Sul	8	Sergipe	8
Mato Grosso	8	Tocantins	8
Pará	17	TOTAL	513

Fonte: Câmara Federal

Conclusões

A intenção desse texto foi de apresentar criticamente alguns elementos importantes que caracterizam o sistema político e as instituições políticas do estado brasileiro. Priorizou-se a exposição dos aspectos políticos brasileiros assim como também sua construção histórica. Não se pode compreender razoavelmente nossa vida política e nossas instituições políticas

se não considerarmos suas vertentes econômicas, sociológicas, históricas e culturais. As instituições políticas brasileiras são moldadas e marcadas por nossos traços, hábitos e costumes que se construíram ao longo da nossa história. As relações políticas são também e marcadas por esses aspectos, como o personalismo e o patrimonialismo.

Raph Dahendorf afirmou certa vez que para que uma democracia esteja plenamente consolidada são necessários ao menos dois séculos ininterruptos de exercício democrático do poder. No caso brasileiro, a consolidação da democracia depende da superação de certas características institucionalizadas da vida política brasileira e da construção plena dos direitos constituintes da cidadania republicana: os direitos sociais, políticos e civis.

No tocante às tensões entre centralização e descentralização que marcam toda nossa história, friso nessa conclusão que o federalismo brasileiro não se desenrolou de maneira uniforme da direção de uma maior descentralização e autonomia dos entes federados, como ocorre atualmente. Não se pode cometer o erro – comum a muitas reconstruções históricas – de, sabendo do resultado da evolução de um processo histórico, recontá-la como se o resultado,

atualmente conhecido e reconhecido, fosse inevitável. A configuração atual do federalismo brasileiro colabora para que seus entes federados tenham uma atuação política que, em muitos aspectos, ultrapasse as fronteiras da política nacional. Mas tal fato não seria talvez possível, ou não teria a mesma intensidade, se o cenário internacional não se mostrasse da mesma forma receptivo e estimulador a esse tipo de atuação.

A reconstrução histórica deste texto mostrou que o desenvolvimento da configuração da estrutura política do federalismo brasileiro alternou momentos de centralização administrativa e política com momentos de descentralização, sendo que o momento atual é marcado pelo maior grau de descentralização já ocorrido na história, pelo menos naquilo que concerne ao papel das cidades.

Se outrora a descentralização e o federalismo eram tidos como sinônimo de domínio das oligarquias locais, pode-se afirmar que hoje o federalismo pode ser tido como um instrumento para uma maior democratiza-

ção da vida política nacional. Muito embora nossas características de personalismo e patrimonialismo ainda sejam evidentes e claras na vida política nacional.

Finalmente, gostaria de ressaltar que as instituições políticas brasileiras não são determinantes para a existência da corrupção e do fisiologismo político vigentes. Se nossa cultura e o presidencialismo de coalizão podem dar margem para a continuidade desse comportamento que faz o uso privado daquilo que é público, essas características não determinam o funcionamento do sistema. Se assim fosse, uma simples mudança na legislação seria o suficiente para a solução desses problemas.



Termino a conclusão retomando o tema da democracia colocado nos primeiros parágrafos deste tópico, o aperfeiçoamento das instituições passa pelo aperfeiçoamento da cultura democrática.

Referências Bibliográficas

ABRÚCIO, Fernando. *Os Barões da Federação: os Governadores e a Redemocratização Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

_____ e COSTA, Valeriano Mendes Pereira. *Reforma do Estado e o Contexto do Federativo Brasileiro*. São Paulo: Konrad Adenauer, 1998.

_____ e COUTO, Cláudio G. “A Redefinição do Papel do Estado no Âmbito Local”. *São Paulo em Perspectiva*. V. 10, n. 03, 1996.

AFFONSO, Rui. Os Municípios e os Desafios da Federação no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*. V. 10, n. 03, 1996.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CINTRA, Antônio Octávio. “Presidencialismo e Parlamentarismo: são importantes as instituições?” in: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antonio Otávio (orgs.) *Sistema Político Brasileiro*. São Paulo: Konrad Adenauer e Editora Unesp. P. 37-60, 2004.

_____. “O sistema de governo no Brasil”, in: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antonio Otávio (orgs.) *Sistema Político Brasileiro*. São Paulo: Konrad Adenauer e Editora Unesp, p. 61-78.

COSTA, Valeriano. “Federalismo”, in: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antonio Otávio orgs. *Sistema Político Brasileiro*. São Paulo: Konrad Adenauer e Editora Unesp. P. 175-184, 2004.

FAORO, Raymondo. *Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Edusp, 2004.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A EVOLUÇÃO DO SISTEMA ELEITORAL*

BRASILEIRO. E-books do Brasil.com, 2005.

FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou Reformas?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NETO, Octávio Amorim. "O Executivo Federal", in: AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antonio Otávio (orgs.) *Sistema Político Brasileiro*. São Paulo: Konrad Adenauer e Editora Unesp, p. 123-134, 2004.

RESENDE, Paulo Edgar Almeida. "A Estrutura Constitucional das Relações Internacionais e o Sistema Político Brasileiro". *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, n. 12, jul./dez., p. 53-69, 1990.

_____. "A República pela via da Federação". *São Paulo em Perspectiva*. V. 4, n. 01, jan./mar., p. 28-32, 1990.

_____. Regionalização da Representação Política. *São Paulo em Perspectiva*. V. 5, n. 02, p. 16-20, 1991.

RODRIGUES, Gilberto M. Antônio. *Política Externa Federativa: Análise de ações internacionais de Estados e Municípios Brasileiros*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-SP, São Paulo, 2004.

SOUZA, Maria do Carmo C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

ante-et-post.weblog.com.pt/2006/09/monarquia

www.edi-colibri.pt/FU5i2.html

www.historiadomundo.com.br/.../

www.ifch.unicamp.br/ciec/revista.php

lfom.multiply.com/calendar/item/10008

www.novomilenio.inf.br/festas/brasil17.htm

www.klepsidra.net/klepsidra16/imprensa.htm

www.multirio.rj.gov.br/.../const_1824.html

www.famiglia.barone.nom.br/index80.htm

<http://www.vivabrazil.com/guerrade.htm>

www.netencyclo.com/pt/Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_1930

www.getulio50.org.br/textos/gv8.htm

pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_Brasi...

www.pbnet.com.br/openline/mfarias/historia.htm

www.dhnet.org.br/.../sobral_prestes.html

www2.mre.gov.br/.../ingles/fotos/foev009ai.htm

www.setrem.com.br/regime64/gov64.htm

www2.mre.gov.br/.../portg/fotos/fopd001c.htm

www.senado.gov.br/comunica/historia/tancredo3.htm

geraldofreire.uol.com.br/conteudoPrimeirapagi...

www.senado.gov.br/comunica/historia/assemble.htm

www.correiodatarde.com.br/colunistas/walter_f...

www.aboutbrasil.com/travel/praca-tres-poder



PARA SABER MAIS SOBRE O TEMA

O objetivo deste suplemento é aprofundar o conhecimento dos conteúdos desenvolvidos em aula. Nele, você encontrará indicações e referências de materiais que possibilitam a discussão e oferecem elementos para a reflexão sobre os temas abordados. As obras e textos aqui listados são um complemento daqueles já citados no “Texto de Referência”.

Livros

ABRÚCIO, Fernando. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ARRAES, Miguel. *O jogo do poder no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1983.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O Governo Kubitschek – 1956-1961: o desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Estudos Brasileiros, 8).

BOSI, Alfredo. *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Zero*. São Paulo: Global, 2001.

CÂNDIDO, Antônio. *A Revolução de 1930 e a cultura*. São Paulo: Cebrap, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

_____. *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Vértice/Iuperj, 1988.

CASTRO, Ruy. *Chega de saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CONY, Carlos Heitor; VENTURA, Zuenir; VERÍSSIMO, Luis Fernando. *Vozes do Golpe*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CURRAN, Mark J. *História do Brasil em Cordel*. São Paulo: Edusp, 2003.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Millôr; SOARES, Jô e VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Humor nos tempos de Collor*. Porto Alegre: LP&M, 1992.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGE, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FONSECA, Rubem. *Agosto*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

GABEIRA Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1997.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada, Vol. 1*. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Cia da Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada, v. 2*. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Cia da Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Derrotada, v. 3*. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Cia da Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada, v. 4*. Coleção O Sacerdote e o Feiticeiro, São Paulo: Cia da Letras, 2004.

GUSTIM, Miracy B. de Souza, VIEIRA, Margarida L. de Matos. *Semeando Democracia – A trajetória do Socialismo Democrático no Brasil*. Contagem/MG: Palesa. 419 p.

HENFIL. *Cartas da Mãe*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de e SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: 1944.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. CAMPOS, Pedro Moacyr (org) *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.



- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.
- KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005.
- _____. (org). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.
- _____. *A democracia brasileira no limiar do século 21*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.
- LAMOUNIER, Bolívar e CARDOSO, Fernando H. (org). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LAMOUNIER, B. e MENEGUELO, R. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MELLO, Thiago de. *Faz escuro, mas eu canto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 14. ed., 1993.
- MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os Brasileiros e a Democracia*. São Paulo: Ática, 1995.
- MOTA, Carlos Guilherme, NOVAIS, Fernando A. *A Independência Política do Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 1986
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.
- _____. (org). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1981.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- NEUMANNE, José. *Atrás do Palanque: Bastidores da eleição de 1989*. São Paulo: Siciliano, 1989.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Desventuras do Liberalismo – Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NOVAIS, Fernando A. (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997-98.
- NUNES, E. *A gramática política do Brasil; clientelismo e insulamento burocrático*. Brasília: Enap, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora da FGV/INL, 1980.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

PAIM, A. *Momentos Decisivos da História do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942.

_____. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

REGO, José Lins. *O Menino de engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

REIS, Fábio Wanderley. *Tempo Presente: do MDB a FHC*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Fernando. *Políticos do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2006.

SANTOS, Wanderley G. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHIMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo: um auto-retrato*. Rio de Janeiro-Brasília: CPDO/FGV-Universidade de Brasília, 1983.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

SOUZA, Maria do Carmo C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1983.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WERNECK VIANNA, Luiz. *Travessia: Da Abertura à Constituinte de 1986*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1988.

_____. *O Tenentismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.



Artigos

ALBUQUERQUE, A. *A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares*. In: Comunicação & Política. Rio de Janeiro, 1(1): agosto/novembro, 1994.

ALDÉ, A. *As eleições presidenciais de 2002 nos jornais*. Alceu – Revista de Comunicação Cultural e Política, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2003.

AMARAL, Roberto. *As eleições de 2006 e a emergência das grandes massas no processo político*. In: Sítio CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos). <http://www.cebela.org.br/CbartigosDet.asp?artigo=75>

FIGUEIREDO, Rubens e COUTINHO, Ciro. *A eleição de 2002*. Opin. Publica, out. 2003, v. 9, n. 2, p. 93-117. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-6276200300020005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

FLEISCHER, D. *Governabilidade e abertura política: as desventuras da engenharia política no Brasil, 1964-1984*. Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 38, jan./mar. 1986.

KINZO, MARIA D'ALVA G. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo Perspec., out./dez. 2001, v.15, n. 4, p. 3-12 http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002&lng=pt&nrm=iso

MELO, Carlos Ranulfo. *As instituições políticas brasileiras funcionam?* In Rev. Sociol. Polit. n.25 Curitiba Nov. 2005. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200015&lng=en&nrm=

NOVELLI, José Marcos Nayme. 2001. *Instituições, política e idéias econômicas : o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998)*. In Rev. Sociol. Polit. n. 19, Curitiba, nov. 2002.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000200010&lng=pt&nrm=iso

RUBIM, A. A. C; COLLING, L. *Mídia e eleições presidenciais no Brasil Pós-ditadura*. Comunicação e Política, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, 2004.

SIQUEIRA, Carlos. *A reforma política que o Brasil necessita*. Senatus: Cadernos da Secretaria de Informação e Documentação, Brasília, v. 2, n. 1, p. 11-13, dez. 2002.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964)*. Rev. bras. Ci. Soc., jun. 2006, v. 21, n. 61, p. 7-40. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Periódicos

Dossiê Durante Cabral – Os Portugueses, Revista da USP, 45, 2000.

<http://www.usp.br/revistausp/n46/numero46.html>

Dossiê Depois de Cabral – Formação do Brasil, Revista da USP, 46, 2000.

<http://www.usp.br/revistausp/n46/numero46.html>

Dossiê Brasil Colônia, Revista da USP, 57, 2003.

<http://www.usp.br/revistausp/n57/numero57.html>

Dossiê Brasil Império, Revista da USP, 58, 2003.

<http://www.usp.br/revistausp/n58/numero58.html>

Dossiê Brasil República, Revista da USP, 59, 2003.

<http://www.usp.br/revistausp/n58/numero58.html>

Dossiê Canudos, Revista da USP, 20, 1993.

<http://www.usp.br/revistausp/n20/numero20.html>

Dossiê Projeto Brasil – Alternativas para o século XXI, Revista da USP, 47, 2000.

<http://www.usp.br/revistausp/n47/numero47.html>

Dossiê Judiciário, Revista da USP, 21, 1994.

<http://www.usp.br/revistausp/n47/numero47.html>

Sítios na internet

Histórias do Poder: <http://www.historiasdopoder.com.br/general/home.aspx>

TV- Pesquisa (Coordenada pelo professor João Luiz van Tilburg, da PUC-Rio, a TV-Pesquisa permite acesso a um banco de dados completo e atualizado das notícias, reportagens, editoriais e colunas veiculadas na imprensa sobre a televisão brasileira, de 1967 a 2001): <http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br>



Conexão Política – Som na Caixa (Site organizado pelo jornalista e ministro Franklin Martins. Conta a História da política nacional através da música, desde a República Velha até 2002) – http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_lista.php

Política Brasileira – <http://www.politicabrasileira.com.br/>

Arquivo Nacional – <http://www.arquivonacional.gov.br/>

Biblioteca Nacional – <http://www.bn.br/>

Transparência Brasil – <http://www.transparencia.org.br/index.html>

Políticos do Brasil – <http://noticias.uol.com.br/fernandorodrigues/politicosdobrasil/>

Senado Federal – www.senado.gov.br

Câmara Federal – www.camara.gov.br/

Centros de Pesquisa

CPDOC FGV – RJ (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) – <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

IEA USP (Instituto de Estudos Avançados) – <http://www.iea.usp.br/iea/>

Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) – <http://www.cebrap.org.br/index.asp>

Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) – <http://www.cedec.org.br/>

Centro de Estudos Brasileiros/UNICAMP – <http://www.ifch.unicamp.br/ceb/index.htm>

Centro de Estudos da Ditadura da UFRJ – <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/>

Núcleos de Estudos em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco – <http://www.politica hoje.com/politica/nucleos.php>

IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política – <http://www.iuperj.br/>

DOXA – Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública do IUPERJ – <http://doxa.iuperj.br/>

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – www.unb.br/pol/

Cebela (Centro Brasileiro de Estudos da América Latina) – www.cebela.org.br

Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford (*Centre for Brazilian Studies, Oxford University*) – <http://www.brazil.ox.ac.uk/papers.html>

Instituto Brasil do The Woodrow Wilson International Center for Scholars (*Brazil Institute*) – http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1419&fuseaction=topics.home

Centro de Estudos Brasileiros da Universidade do Texas/Austin (*Brazil Center*) – <http://www.utexas.edu/cola/insts/llilas/brazil/index/>

Filmes

Título Original: História do Brasil

Tempo de Duração: 166 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1974

Direção: Glauber Rocha e Marcos Medeiros

Sinopse: Glauber parecia mais interessado em dialogar com a pesquisa historiográfica e sociológica do que com a produção artística do seu tempo. Esta projeção do cineasta sobre o campo do conhecimento científico teve, de fato, repercussões importantes na feitura de História do Brasil, visto que o filme retomava os temas recorrentes pelos autores citados. Há um esforço de interpretação dos temas centrais da historiografia, como o caráter da revolução burguesa e o enfrentamento das lutas sociais e políticas desde a colonização até o regime militar de 1964, dentre outros. Neste sentido, o filme parece articular história e revolução, na qual o presente, desvendado como potencial portador da ruptura política e cultural, construiu uma interpretação sobre um passado de lutas contra a dominação.

(Fonte: <http://www.cineminha.com.br/materia.cfm?id=4310>)



Título Original: Caramuru – A Invenção do Brasil

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 88 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2001

Direção: Guel Arraes

Roteiro: Guel Arraes e Jorge Furtado

Sinopse: Em 1º de janeiro de 1500 um novo mundo é descoberto pelos europeus, graças a grandes avanços técnicos na arte náutica e na elaboração de mapas. É neste contexto que vive em Portugal o jovem Diogo (Selton Mello), pintor que é contratado para ilustrar um mapa e, por ser enganado pela sedutora Isabelle (Débora Bloch), acaba sendo punido com a deportação na caravela comandada por Vasco de Athayde (Luís Mello). Mas a caravela onde Diogo está acaba naufragando ele, por milagre, consegue chegar ao litoral brasileiro. Lá ele conhece a bela índia Paraguaçu (Camila Pitanga) com quem logo inicia um romance temperado posteriormente pela inclusão de uma terceira pessoa: a índia Moema (Deborah Secco), irmã de Paraguaçu.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/caramuru/caramuru.asp>)

Título Original: Quilombo

Gênero: Aventura

Tempo de Duração: 119 min.

Ano de Lançamento (Brasil): 1984

Roteiro: Cacá Diegues

Sinopse: Em torno de 1650, um grupo de escravos se rebela num engenho de Pernambuco e ruma ao Quilombo dos Palmares, onde uma nação de ex-escravos fugidos resiste ao cerco colonial. Entre eles, está Ganga Zumba, príncipe africano e futuro líder de Palmares, durante muitos anos. Mais tarde, seu herdeiro e afilhado, Zumbi, contestará as idéias conciliatórias de Ganga Zumba, enfrentando o maior exército jamais visto na história colonial brasileira.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/quilombo/quilombo.asp>)

Título Original: Tiradentes

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 124 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1998

Direção: Oswaldo Caldeira

Roteiro: Oswaldo Caldeira

Sinopse: O filme mostra uma visão bem diferente da convencional, acerca dos fatos políticos que envolveram a Inconfidência Mineira e a condenação dos conjurados. Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, teria sido condenado à morte por ser o único dos revoltosos que não tinha grandes posses. Por outro lado, grande parte da elite de Ouro Preto estava envolvida no levante, inclusive o próprio visconde de Barbacena, mas a maioria não

foi processada e nem sequer presa. Uma visão intrigante, porém com respaldo em muitas pesquisas recentes.

(Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tiradentes_\(filme\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tiradentes_(filme)))

Título Original: Os Inconfidentes

Gênero: Drama/Histórico

Tempo de Duração: 100 min.

Ano de Lançamento (Brasil): 1972

Direção: Joaquim Pedro de Andrade

Roteiro: Joaquim Pedro de Andrade e Eduardo Scorel

Sinopse: A Inconfidência Mineira – conspiração independentista do século dezoito, em Minas Gerais, centro das riquezas coloniais. Do grupo, faziam parte poetas e nobres, incluindo o padre e o coronel da guarnição. O dentista Tiradentes é torturado, para que divulgue a sua participação, na conjura contra a coroa portuguesa; os cúmplices haviam já confessado, negando responsabilidades próprias. Tiradentes é o único a assumir-se plenamente, sendo condenado à morte.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/inconfidentes/inconfidentes.asp>)

Título Original: Carlota Joaquina, Princesa do Brasil

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 100 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1995

Direção: Carla Camurati

Roteiro: Carla Camurati e Melanie Dimantas

Sinopse: Um painel da vida de Carlota Joaquina (Marieta Severo), a infanta espanhola que conheceu o príncipe de Portugal (Marco Nanini) com apenas dez anos e se decepcionou com o futuro marido. Sempre mostrou disposição para seus amantes e pelo poder e se sentiu tremendamente contrariada quando a corte portuguesa veio para o Brasil, tendo uma grande sensação de alívio quando foi embora.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/carlota-joaquina/carlota-joaquina.asp>)

Título Original: Independência ou Morte

Gênero: Histórico

Tempo de Duração: 108 min

Ano de Lançamento (Brasil): 1972

Direção: Carlos Coimbra

Roteiro: Carlos Coimbra

Sinopse: Tendo como ponto de partida o dia da abdicação de D. Pedro I, é traçado um perfil



do monarca, desde quando ainda menino veio da Europa, quando sua família fugia das tropas napoleônicas e sua ascensão à Príncipe Regente, quando D. João VI retornou para Portugal. Em pouco tempo a situação política torna-se insustentável e o regente proclama a independência, mas seu envolvimento extraconjugal com a futura Marquesa de Santos provoca oposição em diversos setores e José Bonifácio de Andrada e Silva pede demissão do Ministério, mas este não seria o único caso, que ministros e nobres entrariam em choque com o imperador por causa da marquesa, que permanentemente influenciava as decisões do soberano, mas tudo isto causava um inevitável desgaste político.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/independencia-ou-morte/independencia-ou-morte.asp>)

Título Original: Mauá – O Imperador e o Rei

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 132 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1999

Direção: Sérgio Rezende

Roteiro: Paulo Halm, Sérgio Rezende e Joaquim Vaz de Carvalho

Sinopse: Arroio Grande, Rio Grande do Sul. É nesta pequena localidade que vivia Irineu Evangelista de Souza (Paulo Betti) e tudo indicava que passaria sua vida ali (ou pelo menos grande parte), mas o destino interveio e de forma funesta, pois ainda garoto Irineu se tornou órfão, quando seu pai foi morto por ladrões de gado. Dois anos depois, sua mãe decidiu se casar novamente com João Jesus, mas como o padrasto não aceitava um enteado Irineu foi morar no Rio de Janeiro com Batista, seu tio. No Rio vai trabalhar no armazém do português Pereira de Almeida (Elias de Mendonça), onde o jovem Irineu descobre ter jeito para os negócios, pois tinha uma visão ampla do que iria acontecer no comércio. Ele se torna um funcionário de confiança e um cobrador impiedoso, levando Queiroz (Hugo Carvana) ao suicídio após tomar todos os bens (inclusive escravos) como pagamento de uma grande dívida. Irineu defendia o fim da escravidão por razões econômicas e era um homem de palavra, o que faz seu talento ser reconhecido por Richard Carruthers (Michael Byrne), um escocês que vivia no Brasil, que o emprega em sua firma de exportação e lhe dá as primeiras noções das teorias econômicas. Alguns anos depois, Carruthers diz que sente o mesmo que os negros, banzo, que é saudade da terra natal, pois ficara rico no Brasil mas deixara seu coração na Escócia. Assim, parte deixando Irineu comandando os negócios. Nesta altura da vida, Irineu se apaixonou pela sobrinha, May (Malu Mader), com quem irá se casar e ter vários filhos. Em Liverpool, Inglaterra, se deslumbra com a potência das fábricas e decide liquidar sua empresa comercial para se arriscar na construção da primeira indústria brasileira, uma fundição e estaleiro em Ponta de Areia, Niterói. Desde quando começou a enriquecer, Irineu ganhou um inimigo para toda a vida, o Visconde de Feitosa (Othon Bastos), que o via como um aventureiro que sonhava apenas em ganhar mais dinheiro e desviar o Brasil da sua “vocação agrícola”. Irineu queria modernizar o país, mas sofreria mais obstáculos do que seria capaz de imaginar, pois seria prejudicado

por estrangeiros mas principalmente pelos brasileiros que pertenciam a uma oligarquia, que apenas queriam usufruir os bens sem nada produzir.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/maua/maua.asp>)

Título Original: Guerra de Canudos

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 169 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1997

Direção: Sérgio Rezende

Roteiro: Sérgio Rezende e Paulo Halm

Sinopse: Em 1893, Antônio Conselheiro (um monarquista assumido) e seus seguidores começam a tornar um simples movimento em algo grande demais para a República, que acabara de ser proclamada e decidira por enviar vários destacamentos militares para destruí-los. Os seguidores de Antônio Conselheiro apenas defendiam seus lares, mas a nova ordem não podia aceitar que humildes moradores do sertão da Bahia desafiassem a República. Assim, em 1897, esforços são reunidos para destruir os sertanejos. Estes fatos são vistos pela ótica de uma família, que tem opiniões conflitantes sobre Conselheiro.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/guerra-de-canudos/guerra-de-canudos.asp>)

Título Original: Policarpo Quaresma, Herói do Brasil

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 120 min.

Ano de Lançamento (Brasil): 1988

Direção: Paulo Thiago

Roteiro: Alcione Araújo

Sinopse: Adaptação do romance Triste Fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto. O major Policarpo Quaresma é um sonhador. Um visionário que ama o seu país e deseja vê-lo tão grandioso quanto, acredita, o Brasil pode ser. A sua luta se inicia no Congresso. Policarpo quer que o tupi-guarani seja adotado como idioma nacional. Ele tem o apoio de sua afilhada Olga por quem nutre um afeto especial e Ricardo Coração dos Outros trovador e compositor de modinhas que conta a história do nosso herói do Brasil.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/policarpo-quaresma/policarpo-quaresma.asp>)

Título Original: Baile Perfumado

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 93 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1997



Direção: Paulo Caldas e Lírio Ferreira

Roteiro: Paulo Caldas, Lírio Ferreira e Hilton Lacerda

Sinopse: Amigo íntimo do Padre Cícero (Jofre Soares), o mascate libanês Benjamin Abrahão (Duda Mamberti) decide filmar Lampião (Luís Carlos Vasconcelos) e todo seu bando, pois acredita que este filme o deixará muito rico. Após alguns contatos iniciais ele conversa diretamente com o famoso cangaceiro e expõe sua idéia, mas os sonhos do mascate são prejudicados pela ditadura do Estado Novo.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/baile-perfumado/baile-perfumado.asp>)

Título Original: Legalidade

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 50 minutos

Direção: Fernando Brito

Sinopse: Documentário sobre a Legalidade que foi o maior movimento popular no Brasil desde a Revolução de 30. A partir das proclamações de Leonel Brizola pela Rádio Guaíba, de Porto Alegre, o país reagiu ao golpe articulado pelos militares, juntamente com o poder econômico, para impedir a posse de João Goulart na Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros, no dia 25 de agosto de 1961. A Legalidade teve o apoio de rua em todo o país, apesar do rígido controle militar sobre os jornais, rádios e TV e da ocupação dos pontos estratégicos. Foi uma torrente popular que passou por cima dos militares, dos políticos conservadores, dos empresários, banqueiros, enfim das elites.

(Fonte: <http://www.circulosbolivarianosbr.kit.net/filmes.htm>)

Título Original: A Revolução de 30

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 118 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1980

Direção: Sylvio Back

Sinopse: Filme-colagem de uma trintena de documentários e filmes de ficção dos anos 20, culminando com cenas inéditas da Revolução de 1930. Todo em preto-e-branco, o principal tônus é a excelência restauração fotográfica de suas imagens, emoldurada por uma trilha sonora autêntica, de rara beleza e qualidade de emissão. Duas horas de estupefação, gargalhadas, esgares inesperados, achados anedóticos e ironias sorradeiras.

(Fonte: http://209.85.165.104/search?q=cache:_q4ZBK34sYQJ:celepar7cta.pr.gov.br/secs/negocios.nsf/fe9bc43c12d0fe8032566c1006ce9e5/5afd58dfa7e7e5018325722200496370/%24FILE/Cinamateca%2520Sylvio%2520Back.doc+Sylvio+Back&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br)

Título Original: Soldado de Deus

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 80 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Direção: Sérgio Sanz

Roteiro: Sérgio Sanz e Luiz Alberto Sanz

Sinopse: Relato sobre o integralismo no Brasil e seu principal mentor, Plínio Salgado. Traz o testemunho daqueles que ajudaram a estabelecer, exerceram e, ocasionalmente, deixaram de defender seus princípios e práticas; aqueles que sempre o condenaram, julgaram e criticaram; e, ainda, daqueles que estudam os tempos em que o nacionalismo de direita mobilizou em torno em torno de um milhão de pessoas e teve 500 mil filiados, construindo o primeiro partido de massas do Brasil.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/soldado-de-deus/soldado-de-deus.asp>)

Título Original: Getúlio Vargas

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 76 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1974

Direção: Ana Carolina Teixeira Soares

Sinopse: Apesar do título, o documentário não se concentra na polêmica figura de Getúlio. Com fundo musical da época, Ana Carolina Teixeira Soares (diretora), recria o mundo político cultural do eixo Rio/São Paulo das décadas de 1930/1950. Destaque para o discurso que antecedeu o suicídio e a participação da FEB (Força Expedicionária Brasileira) na 2ª Guerra Mundial.

(Fonte: <http://www.circulosbolivarianosbr.kit.net/filmes.htm>)

Título Original: Olga

Gênero: Drama

Tempo de Duração:

Ano de Lançamento (Brasil): 2004

Roteiro: Rita Buzzar

Sinopse: Narra a história da judia alemã Olga Benário Prestes (1908-1942). Militante comunista desde jovem, Olga é perseguida pela polícia e foge para Moscou, onde faz treinamento militar. É encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes ao Brasil para liderar a Intentona Comunista de 1935, se apaixonando por ele na viagem.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/olga/olga.asp>)



Título Original: O Homem da Capa Preta

Gênero: Policial

Tempo de Duração: 120 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1986

Direção: Sérgio Rezende

Sinopse: O filme baseia-se na vida de Tenório Cavalcanti, um político reacionário e muito polêmico da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro dos anos 50, que nasceu em Alagoas e teve a violência como companheira logo no início de sua vida, ao presenciar o assassinato de seu pai. Empunhando uma metralhadora e usando uma capa preta e uma cartola, ele se tornou uma espécie de justiceiro, desafiando os corruptos e poderosos que dominavam Duque de Caxias. Sua trajetória mistura os papéis de político e bandido, coisa recorrente ainda hoje. Era visto como um defensor do povo entre as classes mais miseráveis por suas atitudes populistas, conquistando fama e fortuna, ao mesmo tempo em que era tido como um assassino frio pela classe média e pelos políticos dominantes. A produção conta essa história com José Wilker no papel principal.

(Fonte: [http://www.interfilmes.com/filme_15287_O.Homem.da.Capa.Preta-\(O.Homem.da.Capa.Preta\).html](http://www.interfilmes.com/filme_15287_O.Homem.da.Capa.Preta-(O.Homem.da.Capa.Preta).html))

Título Original: Os Anos JK

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 110 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1980

Direção: Silvio Tendler

Sinopse: A ascensão política de Juscelino Kubitschek, a visão desenvolvimentista que permeou seu mandato, a construção de Brasília e a luta para reaver os direitos políticos após o golpe de 64. O autor levou quatro anos para terminar esse longa de gênero documentário de reconstituição, usando cinejornais de época, fotos fixas, gravando depoimentos. O resultado é um documentário político, sucesso de crítica e público.

(Fonte: http://www.cineparadiso.com.br/filmes_exibidos%20-%20os_anos_de_jk.htm)

Título Original: Veias e Vinhos – Uma História Brasileira

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 100 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2006

Estúdio: Oeste Filmes / Andrade Produções / Locall

Distribuição:

Direção: João Batista de Andrade

Roteiro: João Batista de Andrade, baseado em livro de Miguel Jorge

Sinopse: Mateus (Leonardo Vieira), sua esposa Antônia (Simone Spoladore), seus três filhos

e ainda Pedro (Leopoldo Pacheco), seu irmão, chegam a Goiânia e logo abrem um empreendimento próprio, o Armazém Brazil. Empolgado com o crescimento da cidade e a construção de Brasília, Mateus se interessa por política e acompanha sempre que pode os passos do presidente Juscelino Kubitschek. Em meio à festa de inauguração do armazém um capitão de polícia realiza a prisão de um fugitivo, chamado Flecha. Alguns dias após a prisão o capitão passa a frequentar o armazém e, com seu estilo provocador, torna-se indesejado por Mateus e seus fregueses. Sempre criticando o interesse político de Mateus, aos poucos as desavenças entre eles se acentuam.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/veias-e-vinhos/veias-e-vinhos.asp>)

Título Original: Janio a 24 Quadros

Gênero: Documentário

Ano de Lançamento (Brasil): 1981

Direção: Luis Alberto Pereira

Sinopse: Jânio a 24 Quadros é um documentário rodado em preto-e-branco e em cores, parte documental e parte ficcional. Tendo como personagem central o ex-presidente da República e ex-prefeito de São Paulo, Jânio Quadros – conhecido por proibir o uso do biquini nas praias brasileiras. O filme faz um balanço bem-humorado dos últimos 30 anos da vida política do Brasil, tratando, segundo o diretor, de forma profana um tema sagrado.

(Fonte: http://www.cineparadiso.com.br/filmes_exibidos%20-%20janio.htm)

Título Original: Jango

Gênero: Documentário

Ano de Lançamento (Brasil): 1984

Direção: Silvio Tendler

Sinopse: retrata a vida política brasileira dos anos 60, tendo como fio condutor a biografia do presidente João Goulart. Sua ascensão e queda, até a morte no exílio, é reconstituída a partir de material de arquivo e entrevistas com Ministro Afonso Arinos de Melo Franco, Raul Ryff, General Antonio Carlos Muricy, Leonel Brizola, Celso Furtado, Frei Betto, entre outros.

(Fonte: http://www.terra.com.br/cinema/festivais/true99_nacional.htm)

Título Original: Opinião Pública

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 71 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1967

Direção: Arnaldo Jabor

Sinopse: Em A Opinião Pública, o diretor faz o primeiro filme de longa-metragem em cinema verdade, analisando os corações e mentes da classe média brasileira, logo depois da “revolução”



militar de 1964, mostrando como a classe média, com seu conservadorismo e ingenuidade, apoiou esse retrocesso histórico no país.

(Fonte: http://www.2001video.com.br/detalhes_produto_extra_dvd.asp?produto=14093)

Título Original: Maranhão 66

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 11 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1966

Direção: Gláuber Rocha

Sinopse: José Sarney, eleito governador do Maranhão, faz discurso de posse. Aclamado em praça pública por milhares de pessoas, ele afirma: “O Maranhão não quer a violência, a miséria, a fome, a o analfabetismo, as taxas de mortalidade infantil.” E acrescenta que o novo governo vai criar “O Maranhão da liberdade, do progresso, da grandeza e da felicidade.” Sobre o discurso do candidato contrapõem-se imagens documentários: habitações miseráveis, pessoas pobres, doente sem atendimento e hospitais em péssimas condições.

(Fonte: <http://www.tempoglauber.com.br/glauber/Filmografia/maranhao.htm>)

Título Original: Contos de Resistência

Gênero: Documentário

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Direção: Getsemane Silva, Glória Varela, Marcya Reis, André Carvalheira, Guilherme Bacalhao.

Sinopse: Para marcar os 40 anos do golpe militar de 1964, a TV Câmara produziu a série Contos da Resistência, composta de quatro episódios. Cada um dos vídeos da série enfoca um aspecto da resistência à ditadura e como esses movimentos contribuíram para a construção da democracia que temos hoje no Brasil. As articulações em todos os segmentos da sociedade para se contrapor ao governo autoritário; as organizações sociais de estudantes, trabalhadores e religiosos para lutar pela democracia e esclarecer a população; a resistência política no Congresso; a crítica inteligente e criativa das artes e da imprensa; a repressão e a tortura a representantes desses grupos; e o movimento social pelas eleições diretas em 1984. Todos os temas estão na série, abordados a partir da perspectiva de quem viveu esses tipos de resistência.

(Fonte: <http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=57006>)

Título Original: Zuzu Angel

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 110 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2006

Site Oficial: www.zuzuangelofilme.com.br

Direção: Sérgio Rezende

Roteiro: Marcos Bernstein e Sérgio Rezende

Sinopse: Brasil, anos 60. A ditadura militar faz o país mergulhar em um dos momentos mais negros de sua história. Alheia a tudo isto, Zuzu Angel (Patrícia Pillar), uma estilista de modas, fica cada vez mais famosa no Brasil e no exterior. O desfile da sua coleção em Nova York consolidou sua carreira, que estava em ascensão. Paralelamente seu filho, Stuart (Daniel de Oliveira), ingressa na luta armada, que combatia as arbitrariedades dos militares. Resumindo: as diferenças ideológicas entre mãe e filho eram profundas. Ela uma empresária, ele lutando pela revolução socialista e Sônia (Leandra Leal), sua mulher, partilha das mesmas idéias. Numa noite Zuzu recebe uma ligação, dizendo que “Paulo caiu”, ou seja, Stuart tinha sido preso pelos militares. As forças armadas negam e Zuzu visita uma prisão militar e nada acha, mas viu que as celas estavam tão bem arrumadas que aquilo só podia ser um teatro de mau gosto, orquestrado pela ditadura. Pouco tempo depois ela recebe uma carta dizendo que Stuart foi torturado até a morte na aeronáutica. Então ela inicia uma batalha aparentemente simples: localizar o corpo do filho e enterrá-lo, mas os militares continuam fazendo seu patético teatro e até “inocentam” Stuart por falta de provas, apesar de já o terem executado. Zuzu vai se tornando uma figura cada vez mais incômoda para a ditadura e ela escreve que não descarta de forma nenhuma a chance de ser morta em um “acidente” ou “assalto”.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/zuzu-angel/zuzu-angel.asp>)

Título Original: O Que É Isso, Companheiro?

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 105 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1997

Direção: Bruno Barreto

Roteiro: Leopoldo Serran, baseado em livro de Fernando Gabeira

Sinopse: Em 1964, um golpe militar derruba o governo democrático brasileiro e, após alguns anos de manifestações políticas, é promulgado em dezembro de 1968 o Ato Constitucional nº 5, que nada mais era que o golpe dentro do golpe, pois acabava com a liberdade de imprensa e os direitos civis. Neste período vários estudantes abraçam a luta armada, entrando na clandestinidade, e em 1969 militantes do MR-8 elaboram um plano para seqüestrar o embaixador dos Estados Unidos (Alan Arkin) para trocá-lo por prisioneiros políticos, que eram torturados nos porões da ditadura.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/o-que-e-isso-companheiro/o-que-e-isso-companheiro.asp>)

Título Original: Batismo de Sangue

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 110 minutos

Ano de Lançamento (Brasil / França): 2007



Site Oficial: www.batismodesangue.com.br

Direção: Helvécio Ratton

Roteiro: Dani Patarra e Helvécio Ratton, baseado no livro “Batismo de Sangue”, de Frei Betto

Sinopse: São Paulo, fim dos anos 60. O convento dos frades dominicanos torna-se uma trincheira de resistência à ditadura militar que governa o Brasil. Movidos por ideais cristãos, os freis Tito (Caio Blat), Betto (Daniel de Oliveira), Oswaldo (Ângelo Antônio), Fernando (Léo Quintão) e Ivo (Odilon Esteves) passam a apoiar o grupo guerrilheiro Ação Libertadora Nacional, comandado por Carlos Marighella (Marku Ribas). Eles logo passam a ser vigiados pela polícia e posteriormente são presos, passando por terríveis torturas.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/batismo-de-sangue/batismo-de-sangue.asp>)

Título Original: Tempo de Resistência

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 115 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2004

Direção: André Ristum

Roteiro: Ícaro Martins, baseado em livro de Leopoldo Paulino

Sinopse: A luta guerrilheira contra a ditadura militar nos anos 60 e início dos anos 70, a partir do ponto de vista de seus integrantes na época. Uma avaliação real do que foi a resistência armada no Brasil em seu período mais crítico, com todos seus erros e acertos.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/tempo-de-resistencia/tempo-de-resistencia.asp>)

Título Original: Ação Entre Amigos

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 76 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1998

Direção: Beto Brant

Roteiro: Beto Brant, Marçal Aquino e Renato Ciasca, baseado em argumento de Marçal Aquino

Sinopse: 25 anos após terem sido torturados pelo regime militar, quatro amigos se reúnem e partem para um ajuste de contas contra o homem que os torturou na época da ditadura.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/acao-entre-amigos/acao-entre-amigos.asp>)

Título Original: Pra Frente Brasil

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 104 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1983

Direção: Roberto Farias

Roteiro: Roberto Farias, baseado em argumento de Reginaldo Faria e Paulo Mendonça

Sinopse: Em 1970 o Brasil inteiro torce e vibra com a seleção de futebol no México, enquanto prisioneiros políticos são torturados nos porões da ditadura militar e inocentes são vítimas desta violência. Todos estes acontecimentos são vistos pela ótica de uma família quando um dos seus integrantes, um pacato trabalhador da classe média, é confundido com um ativista político e “desaparece”.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/prafrente-brasil/prafrente-brasil.asp>)

Título Original: Vlado – 30 Anos Depois

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 90 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Direção: João Batista de Andrade

Sinopse: A história do jornalista Vladimir Herzog, assassinado na prisão em 1975 durante o regime militar brasileiro, contada através de depoimentos de pessoas que conviveram com ele.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/vlado/vlado.asp>)

Título Original: 1972

Gênero: Comédia Romântica

Tempo de Duração: 100 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2006

Site Oficial: www.filmes.net/1972

Direção: José Emílio Rondeau

Roteiro: José Emílio Rondeau e Ana Maria Bahiana

Sinopse: Embalados por um novo som que surgia no cenário nacional, o suburbano Snoopy (Rafael Rocha) e Júlia (Dandara Guerra), uma moderna garota de Ipanema, se apaixonam. Juntos eles enfrentam as dificuldades e vivem a efervescência cultural do Rio de Janeiro de 1972.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/1972/1972.asp>)

Título Original: Casseta e Planeta – A Taça do Mundo é Nossa

Gênero: Comédia

Tempo de Duração:

Ano de Lançamento (Brasil): 2003

Direção: Lula Buarque de Holanda

Roteiro: Casseta & Planeta

Sinopse: Durante 30 anos a verdadeira história do roubo da taça Jules Rimet foi escondida pelos militares. Orquestrado pelo Partido Anarco Nacionalista Animalista Carlos, o PANAC, o roubo ocorreu em pleno desfile do tricampeonato, com a taça sendo retirada das mãos dos jogadores que haviam acabado de se sagrar campeões do mundo. O grupo passa então a sofrer



a repressão do regime militar da época, tendo que se esconder em plena selva amazônica.
(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/casseta-e-planeta/casseta-e-planeta.asp>)

Título Original: O Bravo Guerreiro

Gênero: Drama

Ano de Lançamento (Brasil): 1969

Direção: Gustavo Dahl

Sinopse: Jovem deputado de oposição decide mudar de partido para se infiltrar no governo, achando que só dentro do poder é que poderia fazer alguma coisa pela causa pública.

(Fonte: <http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3663>)

Título Original: Quase Dois Irmãos

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 102 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Direção: Lúcia Murat

Roteiro: Lúcia Murat e Paulo Lins

Sinopse: Miguel é um Senador da República que visita seu amigo de infância Jorge, que se tornou um poderoso traficante de drogas do Rio de Janeiro, para lhe propôr um projeto social nas favelas. Apesar de suas origens diferentes eles se tornaram amigos nos anos 50, pois o pai de Miguel tinha paixão pela cultura negra e o pai de Jorge era compositor de sambas. Nos anos 70 eles se encontram novamente, na prisão de Ilha Grande. Ali as diferenças raciais eram mais evidentes: enquanto a maior parte dos prisioneiros brancos estava lá por motivos políticos, a maioria dos prisioneiros negros era de criminosos comuns.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/quase-2-irmaos/quase-2-irmaos.asp>)

Título Original: Lamarca

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 130 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1994

Direção: Sérgio Rezende

Sinopse: Crônica dos últimos anos na vida do capitão do exército Carlos Lamarca (Paulo Betti) que, nos anos da ditadura, desertou das forças armadas, e passou a fazer oposição, tornando-se um dos mais destacados líderes da luta armada.

(Fonte: [http://www.interfilmes.com/filme_15129_Lamarca-\(Lamarca\).html](http://www.interfilmes.com/filme_15129_Lamarca-(Lamarca).html))

Título Original: O Bom Burguês

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 99 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1979

Direção: Oswaldo Caldeira

Sinopse: José Wilker é um bancário que devia dinheiro do banco em que trabalha para financiar organizações de esquerda da época da ditadura política. Mas a certa altura, um dos grupos financiados pelo personagem é preso e forçado a identificar o homem que fornece dinheiro a guerrilha. Esse clássico do cinema nacional dirigido por Oswaldo Caldeira, é baseado num episódio real envolvendo um funcionário do Banco do Brasil acusado de desviar milhões.

(Fonte: [http://www.interfilmes.com/filme_16613_O.Bom.Burgues-\(O.Bom.Burgues\).html](http://www.interfilmes.com/filme_16613_O.Bom.Burgues-(O.Bom.Burgues).html))

Título Original: Cabra Cega

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 107 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Site Oficial: www.cabracega.com.br

Direção: Toni Venturi

Roteiro: Di Moretti, baseado em argumento de Fernando Bonassi, Roberto Moreira e Victor Navas

Sinopse: Thiago (Leonardo Medeiros) e Rosa (Débora Duboc) são dois jovens militantes da luta armada, que sonham com uma revolução social no Brasil. Após ser ferido por um tiro, em uma emboscada feita pela polícia, Thiago precisa se esconder na casa de Pedro (Michel Bercovitch), um arquiteto simpatizante da causa. Thiago é o comandante de um “grupo de ação” de uma organização de esquerda, que está no momento debilitada e estuda um retorno à luta política. Rosa é o contato de Thiago com o mundo, sendo agora ainda mais importante por estar ferido. Com o passar do tempo Pedro passa a ficar preocupado com a segurança deles, adotando um comportamento estranho e colocando dúvidas em Thiago se ele não seria um traidor.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/cabra-cega/cabra-cega.asp>)

Título Original: Nas Terras do Bem-Virá

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 110 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2007

Direção: Alexandre Rampazzo

Roteiro: Tatiana Poastri e Alexandre Rampazzo

Sinopse: O percurso histórico de um modelo de desenvolvimento criado nos anos 70, no auge da ditadura militar. A partir da ênfase em grandes projetos e estradas atravessando a Amazônia, ocorre uma aceleração do processo de migração. Como consequência surgem conflitos arma-



dos, devastação da floresta, casos de trabalho escravo, luta pela terra e assassinatos, como o dos sem-terra de Eldorado dos Carajás e da missionária americana Dorothy Stang.
(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/nas-terras-do-bem-vira/nas-terras-do-bem-vira.asp>)

Título Original: Céu Aberto

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 78 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1985

Direção: João Batista de Andrade

Sinopse: Documentário sobre a transição democrática, a campanha das “diretas-já” e a eleição de Tancredo Neves, denunciando tramas e conchavos políticos.

(Fonte: http://www.fafich.ufmg.br/pae/index_arquivos/page0034.html)

Título Original: Muda Brasil

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 104 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1985

Direção: Oswaldo Caldeira

Sinopse: Esse sensacional documentário marcou época ao analisar a campanha eleitoral de Tancredo Neves à Presidência da República realizada de agosto de 1984 a janeiro de 1985. O filme mostra em detalhes a mobilização estratégica da nação em torno de uma eleição indireta para eleger o candidato das oposições pelo Colégio Eleitoral.

(Fonte: [http://www.interfilmes.com/filme_16241_Muda.Brasil-\(Muda.Brasil\).html](http://www.interfilmes.com/filme_16241_Muda.Brasil-(Muda.Brasil).html))

Título Original: Patriamada

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 118 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1984

Direção: Tizuka Yamasaki

Sinopse: Repórter simpatizante do PT namora um amigo cineasta e depois se envolve com um empresário nacionalista e progressista bem mais velho. O filme tem início com o comício das “diretas-já” na Candelária, RJ, e termina com a votação da Emenda Dante de Oliveira.

(Fonte: http://www.fafich.ufmg.br/pae/index_arquivos/page0046.html)

Título Original: O País dos Tenentes

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 75 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1987

Direção: João Batista de Andrade

Sinopse: Um general da reserva, no dia em que é homenageado por uma multinacional, entra em uma crise pessoal e começa a rememorar suas participações nas revoluções de inspiração tenentista. Uma trajetória que coincide com os 60 anos de vida política brasileira. Isolado em sua casa de campo – já cercada pela avanço da zona periférica – vive com suas lembranças, momentos dramáticos decorrentes da violência e da crise social. Aparecem as traições, os ideais frustrados e as divergências políticas entre os tenentes.

(Fonte: <http://www2.uol.com.br/joaobatistadeandrade/tenentes.htm>)

Título Original: Yã Katu – O Brasil dos Villas Bôas

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 63 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2004

Site Oficial: www.estadao.com.br/villasboas

Direção: Nílson Villas Bôas

Roteiro: Nílson Villas Bôas

Sinopse: 16 anos depois de um exílio compulsório imposto pelo governo militar brasileiro dos anos 1960/1980, Orlando Villas Bôas retorna ao Parque Nacional do Xingu para um encontro emocionado com o seu passado e revela ao mundo a sociedade equilibrada, sensível e sofisticada da nação indígena. Na contramão da história, mostra-nos como as diferenças tribais podem resultar em convivência harmônica, culturalmente enriquecedora, e não em guerra.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/ya-katu/ya-katu.asp>)

Título Original: Jari

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 60 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1980

Direção: Jorge Bodanzky e Wolf Gauer

Sinopse: Um documentário que acompanha os parlamentares designados por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a devastação da Amazônia, na região do polêmico projeto do milionário americano Daniel Ludwig, e que, confundido com o cinegrafista oficial do Congresso Nacional, Bodanzky continuou filmando livremente após a saída dos parlamentares.

(Fonte: <http://felco.guardachuva.org/retrospectivaBr>)

Título Original: Terceiro Milênio

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 95 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1981

Direção: Jorge Bodanzky e Wolf Gauer



Sinopse: O filme acompanha, num misto entre documentário e ficção, a campanha eleitoral do senador amazonense Evandro Carreira.

(Fonte: <http://felco.guardachuva.org/retrospectivaBr>)

Título Original: Muito Além do Cidadão Kane

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 93 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1993

Direção: Simon Hartog

Sinopse: O documentário *Muito Além do Cidadão Kane*, produzido pela emissora inglesa Channel Four, carrega nas costas mais de uma década de vida. Por ter sido proibido após seu lançamento, somente as cópias amadoras resistiram à dura censura. As cores desbotaram, mas não a importância de seu conteúdo. O filme, ainda desconhecido para o grande público, continua alimentando e provocando discussões. Mas o porquê de tanta polêmica? É simples. O filme de Simon Hartog tem como personagem principal a figura de Roberto Marinho e mostra os bastidores da criação das Organizações Globo e sua transformação em um poderoso império de mídia. Tudo isso é feito através de um paralelo com Charles Foster Kane, um magnata da comunicação que é o personagem principal do filme “*Cidadão Kane*”, de Orson Welles. Mais do que falar da Globo o documentário também levanta questionamentos sobre os processos que determinaram a política de telecomunicações no Brasil. *Muito Além do Cidadão Kane* foi lançado em 1993 e jamais esteve no circuito de cinemas brasileiros. É bom lembrar que um ano depois a Globo conseguiu na justiça proibir a exibição pública do filme. Os advogados da emissora também usaram uma série de artifícios jurídicos para impedir a exibição do documentário fora do país. Mesmo com todas as manobras judiciais o diretor conseguiu apresentar o seu filme na TV britânica Channel Four. A fita traz depoimentos de políticos, artistas e jornalistas como Chico Buarque de Holanda, Leonel Brizola, Lula, Walter Clark, Armando Nogueira e Washington Olivetto.

(Fonte: <http://cineclubenatal.blogspot.com/2006/04/cineclube-natal-20-exibio-muito-alm-do.html>)

Título Original: Doces Poderes

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 97 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 1996

Direção: Lúcia Murat

Roteiro: Lúcia Murat

Sinopse: Bia (Marisa Orth) é uma jornalista que chega a Brasília para assumir, durante o período eleitoral, a chefia da sucursal da principal rede de TV do país. O antigo diretor está deixando o cargo para chefiar a campanha de um jovem candidato a governador, que é apoiado por políticos conservadores. Metade dos profissionais da sucursal também está deixando o local,

pelos mais variados motivos, entre eles a crise econômica pela qual passa o país e a falta de perspectiva do fim do século. Através dos discursos dos funcionários que estão deixando a cursal é exibido o desenvolvimento das campanhas e os conflitos vividos pelos personagens. (Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/doces-poderes/doces-poderes.asp>)

Título Original: Entreatos

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 117 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2004

Direção: João Moreira Salles

Sinopse: De 25 de setembro a 27 de outubro de 2002 a equipe de filmagem acompanhou passo a passo a campanha de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República. O filme revela os bastidores de um momento histórico através de material exclusivo, como conversas privadas, reuniões estratégicas, telefonemas, traslados, gravações de pronunciamentos e programas eleitorais.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/entreatos/entreatos.htm>)

Título Original: Vocação do Poder

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 110 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Site Oficial: www.vocacaodopoder.com.br

Direção: Eduardo Scorel e José Joffily

Sinopse: A campanha realizada por 6 candidatos ao cargo de vereador do Rio de Janeiro durante as eleições municipais de 2004. Um panorama das ações de cada candidato durante todo o processo eleitoral, desde as convenções partidárias até a apuração dos votos.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/vocacao-do-poder/vocacao-do-poder.asp>)

Título Original: Intervalo Clandestino

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 95 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Direção: Eryk Rocha

Sinopse: O estado de espírito do povo brasileiro diante da realidade social e política do país. O documentário se desenvolve junto à população, no ritmo acelerado do cotidiano. A câmera circula pela malha urbana do Rio de Janeiro e capta uma atmosfera pré-eleitoral contraditória. Em meio ao caos cotidiano a atenção se volta para pessoas comuns de diversas profissões que,



através de depoimentos e impressões, tecem comentários e reflexões sobre as perspectivas políticas do país.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/intervalo-clandestino/intervalo-clandestino.htm>)

Título Original: O Espetáculo Democrático

Gênero: Documentário

Tempo de Duração: 40 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2003

Direção: Guilherme César

Sinopse: A partir do registro da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vídeo procura refletir a respeito dos últimos 15 anos de nossa história política. O “Brasil democrático” é discutido através de imagens de campanhas eleitorais, entrevistas com parte da velha e da nova burocracia estatal, marqueteiros e com brasileiros pertencentes a diferentes movimentos sociais. Qual é o desafio da sociedade brasileira frente ao primeiro governo supostamente de esquerda, popular e até socialista?

(Fonte: <http://felco.guardachuva.org/node/31>)

Título Original: Quanto Vale ou é por Quilo?

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 104 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2005

Site Oficial: www.quantovaleoueporquilo.com.br

Direção: Sérgio Bianchi

Roteiro: Sérgio Bianchi, Eduardo Benaim e Newton Canitto, baseado no conto “Pai Contra Mãe”, de Machado de Assis

Sinopse: Uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, que forma uma solidariedade de fachada. No século XVII um capitão-do-mato captura uma escrava fugitiva, que está grávida. Após entregá-la ao seu dono e receber sua recompensa, a escrava aborta o filho que espera. Nos dias atuais uma ONG implanta o projeto Informática na Periferia em uma comunidade carente. Arminda, que trabalha no projeto, descobre que os computadores comprados foram superfaturados e, por causa disto, precisa agora ser eliminada. Candinho, um jovem desempregado cuja esposa está grávida, torna-se matador de aluguel para conseguir dinheiro para sobreviver

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/quanto-vale-ou-e-por-quilo/quanto-vale-ou-e-por-quilo.asp>)

Título Original: Caixa Dois

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 83 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2007

Site Oficial: www.dezenove.net/pr_bens.htm

Direção: Bruno Barreto

Sinopse: Luiz Fernando, rico banqueiro, consegue um ganho extra de cinquenta milhões de reais numa transação de investimentos em Precatórios. Como o doleiro encarregado de descontar o cheque e enviar os dólares para sua conta em Zurique entra em coma, o banqueiro decide usar sua linda secretária, de quem é amante, como “laranja”. Mas a situação se complica quando, ao fazer o depósito, um dígito errado faz com que os cinquenta milhões caiam na conta de uma mulher honesta e trabalhadora cujo marido acaba de ser demitido por medidas de economia no processo de automação do banco de Luiz Fernando. E ela promete endurecer o jogo, recusando-se a fazer o estorno e gerando complicações hilariantes.

(Fonte: <http://www.cinepop.com.br/filmes/caixadois.htm>)

Título Original: Cronicamente Inviável

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 101 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2000

Site Oficial: www.inviavel.com.br

Direção: Sérgio Bianchi

Roteiro: Gustavo Steinberg e Sérgio Bianchi

Sinopse: O filme mostra trechos das histórias de 6 personagens, mostrando a dificuldade de sobrevivência mental e física em meio ao caos da sociedade brasileira, que atinge a todos independentemente da posição social ou da postura assumida.

(Fonte: <http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/cronicamente-inviavel/cronicamente-inviavel.asp>)

Título Original: Cidade de Deus

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 135 minutos

Ano de Lançamento (Brasil): 2002

Site Oficial: www.cidadedededeus.com.br

Direção: Fernando Meirelles

Co-direção: Katia Lund

Roteiro: Bráulio Mantovani

Sinopse: Buscapé é um jovem pobre, negro e muito sensível, que cresce em um universo de muita violência. Buscapé vive na Cidade de Deus, favela carioca conhecida por ser um dos



locais mais violentos da cidade. Amedrontado com a possibilidade de se tornar um bandido, Buscapé acaba sendo salvo de seu destino por causa de seu talento como fotógrafo, o qual permite que siga carreira na profissão. É através de seu olhar atrás da câmera que Buscapé analisa o dia-a-dia da favela onde vive, onde a violência aparenta ser infinita.

(Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/cidade-de-deus/cidade-de-deus.asp>)

Programas de TV

Programa Roda Viva – TV Cultura:

Roda Viva com Darcy Ribeiro: 17/04/1995, 28/01/1991, 20/06/1988

(<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/busca.asp?txtBusca=darcy&imageField.x=0&imageField.y=0>)

Roda Viva com Bolivar Lamounier: 21/11/2005

(<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=981>)

Roda Viva com José Sarney – Programa Especial: 20 anos de Re-democratização no Brasil: 14/03/2005

(<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=944>)

Roda Viva com Luiz Inácio Lula da Silva: 16/10/2006 (<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=1030>)

Roda Viva com Fernando Henrique Cardoso: 06/02/2006 (<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=991>)

Roda Viva com Eduardo Campos: 25/10/2004

(<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=924>)

Roda Viva Especial – Debate Eleições 2006: 02/10/2006 (<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=1028>)

Roda Viva Especial – Debate Eleições 2004: 04/10/2004 (<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=921>)

Roda Viva com Marco Aurélio Mello: 28/08/2006 (<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=1022>)

Série Alô Escola – TV Cultura

O Povo Brasileiro, baseado na obra de Darcy Ribeiro

Realização: TV Cultura – 1995

Roteiro e direção: Regina M. Ferreira

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/povobrasileiro/index.htm>)

O Estado Novo

Realização: TV Cultura – 1995

Roteiro: Fernando Navarro

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/estadonovo.htm>)

Integralismo e Estado Novo

Realização: TV Cultura – 1995

Roteiro: Fernando Navarro

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/integralismo.htm>)

Os Anos JK

Realização: TV Cultura – 1995

Roteiro: Fernando Navarro

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/jk.htm>)

A Revolução de 30

Realização: TV Cultura – 1995

Roteiro: Fernando Navarro

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/revolucaode30.htm>)

A Revolução Constitucionalista de 32

Realização: TV Cultura – 1995

Roteiro: Fernando Navarro

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/revolucaode32.htm>)

O Tenentismo

Realização: TV Cultura – 1995

Roteiro: Fernando Navarro

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/tenentismo.htm>)



O Último Período Vargas

Realização: TV Cultura – 1995

Roteiro: Fernando Navarro

(Fonte: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/ultimoperiodovargas.htm>)

Teatro

Liberdade, Liberdade

Peça musical escrita por Millôr Fernandes e Flávio Rangel. No ano seguinte ao golpe militar, o Grupo Opinião estreou esta que foi uma das obras pioneiras do teatro de resistência.

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=447

Calabar: O Elogio da Traição

Peça musical escrita em 1973 por Chico Buarque e Flávio Rangel.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Calabar:_o_Elogio_da_Trai%C3%A7%C3%A3o

Brasil, da censura à abertura

Peça escrita por Jô Soares, Manoel Costa e José Luiz Arcanjo, baseada no anedotário político do jornalista Sebastião Nery. Estreou em 1980.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil%2C_da_Censura_%C3%A0_Abertura

Roda Viva

Peça escrita por Chico Buarque e encenada pelo diretor José Celso Martinez Corrêa. Espetáculo agressivo, síntese da ira e da rebeldia contra um momento político que divide a sociedade, entre a aceitação do regime militar, ou a luta contra ele.

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=602

Á Flor da Pele

Peça escrita por Consuelo de Castro e encenada em 1969 na qual contrapõe um intelectual de esquerda a uma jovem estudante de teatro. Os dois vivem um caso amoroso, uma relação fora dos padrões, o que desencadeia um permanente questionamento entre eles.

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=467

O Tiro Que mudou a História

Peça de 1991, na qual O Centro de Demolição e Construção do Espetáculo, com direção de Aderbal Freire Filho, contextualizou e encenou o suicídio de Getúlio Vargas dentro do próprio Palácio do Catete, residência do presidente da República naquele período.

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=303

Ponto de Partida

Peça de 1976 escrita por Gianfrancesco Guarnieri. O texto sintetiza pateticamente a realidade de um Brasil sufocado pelo medo em plena ditadura militar.

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=4078

Poleiro dos Anjos

Peça de 1981, escrita por Buza Ferraz. Fala do país e das relações humanas por meio de um mergulho na memória dos atores.

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=185&cd_item=29

Rasga Coração

Peça de Oduvaldo Vianna Filho, escrita em 1972, vencedora do Concurso de Dramaturgia do Serviço Nacional de Teatro, em 1974, e proibida pelo governo federal. Tornada um dos símbolos da luta contra a censura.

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=600

Caixa 2

Peça escrita por Juca de Oliveira e montada por Fauzi Arap, sucesso de bilheteria abordando os escândalos e falcaturas que rondam o país ao longo dos anos 90.

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=esp_etaculos_biografia&cd_verbete=240

Músicas

Álbum *Ideologia*. Cazuza, 1988.

Canção *Presidente Bossa Nova*. Juca Chaves, 1968.

Canção *Inútil*. Ultraje A Rigos, 1985.

Canção *Haiti*. Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1994.

Canção *Apesar de Você*. Chico Buarque, 1972.



- Canção *Se Eu Fosse o Getúlio*. Nelson Gonçalves.
- Canção *Que País é Esse?* Legião Urbana, 1987.
- Canção *Ministério da Economia*. Jards Macalé, 1987.
- Canção *Polícia*. Titãs, 1986.
- Canção *Roda Viva*. Chico Buarque, 1968.
- Canção *O Cú do Mundo*. Caetano Veloso, 1992
- Canção *Debaixo dos Caracóis dos Seus Cabelos*. Roberto Carlos, 1971.
- Canção *Acorda Amor*. Chico Buarque, 1974.
- Canção *Construção*. Chico Buarque, 1971
- Canção *Fado Tropical*. Chico Buarque, Composição: Chico Buarque/ Ruy Guerra, 1973
- Canção *Meu Caro Amigo*. Chico Buarque, Composição: Chico Buarque / Francis Hime, 1976
- Canção *Cordão*. Chico Buarque, 1971
- Canção *O Que Será (À flor da Terra)*, Chico Buarque, Composição: Chico Buarque & Milton Nascimento, 1976
- Canção *Samba De Orly*. Chico Buarque, Composição: Chico Buarque / Toquinho / Vinícius De Moraes, 1971
- Canção *Um Sonho*. Gilberto Gil, 1992.
- Canção *Selvagem*. Paralamas do Sucesso, 1986.
- Canção *Vai Levando*. Tom Jobim e Miucha, 1977.
- Canção *Todo Camburão Tem Um Pouco De Navio Negreiro*. O Rappa, 1994.

LINHA DO TEMPO

Século XV – Século XVIII

1500 – Descobrimiento do Brasil.

1532 – Início da Colonização.

1549 – Criação do Governo Geral do Estado do Brasil.

1580-1640 – Domínio Espanhol em Portugal.

1763 – Transferência da Capital para a cidade do Rio de Janeiro.

Século XIX

1808 – Vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil.

1822 – Independência.

1824 – Primeira Constituição Brasileira.

1831 – Abdicação de Pedro I.

1840 – Coroação de Pedro II.

1888 – Abolição da Escravatura.

1889 – Proclamação da República.

1891 – Primeira Constituição Republicana.



Séculos XX – XXI

1930 – Revolução de 1930.

1934 – Nova Constituição.

1937 – Estado Novo.

1945 – Fim do Governo Vargas.

1946 – Nova Constituição.

1964 – Golpe Militar.

1968 – AI 5.

1982 – Eleições Diretas para Governadores.

1985 – Fim do Regime Militar.

1989 – Eleição do Presidente Fernando Collor.

1992 – Impeachment do Presidente Collor.

1994 – Eleição de Fernando Henrique Cardoso.

1998 – Reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

2002 – Eleição de Lula.

2006 – Reeleição de Lula.

PRODUÇÃO EDITORIAL



Produção e edição final
Tereza Vitale

Diagramação
Heonir S. Valentim

CLSW 302 – Bloco B – Sala 123 – Ed. Park Center
CEP 70673-612 – Setor-Sudoeste – Cruzeiro, DF
Telefax: (61) **3033-3704 / 9986-3632**
e-mail: tereza@intertexto.net
editorial.abare@gmail.com

O curso não poderia ter vindo em melhor hora, principalmente no que se refere à história política do Brasil... Acompanho todo o curso com muito afinho e cuidado, pois além de trabalhar na educação básica, este ano a disciplina de história está fazendo parte do meu trabalho. ... Sugiro que este tipo de curso não pare, pois está contribuindo imensamente para o conhecimento dos filiados e simpatizantes.

Itamar José Ferreira – União, RO

Estou muito feliz com o curso. Estamos aplicando todos esses textos no curso de formação política que estamos realizando em São Luís, junto aos nossos militantes. A idéia é nuclear o Partido em toda a capital. O curso está nos dando um rumo.

Daniel Lindoso – São Luís, MA

O primeiro módulo apresentou temas que foram fundamentais para a construção e organização do socialismo brasileiro. Desde o império até hoje as lutas dos socialistas têm como pauta fundamental o respeito aos direitos humanos e a luta contra o capitalismo, dentro de um contexto político/partidário democrático e ético, levando sempre em conta o bem-estar social.

Antônia Cordeiro da Cunha – Fortaleza, CE

A publicação dos textos do **Curso de formação, atualização e capacitação política** abre uma nova fase da FJM na qual pretende-se, por meio da TV João Mangabeira, em curso on-line, proporcionar aos socialistas não só instrumentos de reflexão e formação pessoais, mas instrumentos para organizar grupos de estudo, formação e atuação política nos mais diversos segmentos da sociedade.

Em especial, esse primeiro curso, organizado em quatro módulos, visa abrir uma ampla discussão sobre o movimento socialista mundial e nacional, e seus atuais desafios. Pretende, de forma acadêmica, apresentar, histórica e conjunturalmente, elementos de discussão, desafios, interrogações, e não diretrizes ou soluções.

Dessa forma, a atual direção da FJM objetiva cumprir a missão dessa instituição de auxiliar o Partido Socialista Brasileiro na formação de seus quadros e de todos os que acreditam no socialismo, na liberdade e na democracia.

A Fundação João Mangabeira (FJM), criada em 1990, tem como meta colocar, na agenda política nacional, a discussão sobre o socialismo no Brasil, para todas as pessoas que sonham e lutam por uma sociedade de liberdade, justiça e paz, independentemente de suas filiações partidárias.

**“O socialismo não é um dogma.
O socialismo é uma civilização, uma atitude em relação
às questões mais importantes de nossa vida.
Paz. Justiça. Igualdade. Humanismo.”**



SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2
CEP 71615-020 - Lago Sul - Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279
www.fjmangabeira.org.br
www.tvjoamangabeira.com.br